SEJUSP
MG

Secretaria de Estado de **Justiça e Segurança Pública**



RELATÓRIO DE ENTREGAS

2021
2025

Gestão
ROGÉRIO GRECO

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.


CENTRAL DO
1424

Romeu Zema Neto
Governador do Estado de Minas Gerais

Mateus Simões
Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Cel. BM Edgard Estevo da Silva
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Segurança Pública

Ana Luisa Silva Falcão
Chefe de Gabinete

ELABORAÇÃO
Assessoria Estratégica — Aest/Sejusp MG
Thiago Alves Henriques — Assessor-Chefe Estratégico
Thiago Alvarenga Araújo — Coordenador de Processos
Alícia Maricel Oliveira Ramos — Coordenadora de Projetos
Rayane Monique Grizante Coelho — Assessora Estratégica
Thiago Augusto Silva Guimarães — Assessor Estratégico

DIAGRAMAÇÃO
Assessoria de Comunicação — Ascom/Sejusp MG
Rafael Costa Novaes e Felipe Ernane P. de Souza

REVISÃO
Assessoria de Comunicação — Ascom/Sejusp MG
Rafael Costa Novaes

FOTOS
Tiago Ciccarini — Ascom/Sejusp MG
Bernardo Carneiro — Ascom/Sejusp MG
Dirceu Aurélio — Imprensa
Gil Leonardi — Imprensa

COMO LER ESTE DOCUMENTO

Este relatório consolida as principais entregas e transformações realizadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) durante o quinquênio 2021-2025. O material reflete a atuação estratégica das subsecretarias e unidades coordenadas (SUPEC, SUASE, SUPOD, SULOT, SUINT e DEPEN), conectando o planejamento técnico aos resultados percebidos pelo cidadão mineiro.

Para facilitar sua navegação e compreensão, o documento está estruturado da seguinte forma:

• **Eixos Estratégicos:** As ações estão agrupadas nos cinco eixos definidos no Plano Estratégico Sejusp MG 2022-2026.

• **Seções Introdutórias e Ganhos da Gestão:** Cada eixo abre com uma exposição que conecta os desafios herdados em 2021 às soluções entregues até 2025. No início de cada capítulo, você encontrará um Resumo Executivo com os "3 Principais Ganhos da Gestão", permitindo uma leitura rápida e estratégica dos marcos mais importantes de cada área.

• **Destaques e "Saiu na Mídia":** Ao longo do texto, quadros especiais em formato de artigo ilustram dados estatísticos e reforçam feitos relevantes da gestão. Essas seções são facilmente identificadas por um emblema no canto superior da página.

Além disso, devido ao grande volume de realizações e feitos da gestão do quinquênio 2021-2025, a exibição de todo o conteúdo disponível se torna algo um tanto quanto desafiador. Ao mesmo tempo, entende-se que deve constar de algum modo no presente relatório. É o caso de imagens de obras e reformas com o potencial de demonstrar o antes e o depois das situações herdadas e enfrentadas. Neste sentido, o leitor poderá ser direcionado tanto para os anexos do presente documento quanto para links externos não clicáveis.



Anexo deste documento

Portfólio de Obras - Online



SUMÁRIO

1 - MENSAGEM DO SECRETÁRIO..... 06

2 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO 09
2.1 Expansão e Qualidade do Atendimento 11
2.1.1 Avanços no sistema socioeducativo e penitenciário 13
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário 14
2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária 36
2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo 39
2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa 42
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional 47
2.1.7 Política sobre drogas 71
2.1.8 Prevenção social à criminalidade 77

2.2 Inovação e Otimização da Gestão e das Políticas Públicas 93
2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia 95
2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos 99
2.2.3 Economia para os cofres públicos 104
2.2.4 Índices SUASEPlan 105
2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo 106
2.2.6 Tomada de contas e responsabilização 108
2.2.7 Auditoria da Sejusp e suas principais frentes de trabalho no quinquênio..... 109

2.3 Gestão da informação e Transparência 111
2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (ACGI) 113
2.3.2 Criação do Centro de Inteligência Cibernética (Ciberint)..... 115
2.3.3 Transparência 117
2.3.4 Diagnóstico da Segurança Pública..... 119
2.3.5 Base Integrada de Segurança Pública (BISP)..... 120

2.4 Fortalecimento e Articulação Institucional 121
2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade 123
2.4.2 Repressão à criminalidade organizada 132
2.4.3 Convivência pacífica nas escolas 139
2.4.4 Sistema Estadual de Inteligência 140
2.4.5 Plano de Integridade da SEJUSP..... 141
2.4.6 Plano Estadual de Combate à Violência contra a Mulher..... 144
2.4.7 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social..... 145
2.4.8 Plano Estadual Pena Justa - MG 146
2.4.9 Parcerias interinstitucionais 147
2.4.10 Melhoras no indicador de resolubilidade na ouvidoria..... 166

2.5 Valorização e Desenvolvimento Profissional 167
2.5.1 Capacitação de servidores 169
2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor 172
2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras 173
2.5.4 Campanha de Prevenção ao Assédio Moral nas Unidades..... 176
2.5.5 Identidade institucional 177
Identidade institucional: Socioeducativo..... 177
Identidade institucional: Polícia Penal..... 179
2.5.6 Ajuda de custo para servidores 180

3 - RESULTADOS E IMPACTOS CONCRETOS 181
3.1 Redução da criminalidade em Minas Gerais 182
3.2 Reconhecimento e premiações 191
3.3 Resultados na Segurança Interna..... 194
3.4 Resultados SUASEPLan 196
3.5 Disque-Denúncia Unificado (DDU)..... 200
3.6 Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD)..... 201
3.7 Correição disciplinar e prevenção..... 202

4 - CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS..... 204

5 - RESOLUÇÕES 207

6 - ANEXOS 220

1
MENSAGEM DO SECRETÁRIO



Mensagem do Secretário

A segurança pública não se estrutura por meio de discursos circunstanciais, mas por planejamento estratégico consistente, investimento responsável e firmeza na aplicação da lei. Ao assumir a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em 2021, o cenário encontrado revelava desafios significativos: sistema prisional pressionado por decisões judiciais estruturais, expansão da atuação de organizações criminosas e deficiências históricas de infraestrutura. Diante desse contexto, optou-se por uma atuação técnica, orientada por dados e alicerçada na responsabilidade institucional.

No período de 2021 a 2025, os indicadores demonstram resultados expressivos. Houve redução de 31,5% nos crimes violentos em todo o Estado, evidenciando a efetividade das ações integradas de repressão qualificada e prevenção. No enfrentamento às modalidades criminosas conhecidas como "Novo Cangaço", registrou-se queda de 80% nos ataques a instituições financeiras, resultado da atuação coordenada das forças de segurança e do fortalecimento da inteligência policial.

A criação do Grupo Especializado de Repressão ao Crime Organizado (GERCO) representou avanço relevante no enfrentamento às estruturas hierarquizadas das facções criminosas. Paralelamente, foram investidos mais de R$ 51 milhões na modernização de equipamentos e armamentos, incluindo aquisição internacional inédita para o Estado, com o objetivo de assegurar melhores condições operacionais às forças de segurança.



No âmbito do sistema prisional, buscou-se conciliar disciplina e respeito à dignidade da pessoa humana, em consonância com os parâmetros constitucionais e com a jurisprudência consolidada. Foram entregues 2.950 novas vagas líquidas, com inauguração de unidades em Frutal, Iturama e Ubá, além da ampliação da capacidade da Penitenciária de Juiz de Fora. Tais medidas contribuíram para mitigar a superlotação e aprimorar as condições estruturais.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento das políticas de trabalho prisional. Minas Gerais passou a ocupar posição de destaque nacional no número de pessoas privadas de liberdade inseridas em atividades laborais, alcançando 17.409 custodiados em exercício de trabalho, com ressarcimento de R$ 28,8 milhões aos cofres públicos. Trata-se de medida que promove responsabilidade, disciplina e reinserção social.

Também merece registro a criação de unidade prisional destinada ao público LGBTQIAPN+, iniciativa alinhada às diretrizes constitucionais de proteção à dignidade e à integridade física e moral das pessoas privadas de liberdade. O monitoramento eletrônico ultrapassou 10.700 dispositivos ativos, e foram realizadas 89.232 capacitações, demonstrando investimento contínuo na qualificação profissional. Na captação de recursos, alcançaram-se R$ 58,1 milhões por meio de emendas parlamentares voltadas ao fortalecimento da tecnologia e da inteligência institucional.

Os dados apresentados não constituem mera formalidade administrativa, mas refletem política pública estruturada, orientada por responsabilidade fiscal, técnica e compromisso com a ordem jurídica. A consolidação desses resultados reafirma a premissa fundamental de que o Estado, quando atua de forma coordenada e estratégica, é plenamente capaz de assegurar proteção à sociedade e respeito às garantias constitucionais. A missão, contudo, permanece contínua, exigindo vigilância permanente, aprimoramento institucional e fidelidade aos princípios que regem o Estado Democrático
de Direito.

Aos cidadãos mineiros: a missão continua, sem descanso. E aos nossos bravos servidores, meus sinceros agradecimentos e parabenizações pelos excelentes resultados nestes últimos cinco anos.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e
Segurança Pública de Minas Gerais



2
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO



2 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO

No quinquênio 2021-2025, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) alcançou resultados expressivos e consistentes, alinhados aos eixos estratégicos do Plano Estratégico Sejusp MG 2022–2026. As ações implementadas refletiram a integração entre planejamento estratégico e execução prática, promovendo avanços significativos em áreas essenciais para a segurança pública e justiça em Minas Gerais. Nesse contexto, as próximas páginas deste documento apresentam os principais resultados da gestão, organizados conforme os eixos estratégicos estabelecidos no **Plano Estratégico Sejusp MG 2022–2026**.



Os 5 Eixos Estratégicos:

1 - Expansão e qualidade do atendimento:

Ampliar o alcance das políticas públicas ofertadas pela Sejusp MG frente à demanda, assim como ofertá-las com qualidade, considerando-se população, órgãos públicos e privados, instituições parceiras e servidores.

2 - Inovação e otimização da gestão e das políticas públicas

Atentar-se a novas e melhores possibilidades de gerir a Sejusp MG e, também, de executar as políticas públicas de justiça e segurança pública.

3 - Gestão da Informação e Transparência

Organizar a captação, organização, apuração, tratamento, produção, uso e divulgação de informações, de modo a garantir a perpetuidade do conhecimento, a assertividade na tomada de decisão, a transparência e a *accountability*.

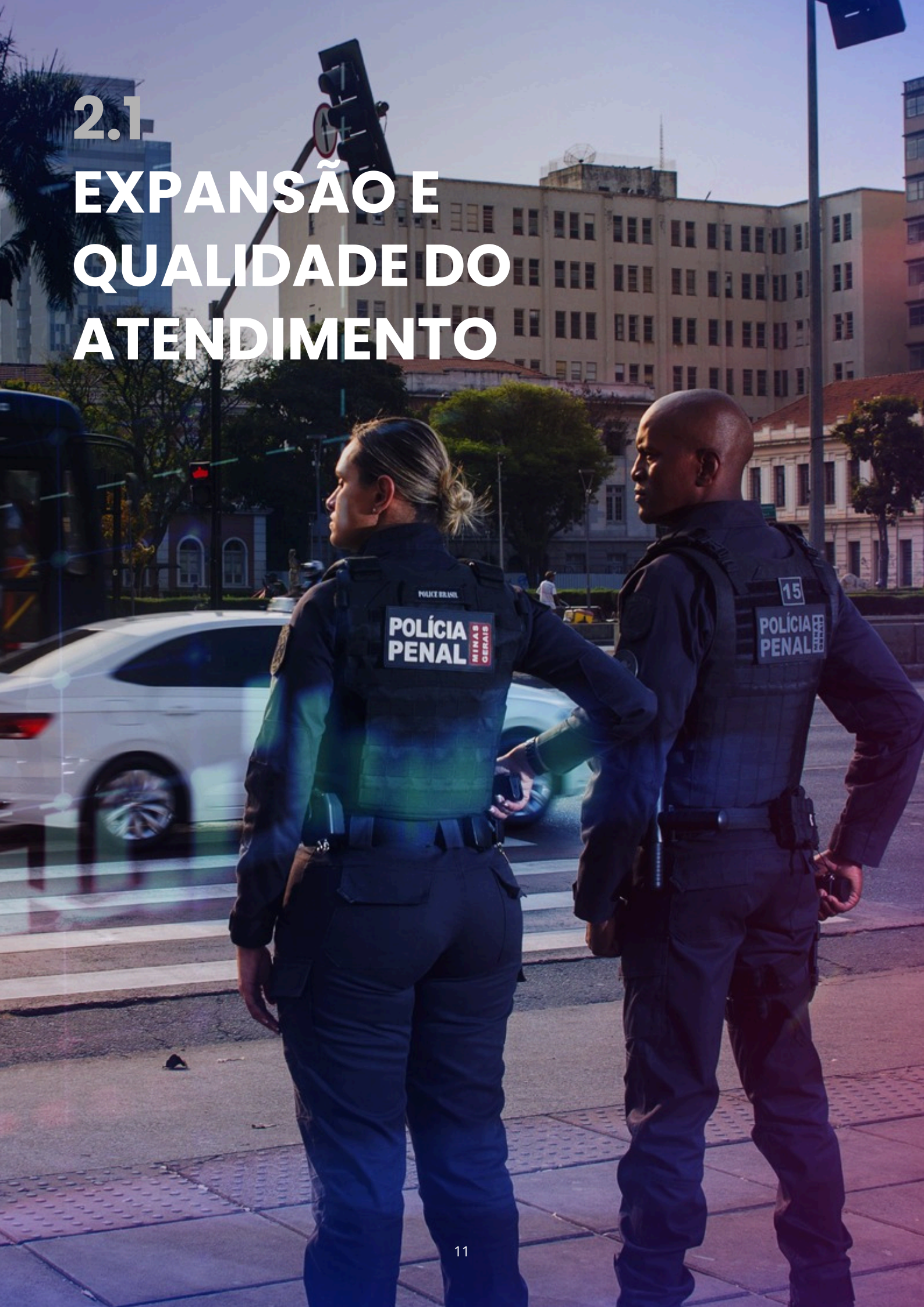
4 - Fortalecimento e articulação institucional

Reafirmar a posição da Sejusp MG enquanto ator fomentador de cooperação e integração das políticas de justiça e segurança pública no estado de Minas Gerais.

5 - Valorização e desenvolvimento profissional

Fortalecer e implementar maneiras de valorização dos profissionais, pelo aprimoramento das habilidades e capacidades operacionais e de gestão de pessoas.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

Resumo executivo - Principais ganhos da gestão (2021 - 2025)

Dignidade e infraestrutura: Investimento recorde de R$ 250 milhões em obras, gerando um aumento líquido de 2.950 novas vagas qualificadas.

Ressocialização pelo Trabalho: Expansão de 28% na mão de obra prisional, com mais de 17.400 custodiados trabalhando em 435 parcerias ativas.

Alcance da Prevenção: Salto de 241% no volume de atendimentos sociais, reduzindo em 40% os homicídios de jovens nas áreas de atuação do programa Fica Vivo!.

A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO (2021 - 2025)

O desafio herdado (2021)

No início de 2021, a Sejusp enfrentava fragilidades históricas: um sistema prisional sob pressão de superlotação, infraestruturas socioeducativas centralizadas e programas de prevenção social com alcance limitado diante da complexidade do crime organizado e dos impactos da pandemia. O atendimento a grupos vulneráveis carecia de protocolos específicos e a ressocialização era um horizonte distante para a maioria dos custodiados.

A estratégia em ação

A gestão substituiu a cultura da "manutenção" pela voz ativa da eficiência. A Sejusp MG regionalizou o sistema socioeducativo para reaproximar jovens de suas famílias e institucionalizou o Núcleo de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (Nuge+), criando unidades exclusivas para o público LGBTQIA+. Em paralelo, o estado apostou na tecnologia como aliada da liberdade, expandindo o monitoramento eletrônico em 270%, saltando para mais de 10 mil tornozeleiras ativas.

O impacto alcançado:

Ao encerrar o quinquênio em 2025, Minas Gerais consolidou-se como referência nacional.

- **Dignidade pelo Trabalho:** Minas Gerais tornou-se o segundo estado do Brasil com a maior quantidade de IPLs em atividade laboral, superando a população carcerária total em regime fechado de 16 outros estados da federação. O número de custodiados trabalhando saltou de 13.596 em 2021 para 17.409 em 2025, um crescimento de 28% sustentado por 435 parcerias ativas com setores públicos e privados.
- **Segurança Cidadã:** O programa Fica Vivo! deixou de ser uma iniciativa isolada para realizar 137 mil atendimentos anuais, operando em 58 Unidades de Prevenção à Criminalidade.
- **Saúde e Dignidade:** Com a expansão da PNAISP, 103 unidades prisionais passaram a contar com equipes de saúde atuantes, garantindo assistência integral no interior do sistema.

O Resultado Final: A Sejusp entregou um sistema mais robusto, onde a custódia caminha lado a lado com a oportunidade. Hoje, Minas Gerais não apenas guarda indivíduos; o estado constrói trajetórias de reintegração social baseadas em dados, transparência e respeito aos direitos humanos. **Veja em detalhes, nas próximas páginas, os programas, investimentos e resultados que sustentam essa trajetória de transformação do sistema em Minas Gerais.**

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.1 Avanços no sistema socioeducativo e penitenciário

Ao longo do quinquênio 2021–2025, houve a promoção de uma verdadeira transformação na infraestrutura dos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais, com um **volume inédito de obras concluídas e iniciativas estruturantes em todas as regiões do estado**. Trata-se de uma das frentes mais concretas e visíveis de atuação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) durante o período, viabilizada por meio de uma gestão técnica, articulada e comprometida com a superação das fragilidades históricas do sistema. Ao todo, **foram investidos R$ 254.309.027,91 em reformas, ampliações e novas construções.**

FORAM **MAIS DE** **R$250 milhões** INVESTIDOS EM MANUTENÇÕES, REFORMAS, AMPLIAÇÕES E NOVAS CONSTRUÇÕES

Além dos avanços em infraestrutura, o período também foi marcado por importantes feitos de gestão que contribuíram para a modernização e o fortalecimento dos sistemas socioeducativo e penitenciário. Destacam-se a implementação de contratos inéditos para expansão do monitoramento eletrônico, a regionalização das unidades socioeducativas para garantir maior proximidade com as famílias e o Judiciário, bem como diversos outros aspectos (próximas páginas e seções) que revelam a sinergia da gestão. Essas ações consolidam um modelo de administração orientado por resultados concretos, com foco na dignidade das pessoas privadas de liberdade, na segurança da sociedade e no fortalecimento institucional da Sejusp MG.

R$ 74.804.064,07 MILHÕES
VALOR CAPTADO NO ACORDO VALE BRUMADINHO

Iniciativas de segurança têm se fortalecido por meio da implementação de **cercamento digital** (em 6 unidades com indivíduos faccionados), **sistemas de CFTV e contratação de bloqueadores de sinal**, com o objetivo de ampliar o controle e a proteção de unidades prisionais, áreas estratégicas e eventos de interesse institucional. O cercamento digital permite monitorar e restringir acessos de forma remota, enquanto o CFTV oferece vigilância contínua, possibilitando registro de imagens para prevenção e investigação de incidentes. A contratação de bloqueadores de sinal atua como medida preventiva contra comunicações não autorizadas, como uso de celulares por pessoas privadas de liberdade, contribuindo para a manutenção da ordem e a segurança operacional nas unidades e instalações.

para obras de adequação da infraestrutura.





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

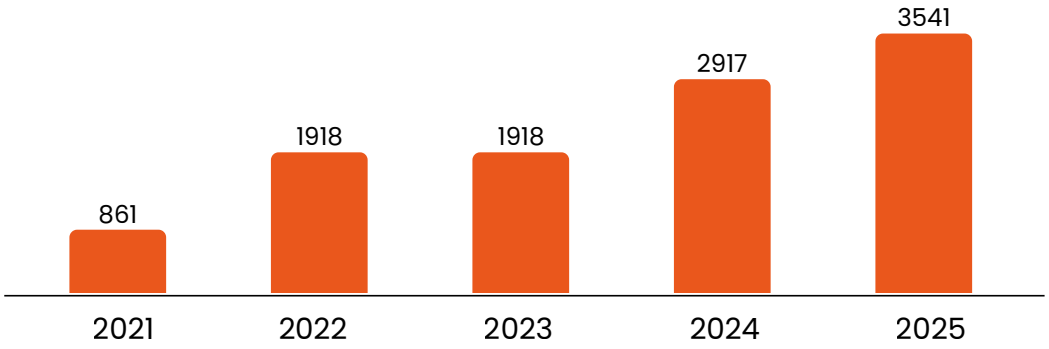
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

A inauguração do novo Presídio de Frutal, com **investimento de R$ 34,6 milhões, ampliou em 388** o número de vagas no sistema prisional de Minas Gerais e conta com estrutura moderna, incluindo dois pavilhões com 48 celas e espaços para educação, saúde e atividades laborais, reforçando a política de segurança e ressocialização no estado. Da mesma forma, o município de Iturama passou a contar com uma nova unidade prisional inaugurada em março de 2025, também com **388 vagas,** dividida em pavilhões funcionais interligados, passarela de vigilância para maior segurança e diversas áreas para atendimento dos internos e apoio à segurança, em obra realizada pela Seinfra com recursos do Governo de Minas e federais.

Entre as ampliações finalizadas que geraram novas vagas estão:

- Em 2021, o Presídio de Itajubá, Presídio Professor Jason Soares de Albergaria, a Penitenciária José Edson Cavalieri (Juiz de Fora) e o Presídio de Vespasiano, que, juntos, somam 861 novas vagas;
- Em 2022, a Penitenciária de Alfenas, o Presídio de Floramar e o Presídio de Montes Claros, com 669 novas vagas;
- Em 2024, a Penitenciária de Teófilo Otoni, o Ceresp Juiz de Fora e o Ceresp Gameleira (BH) somaram 611 novas vagas;
- Em 2025, o Presídio Antônio Dutra Ladeira e a Penitenciária José Maria Alkmin somaram 236 vagas.

Gráfico 1 – Acumulado de novas vagas no sistema prisional: 2021-2025



OBS: As informações referem-se à data de conclusão das obras, que não necessariamente coincidem com a data de inauguração ou de geração efetiva das vagas.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Em **2021**, o Presídio de Divinópolis, a Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria, o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves – CAMP e o Presídio de Ribeirão das Neves passaram por reformas que incluíram reparos preventivos e corretivos, manutenção e adequação de estruturas. No mesmo ano, foram executados serviços de manutenção e reparos nas instalações do edifício alojamento do Comando de Operações Especiais (COPE) e adequação da rede elétrica da Central de Suprimentos.

Em **2022**, foram reformadas ou passaram por manutenções corretivas ou preventivas as unidades Casa do Albergado Juiz de Fora, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin, Presídio de Cataguases, Penitenciária de Belo Horizonte, Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria, Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena – Jorge Vaz e Complexo Penitenciário Nelson Hungria. O Centro de Atenção Biopsicossocial – Projeto Cuidar Bem de Quem Cuida também recebeu reparos preventivos e o Edifício Itamaraty passou por manutenção dos vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento de paredes e tetos umedecidos e realização de pintura.

Em **2023**, as unidades Penitenciária Ariosvaldo Juiz de Fora, Penitenciária de Muriaé, Penitenciária Carmo do Paranaíba, Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP, Presídio de Cataguases, Presídio de São Joaquim de Bicas e Presídio Professor Jacy de Assis foram contempladas com reformas e adequações. A AISP Dom Silvério ainda teve a construção de muro de contenção de talude para conter os riscos de desabamento apontado pela Defesa Civil Municipal.

No ano de **2024**, foi a vez das unidades Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, Ceresp Juiz de Fora, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Penitenciária de Belo Horizonte – PIEP, Presídio de João Monlevade, Presídio de Teófilo Otoni, Penitenciária Professor Aluízio Ignácio de Oliveira, Hospital Jorge Vaz – Barbacena, Ceresp Betim, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin, Complexo São Joaquim de Bicas, Penitenciária de Ribeirão das Neves – José Maria Alkimin e Presídio de Vespasiano.

Em **2025** obras nas unidades Presídio Antônio Dutra Ladeira e Penitenciária José Maria Alkimin contribuíram para a ampliação de vagas no sistema penitenciário mineiro. Além disso, o Presídio de Teófilo Otoni I contou com a conclusão de obras de manutenção e adequação de parte do bloco Cozinha/Refeitório com implantação de Fábrica de Fraldas e Absorventes. No CERESP Gameleira houve instalação de contêineres para almoxarifado. O Presídio de Ubá contou com execução da rede hidrossanitária na ETE. No Presídio de Alfenas ocorreram manutenções na rede elétrica. No Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo - Carmo do Paranaíba foram concluídas obras de manutenção geral.

OBRAS EM ANDAMENTO:

Há ainda diversas obras em andamento, destacando-se a Penitenciária de Formiga, o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, assim como intervenções em unidades prisionais para ampliação de vagas: Presídio de Campo Belo (108 vagas), Presídio de Curvelo (75 vagas), Presídio de Divinópolis (112 vagas), Centro de Ressocialização de Juiz de Fora (392 vagas), além das adequações para a inauguração do Presídio de Itaúna (306 vagas) e da cozinha da Penitenciária Nelson Hungria.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2021:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Presídio de Divinópolis I	Manutenção e adequação de redes externas de esgoto sanitário e de drenagem de água pluvial conforme projetos/croquis	R$387.378,48
Comando de Operações Especiais – COPE	Execução de serviços de manutenção e reparos nas instalações do edifício alojamento do COPE e adequação da rede elétrica da Central de Suprimentos	R$239.698,94
Penitenciária de São Joaquim de Bicas – Professor Jason Soares de Albergaria	Adequação geral do Pavilhão 1	R$799.601,99
Presídio de Itajubá	Obra de ampliação com geração de 306 vagas	R$9.810.121,31
Penitenciária de Juiz de Fora – José Edson Cavalieri	Adequação geral — Recuperação, conservação/reparos da Unidade Prisional — com geração de 516 vagas	R$5.873.757,63
Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves – CAMP	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nos alojamentos	R$952.124,35
Presídio de Vespasiano	Construção de beliches — Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos, com geração de 33 vagas	R$177.401,19
Comando de Operações Especiais – COPE	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nas instalações	R$280.497,76
Presídio de Ribeirão das Neves	Execução de serviços de manutenção e adequação dos blocos de saúde	R$1.432.313,42

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2022:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Casa do Albergado Juiz de Fora	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos	R$200.808,13
Centro de Atenção Biopsicossocial — Projeto Cuidar Bem de Quem Cuida	Execução de serviços e reparos preventivos	R$314.343,44
Penitenciária de Ribeirão das Neves — José Maria Alkimin	Ligação elétrica	R$49.453,26
Presídio de Montes Claros I	Manutenção geral com geração de 57 vagas	143.328,43
Presídio de Ubá (1ª Etapa)	Construção da Cadeia Pública masculina de Ubá — padrão 388 vagas	R$22.295.479,91
Presídio de Cataguases	Execução do alambrado	R$315.000,00
Penitenciária de Belo Horizonte	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos nas instalações da edificação da futura Central de Escolta (CEAOP 3)	R$265.958,18
Penitenciária de São Joaquim de Bicas — Professor Jason Soares de Albergaria	Execução do alambrado	R$441.443,16







2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Continuação 2022:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Penitenciária de São Joaquim de Bicas — Professor Jason Soares de Albergaria	Serviços de captação e distribuição de água para irrigação	R$390.000,00
Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena — Jorge Vaz	Execução de reparos corretivos de vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento das paredes e tetos umedecidos e realização de pintura — Núcleo de Saúde	R$2.504.938,53
Presídio de Alfenas	Obra de ampliação, com geração de 306 vagas	R$13.228.867,00
Presídio de Iturama	Construção da Unidade Prisional de Iturama, com geração de 388 vagas	R$26.071.120,00
Presídio de Floramar	Obra de ampliação com geração de 306 vagas	R$13.390.812,01
Edifício Itamaraty	Execução de reparos corretivos de vazamentos e infiltrações, bem como o tratamento das paredes e tetos umedecidos e realização de pintura	R$3.712,44
Complexo Penitenciário Nelson Hungria	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos — Devido ao impacto das chuvas na unidade	R$248.954,94
Penitenciária de Ribeirão das Neves — José Maria Alkimin	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos no Núcleo de Saúde	R$1.371.769,75

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade, no ano de 2023:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Penitenciária Ariosvaldo Juiz de Fora	Execução de serviços de fundação para reservatório de água	R$195.947,35
Penitenciária de Muriaé	Execução de serviços de alambrado	R$494.817,73
Penitenciária Carmo do Paranaíba	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos no Pavilhão B, com foco na revisão da rede hidráulica, de esgoto e elétrica	R$666.109,58
Penitenciária de Belo Horizonte — PIEP	Manutenção geral, execução de serviços de reparos, recuperação, instalações e modernização da cozinha da edificação	R$737.445,14
Presídio de Cataguases	Execução do alambrado	R$41.884,28
Presídio de São Joaquim de Bicas	Serviços preventivos e corretivos no portão e adequação de rede elétrica para funcionamento do Centro Vocacional Tecnológico/Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais — CVT/UAITEC	R$119.807,95
Presídio de São Joaquim de Bicas	Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos	R$56.805,79
Presídio Professor Jacy de Assis	Execução de serviços do projeto de estrutura de concreto para apoio de reservatórios de água, a fim de revitalizar o sistema de abastecimento	R$162.933,80
AISP Dom Silvério	Construção de muro de contenção de talude para conter os riscos de desabamento apontados pela Defesa Civil Municipal	R$225.054,58

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2024:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Penitenciária de Teófilo Otoni	Manutenção geral do pavilhão individual, onde funcionará uma carceragem específica para o público LGBTQIAPN+, além de intervenções no Pavilhão 3, com geração de 27 vagas e novos pátios de sol	R$3.859.277,92
Penitenciária Agostinho de Oliveira Junior (Unaí/MG)	Manutenção e revitalização do sistema de abastecimento de água da Penitenciária de Unaí	R$214.766,99
Ceresp Juiz de Fora	1ª etapa da manutenção geral da unidade com foco no aumento de 200 novas vagas, além do aumento da reservação de água	R$7.972.104,35
Complexo Penitenciário Nelson Hungria	Reforma da muralha, passarela e guaritas	R$11.947.944,85
Ceresp Gameleira	Manutenção geral dos pavilhões com aumento de 384 novas vagas	R$4.890.888,27
Penitenciária de Belo Horizonte — PIEP	Execução de serviços de reparos e manutenções corretivas e preventivas, com atuação no reparo de telhado, galpão e banheiros de alojamentos	R$986.610,65
Presídio de João Monlevade	Manutenção do pátio de sol, da carceragem e da portaria	R$1.198.816,15
Presídio de Teófilo Otoni	Manutenção, recuperação e adequação das instalações elétricas e hidrossanitárias da carceragem e do novo abrigo de lixo	R$1.674.265,37
Presídio de Ubá (2ª Etapa)	Conclusão da construção da Cadeia Pública masculina de Ubá — padrão 388 vagas	R$2.503.101,05

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Continuação 2024:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Penitenciária Professor Aluízio Ignácio de Oliveira — Uberaba	Execução base de concreto para apoio de reservatórios de água, para revitalização do sistema de abastecimento	R$415.883,53
Hospital Jorge Vaz — Barbacena	Manutenção geral para atender solicitações da vigilância sanitária	R$1.740.259,91
Ceresp Betim	Manutenção da rede elétrica geral da unidade	R$1.481.211,20
Penitenciária de Ribeirão das Neves — José Maria Alkimin	Instalações alambrado e manutenção do espaço campo futebol	R$474.407,95
Complexo São Joaquim de Bicas	Execução de alambrado na Estação de Tratamento de Esgoto — ETE	R$423.965,72
Penitenciária de Ribeirão das Neves — José Maria Alkimin	Manutenção geral do prédio administrativo da unidade onde funcionará também o almoxarifado	R$2.136.673,90
Presídio de Vespasiano	Revitalização do pavilhão principal da Unidade Prisional, focado na revisão da rede hidráulica, esgoto e elétrica	R$1.499.534,84
Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto	Execução de serviços para reparos e manutenção da unidade e adequação no local destinado para fábrica de fraldas	R$1.332.275,42

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2025:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Central de Suprimentos	Execução de Serviços de Adequação de Parte do Layout da Central de Suprimentos.	R$62.853,10
Ceresp Gameleira	Execução de Serviços para adequação da segurança contra incêndio e pânico da unidade	R$654.353,28
Delegacia Regional de Polícia Civil em Itabira	Execução de serviços de recuperação e adequação de cela de adolescentes da Delegacia Regional de Polícia Civil.	R$562.025,34
Presídio de Alfenas	Serviços de revitalização do telhado	R$93.801,75
Penitenciária de Formiga	Execução de Alambrado e Manutenção Hidrossanitária.	R$1.584.839,16
Presídio de Iturama	Execução de reparos na unidade.	R$267.591,51
Ceresp Gameleira	Execução de Serviços Instalação de Containers para Almoxarifado.	R$149.329,61
Presídio de Frutal	Construção do Presídio de Frutal - 388 vagas.	R$34.679.097,75
Penitenciária Francisco Floriano de Paula - Governador Valadares	Construção do Sistema de abastecimento de água (ETA).	R$4.490.854,29

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Continuação do ano de 2025:

UNIDADE	MELHORIAS	VALOR TOTAL (R$)
Penitenciária de Ribeirão das Neves I - José Maria Alkimin	Manutenção no corredor da Fábrica de artefatos de madeira.	R$174.772,27
Penitenciária de Teófilo Otoni I	Manutenção e adequação de parte do Bloco Cozinha/Refeitório com implantação de Fábrica de Fraldas e Absorventes	R$129.064,14
Penitenciária de Ribeirão das Neves I - José Maria Alkimin	Reforma geral do pavilhão Capela - Execução de reparos preventivos e corretivos na carceragem, com geração de 151 vagas.	R$9.559.033,93
Centro de Treinamento GEPAER - PJMA	Manutenção Geral na infraestrutura da Casa do GEPAER.	R$751.678,42
Presídio Antônio Dutra Ladeira	Melhorias no pavilhão e instalação de Gradeamento no perímetro do pátio do pavilhão III.	R$5.851.415,76
Presídio de Ubá	Execução da Rede Hidrossanitária na ETE	R$157.056,69
Presídio de Alfenas (Anexo)	Rede Elétrica	R$37.516,00
Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo - Carmo do Paranaíba	Manutenção geral da unidade	R$1.555.260,14

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: Investimento no Sistema Prisional

Em 2025, a Sejusp concluiu a reforma do Pavilhão Capela da Penitenciária José Maria Alkimin, em Ribeirão das Neves, com investimento de cerca de **R$ 9,5 milhões.** A intervenção ampliou a capacidade da unidade de 151 para 302 vagas, por meio da adequação estrutural das celas e da instalação de beliches, preservando as características históricas do prédio mais antigo em funcionamento no sistema prisional mineiro.

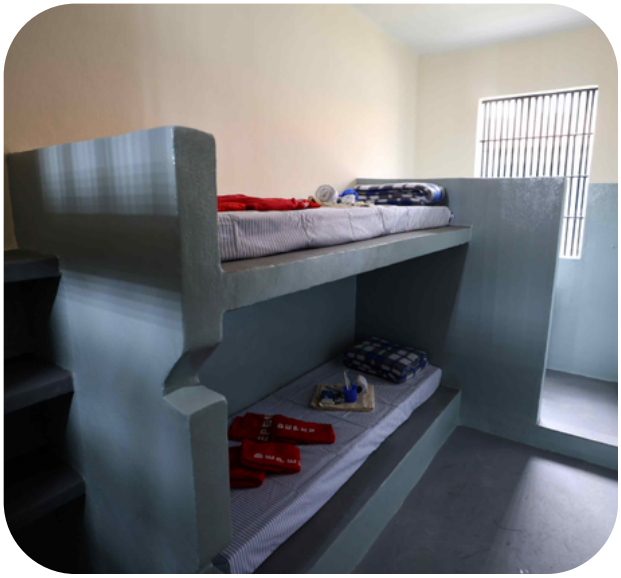
A Penitenciária José Maria Alkimin é a mais antiga em funcionamento no estado, inaugurada em 1938 com o nome de Penitenciária Agrícola de Neves, e mantém atualmente atividades como uma horta comunitária, além de seus quatro pavilhões históricos: Capela, Cinema, Lavoura e Máxima.

As obras incluíram substituição total do telhado e adequação da rede elétrica, manutenção hidráulica, troca de pisos e instalação de duchas, além da renovação de portas, grades e guarda-corpos, e melhorias no pátio e corredores da carceragem.

A execução do projeto durou cerca de dois anos e contou com a participação de presos da própria unidade como mão de obra, que trabalharam sob critérios legais, recebendo salário proporcional e remição de pena conforme a legislação vigente.

Esse investimento integra o esforço da Sejusp para modernizar e ampliar o sistema penitenciário mineiro, em linha com outras iniciativas de melhoria estrutural em unidades prisionais no estado, contribuindo para uma comunicação institucional mais forte sobre o compromisso com a segurança e a humanização do sistema carcerário.





Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Além das obras concluídas, a Sejusp manteve, ao final do período, **importantes frentes de trabalho em andamento**, como no Presídio de Curvelo, no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, no Presídio Antônio Dutra Ladeira e no Complexo Nelson Hungria. Essas frentes apontam para a continuidade do compromisso da gestão com a melhoria da infraestrutura, mesmo nos momentos de transição.

Em termos quantitativos, a gestão entregou, **até 2025, dezenas de obras concluídas** — volume que revela não apenas um compromisso com a expansão da rede, mas principalmente com a qualificação da estrutura física, da gestão e da dignidade no cumprimento de medidas penais e socioeducativas.

Essas obras refletem, na prática, o **enfrentamento direto do quadro de violações apontado pela ADPF 347** e a consolidação de uma política pública pautada pela eficiência, pela legalidade e pelo respeito aos direitos fundamentais. Ao ampliar e modernizar suas unidades, a Sejusp MG tornou–se mais capaz de garantir segurança com dignidade, operacionalidade com estratégia e, sobretudo, um futuro mais estruturado para a gestão da justiça e da segurança em Minas Gerais.

Veja mais detalhes sobre as obras:

Anexo deste documento

Portfólio de Obras - Online



SAIU NA MÍDIA!

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

DESTAQUE : Investimento no Sistema Prisional

A inauguração do Presídio de Frutal integra o conjunto de entregas realizadas no âmbito da gestão 2021–2025, voltadas à ampliação e à modernização do sistema prisional mineiro. Com investimento de **R$ 34,6 milhões**, a unidade acrescenta 388 vagas ao sistema, reforçando a capacidade de custódia em Minas Gerais.

A estrutura da unidade é composta por dois pavilhões, com **48 celas** sendo seis adaptadas para pessoas com deficiência física, pátios para banho de sol, áreas de visitação, parlatórios, ala médica e espaços administrativos. O projeto arquitetônico inclui passarela superior, que permite maior controle das áreas internas.

O presídio conta ainda com ala destinada à educação e à profissionalização, com salas de aula, informática e espaços para atividades laborais, conforme descrito na reportagem.

A entrega se soma a outras inaugurações e ampliações mencionadas pelo Governo do Estado, que resultaram na criação de cerca de 6 mil novas vagas prisionais, com previsão de alcançar 11 mil vagas até 2026.

Fonte: Sejusp - Clique aqui





R$ 34,6

MILHÕES INVESTIDOS

388

NOVAS VAGAS



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE JUIZ DE FORA

Em 2021, a Penitenciária de Juiz de Fora — José Edson Cavalieri passou por uma reforma geral nos pavilhões carcerários, ampliando a sua capacidade em 516 novas vagas, totalizando 882 vagas: um aumento de 140% em sua capacidade.



Fonte: *Depen–MG*

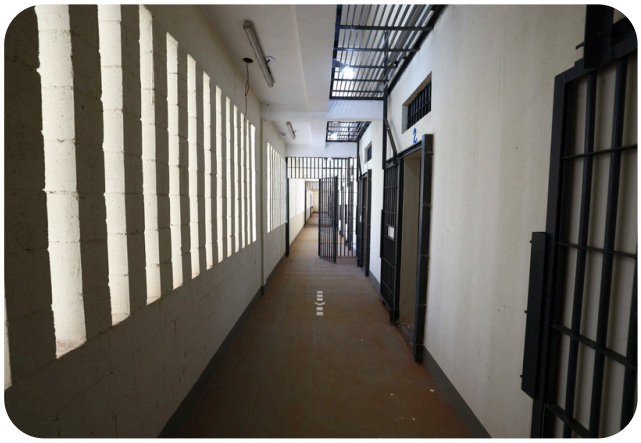
CONSTRUÇÃO DO NOVO PRESÍDIO DE ITURAMA

Em 2022, foram concluídas as obras do novo Presídio de Iturama, no Triângulo Mineiro, com 388 novas vagas. A nova estrutura conta com uma passarela superior, que permite aos policiais penais uma ampla visão do corredor dos alojamentos, área de vivência e salas multiuso. Por meio deste acesso os policiais são capazes de fazer a liberação dos detentos para o trânsito interno sem a necessidade de contato físico.

A nova estrutura conta com 48 celas com quatro beliches em cada, além de seis celas para pessoas portadoras de deficiência física. A unidade possui ainda espaço para visita íntima, pátios para banho de sol, pátios de visitação, parlatórios para atendimento dos advogados e ala para atendimento de saúde. A inauguração ocorreu em 2025.



Fonte: *Depen–MG*



Fonte: *Depen–MG*

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

INAUGURAÇÃO DA CASA DE CUSTÓDIA

Em fevereiro de 2022, foi inaugurada a primeira Casa de Custódia exclusiva para policiais penais e agentes de segurança socioeducativos de Minas Gerais. O novo local é administrado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), por meio do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen–MG) e da Subsecretaria de Atendimento Socio-educativo (Suase). A unidade prisional tem 90 vagas e acautela policiais penais e agentes de segurança socioeducativos que aguardam julgamento ou cumprem pena.



Fonte: *Sejusp MG*

MELHORIAS NA PENITENCIÁRIA DE BELO HORIZONTE

Em 2023, o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Piep) ganhou uma cozinha–escola totalmente equipada e profissional em que passaram a ser preparadas todas as refeições para as custodiadas. Além da alimentação interna, a cozinha-escola é um espaço de profissionalização. Inicialmente, foram selecionadas 32 custodiadas para receberem capacitação em uma nova profissão, com remuneração e remição de sentença garantidas.





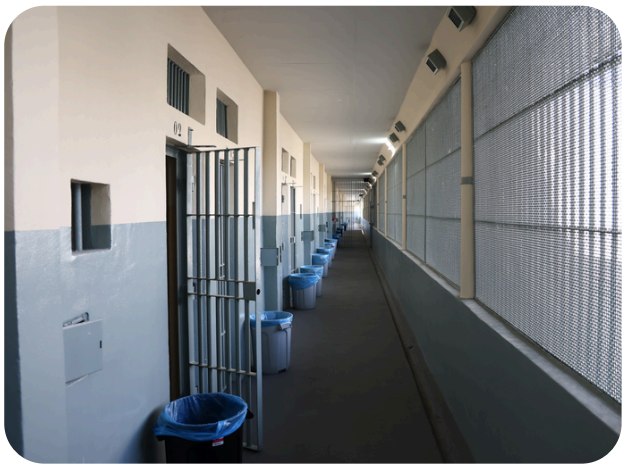
Fonte: *Sejusp MG*

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

SAIU NA MÍDIA!

MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CERESP GAMELEIRA

Em 2024, as obras no Ceresp Gameleira resultaram numa ampliação de 93% no número de vagas. Com as 384 novas vagas, a capacidade passou de 412 para 796. A unidade passou a oferecer melhores condições de cumprimento de pena e possibilidade da realização de atividades de ressocialização.



Fonte: *Depen-MG*

CONCLUSÃO DA MURALHA DA NELSON HUNGRIA

O Governo de Minas, por meio das Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra), concluiu as obras de reforço estrutural dos quatro quilômetros de extensão das muralhas do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Também foram entregues a reforma das guaritas externas e da cerca elétrica, além da substituição parcial das concertinas.



Fonte: *Depen-MG*

REFORMA DA **MURALHA**

R$ 12 MILHÕES

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) promoveu, no período 2021 a 2025, um avanço histórico na proteção, no reconhecimento e na garantia de direitos de grupos vulnerabilizados no sistema prisional mineiro. O principal marco dessa entrega foi a criação e a estruturação do **Núcleo de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos (Nuge+)**, instituído no âmbito da Diretoria de Custódia e Tratamento (DCT).

O Nuge+ consolida-se como instância estratégica voltada à formulação, coordenação e execução de políticas públicas destinadas ao enfrentamento das desigualdades e das vulnerabilidades que afetam grupos específicos no contexto prisional. Sua atuação institucionalizou a padronização do atendimento a públicos vulnerabilizados, tais como pessoas LGBTQIA+, mulheres, pessoas idosas, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, migrantes não nacionais, entre outros.

No quinquênio em referência, destaca-se de forma expressiva o amadurecimento e a consolidação das diretrizes direcionadas à população LGBTQIA+, materializadas nos seguintes marcos:

Em 2021, foi implementada **a primeira unidade prisional exclusiva de referência para a população LGBTQIA+** em Minas Gerais, representando um avanço significativo na garantia da proteção integral desse público, por meio da oferta de espaços de vivência seguros e de atendimento técnico especializado, alinhado às suas especificidades.

Ainda em 2021, ocorreu a institucionalização normativa da política, com a publicação da Resolução SEJUSP nº 173/2021, que estabeleceu diretrizes pioneiras para a custódia, o atendimento e o tratamento de pessoas LGBTQIA+ no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais.

Em 2022, a Sejusp instituiu diretrizes para o acompanhamento dos grupos específicos, estabelecendo metodologia institucional para identificação de públicos vulnerabilizados, o que possibilitou o monitoramento qualificado e a produção de informações estratégicas para a gestão. Além disso, em 2022 houve a implementação de 20 vivências específicas LGBTQIA+ distribuídas em todas as Regiões Integradas de Segurança Pública - RISPs de Minas Gerais, viabilizando a manutenção e resgate dos vínculos familiares e comunitários.

No biênio 2022/2023, houve um avanço na **capacitação dos servidores** por meio da elaboração e disseminação de orientações normativas, instruções técnicas e Memorandos-Circulares, consolidando protocolos obrigatórios relacionados ao uso do nome social, à adequação do tratamento institucional e à padronização dos fluxos de admissão e acolhimento.

Somado a esses esforços, foi implementado, em 2022, o **Projeto Alvará Humanizado** em unidades prisionais exclusivamente femininas. A iniciativa estabeleceu protocolos mínimos voltados à humanização do processo de desligamento das custodiadas, assegurando acolhimento institucional, orientação adequada e respeito à dignidade das mulheres no momento da saída do sistema prisional.

Em 2024, a **ampliação da rede de unidades exclusivas**, com a implementação da segunda unidade prisional para a população LGBTQIA+, fortaleceu a capilaridade da política e consolidou, sob a coordenação do Nuge+, um modelo de monitoramento que passou a incorporar a identidade de gênero e a orientação sexual como critérios técnicos essenciais na individualização da pena.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Cabe destacar que o Núcleo ultrapassou a lógica de iniciativas isoladas, tendo sua atuação sido fundamental também para a elaboração do **Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas – PEAMPE (2024–2027)**.

O Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas – PEAMPE (2024–2027) representa um avanço estratégico e inovador da Sejusp/Depen ao institucionalizar uma política pública voltada às necessidades específicas das mulheres no sistema prisional. Estruturado em diretrizes claras e metas articuladas, o PEAMPE visa promover a humanização das condições de cumprimento da pena, a proteção de direitos fundamentais e a reinserção social, pela integração de ações em saúde, educação, assistência social, trabalho, atendimento jurídico e proteção à maternidade e à infância. O plano também enfatiza a construção de fluxos de atendimento, o fortalecimento de comitês gestores e o uso de dados estratégicos para monitorar e aprimorar permanentemente as políticas destinadas às mulheres custodiadas e egressas, reforçando o compromisso institucional com igualdade, dignidade e sustentabilidade das iniciativas no longo prazo.







2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Paralelamente ao fortalecimento institucional das políticas voltadas aos grupos específicos, a Sejusp, por meio da Diretoria de Classificação Técnica (DCT), registrou um avanço expressivo na produção técnica direcionada à individualização da pena dos indivíduos privados de liberdade (IPLs).
O Programa Individualizado de Ressocialização (PIR) constitui um instrumento essencial para orientar a individualização da pena e promover a reintegração social da pessoa privada de liberdade. Seu propósito é garantir uma assistência alinhada às especificidades e necessidades de cada indivíduo, contemplando as áreas material, de saúde, jurídica, educacional e social, por meio de atendimentos e acompanhamentos contínuos.

No âmbito das Comissões Técnicas de Classificação , foram elaborados, no quinquênio de 2021 a 2025, **101.779 Programas Individualizados de Ressocialização (PIRs)**, resultado que evidencia a consolidação da padronização dos fluxos, a maturidade dos processos técnicos e o compromisso institucional com a ressocialização e a reintegração social.

Ano	Nº PIR Elaborados por ano	Nº de IPLs Classificados*	Nº de IPLs Aptos ao Ensino*	Nº de IPLs Aptos ao Labor*
2021	13.275	11.648	10.511	10.343
2022	18.249	14.680	13.462	12.462
2023	23.010	21.273	19.740	19.212
2024	23.588	17.913	16.765	16.174
2025	23.657	12.276	16.687	16.049

*Nota: É importante ressaltar que os quantitativos de indivíduos classificados e aptos podem apresentar repetições anuais. Tal ocorrência justifica-se pelo ciclo de validade do Programa Individualizado de Ressocialização (PIR), que é de 12 meses, exigindo a reanálise técnica periódica para manter o indivíduo custodiado em condição de aptidão para atividades de ensino e trabalho, bem como trabalhar sua evolução.

NO QUINQUÊNIO DE 2021 A 2025 FORAM ELABORADOS

MAIS DE 100 MIL PROGRAMAS INDIVIDUALIZADOS DE RESSOCIALIZAÇÃO

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) é uma iniciativa do Ministério da Saúde, instituída pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Essa política visa garantir o acesso integral e equitativo das pessoas privadas de liberdade aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo as unidades prisionais como pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Atualmente, o estado de Minas Gerais conta com:

109 **unidades prisionais credenciadas em**

64,50% do total de unidades do estado

100 **municípios aderidos à política**

103 **unidades prisionais com equipes atuantes**

60,95% do total de unidades do estado

- A portaria que regula a PNAISP prevê que o município faça a adesão à política.
- Incentivo: frente ao mínimo de 20%, houve a ampliação do aporte estadual para 40%, no caso da atenção primária básica e 50% para equipes de saúde mental.
- A grande adesão é resultado da sensibilização realizada pela Sejusp MG junto aos municípios.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

14.578 **AUDIÊNCIAS VIRTUAIS** realizadas no período de 2021 e 2025

100% **DAS UNIDADES PRISIONAIS** foram equipadas com estrutura para realização de videoconferências

337.765 **VISITAS REALIZADAS** No período de 2021 a 2025



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

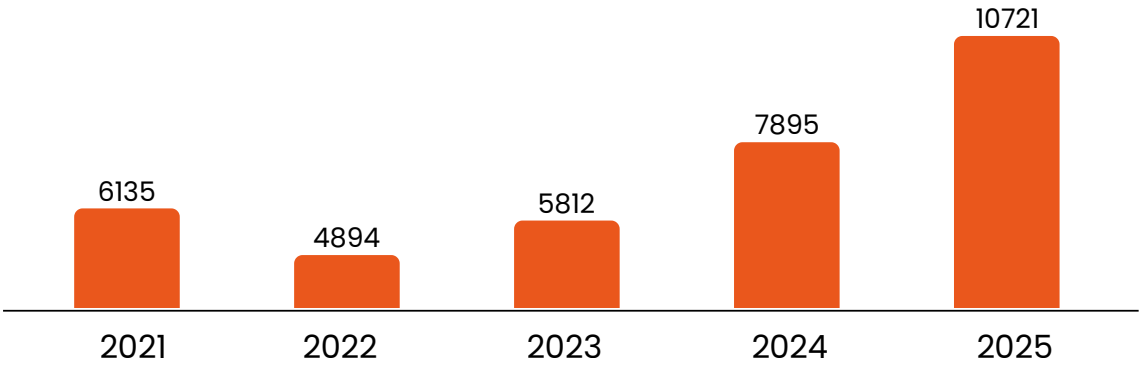
2.1.2 Ampliação e modernização do Sistema Penitenciário

O monitoramento eletrônico de pessoas, previsto na Lei Federal nº 12.258, de 2010, é uma alternativa ao encarceramento. Essa medida consiste no uso de um dispositivo eletrônico pelo indivíduo, que passa a ter sua liberdade controlada por meio de sistemas informatizados de localização, evitando que se distancie ou se aproxime de locais determinados pela Justiça.

Comparando o primeiro semestre de 2023 ao mesmo período de 2025, o número de indivíduos submetidos ao monitoramento eletrônico por tornozeleira em Minas Gerais apresentou um expressivo crescimento, passando **de 2.412 para 8.934 monitorados**.

Esse aumento corresponde a um **acréscimo percentual de aproximadamente 270%** no período. O avanço reflete, em grande medida, os esforços empreendidos pelo Poder Executivo, em articulação com o Poder Judiciário, para fomentar a adoção do monitoramento eletrônico como uma alternativa viável e eficaz à custódia tradicional. Além disso, o monitoramento eletrônico integra políticas públicas que priorizam medidas de restrição de liberdade menos onerosas ao sistema prisional, sem abrir mão da fiscalização e do controle necessários à preservação da ordem pública.

Gráfico 2 – Evolução dos monitorados ativos (2021 a 2025)



Fonte: Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletônico

8.934

indivíduos submetidos ao monitoramento eletrônico por tornozeleira em 2025.



A ampliação do número de tornozeleiras eletrônicas foi viabilizada por meio de um contrato (9386052) com vigência de 36 meses, contados a partir de 25/09/2023. Segundo a Diretoria da UGME **o contrato atual prevê a possibilidade de até 12.933 monitorados**, número que pode aumentar conforme a necessidade por meio de aditivos contratuais.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária

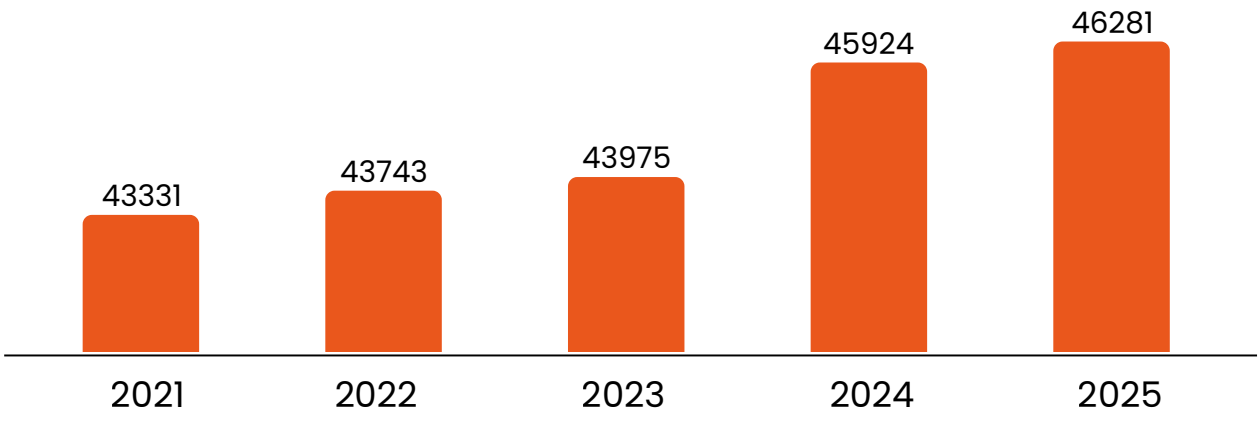
Ao longo do quinquênio 2021–2025, a gestão da Sejusp MG promoveu um dos maiores ciclos de **expansão e requalificação estrutural do sistema prisional** mineiro. As obras executadas em dezenas de unidades — incluindo ampliações, reformas, reativações e entregas de novos blocos e unidades — tiveram impacto direto na criação de vagas e no alívio à superlotação, contribuindo objetivamente para a qualificação do cumprimento da pena.

Esse processo de transformação física e institucional se traduziu em resultados mensuráveis e progressivos ao longo dos anos, conforme dados internos. No início da gestão, no primeiro semestre de 2021, Minas Gerais registrava 43.331 vagas no sistema prisional.

O número de vagas evoluiu consistentemente a cada ano, **alcançando 46.281 vagas ao final de 2025** — um **acréscimo de 2.950 vagas** líquidas em relação ao início da gestão, o que representa um **aumento de 6,8%** na capacidade instalada do sistema.

Este crescimento é ainda mais expressivo quando se considera o contexto nacional, marcado por restrições fiscais, exigências legais e históricos déficits de investimentos na área. Em Minas Gerais, o avanço se deu por meio de uma política pública estruturada e coordenada, que aliou uso estratégico de recursos oriundos de acordos de cooperação, reparações judiciais e investimentos do Tesouro Estadual, garantindo que as obras fossem entregues com celeridade, segurança técnica e racionalidade orçamentária.

Gráfico 3 – Evolução de vagas no sistema prisional (2021 a 2025)



Fonte: Painel SGVA e Painel SGVC/DCS

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

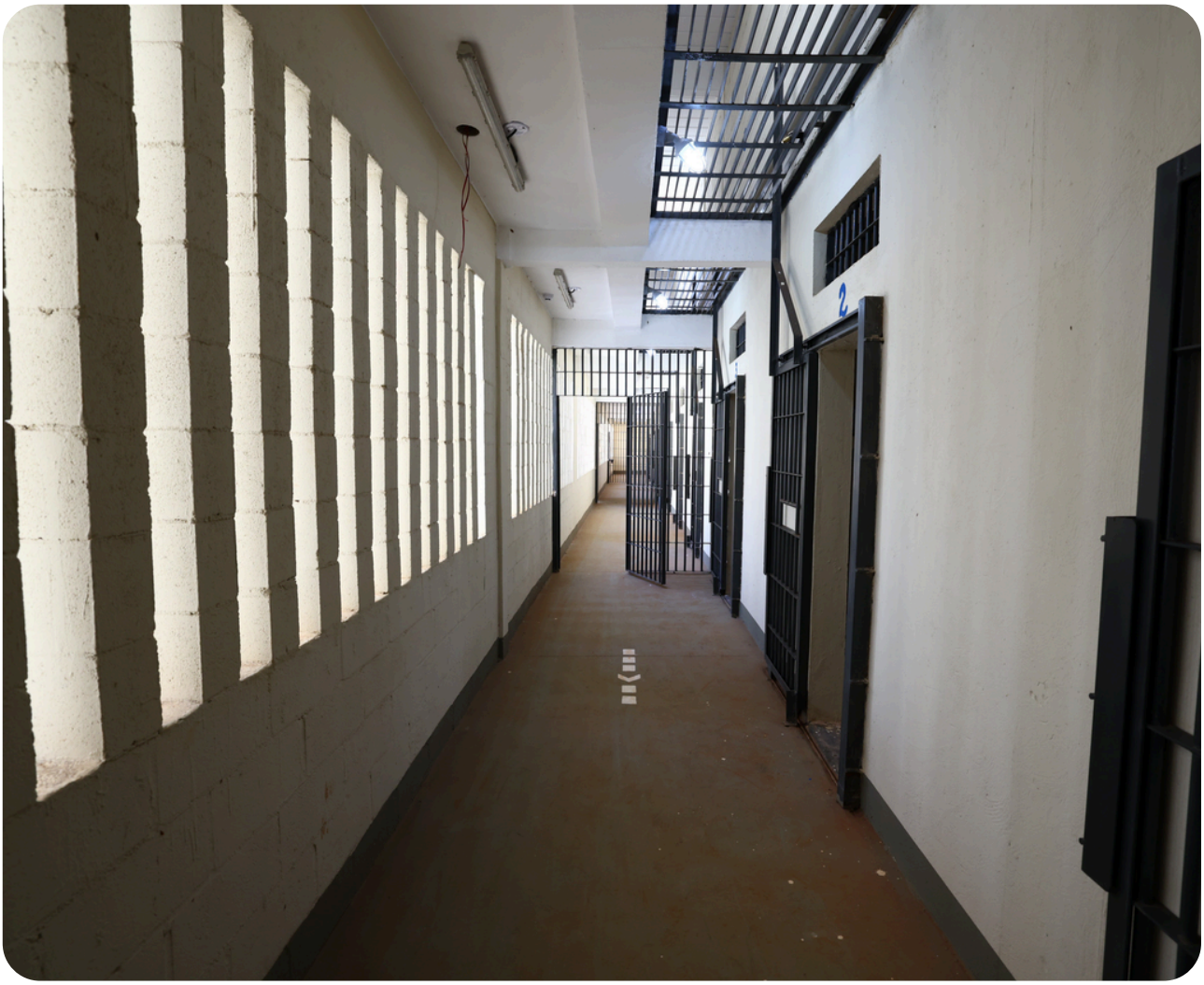
2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária

Entre as principais entregas da gestão estão as ampliações em grandes unidades — como o Presídio de Itajubá, o Presídio de Timóteo e a Penitenciária de Juiz de Fora — e também reformas completas em unidades do interior, como João Monlevade, Ubá, Floramar, Teófilo Otoni e Unaí. Essas obras, além de ampliarem a oferta de vagas, permitiram a **redistribuição interna da população carcerária**, o que impactou positivamente na **qualidade da custódia** e na **segurança das unidades**.

A expansão da capacidade também refletiu um esforço técnico de planejamento e de respeito às normas de segurança, salubridade e dignidade das pessoas privadas de liberdade.

A gestão teve o cuidado de não apenas criar vagas, mas fazê-las com foco na qualificação da estrutura, regionalização do sistema e adequação às necessidades operacionais das forças de segurança e da administração penitenciária.

Ao encerrar o quinquênio com crescimento real e sustentado na capacidade do sistema, a gestão reafirma seu compromisso com uma política penal responsável, humanizada e tecnicamente sólida, consolidando **Minas Gerais como referência nacional** na execução penal.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.3 Vagas criadas e melhoria da infraestrutura penitenciária

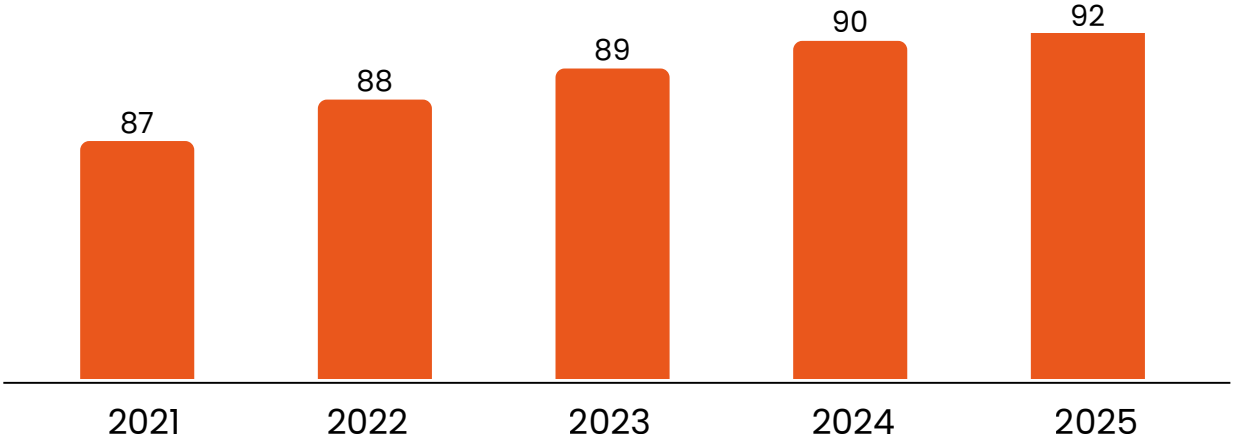
APAC: Evolução da capacidade

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados é entidade privada sem fins lucrativos que atua de forma complementar ao Estado, com a finalidade de auxiliar o Poder Judiciário na execução penal, promover a recuperação da pessoa privada de liberdade, contribuir para a proteção da sociedade, prestar atenção às vítimas e fomentar práticas de Justiça restaurativa.

Em 2025, encontram-se vigentes em MG 49 Termos de Colaboração celebrados com APACs, além de 01 Termo de Colaboração firmado com a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entidade responsável por orientar, fiscalizar e padronizar a aplicação do Método APAC.

O Método APAC constitui um modelo de gestão prisional de caráter humanizado, orientado à valorização da pessoa e à ressocialização, sem afastar a finalidade punitiva inerente à execução da pena, mas buscando realizá-la de maneira estruturada, disciplinada e alinhada a princípios de responsabilização e reintegração social.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de ocupação (%) em APACs 2021-2025



Fonte: Elaborado a partir de dados do Dashboard SGVC/DCS - APACs

No âmbito da estrutura orgânica da SEJUSP, destaca-se a existência de uma unidade dedicada ao tema — a Diretoria de Custódias Complementares (DCS) — à qual compete o acompanhamento técnico e a gestão dos diversos Termos de Colaboração firmados com tais entidades. Conforme os controles internos da DCS, as unidades APAC mantiveram, entre 2021 e 2025, **taxas anuais de ocupação elevadas e crescentes**, variando de **86,9% em 2021 para 91,5% em 2025**, com patamares intermediários de **88,1% em 2022, 89,0% em 2023 e 89,8% em 2024**, o que evidencia a elevada utilização das vagas pactuadas e a consolidação do Método APAC como alternativa penal amplamente demandada no Estado.

Ressalte-se, por fim, que o Estado de **Minas Gerais concentra cerca de 70% das APACs do Brasil**, fato que evidencia a priorização e valorização dessa política pública no território estadual, bem como a centralidade atribuída aos seus princípios e diretrizes orientadoras.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo

O sistema socioeducativo desempenha papel fundamental na responsabilização e ressocialização de jovens adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, promovendo direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Vai além da punição: oferece educação, profissionalização, assistência psicológica e suporte familiar, funcionando como ferramenta essencial para prevenir a reincidência e fortalecer vínculos sociais e familiares. A regionalização desse sistema reforça sua efetividade: ao descentralizar unidades, aproxima os jovens de suas comunidades e redes familiares, melhorando o acompanhamento jurídico, escolar e social, além de reduzir deslocamentos e custos logísticos.

Portanto, trata-se de um sistema regionalizado, com **42 Unidades Socioeducativas em 20 municípios distintos**, sendo 24 Centros Socioeducativos (executam medida socioeducativa de internação, de internação sanção e de internação provisória), 18 Casas de Semiliberdade (executam medida socioeducativa de semiliberdade). Historicamente, Minas Gerais estabelece metas territoriais para expandir e qualificar o atendimento socioeducativo (conforme previsto nos instrumentos de planejamento, como PPAG), promovendo a implementação de unidades físicas em cada região. **Entre 2021 e 2025, foram geradas 236 novas vagas em diversos centros.**

A regionalização do sistema socioeducativo mineiro se revela essencial para garantir um atendimento qualificado e eficaz aos jovens e adolescentes em conflito com a lei, ao aproximar as unidades de suas comunidades de origem. A ampliação e distribuição das unidades pelo território mineiro demonstram esse compromisso: foram criadas casas de semiliberdade em Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Contagem e Uberlândia (feminina), Lavras e Itabira somando 160 novas vagas nessa modalidade; além disso, a interiorização das vagas de internação se concretizou com a implantação de centros em Araxá (17 vagas), Tupaciguara (38 vagas) e Contagem (21 vagas). Essa estratégia fortalece os vínculos familiares e comunitários dos jovens e adolescentes, além de permitir maior integração com as políticas locais de saúde, educação e assistência social, promovendo uma ressocialização mais efetiva e sustentável.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo

Além da geração de vagas regionalizadas, no âmbito da regionalização do atendimento socioeducativo em Minas Gerais, **a Portaria SUASE nº 04, de 28 de outubro de 2025,** representa um avanço institucional ao **instituir os Núcleos de Gestão Mista nas unidades socioeducativas, com atuação direta de Agentes de Segurança Socioeducativos (AGSE)**. A medida fortalece a presença do Estado nas unidades geridas por contratos de gestão, assegurando a padronização dos procedimentos de segurança, o alinhamento às diretrizes da política socioeducativa e a articulação com as especificidades regionais. Ao permitir uma atuação mais integrada e territorializada, a portaria contribui para a qualificação do atendimento, a maior capacidade de resposta às demandas locais e a consolidação de um modelo regionalizado que combina eficiência administrativa, controle estatal e garantia de direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

o Sistema Socioeducativo também vem implementando os **Núcleos Locais de Práticas Restaurativas** em suas unidades. Esses núcleos são espaços estruturados onde profissionais capacitados — como educadores, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, advogados e agentes socioeducativos — promovem diálogos, círculos de conversa e mediações voltadas à responsabilização, escuta ativa e reconstrução de vínculos entre jovens e adolescentes em cumprimento de medidas, suas famílias e a comunidade envolvida.

Esses núcleos atuam como instrumentos de justiça restaurativa, oferecendo oportunidades para que os jovens compreendam o impacto de suas ações, reflitam sobre comportamentos e encontrem caminhos construtivos para a reintegração social, criando uma cultura de responsabilização solidária e colaborativa.

Entre 2021 e 2025, a implantação dos Núcleos Locais de Práticas Restaurativas passou por uma evolução significativa e organizada. A expansão ganhou impulso e organização a partir da Resolução Sejusp MG nº1.469, de outubro de 2023, que instituiu o Núcleo de Orientação Institucional e Solução Pacífica de Conflitos (ÊNÓIS) como instância responsável pela orientação metodológica, formação e monitoramento das práticas restaurativas nas unidades. A partir dessa medida, foi possível sistematizar os processos de implantação dos núcleos, promover formações específicas para servidores e garantir que as metodologias restaurativas fossem incorporadas de forma alinhada às diretrizes institucionais. Considerando tais atos preparatórios, até o início de 2025 já haviam sido implantados 39 núcleos locais, **cobrindo aproximadamente 85% das unidades socioeducativas de Minas Gerais**, resultado de um planejamento articulado e sustentado por políticas públicas consistentes.



SAIU NA MÍDIA!

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.4 Regionalização do atendimento socioeducativo

DESTAQUE : Novo Núcleo de Práticas Restaurativas do Socioeducativo

Em 2025, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), inaugurou um novo Núcleo de Práticas Restaurativas no Centro de Internação Provisória (Ceip) Dom Bosco, em Belo Horizonte. O espaço foi implantado com o objetivo de oferecer aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa alternativas qualificadas para a resolução de conflitos, por meio de metodologias restaurativas baseadas no diálogo, na escuta e na construção coletiva de soluções.

Com a inauguração, o sistema socioeducativo mineiro passou a contar com 39 núcleos de práticas restaurativas, consolidando a expansão dessa abordagem em unidades de internação provisória, centros socioeducativos e casas de semiliberdade em todo o estado. As práticas restaurativas contribuem para a promoção da cultura de paz, para a responsabilização cidadã dos jovens e para o aprimoramento do atendimento socioeducativo, ao transformar conflitos em oportunidades de aprendizado e fortalecimento de vínculos.

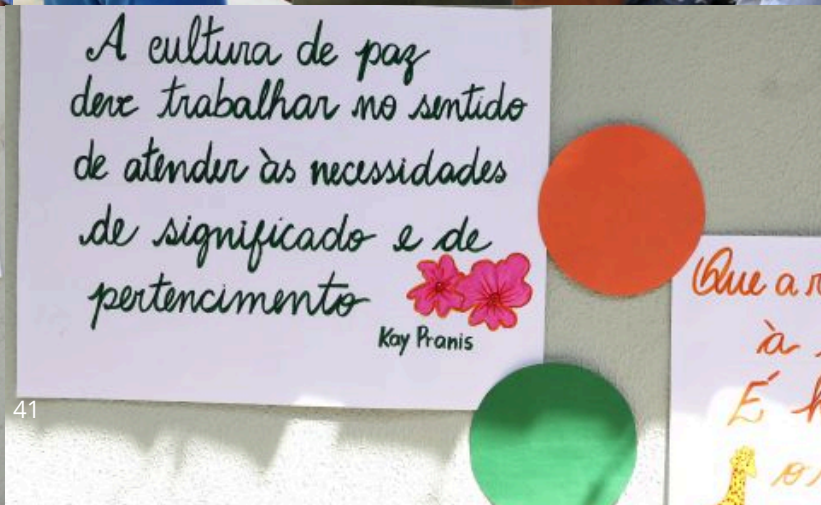
A iniciativa integra as diretrizes da política socioeducativa conduzida pela Sejusp, que vem incorporando metodologias inovadoras e humanizadas na gestão de conflitos, com foco na prevenção da violência institucional, na qualificação do ambiente socioeducativo e na construção de trajetórias mais positivas para adolescentes em conflito com a lei.

Fonte: Sejusp - Clique aqui









2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

Geração de Vagas no **SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Entre os anos de 2021 e 2025, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), promoveu avanços significativos na gestão do sistema socioeducativo, com foco na ampliação de vagas, na recuperação de unidades e no fortalecimento da infraestrutura para o atendimento de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Entre as principais ações, destacam-se a inauguração de novas unidades, como o **Centro Socioeducativo Tupaciguara, a Casa de Semiliberdade Uberlândia e a Casa de Semiliberdade Contagem**, além da implantação da **Casa de Semiliberdade Lavras**.

Também foram realizadas obras de readequação e reabertura de centros, como o **Centro de Internação Provisória São Benedito e o Centro Socioeducativo Lindeia,** possibilitando a retomada de vagas e a melhoria das condições de acolhimento. Além das inaugurações, a obra da nova unidade socioeducativa de Alfenas foi concluída, com geração de 80 novas vagas.

As novas construções, ampliações e reformas buscaram não apenas aumentar a capacidade do sistema socioeducativo, mas principalmente requalificar o sistema e adequar vagas ofertadas pelas unidades mineiras ao preconizado pelo Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (Sinase), otimizando o acolhimento dos jovens e garantindo a estrutura necessária ao seu percurso de recuperação.

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas no ano de 2021:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R$)
CSE Ribeirão das Neves	Reforma geral da unidade	R$126.845,69
CSE Pirapora	Reforma geral da unidade	R$20.737,43
CSE Uberaba	Reforma de funcionalidade dos blocos	R$180.792,20
CSE Governador Valadares	Reforma geral da unidade	R$653.642,88



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas no ano de 2022:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R$)
CSE Teófilo Otoni	Reforma geral da unidade	R$1.624.158,77
CSE Sete Lagoas	Reforma geral da unidade	R$862.293,24
Centro Socioeducativo de Alfenas	Construção da unidade com geração de 76 vagas (inauguração prevista para 2026)	R$16.157.395,50
CSE Ribeirão das Neves — Justinopólis	Reforma geral da unidade	R$180.161,23
CSE Pirapora	Obras de manutenção e revitalização estrutural da unidade	R$276.179,39

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas no ano de 2024:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R$)
CIA–BH	Execução das Obras de Reforma e Adequação	R$972.152,78
CSE São Benedito	Reforma geral da unidade	R$762.664,22
CSE Pirapora	Construção da sala multiuso	R$162.329,38

Abaixo, estão especificadas as melhorias realizadas em cada unidade no ano de 2025:

UNIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL (R$)
CSE Montes Claros	Reforma geral da unidade	R$2.606.813,46
CSE Sete Lagoas	Reforma geral da unidade	R$3.654.105,77
CEIP Dom Bosco	Reforma e adequação estrutural dos Núcleos 01 a 04, com melhorias nas instalações, cobertura, áreas externas e de apoio, incluindo segurança, acessibilidade, saneamento e substituição de coletores solares.	R$2.131.319,19

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

ANO	UNIDADES	VAGAS INTERNAÇÃO	VAGAS SEMILIBERDADE
2021	Casa de Semiliberdade Patos de Minas		20
	Casa de Semiliberdade Patrocínio		20
	Casa de Semiliberdade Uberaba		20
	Casa de Semiliberdade Uberlândia		20
	Centro de Internação Provisória Araxá	17	
	Centro Socioeducativo Tupaciguara	38	
2024	Casa de Semiliberdade Contagem		20
	Casa de Semiliberdade Feminina Uberlândia		20
	Centro de Internação Provisória Contagem	21	
2025	Casa de Semiliberdade de Lavras		20
	Casa de Semiliberdade de Itabira		20

Fonte: SUASE/Sejusp MG

236 VAGAS GERADAS

de internação e de semiliberdade no quinquênio 2021-2025

MAIS DE

R$27 milhões

INVESTIDOS

Obs: Os quantitativos apresentados de vagas geradas decorrem de processo de reestruturação e redistribuição estratégica da capacidade instalada, podendo envolver redimensionamentos e eventuais desativações em outras unidades, não se caracterizando, necessariamente, como criação de vagas líquidas no sistema socioeducativo.







2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE : Investimento no Socioeducativo

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública inaugurou, em 2025, a Casa de Semiliberdade de Itabira, unidade destinada ao cumprimento de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O equipamento amplia a oferta de atendimento na região, possibilitando que adolescentes cumpram a medida de semiliberdade em ambiente estruturado e mais próximo de seus vínculos familiares e comunitários.

A unidade foi implantada por meio de Contrato de Gestão com Organização da Sociedade Civil, sob acompanhamento da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), responsável pela coordenação das políticas socioeducativas da Sejusp. O espaço conta com estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades previstas na medida, incluindo áreas destinadas ao acolhimento, à rotina socioeducativa e ao suporte administrativo.

A inauguração da Casa de Semiliberdade de Itabira integra as ações da Sejusp voltadas à ampliação e descentralização do atendimento socioeducativo em Minas Gerais, fortalecendo a rede estadual de execução de medidas e contribuindo para a efetivação dos direitos assegurados pelo ECA, com foco na responsabilização acompanhada de oportunidades de desenvolvimento social e educacional.





Fonte: Sejusp - Clique aqui



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.5 Novas vagas e melhoria da infraestrutura socioeducativa

Essas iniciativas foram acompanhadas pela consolidação da **Central de Vagas**, que otimizou o fluxo de admissões e transferências, garantindo uma gestão mais eficiente e equilibrada da capacidade instalada. Todos esses esforços demonstram o compromisso da gestão com a descentralização das unidades e com a regionalização do atendimento, facilitando o contato familiar e promovendo a reintegração social dos jovens.

Destaca-se que, a partir da efetivação da ferramenta, passou a ser possível disponibilizar vagas em menos de 24 horas a contar das solicitações, configurando um cenário inédito e um marco relevante para o Sistema Socioeducativo.



O **Grupamento de Ações Rápidas (GAR)** foi instituído pela Resolução Sejusp MG nº 228, de 14 de setembro de 2021, com a missão de reforçar a segurança socioeducativa. O GAR possui sede própria em Belo Horizonte/MG, viatura operacional e conta ainda com os instrumentos de menor potencial ofensivo, autorizados pela Resolução Sejusp MG nº 334/2021, visando a garantia da eficiência e da segurança de suas operações. Nesse sentido, foi também estabelecido um Protocolo de Atuação para apoiar as Unidades Socioeducativas em rotinas e escoltas de modo que o Grupamento se encontre pronto para atuação de forma estratégica, oferecendo suporte às Unidades Socioeducativas e assegurando uma atuação rápida e eficaz sempre que necessário.



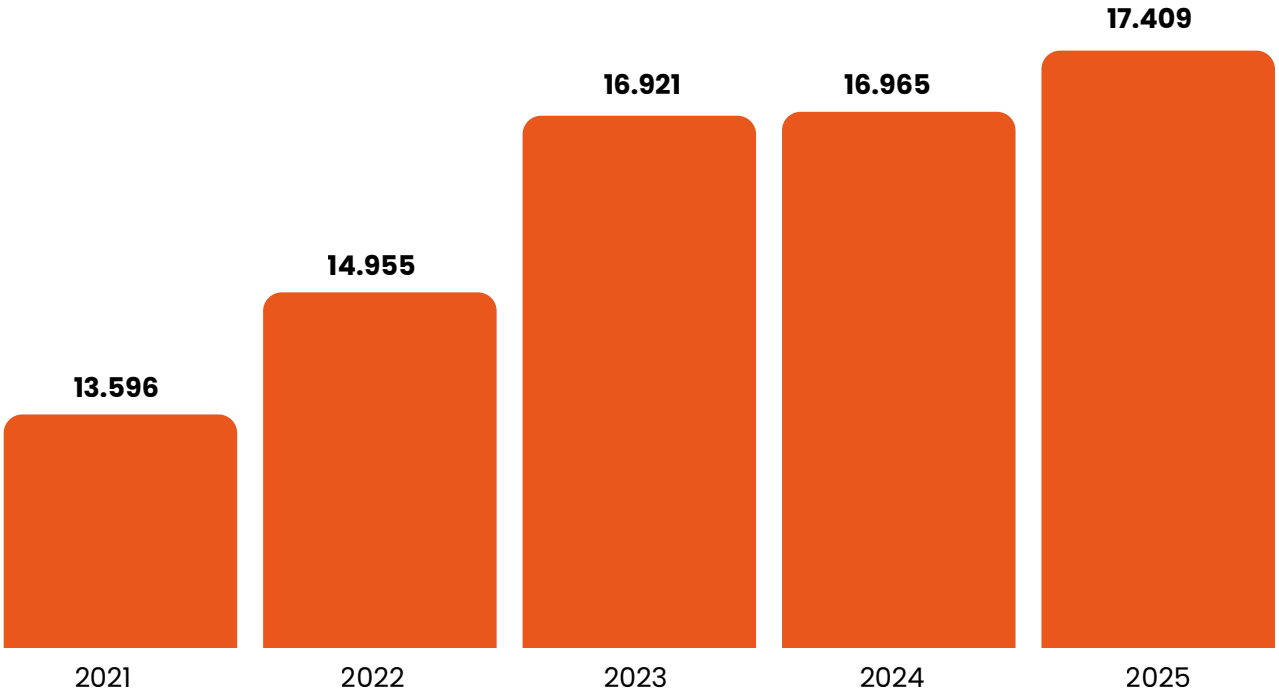
2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

A gestão consolidou, no sistema prisional mineiro, uma política de reintegração social baseada no trabalho e na capacitação como ferramentas de transformação. Essa abordagem, articulada com o setor público e privado, ampliou as oportunidades de dignidade, qualificação e redução da reincidência criminal para milhares de indivíduos privados de liberdade (IPL). De 2021 a 2025, o número de custodiados em atividades laborais apresentou crescimento expressivo e constante, evoluindo de 13.596 IPLs trabalhando em 2021 para 17.409 em 2025.

Gráfico 5 – IPLs trabalhando em MG - 2021 a 2025



Fonte: Painel (BI) Diretoria de Trabalho e Produção/Sejusp MG.

O aumento representa uma **evolução de 28% no período**, tratando-se do resultado direto da ampliação da política de ocupação produtiva e da abertura de novas frentes de trabalho nas unidades prisionais.

Esse crescimento foi viabilizado, em grande parte, pelo fortalecimento das parcerias institucionais e empresariais. O número de **parcerias de trabalho ativas** passou de 232, em janeiro de 2021, para **435**, em dezembro de 2025, o que correspondente a um **aumento percentual de aproximadamente 87,5%** no período analisado.

Essas parcerias são fundamentais para a ressocialização dos IPLs, auxiliando em sua reintegração à sociedade e reduzindo a reincidência criminal. Em contrapartida, os parceiros têm acesso a mão de obra com custos reduzidos, isenção de encargos trabalhistas (CLT) e, muitas vezes, espaço físico disponível dentro da própria unidade prisional.

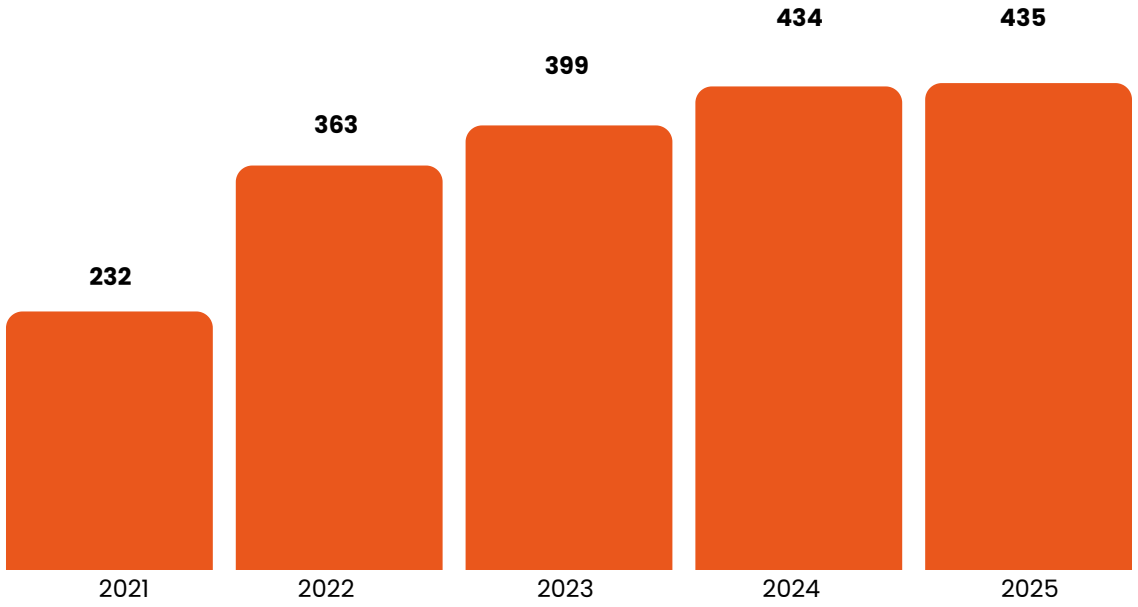
O fortalecimento das parcerias permitiu diversificar os ramos de atuação e aumentar a capilaridade dos projetos de trabalho dentro e fora dos estabelecimentos prisionais, conforme o gráfico na página a seguir:

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

Gráfico 6 – Número de Parcerias de Trabalho Ativas - 2021 a 2025



Fonte: Painel (BI) Diretoria de Trabalho e Produção/Sejusp MG.

Entre as atividades laborais desenvolvidas viabilizadas pelas parcerias ativas, destacam-se:

- Produção de blocos de concreto utilizados em obras públicas e internas.
- Confecção de uniformes, roupas hospitalares, lençóis e itens de vestuário.
- Hortas comunitárias e cultivo de alimentos para autoconsumo e doação.
- Manutenção predial, serviços gerais, lavanderia, marcenaria, serralheria, panificação, jardinagem e elétrica.
- Implantação de cozinhas administradas, com atuação direta dos custodiados na preparação das refeições nas unidades.
- Produção de fraldas e absorventes para uso interno e doações.

Ao promover o trabalho como instrumento de cidadania e ressocialização, a gestão caminha no sentido de transformar o sistema prisional mineiro em um ambiente de reconstrução e oportunidade, com impactos concretos na vida dos custodiados e na segurança pública do estado.





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

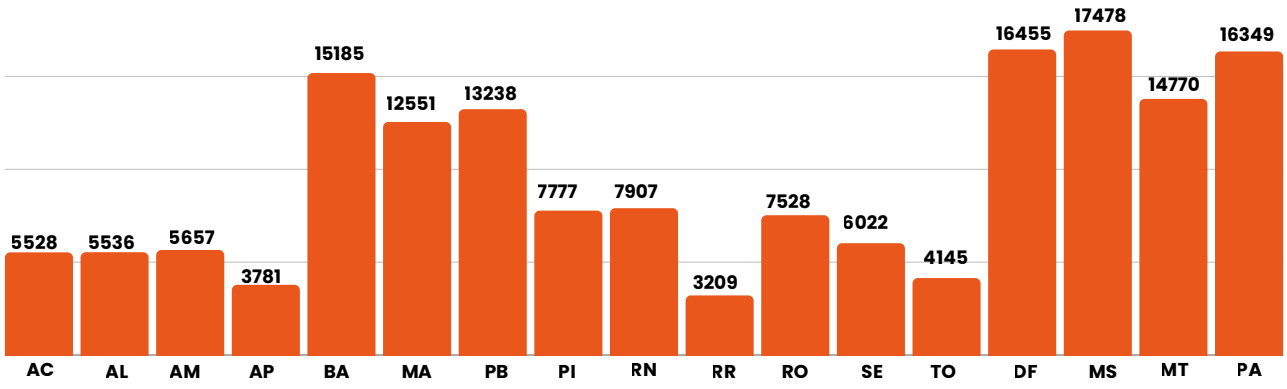
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

Minas Gerais se destaca como **referência nacional** na promoção da reinserção social por meio do trabalho no sistema prisional. O estado mantém **mais de 400 parcerias ativas**, proporcionando oportunidades de qualificação profissional e ocupação para mais de **17.000 pessoas privadas de liberdade** atualmente envolvidas em atividades laborais. Considerando os Postos de Trabalho*, segundo dados disponibilizados pela Diretoria de Trabalho e Produção da Sejusp/MG em seu painel interno, observa-se que, em dezembro de 2021, havia 14.641 postos registrados. Em dezembro de 2025, esse quantitativo alcançou 18.814 postos, representando um incremento absoluto de 4.173 postos e um crescimento aproximado de 28,5% no período.

No cenário nacional, Minas Gerais registra a **segunda maior quantidade de pessoas privadas de liberdade em atividade laboral no Brasil,** atrás somente do estado de São Paulo (SISDEPEN/SENAPPEN - 2025/1). Esse resultado evidencia a dimensão e a capilaridade das políticas de trabalho prisional no estado. Neste sentido, observa-se que a quantidade de IPLs trabalhando em Minas é maior que a população total de IPLs de diversos estados, conforme abaixo:

Gráfico 7 – Estados brasileiros com população carcerária total abaixo do número de IPLs trabalhando em Minas Gerais – 2025/1



Fonte: Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) - SENAPPEN-2025/1

* A quantidade de IPLs trabalhando em Minas é muito próxima à população carcerária total em regime fechado de Mato Grosso do Sul (MS).

De acordo com levantamento de informações penitenciárias do SISDEPEN, em 2025 (primeiro semestre), **o número de pessoas privadas de liberdade em atividade laboral em Minas Gerais superou a população carcerária total em regime fechado de 16 estados brasileiros**, evidenciando o avanço de Minas Gerais nas políticas de ressocialização por meio do trabalho prisional.

*No contexto prisional, a distinção entre pessoas trabalhando e postos de trabalho é especialmente relevante, uma vez que um mesmo custodiado pode ocupar mais de um posto em momentos distintos (por turnos, escalas ou atividades complementares), enquanto outros postos podem existir sem preenchimento contínuo. Assim, o número de postos de trabalho refere-se à quantidade de vagas ou funções ofertadas no sistema prisional, ao passo que o número de pessoas trabalhando corresponde ao total de indivíduos efetivamente envolvidos em atividades laborais, independentemente da quantidade de postos por eles ocupados.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

Minas lidera ranking nacional de empresas que contratam presos

Minas Gerais é o estado com o maior número de empresas reconhecidas no 5º Ciclo de Concessão do Selo Nacional de Responsa-bilidade Social pelo Trabalho no Sistema Penal. O selo premia organizações que promovem a reintegração social por meio da oferta de traba-lho a pessoas privadas de liberdade.

O selo representa uma importante ferramenta de incentivo e reconhecimento às empresas que promovem a reintegração social, ao contribuí-rem ativamente para a reinserção de pessoas privadas de liberdade no mercado de trabalho e na sociedade.

Ao longo das cinco edições do Selo Resgata, **Minas Gerais vem se consolidando como referência nacional na promoção do trabalho de pessoas privadas de liberdade**. No 1º Ciclo (2017/2018), o estado já respondia por 31 das 127 empresas cadastradas no país. Esse protagonismo se ampliou de forma expressiva nos ciclos seguintes, alcançando 106 das 198 empresas no 2º Ciclo (2018/2019) e 179 das 372 no 3º Ciclo (2019/2020). Mesmo em um contexto de redução no número total de empresas participantes no 4º Ciclo (2021/2022), Minas Gerais manteve posição de destaque, com 111 das 276 organizações reconhecidas. No 5º Ciclo (2022/2023), **o avanço foi ainda mais significativo, com 233 das 407 empresas cadastradas nacionalmente sediadas em Minas Gerais,** reafirmando a força e a continuidade da política estadual de incentivo ao trabalho prisional como instrumento efetivo de reintegração social e redução da reincidência criminal.

Fonte : *Sejusp MG*



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

DESTAQUES DO QUINQUÊNIO NA SOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO

Confecção têxtil própria
Fabricação dos uniformes e lençóis utilizados no próprio sistema prisional. A mensuração da produção foi iniciada em 2022 e, até a última atualização (novembro de 2025), a produção chegou a **262.555 calças**, **294.663 bermudas**, **20.122 camisas e 380.687 lençóis**.

Fábrica de artefatos de concreto
Parcerias de trabalho firmadas com prefeituras para a produção de bloquetes/meio-fio para pavimentação de vias públicas. Entre 2021 e 2025, foram **23 novas parcerias formalizadas** com municípios.

Fábrica da Alegria
Produção de brinquedos pedagógicos em madeira, destinados à doação a entidades de assistência social. Ao todo, 10 unidades prisionais fabricam os itens por meio da mão de obra carcerária e, até o momento, **já foram doados 84.143 brinquedos**.

Padaria Escola
Curso de fabricação de pães oferecido pelo Senai, na Penitenciária de Juiz de Fora — José Edson Cavalieri.

Mobiliando Sorrisos
Produção de móveis para instituições assistenciais.







2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE ATIVIDADES LABORAIS

Fabricação de bloquetes em unidades prisionais: trabalho que ressocializa e beneficia a comunidade

A instalação de fábricas de bloquetes dentro de unidades prisionais tem se consolidado como uma estratégia eficaz de ressocialização, aliando capacitação profissional, redução de pena e retorno social direto à comunidade. O modelo funciona com a instalação de maquinário especializado no interior das unidades prisionais, operado por indivíduos privados de liberdade (IPLs), que atuam na produção de bloquetes e outros artefatos de concreto. Essa atividade gera benefícios tanto para os custodiados quanto para a sociedade.

Além de aprenderem um ofício e desenvolverem disciplina e responsabilidade, os IPLs têm direito à remição de pena — a cada três dias de trabalho, reduzem um dia da pena total, conforme previsto na Lei de Execução Penal. Os artefatos produzidos são utilizados principalmente na pavimentação de ruas, calçadas e praças, concontribuindo diretamente para a melhoria da infraestrutura urbana de municípios parceiros.

Um exemplo de destaque é o Presídio de Resende Costa, localizado na região do Campo das Vertentes, Minas Gerais, que mantém uma parceria com a prefeitura local para a fabricação de bloquetes de concreto. Esses bloquetes são utilizados na pavimentação de ruas e praças da cidade e dos distritos vizinhos, beneficiando diretamente mais de 11 mil moradores.

Nesse contexto, dados internos da Diretoria De Trabalho e Produção demonstram a consolidação da política entre 2021 e 2025, com crescimento do número de unidades prisionais com fábricas de bloquetes de 10, em 2021, até o pico de 20, em 2023, seguido de leve redução e estabilização em patamar elevado nos anos seguintes. Essa trajetória indica uma fase de expansão inicial, seguida de maturação da iniciativa, sem perda de relevância. A manutenção de níveis expressivos reforça que o modelo se firmou como instrumento estruturante de ressocialização, articulando capacitação profissional, remição de pena e retorno social por meio da produção de artefatos utilizados em benefício direto da comunidade.





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

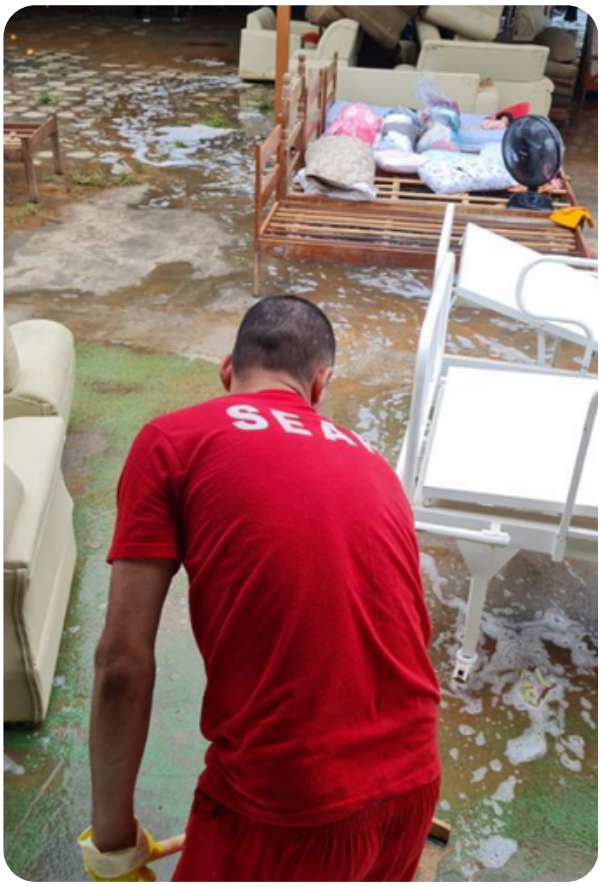
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE ATIVIDADES LABORAIS

Em situações de calamidade pública, como as fortes chuvas que atingiram diversas cidades de Minas Gerais, o trabalho de ressocialização realizado pelos presos representa uma importante contribuição tanto para a recuperação das comunidades afetadas quanto para o processo de reintegração social dos indivíduos privados de liberdade.

Em cidades como Salinas, Ponte Nova, Rio Pardo de Minas, Ipatinga e Santana do Paraíso, detentos receberam autorização judicial para atuar na limpeza de ruas, remoção de lama e destroços, e recuperação de áreas afetadas pelas enchentes. Essas ações não apenas contribuem para a reconstrução física das cidades, como também promovem a remição de pena, permitindo que os presos reduzam sua sentença por meio do trabalho, conforme previsto na Lei de Execução Penal.



***Fonte**: Depen-MG*



***Fonte:** Sejusp MG*

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

LIBERDADE EM CICLOS - PRODUÇÃO DE ABSORVENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS

O acesso a itens de higiene menstrual ainda é um desafio para milhares de mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Pensando nisso, o Governo de Minas Gerais implementou, em 2021, o projeto Liberdade em Ciclos, uma iniciativa que busca garantir dignidade menstrual a mulheres privadas de liberdade e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente, um programa da Sejusp, o Liberdade em Ciclos, iniciou-se como um projeto do **Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) em parceria com a Loteria Mineira**.



34.948 pacotes produzidos e doados para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), via acordo de cooperação técnica.

2.000 pacotes de absorventes doados em apoio às vítimas das enchentes no **Rio Grande do Sul.**

3.000 pacotes de fraldas doados para instituição sem fins lucrativos credenciadas.

Entre 2022 e 2025, o programa produziu 70.543 pacotes de absorventes e 6.587 de fraldas.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

DESTAQUE : LIBERDADE EM CICLOS – PRODUÇÃO DE ABSORVENTES E FRALDAS DESCARTÁVEIS

Atualmente, as unidades prisionais que produzem as fraldas e os absorventes em Minas Gerais são o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio de Tupaciguara, Presídio de Ituiutaba, Penitenciária de Teófilo Otoni, Presídio de Floramar e Presídio de Andradas.



O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública reforçou o pioneirismo de Minas, que serviu de exemplo para a todo o território nacional. "O Liberdade em Ciclos foi implantado aqui em Minas Gerais em 2021. O projeto é tão impactante que o **Governo Federal se inspirou na nossa produção e criou um projeto semelhante**, para que a iniciativa pudesse ser replicada em outras unidades prisionais da federação. Ficamos felizes em saber que servimos de exemplo e que, mais uma vez, o pioneirismo é mineiro", ressaltou Rogério Greco.

"Entre 2023 e 2024, o projeto foi contemplado com mais de R$ 1 milhão em emendas parlamentares, destinado à aquisição de maquinários e custeio do projeto."

Fonte : *Sejusp MG*





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

CULTIVANDO A LIBERDADE (HORTA)

Verduras e legumes fresquinhos cultivados por detentos de todo o estado chegam semanalmente à mesa de quem mais precisa. No quinquênio **de 2021 a 2025, mais de 500 toneladas de alimentos foram doadas** pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG). A produção, realizada em 45 unidades prisionais, beneficia instituições assistenciais e educacionais, unindo ressocialização e solidariedade.



Governo de Minas colhe **resultados** > **500 toneladas** doadas > e vidas transformadas pelo trabalho no sistema prisional

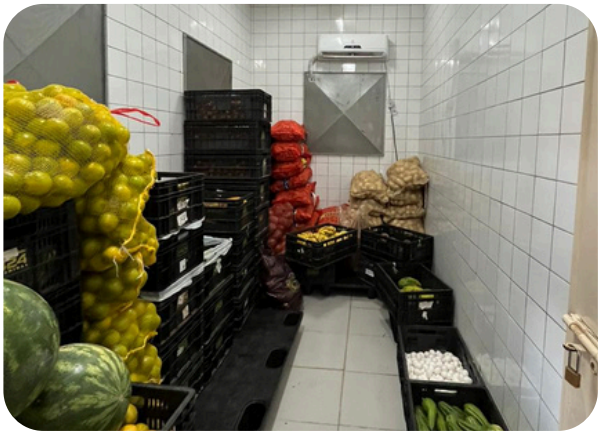


2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

COZINHAS ADMINISTRADAS





Desde o início desta gestão, a alimentação administrada, produzida no interior das unidades prisionais pelos próprios IPL, tem sido um prioridade. O projeto possui dois grandes objetivos: em primeiro lugar, **garantir alimentação de maior qualidade para os custodiados**; além disso, a iniciativa ainda oferece capacitação profissional, tendo em vista a ressocialização, a reintegração efetiva à vida em liberdade após o cumprimento da pena, e mais uma oportunidade de trabalho com remição de pena.

O projeto piloto de cozinha-escola no sistema prisional mineiro foi inaugurado em 2023, no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em Belo Horizonte.

Foram 32 custodiadas selecionadas pela Comissão Técnica de Classificação da unidade para receberem a capacitação e atuarem na cozinha-escola.

As intervenções contaram com a implantação de uma recepção/pré-higienização, despensa fria, despensa, cozinha, refeitório, área de circulação, vestiários, escaninhos, depósito de material de limpeza, sala de nutricionista e pátio coberto. Os acessos externos à cozinha também foram ampliados e reformados.

Fonte: Sejusp MG



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

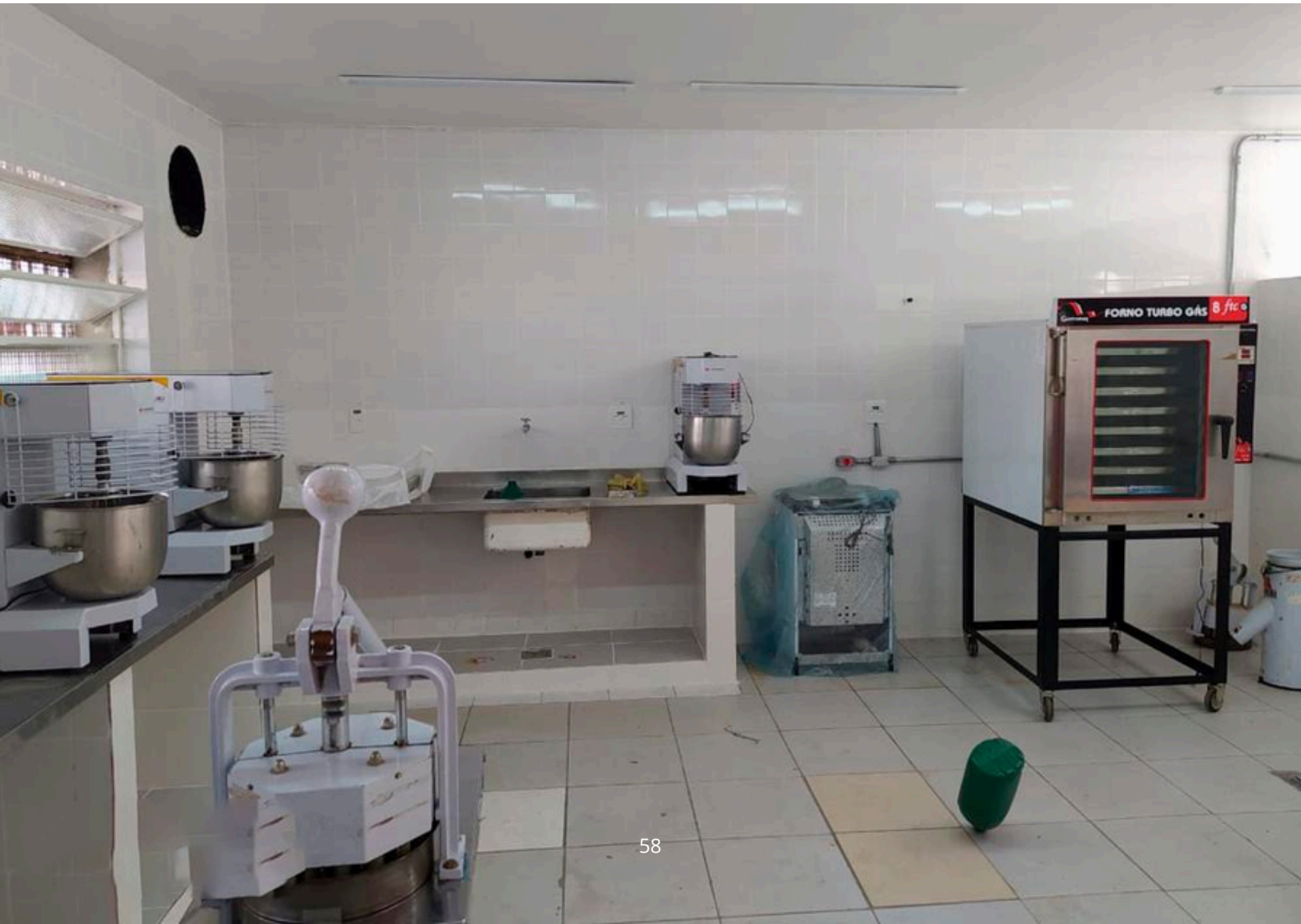
Sistema Prisional

COZINHAS ADMINISTRADAS

Todas as novas unidades prisionais contam com cozinhas-escola — Ubá, Iturama e Frutal —, às quais se soma a unidade de Alfenas. A Penitenciária de Juiz de Fora já possui, desde 2021, uma panificadora-escola responsável pela produção diária dos pães para as duas penitenciárias do complexo de Juiz de Fora.

Fonte: *Depen-MG*





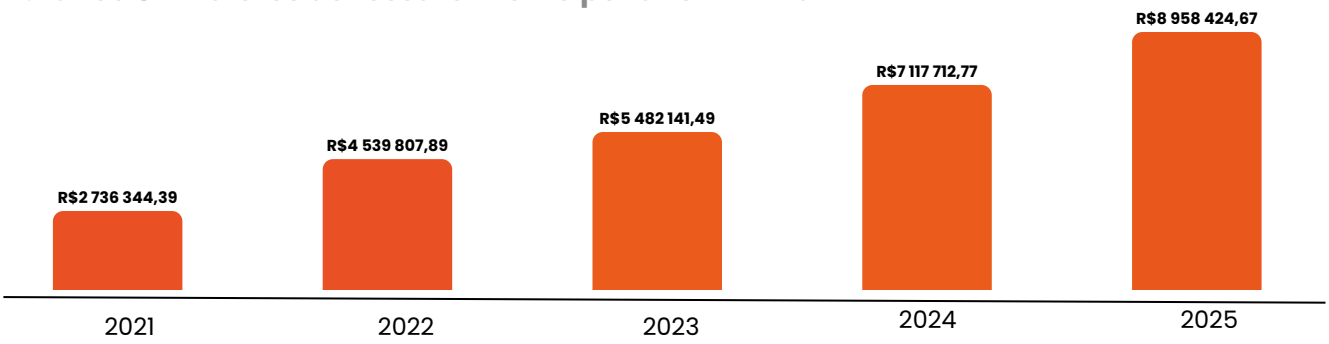
2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

PENA COM REINTEGRAÇÃO / RESSARCIMENTO > **TOTAL ARRECADADO** com ressarcimento no quinquênio > **R$ 28.834.431,28**

Gráfico 8 – Valores de ressarcimento por ano - 2021 a 2025



A Sejusp MG formalizou, conforme citado anteriormente, **centenas de novas parcerias** entre 2021 e 2025, obtendo com elas um ressarcimento total de R$ 28.834.431,28.

	2021	2022	2023	2024	2025
Jan	R$ 194.853,79	R$ 248.370,25	R$ 338.771,56	R$ 485.541,32	R$ 527.162,18
Fev	R$ 219.063,26	R$ 324.615,62	R$ 351.991,91	R$ 527.325,72	R$ 687.717,26
Mar	R$ 219.682,00	R$ 369.748,75	R$ 387.750,29	R$ 505.618,83	R$ 791.512,87
Abr	R$ 192.524,64	R$ 328.886,99	R$ 406.504,65	R$ 571.234,90	R$ 624.383,06
Mai	R$ 210.214,01	R$ 368.259,11	R$ 475.897,94	R$ 551.800,00	R$ 738.639,80
Jun	R$ 190.832,14	R$ 419.028,61	R$ 474.083,32	R$ 572.738,84	R$ 767.319,03
Jul	R$ 225.034,62	R$ 372.852,12	R$ 470.847,25	R$ 603.408,38	R$ 796.851,23
Ago	R$ 238.710,12	R$ 412.555,58	R$ 509.687,48	R$ 628.894,07	R$ 758.699,27
Set	R$ 224.078,26	R$ 401.161,56	R$ 454.543,98	R$ 605.668,72	R$ 797.393,71
Out	R$ 247.908,59	R$ 414.633,81	R$ 536.871,14	R$ 702.308,57	R$ 830.909,14
Nov	R$ 261.631,04	R$ 437.996,39	R$ 508.978,53	R$ 636.605,00	R$ 793.096,89
Dez	R$ 311.811,92	R$ 441.699,10	R$ 566.213,44	R$ 726.568,42	R$ 844.740,23

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Catálogo de Bens

O projeto "Catálogo de Bens", que integra a Carteira Estratégica de Projetos do Estado de Minas Gerais, visa fortalecer o sistema prisional por meio da aquisição de bens móveis. O financiamento é realizado com recursos oriundos de parte da remuneração do trabalho dos próprios detentos, conforme permitido pelo artigo 29, §1º, "d", da Lei de Execução Penal. Dessa forma, cria-se um ciclo virtuoso ao estimular e fortalecer as atividades laborais nas unidades prisionais ao mesmo tempo em que o Estado investe na melhoria de infraestrutura com novos bens.

Sua execução ocorreu pela primeira vez em 2025, após a aprovação pelo Comitê de Orçamento e Finanças, de suplementação orçamentária no valor total de R$ **1.350.847,00**, oriunda do excesso de arrecadação das fontes 60 (recursos diretamente arrecadados) e 61 (recursos diretamente arrecadados com vinculação específica), da Lei Orçamentária Anual referente ao ano de 2023.

O recurso foi destinado à aquisição de itens constantes no Catálogo de Bens elaborado pela Diretoria de Trabalho e Produção do Depen, por meio de processos de aquisição rápida, utilizando atas de registro de preços.

Ao todo, foram **adquiridos 751 itens** incluindo frigobares, fogões, micro-ondas, aparelhos de ar-condicionado, nobreaks, computadores, notebooks, longarinas, micro tratores, veículos administrativos, teclados, entre outros.

Até o final de 2025 foram entregues às Unidades Prisionais **381 materiais de construção**, como areia, brita, cimento e placas de MDF, e 166 itens encontram-se armazenados no Centro de Distribuição de Materiais, aguardando distribuição, entre eles microfones, armários, arquivos de aço, estações de trabalho, frigobares, geladeiras, micro-ondas, aparelhos de ar-condicionado, longarinas, máquinas de costura e roçadeiras.

Para tornar o projeto uma rotina permanente da Sejusp, a proposta para o ano de 2026 é promover a institucionalização do processo, por meio da publicação de norma específica e da padronização de procedimento detalhado das atividades que devem ser realizadas pelas áreas técnicas competentes.

Com isso, busca-se garantir o reinvestimento contínuo dos recursos oriundos do trabalho prisional nas próprias Unidades, fortalecendo a política de trabalho e produção no sistema prisional.

EXEMPLO DE ITENS ADQUIRIDOS EM 2025:

- 04 Veículos para Serviço, Transporte de Passageiro Carroceria Hatch, Modelo FIAT ARGO TREKKING 1.3



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

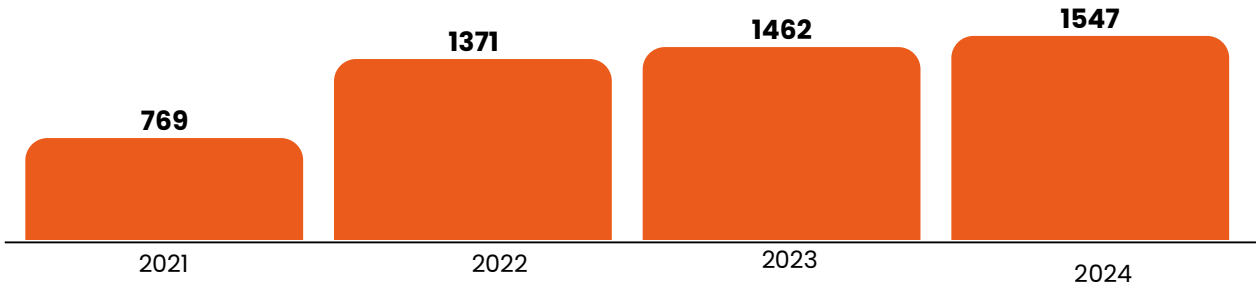
Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Reconhecendo a educação como um dos pilares fundamentais da reintegração social, o Departamento Penitenciário (Depen–MG) tem promovido ações que transformam o período de privação de liberdade em uma oportunidade concreta de reconstrução de trajetórias.

Entre 2021 e 2025, o número de pessoas privadas de liberdade que concluíram o Ensino Fundamental passou de **769**, em 2021, para **1.547** em 2024,o que representa um aumento de aproximadamente **101,2%** Esse avanço evidencia o fortalecimento e a ampliação das políticas educacionais implementadas no sistema prisional ao longo do quinquênio, reafirmando o compromisso com a promoção da educação como instrumento de reintegração social.

Gráfico 9 – Ensino Fundamental



Obs: As informações referentes a 2025 não foram inseridas nas análises do relatório, uma vez que ainda se encontravam em fase de apuração no período de sua elaboração.

TOTAL DE FORMADOS NO **ENSINO FUNDAMENTAL** NO PERÍODO **5.149**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

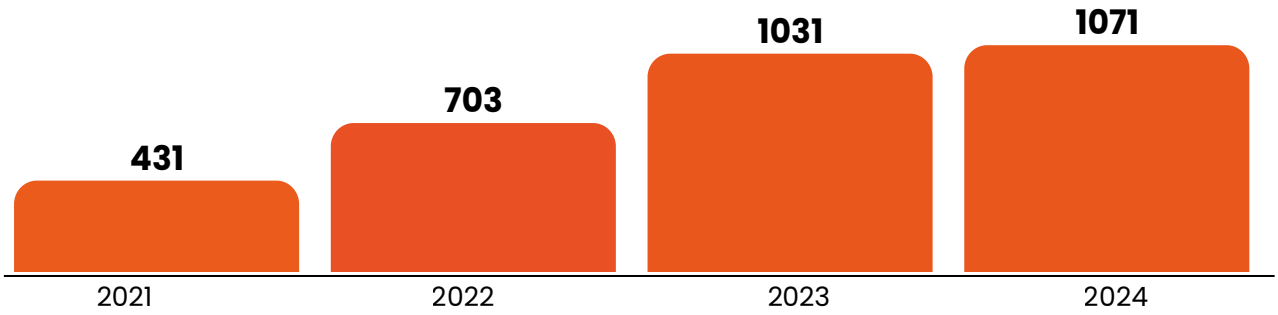
ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Em relação ao Ensino Médio, entre os anos de 2021 e 2025, observa–se um aumento no número de pessoas privadas de liberdade que concluíram essa etapa da educação básica. No ano de 2021, foram registrados 431 formandos. Já em 2022, esse número aumentou para 703, **representando um crescimento de aproximadamente 63%.** No ano seguinte, em 2023, o número saltou para 1.031 formandos, o que corresponde a um **acréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior**.

Já nos anos de 2024 , o avanço continuou, foram 1.071 formandos em 2024, se tratando de um crescimento em torno de 148,5% se compararmos com o ano de 2021.

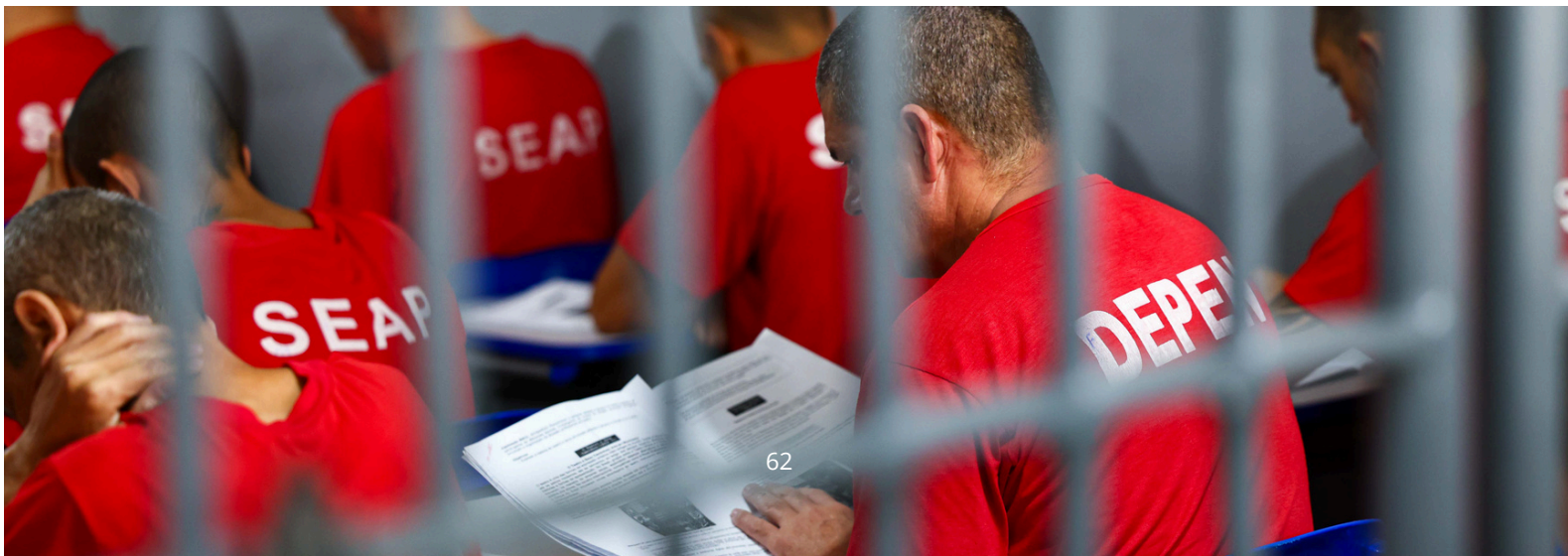
No total, entre 2021 e 2024, **3.236 pessoas privadas de liberdade concluíram o ensino médio dentro do sistema prisional**. Esses números refletem o avanço consistente das iniciativas educacionais no sistema prisional, ressaltando a importância do ensino para a reintegração social e para a construção de novas perspectivas de vida.

Gráfico 10 – Ensino Médio



Obs: As informações referentes a 2025 não foram inseridas nas análises do relatório, uma vez que ainda se encontravam em fase de apuração no período de sua elaboração.

TOTAL DE FORMADOS NO **ENSINO MÉDIO** NO PERÍODO > **3.236**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

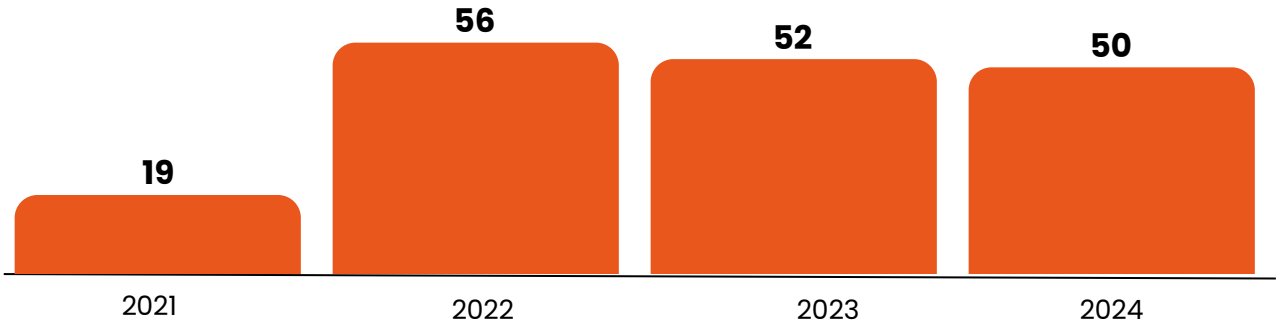
Sistema Prisional

A análise dos dados acerca do número de pessoas privadas de liberdade que concluíram o ensino superior revela uma tendência positiva de inclusão educacional nesse segmento ao longo do período analisado. Em 2021, 19 indivíduos concluíram o ensino superior. No entanto, em 2022 houve um crescimento significativo, com o número de formandos saltando para 56 — um **aumento de quase 195%** em relação ao ano anterior.

Em 2023 e 2024, observou-se uma leve redução nos números em comparação com 2022, com 52 e 50 formandos, respectivamente. Apesar dessa pequena queda, os dados ainda se mantêm consideravelmente acima dos níveis de 2021, o que demonstra uma consolidação dos esforços na educação superior para a população carcerária.

Em relação a 2021, observa-se um crescimento e no número de pessoas privadas de liberdade que concluíram o ensino superior. O quantitativo passou de 19, em 2021, para 50, em 2024, o que representa um aumento aproximado de **163,2%** no período analisado.

Gráfico 11 - Ensino Superior



Obs: As informações referentes a 2025 não foram inseridas nas análises do relatório, uma vez que ainda se encontravam em fase de apuração no período de sua elaboração.

TOTAL DE FORMADOS NO **ENSINO SUPERIOR** NO PERÍODO > **177**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

Em 2025, as políticas educacionais voltadas às pessoas privadas de liberdade alcançaram um patamar expressivo de adesão e engajamento. Somente nos exames nacionais, mais de 20 mil inscritos participaram das avaliações, reafirmando a educação como um eixo estratégico de transformação social no sistema prisional.

O **Encceja PPL registrou 13.201 inscritos no ano de 2025**, consolidando-se como uma importante porta de acesso à certificação da educação básica e à retomada de trajetórias educacionais interrompidas.

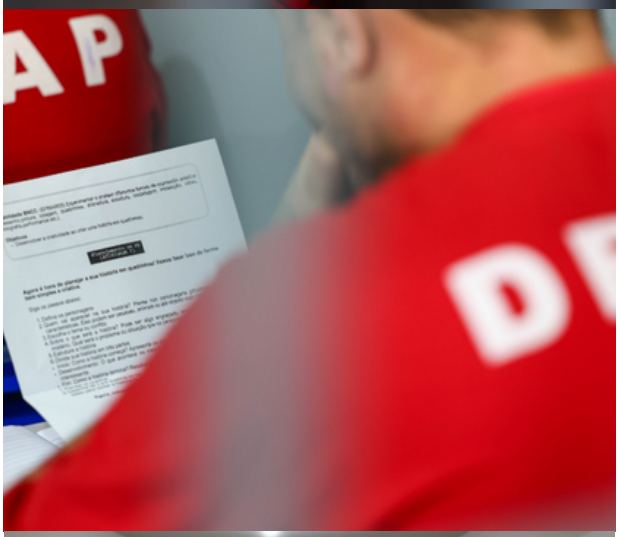
Já o **Enem PPL, teve no mesmo ano 8.807 individuos privados de liberdade inscritos**, evidenciando o fortalecimento das oportunidades de acesso ao ensino superior e ampliando os horizontes e perspectivas de futuro. Esse número representa o maior volume de inscrições desde 2017 e um crescimento de 33,5% em relação a 2024, quando foram registradas 6.597 inscrições.

Do total de inscritos no Enem, 6.580 eram de unidades prisionais sob administração do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e 2.227 de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), correspondendo a aproximadamente **12,56% da população prisiona**l do estado.

Do total de inscritos nos exames nacionais, mais de **4 mil detentos obtiveram certificação de conclusão** da educação básica, evidenciando resultados positivos das ações educacionais desenvolvidas no sistema prisional.

Esse resultado positivo reafirma a educação como instrumento central de **reintegração social,** evidenciando o compromisso do Governo de Minas, da Sejusp e do Depen-MG com a **ressocialização e a humanização do sistema prisional.**







2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

DESTAQUE: ENSINO NO SISTEMA PRISIONAL



Fonte: Sejusp MG

Minas Gerais conquista o segundo lugar nacional em número de inscritos no Enem PPL

Em 2024, **Minas Gerais alcançou o segundo lugar** no ranking nacional de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), com **6.597 participantes**. Desse total, 69% realizaram efetivamente as provas, que foram aplicadas em 138 unidades prisionais do estado. Esse resultado reflete o compromisso de Minas Gerais com a educação como ferramenta de ressocialização e inclusão social.

Com os resultados do Enem PPL 2023, dos 6.591 inscritos privados de liberdade (IPL), destacam-se os seguintes indicadores: 23 alcançaram 800 pontos ou mais na redação; 3.993 (60,59%) obtiveram nota suficiente para concorrer ao Sisu Unificado de 2024; e 1.807 (27,42%) se habilitaram para participação no ProUni e no Fies.

Fonte: Agência Minas

Presos de Minas conquistam vagas em instituições públicas de ensino superior

O sistema prisional tem se destacado por iniciativas que promovem a educação como ferramenta de ressocialização. Na edição de 2021 do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL), **15 detentos, de um total de 288 inscritos, conquistaram vagas em instituições públicas de ensino superior** por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As universidades contempladas incluem a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

A conquista dessas vagas é resultado de um **trabalho colaborativo entre pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais das unidades prisionais**. A Diretoria de Ensino e Profissionalização do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) destaca a importância desse esforço conjunto para despertar nos detentos o interesse pelo conhecimento e pela educação.



Fonte: Agência Minas

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

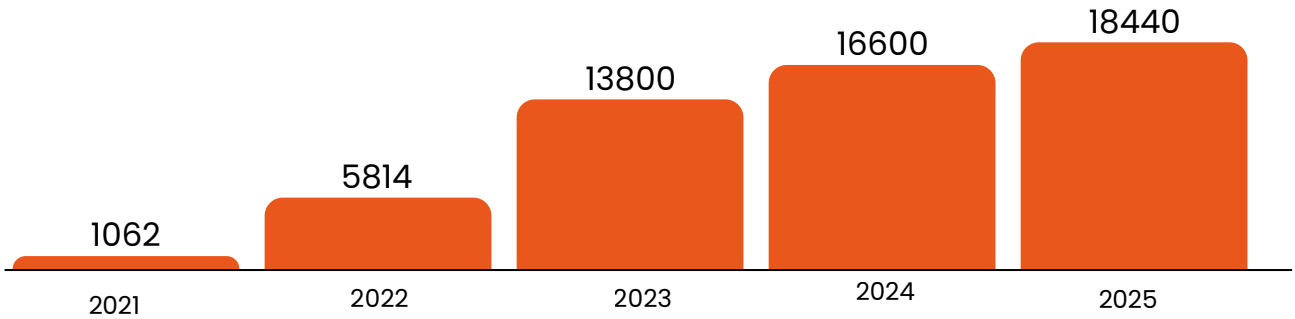
Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Entre 2021 e 2025, o número de IPLs que concluíram cursos profissionalizantes apresentou um crescimento exponencial. Em 2021, foram registrados 1.062 concluintes. Esse número saltou para 5.814, em 2022, mais que quintuplicando em relação ao ano anterior.

Em 2023, o número de concluintes chegou a 13.800 e, em 2024, atingiu a marca histórica de 16.600. Já em 2025, o total avançou para 18.440 concluintes, consolidando uma trajetória consistente de crescimento. Esse aumento representa um **crescimento percentual de aproximadamente 1.636%** em relação a 2021, quando foram registrados 1.062 concluintes.

Gráfico 12 – Ensino Profissionalizante



FORMADOS NO **ENSINO PROFISSIONALIZANTE** NO QUINQUÊNIO

55.716



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

Sistema Prisional

DESTAQUE : RESSOCIALIZAÇÃO POR MEIO DA OFERTA DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Parceria entre sistema prisional e Instituto Federal Sul de Minas capacita 984 presos





Fonte: *Sejusp MG*

A parceria entre o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG) e o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais capacitou 984 pessoas privadas de liberdade, promovendo sua reintegração social e inserção no mercado de trabalho. Os cursos oferecidos contemplaram diversas áreas profissionais e foram destinados a detentos que cumprem pena em unidades prisionais e nas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). Essa iniciativa reforça o compromisso do estado com a ressocialização por meio da educação e qualificação profissional, contribuindo para a redução da reincidência criminal e o fortale-cimento da segurança pública.

Segundo a pedagoga da unidade prisional, Miriam Célia, a nova capacitação se soma ao trabalho de ressocialização que é feito diariamente na penitenciária. “As expectativas são as melhores. Todas as presas estavam muito ansiosas para o início das aulas. Conversei bastante com elas sobre o quanto o curso é promissor para o momento pós-cárcere, pois elas poderão sair com uma oportunidade”.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Prisional

ENSINO E ATIVIDADES EDUCACIONAIS

REMIÇÃO PELA LEITURA

A remição de pena por leitura é um programa que permite os Indivíduos Privados de Liberdade (IPLs) reduzir o tempo de sua pena através da leitura de obras literárias, científicas ou filosóficas. No ano de 2025, **66.166 IPLs participaram do programa**.

As atividades de leitura e produção dos relatórios nas unidades prisionais possibilitam a reflexão, expressão e exercício criativo dos participantes, trazendo benefícios não apenas para os detentos, mas também para toda a sociedade.

ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

As atividades socioculturais promovidas pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais representam um componente essencial da educação não formal no sistema prisional, com foco na reintegração social e no desenvolvimento integral do indivíduo privado de liberdade.

No ano de 2025, **um total de 33.412 pessoas participaram dessas atividades**. Essas ações abrangem diversas áreas e têm como objetivos principais resgatar valores humanos, promover o acesso à cultura e ao lazer, além de oferecer oportunidades de aprendizado, expressão e reconstrução de trajetórias de vida.

ATIVIDADES ESPORTIVAS

No período correspondente ao ano de 2025, considerando a integração às metas do Plano Pena Justa, o Departamento Penintenciário de mineiro registrou a participação de **47.606 IPLs em atividades esportivas.**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE : Investimento no Sistema Prisional

Como parte das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da educação no sistema prisional mineiro, a Sejusp inaugurou, em julho de 2025, no Presídio de Varginha, no Sul de Minas, um novo espaço educacional implantado dentro da unidade prisional, que passa a funcionar como extensão da Escola Estadual Professora Aracy Miranda. A iniciativa amplia o acesso à educação formal como instrumento central de ressocialização, com estrutura capaz de atender 80 detentos, viabilizada por investimento de R$ 87,5 mil, oriundos de verbas pecuniárias do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, evidenciando a atuação integrada entre instituições públicas.

O secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, ressaltou que a ampliação da oferta educacional no ambiente prisional constitui um dos principais pilares da política de ressocialização adotada em Minas Gerais, ao criar oportunidades concretas para a reconstrução de trajetórias pessoais e a ampliação de perspectivas de futuro para as pessoas privadas de liberdade.

O anexo educacional conta com quatro salas de aula e uma sala de professores, todas equipadas com banheiros, assegurando condições adequadas de conforto, segurança e dignidade para o processo de ensino-aprendizagem. As atividades pedagógicas abrangem o ensino Fundamental e Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com aulas distribuídas em dois turnos, o que amplia o alcance e a participação dos custodiados.

A implantação do espaço educacional contou com o apoio de instituições parceiras, como o Poder Judiciário, a Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Sul de Minas (Aprosep), a Prefeitura de Varginha e o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), reforçando a articulação interinstitucional necessária para a efetivação de políticas públicas voltadas à educação e à ressocialização no sistema prisional.

A iniciativa integra o conjunto de ações estruturantes da gestão da Sejusp, que tem priorizado a ampliação do acesso à educação como eixo estratégico das políticas de ressocialização no sistema prisional mineiro. Sob essa diretriz, a Sejusp vem consolidando parcerias institucionais, qualificando a infraestrutura das unidades e fortalecendo programas que promovem inclusão, cidadania e redução da reincidência, reafirmando o compromisso da gestão com soluções duradouras e efetivas para a segurança pública em Minas Gerais.





Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.6 Ações de reintegração social, laboral e educacional

Sistema Socioeducativo

Oficinas 2021-2025

Durante o quiquênio, foram ofertadas mais de **90 mil oficinas voltadas ao atendimento de jovens e adolescentes** nos mais diversos eixos temáticos: esportivos, culturais, orientação aos estudos, orientação profissional, saúde e temas diversos.

90.094

oficinas desenvolvidas

por meio das quatro modalidades de gestão: direta, cogestão internação, contrato de gestão semiliberdade e termo de colaboração.

PROGRAMA DESCUBRA

O Programa de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais – Descubra! busca ampliar o acesso de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social a programas de aprendizagem e a cursos de qualificação profissional.

Em 2021, foram atendidos 604 jovens e adolescentes. Em 2022, o número de atendimentos subiu para 1.651. Em 2023, foram registrados 701 atendimentos, seguidos de 661 em 2024. Já em 2025, o programa alcançou 3.175 atendimentos.

Ao longo do período, foram realizados 6.792 atendimentos.

6.792

JOVENS E ADOLESCENTES ATENDIDOS



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

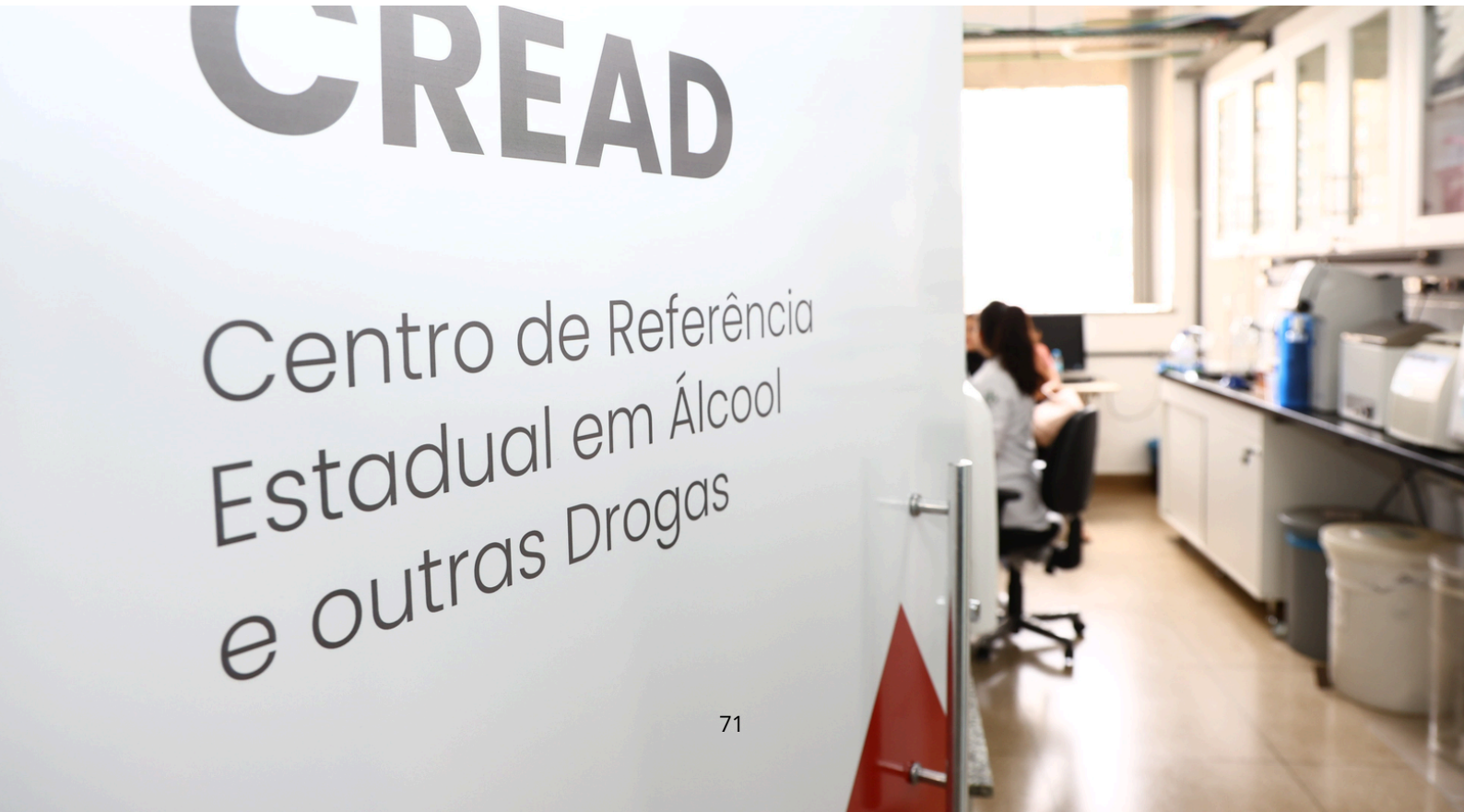
2.1.7 Políticas sobre drogas

A POLÍTICA SOBRE DROGAS DE VOLTA À SEJUSP MG

A Lei Estadual n.º 24.313, de 28 de abril de 2023, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do estado de Minas Gerais, **integrou novamente a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (Supod) à estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG)**.

Ela foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 48.659, de 28 de julho de 2023, que dispõe sobre a organização e as competências da Sejusp MG, estabelecendo, na Seção XVII, as competências da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

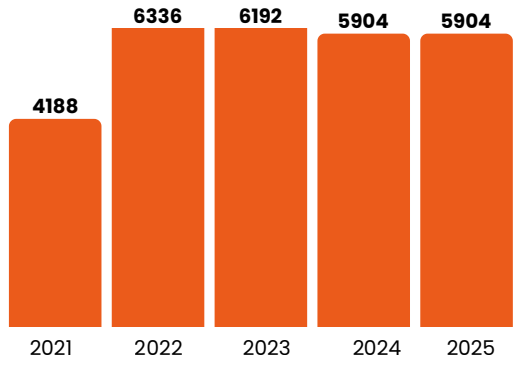
2.1.7 Políticas sobre drogas

REDE COMPLEMENTAR
COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

O programa Rede Complementar oferece vagas para reabilitação de dependentes químicos em unidades de acolhimento voluntário, de caráter residencial transitório, no modelo conhecido como Comunidades Terapêuticas Acolhedoras, na forma descrita na Lei Brasileira de Tóxicos, n.º 11.343/2006. Atualmente, a rede conta com **41 instituições parceiras**, localizadas em diferentes municípios do estado, com cerca de **500 vagas** **mensais**, totalizando uma disponibilização anual média de mais de **5.000 vagas** de acolhimento, para o público masculino e feminino. Essas entidades do Terceiro Setor atuam de forma complementar às redes formais de saúde e assistência social, e estão previstas na Portaria 3088/2011, do Ministério da Saúde.

Obs: Os números de atendimentos informados no gráfico para os anos de 2021 e 2022 referem-se ao período em que a política sobre drogas era executada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

Gráfico 13 - Acolhimentos em Comunidades Terapêuticas



Entre os anos de 2021 e 2025, o Programa Rede Complementar realizou :

28.524

acolhimentos.

LEILÕES

R$18.373.240,59

ARRECADADOS

em leilões de **3.931 itens apreendidos em operações contra o tráfico de drogas** no quinquênio de 2021–2025.

Até 2023, os leilões estavam sob responsabilidade da Supec.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

A Sejusp, por meio da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas, lançou em 2025 edital de credenciamento com o objetivo de ampliar a rede de acolhimento residencial voluntário destinada a pessoas com dependência química. A iniciativa integra a estratégia institucional de fortalecimento das políticas públicas de atenção e cuidado, com impacto direto na proteção social e reflexos na segurança pública, ao prever a ampliação significativa do número de vagas de atendimento.

O credenciamento visa ampliar a capilaridade da rede em municípios prioritários, conforme identificação de áreas com maiores demandas a partir de indicadores de saúde e segurança levantados pelo Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais, e é parte da estratégia da Sejusp de fortalecer políticas públicas integradas de cuidado ao dependente químico. A projeção é que, com a contratação dessas entidades, a capacidade de atendimento no âmbito do programa **Rede Complementar** passe das 492 vagas atuais para 2.580 vagas em 2026.



O vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, participou do lançamento do edital de credenciamento do programa Rede Complementar e destacou a importância da iniciativa como instrumento de fortalecimento da política pública de acolhimento, reforçando o compromisso do Governo do Estado com a ampliação e qualificação da rede de atendimento.

> **"A questão da droga continua sendo um tema cada vez mais complexo em toda a parte que atingiu o nosso interior, e negar a importância social das comunidades terapêuticas é fechar o olho para o fato de que nós temos sim famílias sendo destruídas", ressaltou Professor Mateus.**

Fonte: Sejusp

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas

O Centro de Referência Estadual em Álcool e Outras Drogas é uma política pública com 20 anos de existência, que consiste em um polo de implementação da política pública sobre drogas, com ações que vão desde atendimento a pessoas com dependência química e seus familiares, até iniciativas de articulação de redes intersetoriais de atenção, qualificação profissional, formação e pesquisa. Por meio de equipe técnica multidisciplinar e parcerias com universidades e instituições ligadas à temática, o Cread se estrutura a partir dos seguintes eixos de atuação:

1. **Atendimento ao público:** por meio de equipe técnica multidisciplinar o atendimento direto ao cidadão é realizado em diferentes etapas: acolhimento da demanda, triagem, encaminhamento e acompanhamento. O atendimento prestado ocorre tanto na modalidade individual quanto em grupos de mútua ajuda, contemplando usuários e famílias.

2. **Pesquisa:** promove e fomenta intercâmbio técnico para o desenvolvimento, planejamento e execução de pesquisas científicas que subsidiam ações da Política Pública sobre Drogas baseadas em evidências.

3. **Formação e capacitação:** promove a qualificação profissional dos gestores e profissionais de entidades públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, a atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos, para aprimorar técnicas e rotinas de atendimento aos usuários de drogas.

4. **Informação científica:** coleta dados e dissemina informação, promovendo orientação qualificada e o conhecimento científico referente à Política sobre Drogas, por meio da gestão do site do Sistema Mineiro de Informações sobre Drogas (SISMID), em conjunto com a Superintendência do Observatório de Segurança Pública (SOSP).

5. **Mobilização técnico–social:** articula, integra e mobiliza instituições públicas e privadas por meio de espaços coletivos de participação social.

6. **Assessoramento técnico:** fomenta a intersetorialidade da rede complementar por meio de suporte técnico e formação, com a finalidade de integrar os serviços públicos aos complementares, fortalecendo a transversalidade da Política sobre Drogas.

O Cread atualmente é operacionalizado por meio de parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais. O Centro de Referência possui uma única unidade, localizada em Belo Horizonte.

TOTAL DE

5.341

ATENDIMENTOS REALIZADOS ENTRE 2021 E 2025.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.7 Políticas sobre drogas

ATENDIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE SUPORTE SOCIAL NA ATENÇÃO AO DEPENDENTE QUÍMICO NO EIXO PREVENÇÃO

A Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico é um programa que, assim como o Cread, possui 20 anos de existência, e tem como destaque a sua execução ininterrupta. Estabelecido por meio do Decreto Estadual n.º 44.107, de 14 de setembro de 2005, o Programa Rede busca estabelecer uma rede de cooperação com entidades e grupos da sociedade civil que desenvolvam projetos na área de prevenção, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas, objetivando integrar ações no estado de Minas Gerais.

Atualmente, a Supod possui **13 Termos de Colaboração** vigentes com Organizações da Sociedade Civil, selecionadas por meio dos Editais Sedese nº 14/2021 e 01/2022, que tiveram por finalidade, no Eixo Prevenção, a seleção de Propostas Técnicas de Organizações da Sociedade Civil – OSC para a celebração de Termos de Colaboração para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco.

O objetivo é viabilizar a execução de ações de prevenção ao uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, nos níveis de abordagem universal e seletiva, para todas as faixas etárias.

Com uma média prevista de 400 participações ao mês, cabe à OSC realizar no mínimo cinco atividades semanais, assegurando pelo menos 20 participações em cada uma delas. Vale destacar que os atendimentos realizados por meio dos instrumentos ainda vigentes totalizam cerca de 7.500 mil atendimentos por mês e, consequentemente, mais de **90 mil por ano**.

Obs: Entre 2021 e 2022 os dados referem-se ao período em que a política sobre drogas era executada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese).

TOTAL DE

451.109

ATENDIMENTOS REALIZADOS ENTRE 2021 E 2025.

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.7 Políticas sobre drogas



DESTAQUE – REDE COMPLEMENTAR

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

No dia 28 de junho de 2024, o Estádio Independência, em Belo Horizonte, foi palco de um momento histórico: a final do I Campeonato Mineiro de Futebol das Comunidades Terapêuticas.

O campeonato contou com 22 equipes, formadas por cerca de 330 acolhidos em comunidades terapêuticas de diversas regiões de Minas Gerais, incluindo Zona da Mata, Norte de Minas, Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os jogos ofereceram uma experiência completa aos participantes, com vestiários, equipe de arbitragem e ambulância de prontidão, proporcionando um ambiente semelhante ao do futebol profissional.

Além da entrega dos troféus, houve discursos de autoridades e os jogadores assinaram uma bola do América Futebol Clube, anfitrião do estádio, que foi entregue ao governador Romeu Zema.





A subsecretária de Políticas sobre Drogas, Fabiane Oliveira, parabenizou as equipes e frisou a grandiosidade da competição. “Esse jogo marca a vida das comunidades terapêuticas e também a Supod. Sabemos como o esporte é um pilar importante em todas as fases de recuperação e de reabilitação de usuários e dependentes químicos”, disse.

Fonte: Sejusp MG

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

A POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Fica Vivo!

O Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno.

O Fica Vivo! promove oficinas de esporte, cultura e arte; realiza projetos locais, de circulação e institucionais; faz atendimentos individuais dos jovens e promove atividades de participação social.

Além disso, articula junto à rede de proteção social os encaminhamentos de adolescentes e jovens.

No ano de 2021, o programa realizou 18.879 atendimentos. Já em 2025, o total de atendimentos deu um salto impressionante, passando para 137.279 atendimentos: um **aumento de 627,1% no número total de atendimentos.**

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2021 18.879

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025 137.279

De janeiro a dezembro de 2025, houve redução de 40% no número de homicídios consumados nas áreas de abrangência das UPCs territoriais em comparação ao período de janeiro a dezembro de 2024, na faixa etária do Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos).



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Fortalecimento das Ações de Prevenção à Criminalidade

Teve início, no mês de outubro de 2025, o processo de implantação — em sua fase diagnóstica — de duas Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) de Base Territorial, com a oferta dos **programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos**, nos municípios de **Teófilo Otoni** (UPC Manoel Pimenta) e **Governador Valadares** (UPC São Raimundo), ambas com previsão de inauguração no ano de 2026.

No mesmo contexto de fortalecimento das ações preventivas, ocorreu a expansão do Projeto **"É na Base"**, no âmbito do Programa Fica Vivo!, executado em 2025 durante a campanha "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher", realizada entre os dias 20 de novembro e 10 de dezembro. A iniciativa contou com a participação de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, estudantes de instituições de ensino localizadas nas áreas de abrangência das UPCs.

Paralelamente, houve a ampliação e a qualificação do atendimento ao público do Programa Fica Vivo! por meio da execução do **Projeto Beleza em Cena**, com a oferta de oficinas da área da beleza desenvolvidas no âmbito dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo!. Também foi retomado o fluxo de articulação com o CREAS, possibilitando que adolescentes autores de atos infracionais cumpram Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade no âmbito do Programa Fica Vivo!. Ademais, foram ampliadas as parcerias profissionalizantes com instituições como Cashbox, IOS, CDL e Providens, bem como mantidas as parcerias já estabelecidas com o Senai, Programa Descubra, Sesc, Cefort e Minas Forma.

Fortalecimento das Ações de Prevenção à Criminalidade e Articulação Institucional

Em 2025, foram captados **R$618.212,05 por meio de parcerias institucionais no âmbito do GIE Vida**, destinados à execução de projetos de prevenção à criminalidade no Programa Fica Vivo!.

Inovação e otimização da gestão e das Política de Prevenção

No período em análise, foram desenvolvidas e iniciadas ações voltadas ao aprimoramento da gestão, do monitoramento e da metodologia do Programa Fica Vivo!. Destaca-se o desenvolvimento do **Sistema de Gestão do GIE Vida (SGGIE-Vida)**, com o objetivo de aprimorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre os integrantes do GIE Vida — Diretoria do Fica Vivo!, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, áreas de Inteligência e Prefeituras —, visando a respostas mais céleres e coordenadas a emergências e situações críticas.

Teve início, em dezembro de 2025, o desenvolvimento do Sistema de Prevenção à Criminalidade, em processo de construção no âmbito do Programa Fica Vivo!.

Também foi desenvolvido o Indicador de Resultados 2026 — **Índice de Adesão e Permanência no Programa Fica Vivo! (IAP)**, destinado a mensurar a capacidade do programa de estabelecer vínculos duradouros, significativos e qualificados com adolescentes e jovens atendidos. O indicador encontra-se diretamente relacionado à estratégia de redução de homicídios de jovens, ao avaliar a qualidade do engajamento no programa.

Adicionalmente, encontra-se em curso o processo de revisão do **Marco Lógico e do Mapa de Processos e Resultados (MaPR) do Programa Fica Vivo!**, realizado em parceria com a Fundação João Pinheiro.
Por fim, foi realizado processo participativo de **Revisão Metodológica do Programa Fica Vivo!**, integrando o conhecimento técnico de profissionais do programa e a experiência prática dos oficineiros.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Se Liga

O programa Se liga acompanha Egressos de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação. O Se Liga é um dispositivo de acesso à cidade e à rede de proteção social, estabelecendo-se como um instrumento de construção no reencontro de seu público com a liberdade.

Trata-se de um programa de livre adesão, pelo qual o(a) egresso(a) das medidas de semi-liberdade e internação em Minas Gerais pode ser acompanhado(a) por até um ano.

Como acompanhamento, entende-se a dimen-são dos atendimentos individuais; das ações coetivas e de conexão aos serviços; oportunidades de aprendizagem, profissionalização, cultura e lazer; quanto a articulação contínua com as redes de proteção, promovendo o acesso a direitos, contribuindo para a redução dos fatores de risco e ampliando os fatores de proteção.

O programa Se Liga tem demonstrado um crescimento significativo em seu alcance e impacto. Em 2021, foram registrados 512 atendimentos. Já em 2024, esse número saltou para 3.420 atendimentos. Isso representa um aumento expressivo de 568% entre 2021 e 2024. Já em 2025, foram registrados 841 atendimentos.

Desde abril de 2025, a gestão do programa Se Liga passou a integrar as atribuições da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo - Suase/SEJUSP, deixando de ser um programa da Pasta de Prevenção. Durante a transição, foram adotadas medidas de cautela com o objetivo de não obstar a continuidade da política pública em tela, partindo-se do pressuposto da integração que norteia os trabalhos no âmbito desta Secretaria. para tanto, foi instituído um Grupo de Trabalho de Transição do Programa, com a finalidade de assegurar espaço de interlocução e transferência da competência entre as duas Subsecretarias, com foco nos direitos fundamentais do público-alvo, sob a égide do Princípio da Prioridade Absoluta, conforme Art. 4º do ECA.

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2021 512

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025 841





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Presp

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) existe desde 2003 e tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social das pessoas que passaram pelo sistema prisional. Para isso, busca identificar e intervir nas vulnerabilidades e riscos sociais que perpassam a trajetória de vida daqueles que tiveram sua liberdade privada.

O programa realiza um acompanhamento qualificado do público atendido, possibilitando acesso a direitos sociais, assegurados na Lei de Execução Penal e na Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

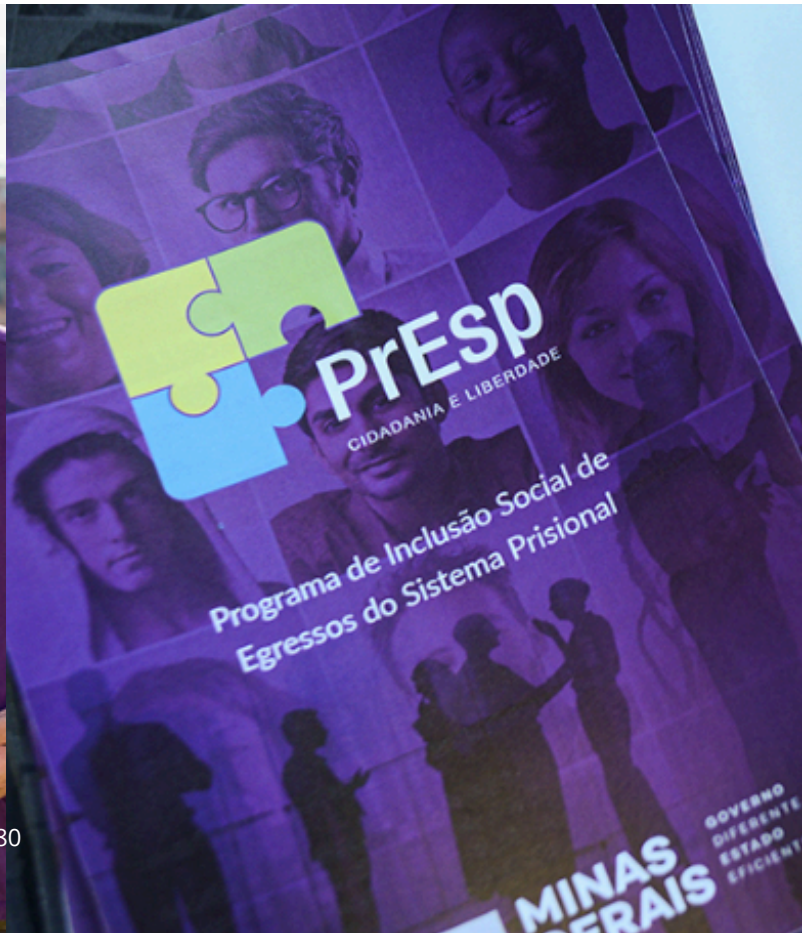
O PrEsp trabalha com a premissa da Segurança Cidadã, buscando contribuir para a diminuição da reincidência criminal e para a manutenção da vida em liberdade.

Entre 2021 e 2024, o total de atendimentos registrou um crescimento significativo, passando de 16.835 para 24.083 atendimentos. **Esse aumento representa uma variação de 43,12%**. Em 2025 foram 25.157 atendimentos, o que significa um **aumento de 49,4 % desde 2021**.

TOTAL DE EGRESSOS ATENDIDOS EM 2021 16.835

TOTAL DE EGRESSOS ATENDIDOS EM 2025 25.157





2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: PrEsp e Parcerias para Garantia de Documentação a Egressos do Prisional

No contexto das ações de fortalecimento da cidadania e da reinserção social de egressos do sistema prisional, Sejusp, por intermédio da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec), estabeleceu parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) com o objetivo de facilitar a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) para pessoas que cumpriram pena no sistema prisional e se encontram em processo de reintegração social.

A iniciativa possibilita o encaminhamento de egressos do sistema prisional às Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) em 11 municípios mineiros, ampliando o acesso à documentação civil básica — requisito fundamental para o exercício de direitos, para a formalização de vínculos de trabalho, para o acesso a serviços públicos essenciais e para a efetiva inclusão em políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A ausência de documentação civil constitui um dos principais entraves à reinserção social dessa população, contribuindo para a manutenção de situações de vulnerabilidade e exclusão. Nesse sentido, a ação intersetorial entre Sejusp e Seplag atua de forma estratégica ao reduzir barreiras administrativas e ampliar as condições para o exercício da cidadania por parte dos egressos.

Ao fortalecer o acesso à documentação e promover a articulação entre políticas públicas, a iniciativa contribui para a consolidação de estratégias de prevenção à reincidência criminal, reafirmando o compromisso do Estado de Minas Gerais com a implementação de ações integradas, contínuas e orientadas à garantia de direitos e à promoção da inclusão social.



PrEsp
CIDADANIA E LIBERDADE

Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: AÇÕES DA PREVENÇÃO QUE TRANSFORMAM VIDAS

Em 2021, a Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), por meio do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), participou do primeiro ciclo do Projeto Alvorada, iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) voltada à oferta de qualificação profissional e à inclusão produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e de seus familiares, em parceria com os Institutos Federais de Educação.

Em 2025, o Projeto executou seu segundo ciclo nos municípios de Montes Claros, Uberlândia e Belo Horizonte, com o encaminhamento de aproximadamente 90 egressos e familiares acompanhados pelo PrEsp e por outros programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Como resultado, cerca de 57 participantes concluíram a formação na área de Eletricista Predial.

A formação teve duração aproximada de oito meses, com carga horária total de 720 horas, combinando atividades teóricas e práticas. A iniciativa reafirma o compromisso do Projeto Alvorada com a promoção da inclusão social e produtiva de egressos do sistema prisional, por meio da educação, da qualificação profissional e do acesso ao trabalho, contribuindo para a construção de novas trajetórias de vida em liberdade.







Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

CEAPA

O programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa), criado em 2002, tem como objetivo geral contribuir para o fortalecimento e a consolidação das alternativas à prisão no estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade.

Os objetivos específicos do Programa envolvem o **aumento da confiabilidade dos atores do Sistema de Justiça Criminal na aplicação das alternativas penais** nos tipos penais cabíveis, a constituição de uma rede de instituições parceiras corresponsáveis pela efetiva execução dessas medidas e a elevação dos índices de cumprimento das penas alternativas. Também se busca qualificar e ampliar as possibilidades de cumprimento da prestação de serviços à comunidade, **promovendo a participação social e o protagonismo do cumpridor** em seu meio.

Além disso, o Programa desenvolve abordagens especializadas para tipos penais vinculados à violência contra a mulher, destacando-se os grupos de responsabilização para homens autores de violência contra a mulher. Essa metodologia tem se mostrado uma intervenção potente também para indivíduos processados por conflitos interpessoais, uso de substâncias ou crimes de trânsito.

Pautada no atendimento humanizado e na garantia de direitos, a CEAPA mantém uma articulação estreita com a rede de proteção social. Além disso, 2025 marcou o início da implementação de seu novo sistema digital, um avanço histórico que visa conferir maior agilidade, transparência e assertividade à política de alternativas penais do Estado.

O total de alternativas penais monitoradas **passou de 12.720 em 2021 para 18.217 em 2025.** Esse crescimento representa um aumento expressivo de 43,2%.

Ainda, o total de atendimentos mais que dobrou no período, passando de **40.315 para 98.725**, representando um aumento acumulado de 144,88% entre 2021 e 2025.

TOTAL DE ALTERNATIVAS PENAIS MONITORADAS EM 2021 12.720

TOTAL DE ALTERNATIVAS PENAIS MONITORADAS EM 2025 18.217

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2021 40.315

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025 98.725



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Programa Mediação de Conflitos

Programa Mediação de Conflitos (PMC) faz parte da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade desde 2005 e está inserido em equipamentos públicos denominados Unidades de Prevenção à Criminalidade, que abrangem mais de 200 territórios. O Programa está presente em 12 municípios de Minas Gerais.

As equipes de analistas sociais do Programa, a partir de diversas técnicas, contribuem para o fortalecimento e a mobilização comunitária, incentivam o diálogo e o capital social, e facilitam o acesso a direitos. A intenção é **construir com os moradores uma segurança pública cidadã e promover meios pacíficos de resolução de conflitos**, a partir dos fundamentos da mediação comunitária, impactando na redução da violência letal.

O Programa desenvolve um conjunto de práticas de atendimento que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, com ênfase na prevenção de conflitos violentos e na redução de homicídios dolosos nos territórios de atuação. A partir das técnicas de mediação comunitária, do diálogo qualificado e da intervenção nos conflitos interpessoais e comunitários, o PMC atua de forma preventiva sobre dinâmicas que, quando não enfrentadas, podem evoluir para situações de violência grave e letal.

As ações do Programa buscam identificar tensões, disputas e ciclos de violência, promovendo alternativas pacíficas de resolução de conflitos e o fortalecimento de redes locais de proteção. Nesse contexto, o PMC realiza atendimentos individuais e coletivos, considerando as especificidades sociais, territoriais e relacionais das pessoas envolvidas. As intervenções podem incluir orientações para acesso a direitos, encaminhamentos à rede de serviços e a condução de espaços coletivos de diálogo, com foco na prevenção dos conflitos e na proteção da vida.

Entre os anos de 2021 e 2025, o total de atendimentos mais do que dobrou, passando de **29.755 em 2021 para 81.523 em 2025**. Esse **crescimento expressivo representa um aumento de 173,98%.**

Para além do crescimento no atendimento, os resultados evidenciam o papel central do Programa de Mediação de Conflitos (PMC) na prevenção da violência letal. Em 2025, registrou-se uma **redução de 6,9% nos homicídios** fora da faixa etária atendida pelo Programa Fica Vivo!, público que corresponde, em sua maioria, à população acompanhada pelo PMC, reforçando a efetividade do programa na mediação de conflitos e na redução de homicídios.

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2021 > **29.755**

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2024 > **65.869**

TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2025 > **81.523**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: Atuação do PMC em Ação Solidária

Em 2025, o Programa Mediação de Conflitos realizou a doação de touquinhas de lã a pacientes do Hospital da Baleia, em Belo Horizonte, por meio de ação desenvolvida na oficina da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) Veneza. A iniciativa contou com o envolvimento direto de participantes e da equipe técnica da unidade, promovendo valores como solidariedade, empatia e responsabilidade social.

Além de atender a uma demanda concreta de conforto térmico para pacientes em situação de vulnerabilidade, a iniciativa fortalece a articulação intersetorial entre a política de prevenção à criminalidade e a área da saúde, evidenciando a integração de esforços governamentais em prol do bem-estar da população. A atividade também contribui para a humanização do atendimento hospitalar e para o fortalecimento dos vínculos entre o Estado e a sociedade, ampliando o alcance social das ações preventivas e agregando valor institucional às entregas do Programa de Prevenção à Criminalidade.







Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Selo Prevenção

O Programa Selo Prevenção Minas é uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), que, em parceria com as Prefeituras Municipais, visa contribuir para a criação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à redução e prevenção da criminalidade e das violências.

Estruturado em três eixos — Selo Prevenção Minas Certifica, Selo Prevenção Minas Em Curso e Selo Prevenção Minas Consultoria — o Programa, desde 2019, capacita atores municipais, fomenta a integração entre órgãos estratégicos, oferece acompanhamento técnico e estimula a mobilização social, de modo que as ações sejam construídas de forma coletiva e alinhadas às dinâmicas locais de violência.

Os resultados do Programa Selo Prevenção Minas evidenciam avanços graduais na implementação de instrumentos de diagnóstico, planejamento e certificação ao longo dos anos.

No âmbito regional, foram realizados três diagnósticos de implantação, contemplando a RISP 10 em 2022, a RISP 15 em 2024 e a RISP 04 em 2025. Ademais, foram elaborados diagnósticos municipais de segurança cidadã em oito municípios, distribuídos entre 2021 e 2025, abrangendo Tocantins, Alfenas, Itabirito, Patos de Minas, São Gotardo e Teófilo Otoni. Esses diagnósticos subsidiaram a construção de Planos Municipais de Segurança Pública e Prevenção à Criminalidade, com a elaboração de cinco planos no período, nos municípios de Alfenas, Itabirito, Patos de Minas, São Gotardo e Teófilo Otoni.

Como resultado desse processo, quatro municípios obtiveram a certificação no Programa Selo Prevenção Minas, sendo Alfenas em 2022 e Itabirito, Patos de Minas e São Gotardo em 2024, demonstrando a consolidação progressiva das ações do programa nos territórios participantes.

TOTAL DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DE REDE NO PERÍODO DE 2021 A 2025 **4.339**

PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2021 A 2025 **6.544**



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: Seminário comemora aniversário PMC e Selo Prevenção

Em 2025, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), realizou o seminário "**Construção de Políticas Municipais e Comunitárias de Prevenção Social à Criminalidade"**, em comemoração aos 20 anos do Programa Mediação de Conflitos e aos 5 anos do Programa Selo Prevenção Minas.

Realizado nos dias 11 e 12 de setembro, o evento reuniu cerca de **400 participantes** em atividades presenciais, constituindo-se como espaço estratégico de articulação interinstitucional, troca de experiências e reflexão qualificada sobre a prevenção social às violências e à criminalidade. Participaram equipes técnicas das políticas públicas de prevenção, representantes dos programas que integram a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, o Instituto Elo, a rede parceira, gestores das administrações públicas municipais e organizações da sociedade civil.

Ao longo da programação, foram debatidos os avanços, desafios e perspectivas da construção de políticas municipais e comunitárias, com ênfase na segurança cidadã, no fortalecimento do trabalho em rede e na consolidação de estratégias preventivas territorializadas, reafirmando o papel dos programas como referências na promoção de uma atuação integrada e sustentável no âmbito da prevenção social à criminalidade.





Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

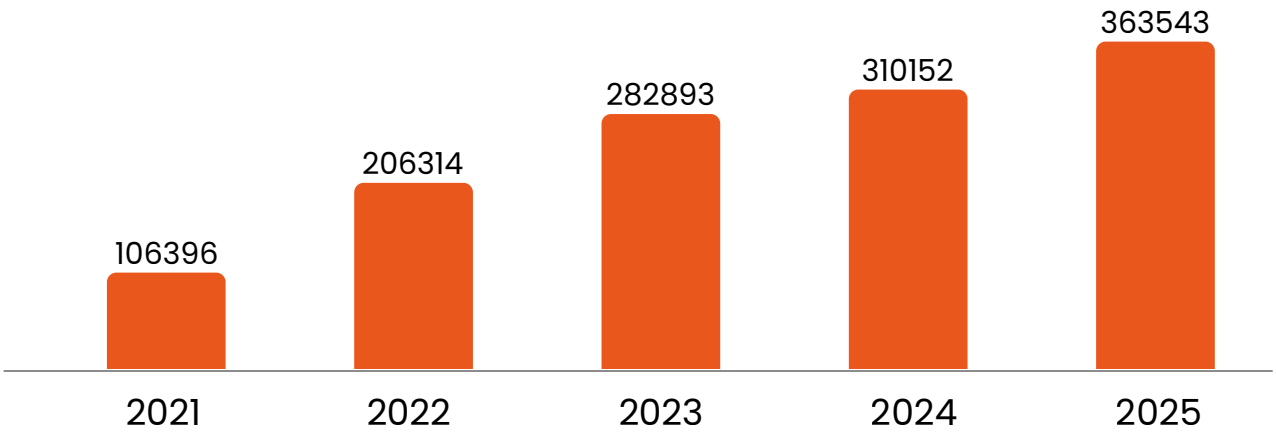
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Entre os anos de 2021 e 2025, os programas de prevenção coordenados pela Supec apresentaram um crescimento notável em seu volume de atendimentos. Em 2021, foram registrados 106.396 atendimentos, chegando a 310.152, em 2024. Houve um aumento de 203.756 atendimentos, o que representa uma **expansão de atendimentos de 191,51% no período**.

Já em 2025 foi alcançada a marca de **363.543** atendimentos, o que em comparação com 2021 consiste em um **aumento percentual de 241,69%.** Esse aumento evidencia o fortalecimento da política pública de prevenção, a ampliação do acesso da população às iniciativas ofertadas e a consolidação da Supec como referência no enfrentamento das causas estruturais da violência.

Gráfico 14 – Número de atendimentos ao longo do quinquênio



241,69% DE AUMENTO NOS ATENDIMENTOS ENTRE 2021 E 2025

PROTEJA minas · Selo Prevenção Minas · CEAPA Considere a Alternativa · PrEsp Cidadania e Liberdade · Programa Mediação de Conflitos · Fica Vivo!

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

2021

DUAS REIMPLANTAÇÕES DE UPCs

- Territorial Jardim Canaã — Uberlândia (programas Fica Vivo! e PMC)
- Municipal de Vespasiano (Programa Ceapa)

UMA NOVA IMPLANTAÇÃO DE UPC

- Territorial Bom Jardim — Ipatinga (programas Fica Vivo! e PMC)

2022

CINCO REIMPLANTAÇÕES DE UPCs

- Territorial Rosaneves — Ribeirão das Neves (programas Fica Vivo! e PMC)
- Territorial Minas Caixa — BH (programas Fica Vivo! e PMC)
- Territorial Primeiro de Maio — BH (programas Fica Vivo! e PMC)
- Territorial Jardim das Alterosas — Betim
- (programas Fica Vivo! e PMC)
- Municipal de Araguari (Programa Ceapa)

QUATRO NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Zona da Mata — Juiz de Fora (Programa Se Liga)
- Regional Risp 10 — Patos de Minas (Programa Selo Prevenção)
- Regional Projeto FUNEMP — Curvelo (programas Ceapa e PMC)
- Regional Projeto FUNEMP — Barbacena (programas Ceapa e PMC)

2023

DUAS NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Projeto FUNEMP — Pouso Alegre (programas Ceapa e PMC)
- Municipal de Varginha (Programa Ceapa)

2024

TRÊS NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional Risp 15 — Teófilo Otoni (Programa Selo Prevenção)
- Regional Triângulo — Uberlândia (Programa Se Liga)

2025

DUAS NOVAS UPCs IMPLANTADAS

- Regional em Ubá, com o Programa Proteja Minas e o Selo Prevenção Minas
- UPC Estreva Dalva, com Fica Vivo e PMC

EXPANSÃO: PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE AMPLIA ATUAÇÃO NO QUINQUÊNIO

58

Unidades de Prevenção à Criminalidade ativas ao final de 2025

E mais: expansão do programa PrEsp para 4 UPCs já existentes com recursos do Convênio Federal 891551/2019.

Ibirité
Divinópolis
Sete Lagoas
Vespasiano



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

PROTEJA MINAS

O Proteja Minas é um programa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC), voltado à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher, com atuação integrada entre instituições para fortalecer a proteção às vítimas e a resposta do Estado.

No ano de 2025 houve a implementação de ações estruturantes que ampliaram o alcance e a sustentabilidade do Proteja Minas. Dentre essas iniciativas, destaca-se a realização do curso **"Violência contra a Mulher: Todos Juntos pela Prevenção"**, em parceria com a Academia Estadual de Segurança Pública (AESP), voltado à qualificação de profissionais da segurança pública. No campo da articulação interinstitucional, foi consolidado o **GIE-Mulher – Grupo de Intervenção Estratégica**, fruto da cooperação entre SEJUSP, MPMG, TJMG, PCMG, PMMG e Prefeitura de Belo Horizonte, constituindo-se como espaço permanente para ações integradas de responsabilização de agressores e proteção às vítimas.

Somam-se a essas ações o **Projeto ProtegiDAS**, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor e o Departamento Penitenciário de Minas Gerais, com foco na prevenção e conscientização sobre a violência contra a mulher no contexto das unidades prisionais, e o **Proteja Minas Podcast**, estratégia de comunicação institucional que já lançou nove episódios, com participação de especialistas e representantes do sistema de justiça e da rede de proteção, ampliando o debate público e a conscientização social. Complementarmente, a campanha **"Palavras que Acolhem"** promoveu o engajamento da população mineira na construção de mensagens de apoio às mulheres em situação de violência, resultando na seleção de 21 frases para uma exposição itinerante realizada em Belo Horizonte e Região Metropolitana, reforçando a centralidade do acolhimento, da escuta qualificada e da corresponsabilização social no enfrentamento à violência de gênero.



2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO
2.1.8 Prevenção social à criminalidade

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: Lançamento Proteja Minas

Em 2025, a Sejusp lançou o **Proteja Minas**, novo programa estadual voltado à prevenção da violência contra a mulher, com foco na atuação antecipada, territorializada e integrada. A iniciativa foi estruturada no âmbito da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade, responsável pela concepção técnica do programa e pela definição de metodologias baseadas em dados e indicadores de segurança pública.

O programa prevê a atuação das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) como principal porta de entrada das ações, com o desenvolvimento de atendimentos individuais e coletivos, oficinas, rodas de conversa, palestras e outras atividades preventivas voltadas a mulheres e meninas, além da articulação com a rede local de proteção.

O evento de lançamento reuniu autoridades do Governo de Minas, contando com a participação do vice-governador Mateus Simões, do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, da subsecretária de Prevenção Social à Criminalidade, Christiana Dornas, além de representantes de instituições do sistema de Justiça e da rede de proteção, marcando a apresentação oficial do programa e o início de sua implementação em formato piloto.









Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.1 EXPANSÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

2.1.8 Prevenção social à criminalidade

Além das UPCs implantadas no período do quinquênio, a Sejusp, por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, ampliou a rede de atendimento e acompanhamento, com a implantação e expansão de serviços estratégicos voltados à política de prevenção e ao atendimento à pessoa custodiada.

Nesse contexto, destaca-se a implantação do **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)**, realizada em 2023, no município de Belo Horizonte, e em 2024 ampliou o serviço para os municípios de Uberlândia e Contagem, fortalecendo o acesso a atendimentos especializados e a articulação da rede socioassistencial.

Adicionalmente, após o encerramento da execução do Projeto FUNEMP, em abril de 2025, a **Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA)** manteve suas atividades nos municípios de Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre.







2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumo executivo - Principais ganhos da gestão (2021 - 2025)

Transformação Digital: Lançamento do Emergência MG, expandido para 100% dos municípios em 2025, permitindo socorro via chat e vídeo.

Gestão Inteligente de Vagas: Implementação da Central de Vagas, garantindo disponibilização de vagas em menos de 24 horas.

Modernização Operacional e padronização: Investimento de R$ 51 milhões na renovação de armamentos e padronização operacional.

A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO (2021 - 2025)

O desafio herdado (2021)

Em 2021, a Sejusp enfrentava um cenário de fragmentação de dados e processos analógicos que retardavam a tomada de decisão. O acionamento de emergências dependia exclusivamente de chamadas de voz, e a gestão de vagas no sistema socioeducativo sofria com a falta de critérios objetivos e superlotação histórica. A infraestrutura tecnológica estava defasada, limitando a capacidade de resposta das forças de segurança no dia a dia.

A estratégia em ação

A gestão priorizou a Inovação e a Transparência como motores da reforma administrativa. A Sejusp MG digitalizou o socorro público com o Emergência MG, integrando 190, 197 e 193 em uma plataforma acessível por internet e aplicativo. Para coibir o crime patrimonial, operacionalizou a Central de Bloqueio de Celulares (Cbloc), neutralizando mais de 18.900 aparelhos roubados. No âmbito institucional, o estado rompeu paradigmas ao assinar a primeira Parceria Público-Privada (PPP) do Sistema Socioeducativo no Brasil.

O impacto alcançado:

Ao final de 2025, Minas Gerais entregou uma estrutura de segurança pública tecnológica e proativa.

- **Agilidade no Campo:** O monitoramento eletrônico saltou para 10.721 dispositivos ativos, consolidando alternativas eficazes ao encarceramento.
- **Eficiência Correcional:** A Controladoria Setorial gerou benefícios financeiros superiores a R$ 3 milhões através de recomendações de auditoria.
- **Logística Fortalecida:** Foram adquiridas mais de 7.000 armas de última geração e renovada a frota com 300 veículos operacionais.

O Resultado Final: A inovação deixou de ser um conceito para se tornar uma prática diária. Com processos otimizados e ferramentas digitais, a Sejusp MG reduziu burocracias, economizou recursos públicos e, acima de tudo, tornou o estado mais seguro e responsivo ao cidadão mineiro. **Veja em detalhes, nas próximas páginas, os programas, investimentos e resultados que sustentam essa trajetória de transformação do sistema em Minas Gerais.**

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

A modernização tecnológica foi uma das marcas mais evidentes desta gestão. Alinhada ao eixo estratégico de Inovação e Otimização da Gestão e das Políticas Públicas, a Sejusp MG investiu em soluções digitais e equipamentos que fortaleceram a capacidade de resposta das forças de segurança, aumentaram a eficiência administrativa e melhoraram a prestação de serviços ao cidadão.

O principal destaque do período foi a criação e implementação do **Emergência MG**, uma plataforma tecnológica que revolucionou a forma como os mineiros acionam os serviços de emergência. O sistema permite o envio de **fotos, vídeos, mensagens de texto e localização em tempo real diretamente para as centrais de atendimento da Polícia Militar, Bombeiros e demais órgãos**. Com atuação em todo o estado de Minas Gerais e alcançando mais de 20 milhões de pessoas, o serviço Emergência MG, coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), foi reconhecido com o Prêmio Inovação 2024 e o Selo de Transformação Digital e Inovação, em sua terceira edição, promovido pela Prodemge. A iniciativa se consolida como referência no uso da tecnologia a serviço da segurança.

O Emergência MG é uma iniciativa pioneira no Brasil, **lançada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG) em dezembro de 2023**, com o objetivo de modernizar e ampliar o acesso da população aos serviços de segurança pública por meio da internet. Inicialmente, o sistema foi implantado como projeto-piloto na cidade de Lagoa Santa onde, durante 30 dias, foram realizados mais de 6,4 mil acionamentos, com tempo médio inferior a quatro minutos.

O serviço permite o acionamento da Polícia Militar (190), Polícia Civil (197) e Corpo de Bombeiros Militar (193) por meio de chat, acessível pelo site **www.emergencia.mg.gov.br**, pelo aplicativo MGApp e pelo Telegram. Além disso, oferece funcionalidades como envio de fotos, compartilhamento de localização e realização de videochamadas, sendo também inclusivo para pessoas surdas, alfabetizadas em língua portuguesa.

Após o projeto-piloto, o Emergência MG passou por várias fases de expansão:

- Na primeira fase, expandiu-se para a Capital e outros oito municípios.
- Na terceira fase, mais 24 cidades foram incluídas.
- Na quarta fase, em junho de 2024, o serviço alcançou 61 municípios, beneficiando mais de 6 milhões de pessoas, o que representava 29% da população do estado.
- Na quinta fase, em outubro de 2024, mais 46 municípios foram adicionados, totalizando 107 cidades atendidas. A trajetória de expansão culminou, em 2025, com o atendimento da **totalidade** dos municípios mineiros.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

Além do Emergência MG, destaca-se a **Central de Bloqueio de Celulares de Minas Gerais (Cbloc)**, uma iniciativa pioneira com o objetivo de coibir o uso de celulares roubados, furtados ou utilizados em atividades criminosas. O serviço tem como principal função bloquear o IMEI de aparelhos celulares roubados ou furtados, impedindo seu uso na rede de telefonia e internet móvel.

Entre os anos de 2021 e 2025, a Cbloc registrou um total de 18.907 bloqueios de aparelhos celulares em Minas Gerais. Em 2021, foram realizados 6.058 bloqueios; em 2022, 4.182; em 2023, 3.204; em 2024, 3.025; e em 2025, 2.438 bloqueios. Esses números refletem a atuação contínua da Central como uma importante ferramenta de combate ao roubo e furto de celulares no estado ao longo do quinquênio.

	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL 2021-2025
SOLICITAÇÕES DE BLOQUEIO RECEBIDAS	10.554	7.831	7.473	5.003	4.271	**35.132**
IMEIS BLOQUEADOS	6.058	4.182	3.204	3.025	2.438	**18.907**

veja o histórico do CBLOC



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), ampliou o acesso ao serviço de bloqueio de celulares roubados ou furtados, conhecido como Cbloc. Desde janeiro de 2024, os cidadãos podem solicitar o bloqueio de seus aparelhos também pelo **aplicativo MG APP**, além do site oficial. Em cinco anos, **mais de 39 mil aparelhos foram bloqueados** por meio da Cbloc. A iniciativa também permite que lojistas e transportadoras solicitem o bloqueio de cargas subtraídas, inibindo o roubo em massa de aparelhos. Essa ação reforça o compromisso do estado e da Integração no combate ao crime, utilizando a tecnologia como aliada na segurança pública e na proteção da população mineira.





2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Emergência MG, Central de Bloqueios de Celulares (CBLOC) e outros investimentos em tecnologia

Além da implantação do Emergência MG e do CBLOC, a gestão promoveu grandes investimentos em tecnologia para a Sejusp MG:

- Aquisição de **2.654 computadores, 2.937 notebooks, 174 tablets, 1.137 webcams, 131 switches, além de 4.817 licenças de softwares**, distribuídos entre unidades prisionais, socioeducativas, de prevenção e administrativas.
- Uso de **sistemas digitais para videoconferências, audiências virtuais e registros eletrônicos**, garantindo a continuidade dos serviços durante e após a pandemia.
- Fortalecimento das **salas de inteligência**, com infraestrutura adequada para análise de dados e monitoramento de operações.

Esses investimentos não apenas modernizaram a estrutura da segurança pública mineira, como também otimizaram o trabalho diário das forças de segurança e garantiram maior agilidade no atendimento às ocorrências e demandas da população.

A gestão demonstrou, com esses avanços, que a tecnologia é uma aliada estratégica da segurança pública moderna — mais eficiente, integrada e próxima do cidadão.

Cbloc
Central de Bloqueio de Celulares

Seja bem-vindo à Central de Bloqueio de Celulares do Estado de Minas Gerais (**C**bloc)

O que é Cbloc ?

Nesta plataforma você pode solicitar o bloqueio do seu aparelho celular roubado ou furtado de forma simples, rápida e segura.

O bloqueio impede que quem cometeu o crime possa ativar o aparelho para uso na rede de telefonia móvel. Além disso você exerce sua cidadania e contribui para a redução dos roubos e furtos de celulares em Minas Gerais. Com aparelhos inutilizados e sem possibilidade de ativação em nenhuma operadora, o dispositivo perde valor de mercado no mundo do crime.

A CBLOC também busca inibir o roubo de celulares que ainda não foram vendidos para os consumidores, à medida que lojistas e transportadores poderão bloquear aparelhos que foram subtraídos em crimes de roubo de carga, por exemplo.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

AQUISIÇÕES DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS

Durante o quinquênio, a gestão se dedicou a garantir a aquisição e renovação dos mais diversos materiais e equipamentos, além de mobiliário e frota, itens essenciais para a gestão da política de segurança pública.

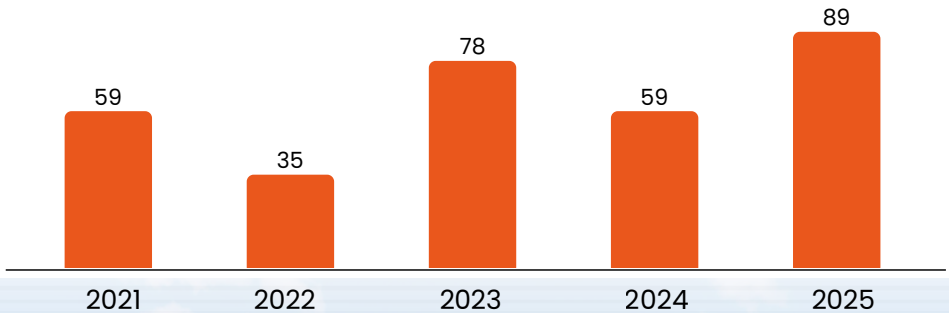
Foram adquiridos e/ou entregues **mais de 5.000 computadores e notebooks, 300 veículos, além de MAIS DE 7.000 armas e mais de 260 mil itens de segurança**. O detalhamento e distribuição destes itens são apresentados a seguir:

VIATURAS, AMBULÂNCIAS E VEÍCULOS ADMINISTRATIVOS

Com recursos provenientes de diversas fontes, como emendas parlamentares, Fundo Penitenciário Nacional, convênios federais e Fundo Estadual de Saúde, além de recursos próprios do governo de Minas, foram investidos R$ 58.553.610,17 em novos veículos para a frota da SEJUSP no quinquênio 2021-2025. Ano a ano, as compras se dividiram entre:

- 2021: 59 veículos adquiridos no total - sendo 1 para uso administrativo, 1 caminhonete, 54 viaturas caminhonete com cela humanizada, 2 viaturas furgão com cela e 1 viatura SUV com cela;
- 2022: 35 veículos adquiridos no total - sendo 22 para uso administrativo, 5 vans para transporte de passageiros, 6 ambulâncias e 2 viaturas caminhonete com cela humanizada;
- 2023: 78 veículos adquiridos no total - sendo 5 para uso administrativo, 1 furgão com carroceria fechada, 2 vans para transporte de passageiros, 8 ambulâncias, 3 viaturas para transporte de cães, 9 viaturas caminhonete com cela humanizada, 30 viaturas básicas e 20 viaturas SUV Sem Cela;
- 2024 — 59 veículos adquiridos no total - sendo 25 para uso administrativo, 1 caminhonete, 1 motocicleta, 1 van para transporte de passageiros, 8 veículos utilitários SUV, 1 viatura SUV sem cela, 3 viaturas SUV com cela, 17 viaturas caminhonete com cela humanizada, 2 viaturas básicas;
- 2025 - 89 veículos adquiridos no total - sendo 18 para uso administrativo, 5 caminhonetes, 4 veículos utilitários SUV, 2 viaturas furgões com carroceria fechada, 20 viaturas SUV com cela, 1 viatura básica e 39 viaturas caminhonete com cela humanizada.

Gráfico 15 – Total de veículos adquiridos entre 2021-2025





2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

Em 2023, a SEJUSP firmou contrato para prestação de serviços de locação (mensal) de 80 veículos automotores, sem motorista e sem combustível, tipo viatura (caminhonete pick-up cabine dupla), no valor total de R$13.664.640,00. Posteriormente, em 2025, com o encerramento da vigência do contrato firmado em 2023, a SEJUSP celebrou novo contrato com a empresa CS Frotas para a prestação dos mesmos serviços de locação mensal de 80 (oitenta) veículos, nas mesmas condições, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no valor total de R$ 51.164.256,00. Na sequência, foi firmado Termo Aditivo, contemplando a locação mensal de mais 20 (vinte) veículos automotores, igualmente sem motorista e sem combustível, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no valor total de R$ 12.791.064,00, passando o contrato a abranger o total de 100 (cem) veículos locados.





MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

Em relação a itens de informática, durante o quinquênio, foram adquiridos 2.654 computadores de mesa, 2.937 notebooks, 4.817 licenças de software, 131 switches, 174 tablets e 1.137 webcams.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

ARMAMENTOS, MUNIÇÃO E ITENS DE SEGURANÇA

Entre 2021 e 2025, foram **adquiridos** pela Sejusp MG:

- 194 fuzis e carabinas 5,56
- 35 carabinas 9mm
- 95 fuzis 7,62
- 564 espingardas cal. 12
- 6.368 pistolas 9mm
- 42 pistolas de imobilização

FORAM INVESTIDOS **R$ 51.227.350,57** em armamento, munições, coletes, algemas e IMPOs no quinquênio 2021-2025.

Além dos armamentos, a Secretaria também investiu em equipamentos de proteção individual e coletiva, e demais itens de segurança no período:

- 12.416 coletes balísticos;
- 9.986 algemas;
- 2.071.356 munições;
- 149.560 instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO) (espargidor e granada)



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

Entre as aquisições, destaca-se a **compra de 6.368 unidades de pistolas 9 milímetros**, sendo **1.500 Berettas**, produzidas na Itália, e **4.868 Glocks**, produzidas na Eslováquia. Nesse processo foram **investidos mais de R$ 13 milhões** em pistolas que serão destinadas, prioritariamente, para cautela fixa de policiais penais que atuam no Grupo de Escolta Tática Prisional (Getap), no Comando de Operações Especiais (Cope), no Grupo de Intervenção Rápida (GIR), na Central de Escolta e Apoio Operacional (Ceaop) e em demais funções estratégicas nas Unidades Prisionais.

AQUISIÇÃO DE **1.500** **PISTOLAS BERETTA** **3,5 MILHÕES** **INVESTIDOS**

PRIMEIRA COMPRA INTERNACIONAL DE ARMAS

Em 2023, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública realizou a entrega simbólica de 1.500 pistolas Beretta e dois fuzis para o Departamento Penitenciário. As pistolas da empresa *Fabbrica d'Armi Pietro Beretta* vieram diretamente da Itália.



AQUISIÇÃO DE **4.868** **PISTOLAS GLOCK** **9,8 MILHÕES** **INVESTIDOS**

MINAS GERAIS PADRONIZA ARMAMENTO DA POLÍCIA PENAL

A **Resolução SEJUSP nº 1506/2025**, publicada pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, padronizou o armamento de porte leve da Polícia Penal do estado, determinando que todas as unidades do sistema prisional passem a utilizar **exclusivamente pistolas semiautomáticas Glock** calibre 9×19 mm (modelos G17, G19 e G26). Essa padronização — resultado de estudos técnicos e testes sobre confiabilidade, durabilidade e segurança operacional — é importante porque uniformiza peças, munições e treinamentos, melhora a eficiência logística e facilita a capacitação dos policiais penais, alinhando-se ainda aos princípios de economia, eficiência e gestão de riscos nas aquisições públicas. A norma já está em vigor e representa um avanço na modernização da corporação.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.2 Aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos

	2021	2022	2023	2024		Total
Armamento (fuzil, carabina, espingarda, pistola e pistola de imobilização)	5.046.573,44	3.530.758,88	559.284,60	4.013.750,00	5.616.637,37	**R$ 18.767.004,29**
Colete balístico e algema	5.577.553,00	6.615.471,30	2.240.739,23	2.814.007,34	4.164.961,43	**R$ 21.412.732,30**
Munições e instrumentos de menor potencial ofensivo (granada e espargidor)	1.161.686,01	1.038.964,96	767.144,00	1.614.348,00	6.465.471,01	**R$ 11.047.613,98**

INVESTIMENTO R$ 51.227.350,57



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.3 Economia para os cofres públicos

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Instituído por meio Decreto nº 43.846 de 2004 e gerido pela AAADM, o Programa Habitacional LARES GERAES — Segurança Pública tem como objetivo viabilizar a implantação de projetos habitacionais destinados a policiais militares, civis, bombeiros militares e dos agentes de segurança penitenciários do estado de Minas Gerais expostos a riscos por relação direta de suas atividades.

A principio, 137 unidades habitacionais foram destinadas ao programa. Contudo, a baixa média de ocupação das moradias funcionais observada demonstrou a possibilidade de diminuição desse número que ocasionava um dispêndio financeiro desnecessário e a mobilização de muitos servidores.

Com a reformulação do programa pelo Decreto nº 48.699 de 2023, a operacionalização do programa passou a mobilizar apenas 21 dos 137 imóveis iniciais, o que anualmente representa uma economia média de R$ 464.000,00.

Nessa toada, a alienação dos imóveis não mais empregados na gestão do Programa culminará no incremento de pelo menos R$ 20.798.360,00 aos cofres públicos. Ressalta-se que esse montante refere-se, tão somente, ao valor venal dos imóveis, podendo ser acrescido quando da efetivação da comercialização dos referidos imóveis.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.4 Índices SUASEPlan

Índices SUASEPlan

Os Índices SUASEPlan foram desenvolvidos com o objetivo de avaliar qualitativamente o atendimento prestado aos jovens e adolescentes nas Unidades Socioeducativas. Essa avaliação é realizada de forma simples e compreensível, facilitando o acompanhamento e a análise da qualidade do serviço oferecido.



Baseados nos eixos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os Índices SUASEPlan são formados por um conjunto de indicadores que monitoram a execução, em nível micro, do atendimento pelas Unidades Socioeducativas.

A metodologia **SUASEPlan** é composta por **8 índices**:

- Índice Atendimento Técnico
- Índice Família
- Índice Profissionalização
- Índice Esporte e Cultura
- Índice PIA Pactuado
- Índice Segurança
- Índice Saúde
- Índice Ensino

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo

A Central de Vagas é o serviço responsável pela gestão, coordenação e monitoramento das vagas nas unidades de atendimento socioeducativo de internação, semiliberdade, internação-sanção e internação provisória no Estado de Minas Gerais. Sua criação insere-se em um esforço nacional de qualificação da política socioeducativa, cujas diretrizes e normas gerais foram estabelecidas pela Resolução CNJ nº 367/2021, do Conselho Nacional de Justiça. O serviço passou a operar em 26 de abril de 2022, sob a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (SUASE).

O funcionamento da Central de Vagas representa um importante avanço na governança do sistema socioeducativo mineiro, ao promover o fortalecimento e a racionalização da gestão de vagas, mediante a definição e aplicação de critérios objetivos, transparentes e isonômicos para o ingresso de adolescentes nas unidades. Com a implementação do serviço, foi possível superar o histórico de superlotação, assegurando que os encaminhamentos respeitem rigorosamente a capacidade projetada de cada unidade.

Além de fortalecer a gestão das vagas de internação, a iniciativa também possibilitou a criação de um demonstrativo dinâmico, que apresenta um mapa atualizado das vagas disponíveis em todo o estado, aprimorando o monitoramento e a tomada de decisão.

Desde o início de suas operações, até dezembro de 2025, o serviço atendeu a **10.269 solicitações de vagas, e contabilizadas 1.753 solicitações atendidas para movimentação entre unidades**, evidenciando sua efetividade, capilaridade e relevância para a garantia de um atendimento socioeducativo organizado e em conformidade com a legislação vigente.

10.269 **SOLICITAÇÕES ATENDIDAS** **PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA**

1.753 **SOLICITAÇÕES ATENDIDAS** **PARA TRANSFERÊNCIAS**

*Ref: ago/2022 a dez/2025.

CONQUISTAS E VALORIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

GRUPAMENTO DE AÇÃO RÁPIDA

O Grupamento de Ação Rápida (GAR) é responsável pelas primeiras intervenções em eventos críticos — como motins, rebeliões e outros — nas unidades onde jovens em conflito com a lei cumprem medidas socioeducativas. O grupo opera com 15 profissionais altamente qualificados e conta com um protocolo de atuação próprio para apoiar as Unidades Socioeducativas em rotinas e escoltas.

O Grupamento de Ações Rápidas (GAR) foi instituído pela Resolução Sejusp MG nº 228, de 14 de setembro de 2021, com a missão de reforçar a segurança socioeducativa.

2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.5 Gestão da Central de Vagas e Gestão do Socioeducativo

PROJETO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

Em 2024, a Sejusp MG, por meio da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, assinou um contrato de gestão com o objetivo de **propiciar a prática de atividade física como suporte e orientação na formação dos jovens e adolescentes** em acautelamento provisório e em cumprimento de medida socioeducativa de internação nas unidades socioeducativas do estado geridas pela Administração Direta. A previsão de investimento na ação é de R$5.478.243,44 e o contrato tem vigência de cinco anos, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

As unidades socioeducativas contempladas foram Centro de Internação Provisória Dom Bosco (CEIPDB), Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves (CSERN), Centro Socioeducativo Sete Lagoas (CSESL), Centro Socioeducativo de Divinópolis (CSED), Centro Socioeducativo de Governador Valadares (CSEGV), Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSEJF), Centro Socioeducativo Montes Claros (CSEMC), Centro Socioeducativo Pirapora (CSEP), Centro Socioeducativo de Teófilo Otoni (CSETO), Centro Socioeducativo de Uberlândia (CSEUB) e Centro Socioeducativo Horto (CSEH).

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA DO NOVO SOCIOEDUCATIVO

MINAS GERAIS: ESTADO PILOTO DO PAÍS

Minas Gerais tornou-se o primeiro estado do Brasil a firmar uma Parceria Público-Privada (PPP) voltada à modernização do sistema socioeducativo. A PPP do Novo Socioeducativo contempla a construção, gestão e operação de duas novas unidades socioeducativas com capacidade para até 90 vagas masculinas cada, localizadas nos municípios de Betim e Santana do Paraíso. **A concessão foi realizada na B3, a bolsa de valores de São Paulo, em 3 de setembro de 2025, marcando um avanço institucional e de governança no modelo adotado pelo Estado**.

O contrato firmado tem duração de 30 anos, período em que o consórcio vencedor atuará na construção e na manutenção da infraestrutura dos centros, além de oferecer o atendimento integral aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Estão previstas a oferta de serviços de formação profissional, acompanhamento multidisciplinar individualizado e ações para fortalecimento dos vínculos com a família e a comunidade.

A previsão é de que a operação das unidades tenha início em até 30 meses a partir da assinatura do contrato de concessão.

No âmbito da parceria, o parceiro privado é responsável por manter toda a infraestrutura adequada dos centros e pela prestação dos serviços voltados ao atendimento dos jovens, como educação, formação profissional e assistência multidisciplinar. Todas as ações são executadas em conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com avaliação contínua por meio de indicadores de desempenho que impactam diretamente a remuneração do parceiro.

A iniciativa consolida um modelo inovador de construção, gestão e atendimento em unidades socioeducativas no país, estruturado por meio de parceria público-privada com apoio técnico do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

Fonte: seguranca.mg.gov.br

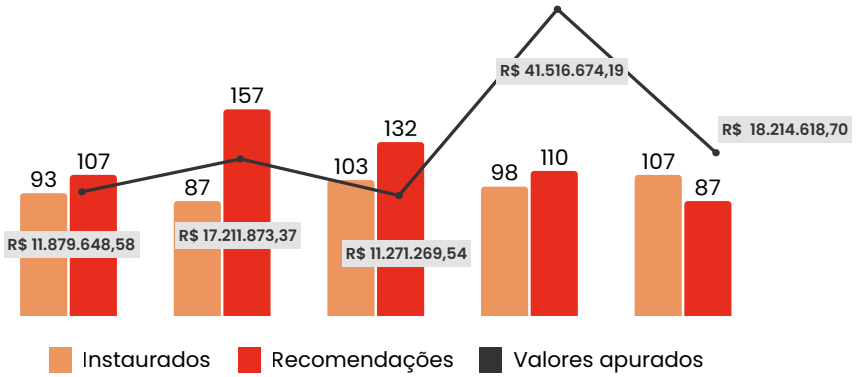
2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.6 Tomada de contas e responsabilização

ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO

A Assessoria de Acompanhamento Administrativo (AAADM) tem como competência promover as atividades de acompanhamento, monitoramento e supervisão de atos administrativos decorrentes das políticas públicas executadas no âmbito da Sejusp MG. A Comissão Processante Permanente (CPP), unidade vinculada à AAADM, tem como competência **conduzir, apurar e instruir, no âmbito da Sejusp MG, os procedimentos de tomada de contas especial, as sindicâncias, os inquéritos e os processos administrativos punitivos**.

Gráfico 19 - Processos e valores apurados pela CPP 2021-2025

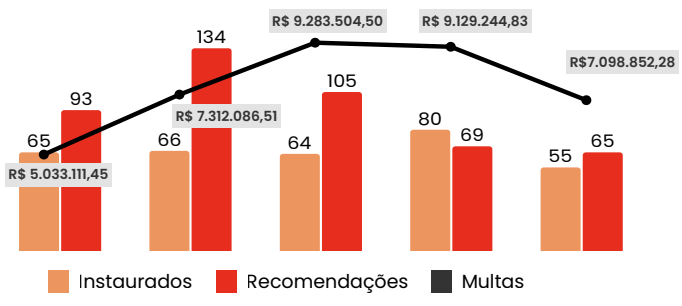


A Sejusp MG é a única Secretaria do Estado que dispõe de estrutura própria para a execução dessas atividades, com destaque para a atuação relacionada aos contratos de empresas fornecedoras de alimentação do Sistema Prisional. No período de 2021 a 2025, observa-se uma evolução significativa dos valores apurados, ainda que com oscilações ao longo dos anos, culminando em um pico em 2024, quando foram apurados R$ 41.516.674,19.

Em **2025**, os valores apurados totalizaram **R$ 18.214.618,70**, representando uma redução em relação ao ano anterior, mas mantendo patamar substancialmente superior aos primeiros anos da série histórica. Comparativamente ao período anterior à atual gestão, destaca-se o expressivo crescimento dos valores apurados: de R$ 1.716.736,57 em 2019 para R$ 41.516.674,19 em 2024, o que corresponde a um **aumento de aproximadamente 2.318,6%**, evidenciando o fortalecimento das ações de controle, apuração e responsabilização administrativa no âmbito da Sejusp MG.

Dentre os contratos de alimentação para o sistema prisional, área de atenção especial na gestão de riscos da Secretaria, os valores cobrados em multas somaram R$ 37.856.977,57 entre 2021 e 2025.

Gráfico 16 – Processos e multas aplicadas pela CPP nos contratos de alimentação 2021-2025



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.7 Auditoria da Sejusp e suas principais frentes de trabalho no quinquênio

A CONTROLADORIA SETORIAL DA SEJUSP

Durante o período de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Auditoria da Sejusp concentrou esforços na avaliação dos controles internos das contratações de bens e serviços voltados ao enfrentamento da crise sanitária, analisando a existência, a adequação e a efetividade dos mecanismos adotados pela Unidade Administrativa responsável pelas compras e contratações, considerando o contexto excepcional vivenciado pela SEJUSP.

Paralelamente, foram realizados trabalhos de Auditoria sobre indenizações provenientes de recursos socioambientais (Fonte 95), com o objetivo de avaliar a regularidade dos processos de contratação, licitação e execução de contratos de bens e serviços, bem como orientar os gestores quanto à adoção de medidas mitigadoras de riscos e fragilidades associadas a esses processos, garantindo a correta aplicação dos recursos.

As Consultorias em Gerenciamento de Riscos e Integridade concentraram-se em processos-chave de alto risco para fraude e corrupção, buscando identificar e avaliar riscos relevantes, antecipar problemas e disfunções, fortalecer controles internos administrativos e apoiar a gestão na melhoria da aplicação dos recursos públicos, no acompanhamento de metas e no desempenho institucional. Esses trabalhos geraram subsídios importantes para a tomada de decisão gerencial e o aprimoramento do desempenho das unidades.

No âmbito da avaliação de processos estratégicos da Secretaria, a Auditoria analisou a regularidade de atividades essenciais, incluindo contratações e licitações de alimentação, contratação do sistema de circuito fechado de segurança, gestão de imóveis e veículos, almoxarifado e materiais bélicos, apuração de dano à concorrência em licitações, contratos de terceirizados da MGS, fornecimento de uniformes, cessão de servidores, acúmulo de cargos e regularidade da documentação educacional na admissão de servidores. Essas análises permitiram identificar riscos, fragilidades e oportunidades de melhoria em processos vitais ao funcionamento da SEJUSP.

Também foram avaliados os processos de gestão das unidades, incluindo Unidades Prisionais, Socioeducativas e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), com foco no fortalecimento da governança e na promoção de maior conformidade e eficiência na execução das atividades. No campo da gestão de parcerias, a Auditoria analisou as Unidades de Medidas Socioeducativas, a Rede Complementar da Política Antidrogas (acolhimento e prevenção), os Programas de Prevenção à Criminalidade e os Contratos de Gestão no sistema socioeducativo, contribuindo para aprimorar os mecanismos de acompanhamento, controle e transparência dessas parcerias.

Por fim, na área de prestação de contas e regularidade processual, foram avaliados processos de Tomada de Contas Especial, punição de fornecedores e a prestação de contas da Secretaria junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com vistas a fortalecer a responsabilização, a transparência e a conformidade dos processos, reduzindo riscos de irregularidades e sanções por órgãos de controle.



2.2 INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.6 Auditoria da Sejusp e suas principais frentes de trabalho no quinquênio

A CONTROLADORIA SETORIAL DA SEJUSP

Resultados e Benefícios Gerados

A Coordenadoria de Auditoria emitiu 590 recomendações, gerando benefícios financeiros superiores a R$ 3 milhões e relevantes ganhos qualitativos para a SEJUSP e a população mineira.



Fonte: Sistema E-CGU

Impactos dos benefícios

Os resultados repercutem nos níveis estratégico e operacional, contribuindo para:

- Melhoria dos processos e fluxos de trabalho;
- Redução de riscos institucionais;
- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas;
- Aprimoramento de atos normativos e políticas públicas;
- Fortalecimento da governança, gestão de riscos, transparência, integridade e controle social;
- Subsídios à tomada de decisão da gestão e de outros Poderes;
- Restabelecimento da conformidade e devolução de recursos ao erário;
- Instauração de processos de responsabilização e sanção.



As ações desenvolvidas reforçam a atuação da Auditoria como parceira estratégica da gestão, com reflexos positivos na qualidade das decisões, na eficiência administrativa e nos resultados alcançados pela Secretaria.



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Resumo executivo - Principais ganhos da gestão (2021 - 2025)

Fim da Fragmentação: Implementação da Base Integrada de Segurança Pública (BISP), unificando os repositórios de dados de todas as forças de segurança em um ambiente único.

Inteligência consolidada: Criação da Agência Central de Inteligência (AGCI) e do Centro Integrado de Inteligência Cibernética (Ciberint), projeto premiado nacionalmente.

Cultura de Evidências: Lançamento do 1º Diagnóstico da Segurança Pública de MG e reformulação completa do portal institucional para transparência ativa.

A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO (2021 - 2025)

O desafio herdado (2021)

No início de 2021, o cenário era de dispersão e baixa confiabilidade dos dados, armazenados em bases isoladas que dificultavam análises integradas e a produção de relatórios dinâmicos. A falta de uma doutrina unificada de inteligência e de espaços especializados para combater crimes digitais e ameaças escolares limitava a capacidade proativa do estado. A transparência institucional ainda carecia de ferramentas que traduzissem dados técnicos em informações acessíveis ao cidadão.

A estratégia em ação

A Sejusp MG assumiu o papel de indutora de uma nova cultura de dados.

- **Integração Sistêmica:** Criou a BISP, rompendo o paradigma do isolamento de informações e permitindo o compartilhamento ágil entre polícias e bombeiros.
- **Inteligência Especializada:** Instituiu a AGCI como coração do planejamento estratégico e a primeira Agência de Inteligência Socioeducativa (ACIS) do estado.
- **Fronteira Digital:** Inaugurou o Ciberint, um laboratório de ponta focado no monitoramento da Deep Web e redes sociais para prevenir ataques e crimes cibernéticos.

O impacto alcançado:

O quinquênio termina com Minas Gerais na vanguarda da governança pública.

- **Decisão Qualificada:** O 1º Diagnóstico da Segurança Pública entregou um "raio-X" científico do estado, orientando a alocação precisa de recursos.
- **Doutrina Própria:** O estado tornou-se o segundo do país a possuir uma Doutrina Estadual de Inteligência, padronizando as ações da comunidade de segurança.
- **Governo Aberto:** O novo site institucional e o Caderno de Indicadores transformaram a informação em patrimônio público, facilitando o controle social e a accountability.

O Resultado Final: A informação deixou de ser um recurso burocrático para se tornar uma arma estratégica. Hoje, cada decisão da Sejusp MG é fundamentada em evidências, garantindo uma segurança pública mais inteligente, eficiente e, sobretudo, transparente perante a sociedade mineira. **Veja em detalhes, nas próximas páginas, os programas, investimentos e resultados que sustentam essa trajetória de transformação do sistema em Minas Gerais.**

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (AGCI)

A criação da Agência Central de Inteligência (AGCI), instituída por meio da Lei nº24.313/2023 e regulamentada pelo Decreto nº48.659/2023, representa um dos principais marcos da gestão contida no quinquênio 2021-2025 no campo da Gestão da Informação e Transparência, conforme estabelecido no Plano Estratégico da Sejusp MG. Trata-se de uma medida que estrutura, qualifica e coordena, de forma permanente, o uso estratégico da inteligência e da informação no âmbito da segurança pública de Minas Gerais.

A AGCI foi concebida como órgão central do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp-MG), com a função de dirigir, coordenar e integrar o planejamento e a execução das atividades de inteligência e contrainteligência, respeitando as competências de cada instituição envolvida. Seu papel é fundamental para subsidiar a tomada de decisão qualificada por parte da Sejusp MG e dos demais órgãos de segurança pública, mediante a produção, análise, salvaguarda e difusão de informações estratégicas.

Ao consolidar o arranjo interinstitucional do sistema de inteligência no estado, a AGCI promove governança compartilhada, padronização de práticas e racionalização de esforços entre diferentes forças e órgãos públicos. Além disso, a Agência é responsável por elaborar o Plano de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais e a Doutrina Estadual de Inteligência, em parceria com as agências setoriais, promovendo coesão e visão sistêmica em torno da atividade de inteligência.

Entre suas atribuições, destacam-se: a representação do estado no Sistema Brasileiro de Inteligência — Sisbin, no Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e nas demais instâncias de inteligência em âmbito estadual, nacional ou internacional, nos fóruns nacionais e internacionais de inteligência; o assessoramento direto ao Secretário de estado em temas de inteligência e contrainteligência; a coordenação de soluções tecnológicas aplicadas à coleta e análise de dados; e a execução de ações de segurança da informação voltadas à prevenção de ameaças internas e externas. A AGCI também conduz estudos e estatísticas de interesse da segurança pública, compartilhando dados de forma segura e oportuna com os integrantes do Seisp-MG.



A G C I

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.1 Criação da Agência Central de Inteligência (AGCI)

O impacto da criação da AGCI transcende a reorganização interna da Sejusp MG. Sua implantação fortalece o papel do estado de Minas Gerais como referência nacional na institucionalização da atividade de inteligência de segurança pública, em conformidade com os princípios da legalidade, proteção de dados e respeito aos direitos individuais. A Agência atua não apenas como produtora de informação, mas como indutora de uma nova cultura de decisão baseada em evidências, análise de risco e inteligência estratégica.

Ao instituir a AGCI, a gestão deu um passo decisivo para consolidar uma segurança pública moderna, orientada por dados, eficiente e articulada, reafirmando o compromisso da Sejusp MG com o uso ético e técnico da informação em favor da paz social, da prevenção à criminalidade e da proteção do cidadão mineiro.



CRIAÇÃO DA DOUTRINA ESTADUAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (DEISP/MG)

Após intenso trabalho do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, o Seisp/MG, coordenado pela Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, Minas Gerais passou a ser o segundo estado da federação a contar com uma doutrina própria de inteligência de segurança pública. Publicada em 11/10/2022, pela Resolução Conjunta Sejusp MG/PCMG/PMMG/CBMMG nº13/22, a Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Deisp/MG) é um marco doutrinário da atividade de inteligência do estado de Minas Gerais e documento orientador das ações implementadas pela comunidade de inteligência de segurança pública em Minas Gerais.

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.2 Criação do Centro de Inteligência Cibernética (Ciberint)

A criação do Centro Integrado de Inteligência Cibernética (Ciberint) é um dos grandes feitos da gestão. Tendo seus atos preparatórios iniciados em 2024 e inaugurado em 20 de maio de 2025 pelo vice-governador Mateus Simões, o Ciberint representa um avanço estratégico e inovador no combate à violência escolar e aos crimes cibernéticos, colocando Minas Gerais na vanguarda da segurança pública no País.

A Sejusp MG apostou em tecnologia, inteligência e articulação institucional como pilares de uma política pública eficiente e proativa. O Ciberint materializa essa visão: trata-se de um laboratório moderno, instalado no Prédio Alterosas da Cidade Administrativa, equipado com tecnologia de ponta para o monitoramento de redes sociais, jogos on-line, deep web e dark web. A proposta é prevenir, neutralizar e reprimir ameaças de ataques a escolas e demais delitos no ambiente virtual.

A iniciativa foi reconhecida nacionalmente no primeiro semestre de 2023.

Fruto do trabalho conjunto da Agência Central de Inteligência (AGCI) e da Assessoria Estratégica, **o projeto foi apresentado ao Ministério da Justiça e concorreu com mais de 700 propostas de todo o Brasil, sendo selecionado em primeiro lugar e recebendo R$ 3 milhões para sua estruturação**. Esse reconhecimento não é casual, mas fruto de uma política articulada e fundamentada, que busca soluções reais para os desafios contemporâneos da segurança pública.

Além da função de monitoramento, o Ciberint também atuará como centro de pesquisa e difusão de denúncias, promovendo a integração entre as forças de segurança, o Ministério Público e outros órgãos parceiros. Desde 2023, Minas já desenvolve ações para coibir a violência nas escolas, mas a complexidade dos crimes digitais exigia um espaço especializado para análise de dados, coordenação de esforços e respostas rápidas — lacuna agora preenchida pelo Ciberint. Assim, o Centro é mais que uma obra de infraestrutura: é uma política pública que salva vidas, protege nossas escolas e fortalece o papel do estado na defesa da sociedade.



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.2 Criação da Agência Central de Inteligência Socioeducativa

A criação da Agência Central de Inteligência Socioeducativa (ACIS), instituída pela Resolução Sejusp MG nº 211, de 24 de agosto de 2021, representa um marco na modernização da política socioeducativa no estado de Minas Gerais. Inserida no contexto da gestão ocorrida no quinquênio 2021-2025, a ACIS é uma iniciativa que reflete o compromisso com a racionalização dos processos decisórios, a proteção dos direitos fundamentais e, sobretudo, relacionada ao eixo estratégico de "Gestão da Informação e Transparência" previsto no Plano Estratégico Sejusp MG 2022–2026.

A vinculação da ACIS ao Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp-MG) assegura sua integração com os demais órgãos da rede de segurança e inteligência, favorecendo o intercâmbio de informações sensíveis de maneira segura, ética e legal. Além disso, sua estrutura organizacional, composta por coordenação, gerências especializadas e núcleos nas unidades socioeducativas, permite capilaridade e agilidade no levantamento e na análise de dados operacionais, sociais e institucionais.

A criação da agência estimula uma cultura interna de valorização da informação como ferramenta estratégica, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas voltadas aos jovens e adolescentes em conflito com a lei. Sua finalidade é permitir uma atuação preventiva, qualificada e humanizada, promovendo segurança com base em evidências e respeitando os direitos individuais.

Ao fomentar a transparência, a rastreabilidade das informações e a *accountability* institucional, a criação da ACIS posiciona-se como uma medida exemplar de gestão estratégica da informação — eixo central do Plano Estratégico Sejusp MG 2022–2026 — e consolida o legado dessa gestão em favor da inovação, da responsabilidade e da modernização da segurança pública e da política socioeducativa em Minas Gerais.



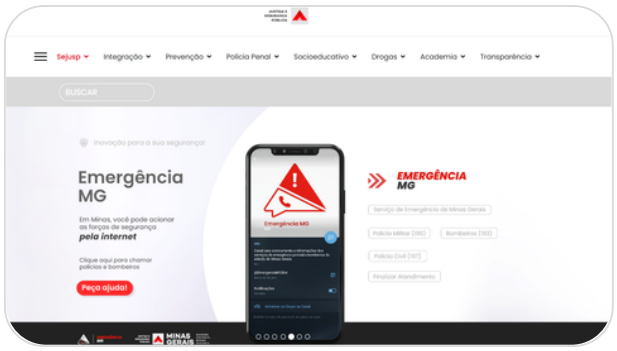
2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.3 Transparência

A transparência institucional é um dos pilares fundamentais da boa governança pública e da construção da confiança entre o estado e o cidadão. No âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG), a gestão promoveu avanços concretos nesse campo, alinhados diretamente ao eixo estratégico de Gestão da Informação e Transparência do Plano Estratégico 2022–2026.

Entre as principais ações desse eixo, destaca-se a reformulação completa do sítio eletrônico oficial da Sejusp MG — disponível em www.seguranca.mg.gov.br. A nova página foi concebida para cumprir a meta institucional de disponibilizar dados, informações e conhecimento sobre segurança pública de forma acessível, clara e responsiva à população mineira.

A reformulação não se limitou a aspectos estéticos ou técnicos: tratou-se de um esforço de reorganização da informação institucional com foco na usabilidade, na prestação de contas e no acesso universal à informação. De forma a complementar esta missão, a Sejusp MG ainda conta com o projeto estratégico "Transparência, Divulgação de Dados e Caderno de Indicadores" que, em breve, disponibilizará dados e indicadores detalhados, fidedignos e atualizados sobre a segurança pública em Minas Gerais — tudo em linguagem clara e com navegação facilitada. Além disso, o portal reúne seções específicas dedicadas à prestação de contas e integridade pública, como o acesso ao Portal da Transparência, à Carta de Serviços ao Cidadão, à Ouvidoria da Sejusp MG, aos relatórios de gestão e aos instrumentos de planejamento estratégico e orçamentário.







2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.3 Transparência

Também estão disponíveis informações sobre concursos, contratos, nomeações, remunerações e ações das unidades vinculadas, como a Polícia Penal, o Sistema Socioeducativo e as diretorias regionais.

Outro avanço relevante foi o desenvolvimento e uso sistemático do Caderno de Indicadores de Segurança Pública, instrumento técnico voltado à gestão interna, que subsidia a produção das informações compartilhadas com o público externo. Essa prática reforça o compromisso com uma informação qualificada, baseada em evidências e validada institucionalmente, em oposição à desinformação e à fragmentação de dados.

A reformulação do sítio digital da Sejusp MG representa, portanto, não apenas uma modernização tecnológica, mas um compromisso institucional com a transparência ativa, a *accountability* e o direito à informação. Ao facilitar o acesso da sociedade às informações públicas e aos resultados da política de segurança, a gestão contribui diretamente para o controle social, a participação cidadã e a cultura da legalidade.

Com essa iniciativa, a Sejusp MG se alinha às melhores práticas de governo aberto e reafirma seu papel como órgão gestor de dados públicos sensíveis, que compreende a informação não como um bem interno, mas como patrimônio público a serviço da democracia.



Acompanhe as nossas redes sociais e acesse os diversos conteúdos informativos da Sejusp

Instagram
Siga o nosso perfil no Instagram

YouTube
Inscreva-se no nosso canal

Facebook
Acesse, comente e compartilhe

POLÍCIA PENAL · POLÍCIA CIVIL · POLÍCIA MILITAR · MINAS GERAIS

Endereço
Edifício Minas
Rodovia Papa João Paulo II
B.: Serra Verde, nº4143 - BH / MG
CEP: 31630-900

Contato
Fale Conosco
Telefones Úteis
Ouvidoria-Geral do Estado

Legal
Política de Privacidade
Aspectos legais e responsabilidades
LGPD na Sejusp

2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.4 Diagnóstico da Segurança Pública

SAIU NA MÍDIA!

O **1º Diagnóstico da Segurança Pública de Minas Gerais** marcou um momento histórico na gestão da segurança no estado. Coordenado em parceria pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, em especial, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP), o estudo trouxe um olhar profundo, científico e minucioso sobre a realidade da segurança no território mineiro, com o firme propósito de embasar políticas públicas mais justas, eficazes e humanas.

Lançado e debatido em um congresso realizado na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, o diagnóstico representou um verdadeiro "raio-X" da segurança no estado, reunindo especialistas, gestores, representantes das forças de segurança e autoridades. Foi uma iniciativa que projetou Minas para um novo patamar de **gestão baseada em evidências**, promovendo um diálogo qualificado entre saber acadêmico, experiência prática e necessidades da sociedade.

O estudo foi estruturado em quatro grandes eixos — vitimização, qualidade de vida no trabalho, capacidades municipais e capacidades institucionais do sistema de justiça criminal — permitindo uma compreensão ampla da segurança pública que vai além dos números, ao captar percepções, condições de trabalho e desafios institucionais.

Os resultados revelaram tanto avanços quanto desafios. A população, de modo geral, percebe uma redução dos crimes e reconhece os esforços em segurança, embora a sensação de insegurança ainda seja maior nas áreas urbanas densas. Ao mesmo tempo, o diagnóstico mostrou a importância do fortalecimento das capacidades locais e municipais, destacando programas de prevenção coordenados pela SEJUSP que já produzem resultados concretos.

O papel da SEJUSP foi central em todo esse processo: como articuladora e promotora do estudo, a Secretaria não apenas viabilizou a pesquisa com rigor científico, como também tem usado seus resultados para orientar decisões estratégicas, otimizar recursos, fortalecer a cooperação com municípios e valorizar o trabalho dos profissionais de segurança. Esse esforço reflete um compromisso com uma segurança pública mais integrada, eficaz e alinhada às necessidades da população mineira.

Para o **Secretário Rogério Greco**, o diagnóstico inédito representa um avanço decisivo para Minas Gerais ao oferecer um **mapa estratégico** que orienta os gestores públicos. A iniciativa fornece ferramentas para modernizar as políticas de segurança, qualificar a alocação de recursos e enfrentar a criminalidade de forma integrada e mais eficaz, ao mesmo tempo em que busca ampliar a sensação de segurança da população e promover a saúde mental e a qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

Fonte: Sejusp - Clique aqui



2.3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

2.3.5 Base Integrada de Segurança Pública (BISP)

A Base Integrada de Segurança Pública (Bisp), instituída pelo Decreto nº 48.355, de 24 de janeiro de 2022, representa um marco estrutural na consolidação da política de gestão da informação em segurança pública no Estado de Minas Gerais. Concebida como o repositório unificado de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp), a Bisp foi criada com o objetivo de superar a fragmentação histórica das informações e fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências no âmbito da segurança coletiva de pessoas e bens.

O Sisp é composto pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), cabendo a esta última a articulação e coordenação da gestão interinstitucional das informações. Nesse contexto, a Bisp consolidou-se como eixo central de integração dos dados estratégicos produzidos pelas instituições, promovendo maior sinergia, celeridade e confiabilidade na atuação do sistema como um todo.

Para viabilizar sua implementação, foi estruturado o Projeto Bisp, desenvolvido em quatro etapas complementares. A fase de ideação permitiu identificar, junto aos órgãos do Sisp, as expectativas e necessidades de funcionamento da Base, orientando a definição dos requisitos técnicos pela Prodemge. Na etapa seguinte, foi realizada a preparação da infraestrutura tecnológica, com a configuração de um ambiente seguro, escalável e robusto, construído sobre a plataforma Cloudera Data Platform (CDP) e a tecnologia Hadoop.

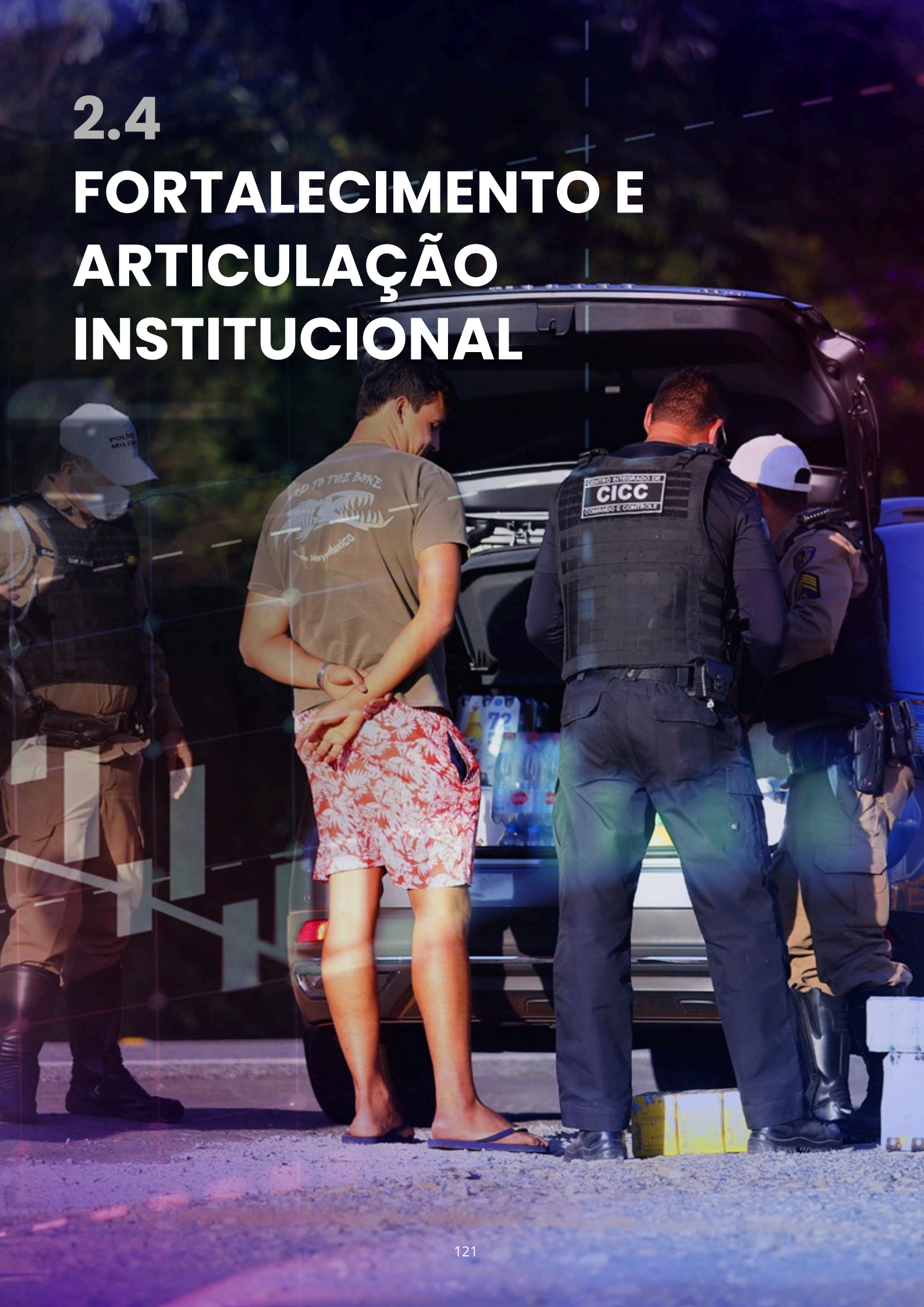
A terceira etapa consistiu na definição da ferramenta de gestão de acesso ao data lake, sendo adotado o Sistema de Segurança Corporativo (SSC), que possibilita o controle de perfis de acesso por cada instituição do Sisp e pela Sejusp, assegurando rastreabilidade e governança das informações. A ingestão dos bancos de dados dos sistemas do Sisp constituiu a etapa mais extensa do projeto, contemplando os sistemas previstos no Decreto, com destaque para a integração do Painel Suase em substituição ao Siame e a ampliação do escopo dos sistemas de gestão prisional, com inclusão de bases e imagens do Sigpri. A ingestão do Sac-24 foi suspensa em razão da sensibilidade das informações, cujo acesso permanece restrito às equipes de inteligência.

Antes da implementação da Bisp, o cenário era marcado pela dispersão, inconsistência e baixa confiabilidade dos dados, armazenados em bases isoladas e formatos variados, o que dificultava análises integradas e a produção de relatórios dinâmicos. A Bisp rompeu com esse paradigma ao centralizar dados estruturados e não estruturados em um único ambiente, oferecendo uma visão sistêmica do ciclo da justiça.

Entre os principais avanços proporcionados pela Bisp destacam-se o compartilhamento ágil de informações entre as forças de segurança, a atualização dos dados em D-1 ou em tempo quase real, a identificação mais precisa de padrões e tendências criminais, o fortalecimento das investigações por meio do cruzamento rápido de bases distintas, a integração simplificada entre sistemas via APIs e a criação de painéis e relatórios interativos com atualização automatizada, ampliando a transparência e o acesso seguro às informações.

Com a ingestão do último banco de dados previsto no Decreto nº 48.355/2022, concluída em 26 de setembro de 2025, o escopo originalmente planejado do Projeto Bisp foi integralmente atendido e validado. A manutenção da estrutura de governança assegura a integridade, a sustentabilidade e a evolução contínua da Base Integrada de Segurança Pública, consolidando-a como um ativo estratégico para a SEJUSP e para o Estado de Minas Gerais ao longo do quinquênio.

2.4
FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Resumo executivo - Principais ganhos da gestão (2021 - 2025)

Captação de Recursos Recorde: Aumento de 204% na média anual de emendas parlamentares, totalizando R$ 46,2 milhões para investimentos diretos na ponta.

Integração Operacional: Realização de mais de 200 operações integradas e criação do GERCO, desarticulando lideranças criminosas e bloqueando recursos ilícitos.

Pactos pela Justiça: Assinatura do Termo de Cooperação 248/2024 e do Plano Pena Justa, garantindo R$ 1,32 bilhão para a reestruturação do sistema prisional.

A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO (2021 - 2025)

O desafio herdado (2021)

No início de 2021, a articulação entre as instituições de segurança e justiça enfrentava o desafio da atuação isolada. A integração operacional dependia de esforços pontuais, faltava uma estrutura móvel de comando para grandes eventos e o sistema prisional sofria com o "estado de coisas inconstitucional" apontado pela ADPF 347. Além disso, o potencial de captação de recursos via emendas parlamentares era subutilizado por falta de projetos estruturados.

A estratégia em ação

A Sejusp MG assumiu o protagonismo como indutora de cooperação.

- **Comando e Controle:** Modernizou o CICC com um novo videowall e adquiriu carretas operacionais que funcionam como centros de comando móveis em campo.
- **Combate às Facções**: Criou o GERCO (Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado), unindo inteligência e grupos operacionais da Sejusp e da Polícia Civil.
- **Engenharia Financeira**: Lançou o Portfólio de Captação de Recursos, profissionalizando a relação com o Legislativo e garantindo a execução quase integral dos repasses.
- **Cultura de Paz:** Implementou o Projeto COM VIVER, qualificando mais de 3.000 profissionais para prevenir a violência no ambiente escolar.

O impacto alcançado:

O quinquênio encerra-se com uma segurança pública mineira unificada e financeiramente robusta.

- **Resultados na Ponta:** As operações integradas resultaram na prisão ou condução de mais de 18.500 indivíduos e na apreensão de 21,7 toneladas de drogas.
- **Eficiência Jurídica:** A Ouvidoria do sistema atingiu seu recorde histórico de resolubilidade, chegando a 78,16% de demandas atendidas com sucesso.
- **Reparação Histórica:** Através do Acordo da Vale (Brumadinho), o estado viabilizou a construção de novos presídios em Lavras e Poços de Caldas, convertendo obrigações reparatórias em infraestrutura pública.

O Resultado Final: A Sejusp MG deixou de ser apenas uma pasta administrativa para se tornar o coração da integração. Hoje, Minas Gerais possui um modelo de governança onde as polícias, o Judiciário e o Legislativo trabalham sob uma estratégia comum, garantindo que os recursos cheguem onde o crime é combatido e a cidadania é protegida. **Veja em detalhes, nas próximas páginas, os programas, investimentos e resultados que sustentam essa trajetória de transformação do sistema em Minas Gerais.**

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

O Decreto nº 48.659 atribui à Superintendência de Integração e Planejamento Operacional (Sipo), da Subsecretaria de Integração da Segurança Pública (Suint), a competência de propor e coordenar diretrizes e ações para integração operacional dos órgãos de segurança pública e defesa social, com objetivo de reduzir a criminalidade, as contravenções, os atos infracionais e demais eventos de interesse da segurança pública e da defesa social. Para isso, a Sipo atua em conjunto com as forças, bem como entidades municipais, estaduais, federais e da área da justiça, em ações integradas buscando sempre elevar a eficiência da atuação.

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) funciona como o coração operacional da Segurança Pública de Minas Gerais, sendo coordenado pela Sejusp MG, por meio da Sipo, e contando com a participação das forças de segurança mineiras e outras instituições de apoio. É um **modelo pioneiro no País de monitoramento, planejamento operacional, pronta-resposta e ação em grandes eventos** — tudo executado de um único lugar.

No local, trabalham lado a lado, de forma totalmente integrada, representantes da Sejusp MG, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Exército Brasileiro, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Gabinete Militar do Governador/Coordenadoria de Estadual de Defesa Civil (GMG/CEDEC), entre outras forças e instituições que oferecem apoio quando necessário.

FORAM MAIS DE **200** **OPERAÇÕES INTEGRADAS** realizadas no quinquênio 2021-2025

PRINCIPAIS OPERAÇÕES INTEGRADAS REALIZADAS

2021:
Sou pela Vida, Dirijo sem Bebida; Fronteiras e Divisas Integradas; Operação Enem; Dia D da Operação Maria da Penha; Narco Brasil; Trigger VI – Interpol; Hoplon; Divisas Integradas.

2022:
Mar de Minas; ações Integradas em eventos; Blitz — Sou pela Vida, Dirijo sem Bebida; Enem e eleições; Maria da Penha; Narco Brasil; ações do Maio Amarelo.

2023:
Carnaval; Átria; Mar de Minas, Shamar; Salamina; Represa de Miranda/Uberlândia; Operação Mais Fortes que o Mal; Operação Virtude; Operação Apate.

2024: Hermes; Átria; Maio Amarelo; Operação COSUD; Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua; Shamar; eleições e Enem, Operação Hagnos; Operação *Fluminis Custus*.

2025: Operação BACO; Aurora; Apate; Virtude; Shamar, Sentinela das Gerais; Mar de Minas IV; Ação de Combate à Exploração do Trabalho Infantil, Fiscalização de Transporte de Passageiros no Internacional de Confins.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

RESULTADOS ALCANÇADOS NO QUINQUENIO

Tipos de apreensões	Quantitativo
Pessoas presas, apreendidas ou conduzidas	18.533
Armas de fogo	1.922
Drogas — em Kg (não são contabilizadas as apreensões em que não houve pesagem)	21.700

O **Centro Integrado de Comando e Controle Móvel** (CICC Móvel) é uma extensão do Centro Integrado de Comando e Controle e funciona como base integrada de operações e de monitoramento para as forças de segurança de Minas Gerais. Ele opera em carretas com tecnologia embarcada de alto nível, geralmente em grandes eventos ou grandes mobilizações policiais, especialmente as operações integradas.

O equipamento conta com câmeras de longo alcance, doze estações de trabalho e acesso à internet — ferramentas que auxiliam na tomada de decisões rápidas e estratégicas de segurança, além de garantir o acesso a diferentes sistemas de segurança.

Fonte: Sejusp MG



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Com o objetivo de fortalecer a atuação da segurança pública, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) promoveu a reforma e aquisição de novas **carretas operacionais**, aliada à modernização e atualização tecnológica das unidades já existentes. Em 2025, foi executada reforma da Carreta expansiva do CICC móvel, a partir de recursos do FESP (R$ 1.646.259,99). A carreta reformada foi recebida em Outubro de 2025. Em novembro de 2025, foi formalizado contrato para aquisição de uma nova carreta para o CICCM, também com recursos do FESP. A entrega está prevista para março de 2026. (R$ 6.325.200,00).



Essas estruturas móveis funcionam como Centros Integrados de Comando e Controle, ampliando a capacidade operacional do Estado em eventos de grande porte. Dotadas de infraestrutura tecnológica avançada incluindo câmeras de monitoramento de longo alcance, estações de trabalho com conectividade contínua e integração plena aos sistemas das diversas forças de segurança, as carretas viabilizam o monitoramento em tempo real, o suporte logístico às equipes em campo e a resposta rápida e qualificada a situações críticas.



Além disso, essas unidades desempenham papel central na tomada de decisões estratégicas, no gerenciamento e coordenação de operações com drones e na integração de outras tecnologias de vigilância aérea, contribuindo para uma atuação preventiva, articulada e orientada por dados, que reforça a segurança da população e a eficiência das ações governamentais.



As carretas do Centro Integrado de Comando e Controle serão empregadas durante o Carnaval de 2026 de Belo Horizonte e servirão como estruturas estratégicas de apoio à segurança pública, atuando no monitoramento em tempo real das áreas de maior concentração de foliões, contribuindo para a prevenção de incidentes e para a ampliação da sensação de segurança ao longo de todo o período da festa.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - CICC





INTEGRAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL





PMMG, PCMG, CBMMG, GUARDA
MUNICIPAL E DEFESA CIVIL





INTEGRAÇÃO NACIONAL
PF, PRF, EXÉRCITO, AERONÁUTICA E MARINHA

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS OPERAÇÕES INTEGRADAS REALIZADAS ENTRE 2021 E 2025

Operações Integradas			
Ano	**Mês**	**Número de operações**	**Operações no mês vigente**
2021	Janeiro	**2**	Enem 2020 PPL Blitz Lei Seca
2021	Fevereiro	**2**	"Caminhos de Minas" I Blitz Lei Seca
2021	Março	**2**	"Caminhos de Minas" II TRIGGER VI – INTERPOL
2021	Maio	**3**	Divisas Integradas IV Blitz Lei Seca Parador 27
2021	Junho	**2**	Narco Brasil Acalento
2021	Julho	**4**	Petróleo Real Hoplon "Caminhos de Minas" III Blitz Lei Seca
2021	Agosto	**2**	Blitz - Sou pela vida dirijo sem bebida Dia D da Operação Maria da Penha
2021	Setembro	**2**	Blitz Lei Seca Fronteiras e Divisas Integradas I
2021	Outubro	**2**	Blitz Lei Seca Vetus
2021	Novembro	**1**	ENEM 2021
2022	Janeiro	**1**	Enem 2021 PPL
2022	Fevereiro	**1**	Resguardo 2022: Operação de Combate à Violência Contra a Mulher
2022	Março	**1**	Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	**Mês**	**Número de operações**	**Operações no mês vigente**
2022	Abril	**1**	Blitz Integrada Lei Seca — Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"
2022	Maio	**7**	Parador 27 Operação Blitz Integrada Lei Seca (x4) Samba Prime Divisas Integradas VI
2022	Junho	**4**	Ação integrada de segurança pública no evento Pedro Leopoldo Rodeio Show Ação integrada de segurança pública no evento Jubileu de Matozinhos Operação Blitz Integrada Lei Seca — Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida" Operação Narco Brasil
2022	Julho	**3**	Ação integrada de segurança pública no evento Julifest em Itabirito Blitz Lei Seca Arraial de Belo Horizonte
2022	Agosto	**5**	Ação integrada de segurança pública no evento "Aniversário de Matozinhos" Operação Divisas Integradas VII — Cerco Total Comício do candidato Lula Vetus Maria da Penha
2022	Setembro	**4**	Operação Mar de Minas Blitz Lei Seca Blitz Lei Seca Eleições 2022
2022	Outubro	**1**	Operação Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida"
2022	Novembro	**3**	ENEM 2022 Operação Blitz Integrada Lei Seca - Campanha "Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida" Parada LGBT
2023	Janeiro	**1**	Enem PPL 2022
2023	Fevereiro	**4**	Carnaval 2023 Blitz Educativa Mar de Minas II Operação Átria

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	**Mês**	**Número de operações**	**Operações no mês vigente**
2023	Março	**2**	Trigger IX Blitz Integrada Lei Seca
2023	Maio	**9**	Campanha Maio Amarelo 2023: "No trânsito, escolha a vida" Caminhos Seguros Blitz Lei Seca (x5) Muriaé/MG: "Fundação Faz a Festa" Juiz de Fora/MG: Eventos "Festa Country 2023" e Aniversário da Cidade
2023	Junho	**2**	Integrada Blitz Lei Seca Integrada no evento Pedro Leopoldo Rodeio Show
2023	Julho	**2**	24ª Parada do Orgulho LGBT+ Lendas do Galo
2023	Agosto	**7**	Arraial de Belô Blitz Integrada Lei Seca Virada Cultural de Belo Horizonte Aniversário de Matozinhos Operação Shamar Muriaé/MG: "Fundação Faz a Festa" Arena MRV — Atlética x Santos
2023	Setembro	**6**	Blitz Lei Seca (2x) Jubileu de Matozinhos CISP Confins Blitz Integrada Semana Nacional do Trânsito Arena MRV (Atlético X Cuiabá) Operação SALAMINA — Represa de Miranda/Uberlândia
2023	Outubro	**7**	Blitz Integrada Lei Seca Virtude Mais Fortes que o Mal Arena MRV: Atlético x Coritiba Fiscalização de Transporte de Passageiros — Aeroporto Internacional Confins Arena MRV: Atlético x Cruzeiro Arena MRV: Atlético x Fluminense
2023	Novembro	**5**	Arena MRV — Atlético x Fortaleza Enem 2023 Arena MRV — Atlético x Goiás Apate Blitz Lei Seca
2024	Janeiro	**1**	Carnaval 2024

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	**Mês**	**Número de operações**	**Operações no mês vigente**
2024	Fevereiro	**4**	1Blitz Educativa de Carnaval Hermes 47ª edição Banda Mole Mar de Minas III
2024	Março	**5**	Átria Abrolhos Blitz Lei Seca Concurso Público Unificado Mar de Minas III Arena MRV: Atlético x América Arena MRV: Atlético x Cruzeiro
2024	Abril	**4**	Arena MRV — Atlético x Cruzeiro Arena MRV — Atlético x Peñarol Blitz Lei Seca Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Maio	**10**	Caminhos Seguros Maio Amarelo Blitz Integradas Lei Seca (x4) Operação COSUD Operação Corote Reunião do G20 Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Junho	**6**	Pedro Leopoldo Rodeio Show: Arena MRV — Atlético X Palmeiras Blitz Lei Seca Arena MRV — Atlético X Fortaleza Waterfall II Operação para Proteção à Pessoa em Situação de Rua
2024	Julho	**5**	Arena MRV — Atlético e Flamengo Evento Arraial de Belo Horizonte Parada LGBTQIA+ Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Blitz Lei Seca
2024	Agosto	**5**	Operação Shamar Evento BH Stock Festival Aniversário da cidade de Matozinhos Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Evento Virada Cultural Belo Horizonte Blitz Lei Seca — Agosto
2024	Setembro	**5**	Festa do Jubileu na cidade de Matozinhos Operação Integrada para Proteção à Pessoa em Situação de Rua Blitz Lei Seca (x2) Semana Nacional de Trânsito
2024	Outubro	**2**	Operação Eleições 2024 Blitz Integrada Lei Seca
2024	Novembro	**3**	Enem 2024 Hagnos COSUD2
2024	Dezembro	**1**	Fluminis Custus

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.1 Operações integradas para redução da criminalidade

Operações Integradas			
Ano	**Mês**	**Número de operações**	**Operações no mês vigente**
2025	Janeiro	**2**	Blitz Lei Seca
2025	Fevereiro	**4**	Blitz Lei Seca (x2) Carnaval 2025 Fiscalização de Transporte de Passageiros no Internacional de Confins
2025	Março	**3**	Blitz Lei Seca (x2) Aurora
2025	Abril	**3**	Blitz Lei Seca (x2) Caminhos seguros
2025	Maio	**7**	Blitz Lei Seca (x6) Maio Amarelo 2025
2025	Junho	**2**	Blitz Lei Seca
2025	Julho	**4**	Arraial de Belo Horizonte Parada LGBTQIA+ Blitz Lei Seca (x2)
2025	Agosto	**9**	Shamar Apate Fundação Faz a Festa - Muriaé Blitz Lei Seca (x2) Festa da Luz - Belo Horizonte Concurso Público Nacional Unificado Aniversário da cidade de Matozinhos Virada Cultural - Belo Horizonte
2025	Setembro	**7**	Ação de Combate à Exploração do Trabalho Infantil Desfile de 7 de setembro Festa do Jubileu na cidade de Matozinhos Semana Nacional do Trânsito Blitz Lei Seca (x3)
2025	Outubro	**8**	Operação Virtude BACO Blitz Lei Seca Operação Prova Nacional Docente Festa da Batata Operação Enem 2025 ESEA 2025 Blitz Lei Seca - CET
2025	Novembro	**3**	Blitz Lei Seca
2025	Dezembro	**4**	BACO - 2ª fase Sentinela das Gerais Aniversário de Belo Horizonte Blitz Lei Seca

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE: Operação Tabernus

Combate à corrupção no sistema prisional de Minas Gerais

A operação policial deflagrada no dia 11 de junho de 2024 **prendeu 25 pessoas suspeitas de envolvimento em um esquema de corrupção no sistema prisional** de Minas Gerais. Entre os detidos estão 14 agentes públicos, incluindo 10 policiais penais, três servidores administrativos da Sejusp MG e um sargento do Exército Brasileiro. Além das prisões, seis servidores públicos foram afastados cautelarmente de suas funções.

A operação, chamada de "Tabernus", teve como foco a desarticulação de uma organização criminosa que atuava no Complexo Penitenciário de Juiz de Fora, facilitando a entrada de drogas, celulares e outros itens proibidos nas unidades prisionais. Ao todo, mandados foram cumpridos em oito cidades, incluindo municípios do Rio de Janeiro.

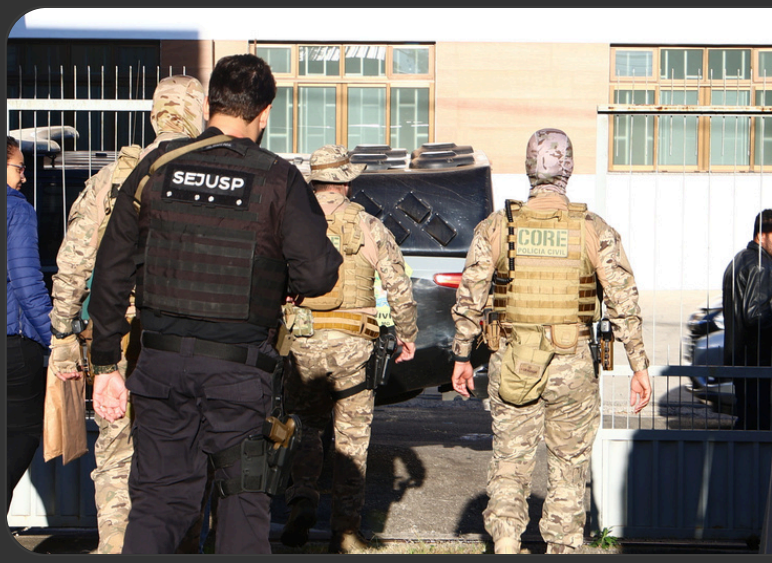
Os investigados responderão por crimes como corrupção ativa e passiva, tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Mais de R$ 13 milhões em bens e valores foram bloqueados por decisão judicial.

Cerca de 300 agentes participaram da operação, que **foi coordenada pela Sejusp MG, por meio da Agência Central de Inteligência e do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG)**, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de Juiz de Fora (Gaeco/JF) e apoio de órgãos do Rio de Janeiro.

OPERAÇÃO TABERNUS

Considerada a maior operação de repressão à corrupção da história da Sejusp MG.

Fonte: CNN Brasil



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

Penitenciária em Muriaé é alvo de operação especial contra o crime organizado em Minas Gerais

Em 15/04/2024, a Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Júnior, em Muriaé, foi alvo de uma operação especial contra o crime organizado em Minas Gerais. Foram realizados diversos procedimentos de segurança, inspeções manuais e revistas gerais em todas as celas que abrigam presos ligados a grupos criminosos. Após a vistoria meticulosa, foi confirmado que não havia nenhuma substância ilícita ou dispositivo eletrônico dentro dos pavilhões. No entanto, anotações suspeitas feitas pelos detentos foram encontradas pelos policiais penais e serão investigadas. A ação envolveu servidores da Superintendência de Informação de Inteligência do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), da Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, do Comando de Operações Especiais (COPE) — grupamento especializado da Polícia Penal — e demais policiais penais da unidade. As anotações recolhidas foram encaminhadas ao Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado, parceria criada pela Sejusp MG e pela Polícia Civil para enfrentamento às facções criminosas atuantes em Minas Gerais.



Operação Calculus

Visando verificar a existência de um comércio clandestino de carvão vegetal proveniente de mata nativa, com potenciais danos ambientais, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), com informações iniciais do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp/MG), deflagrou a Operação Calculus, em dezembro de 2024. Ao todo, foram cumpridos dez mandados de busca e apreensão em sete cidades do interior do estado.

As investigações, coordenadas pelo Departa-mento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), por meio da 1ª Delegacia Especializada, partiram de um relatório técnico contendo uma compilação de dados sobre o fluxo de transporte de carvão vegetal, enviado pelos órgãos que integram o Sistema Estadual de Inteligência e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, com informações da Diretoria de Inteligência e Ações Especiais da Semad, que destacam fraudes e irregularidades no sistema de controle ambiental. Durante a operação, foram arrecadados celulares e diversos documentos, bem como constatada a existência de locais fictícios que indicam empresas de fachada, abertas apenas para dar aparência de legalidade a operações irregulares.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

Ao longo do quinquênio, o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen-MG), vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), aprofundou suas ações estratégicas de enfrentamento ao crime organizado no sistema prisional, consolidando uma atuação preventiva e repressiva integrada com demais forças de segurança. Dentre as principais iniciativas implementadas, destacam-se especialmente a **Operação Sinapse** e a **Operação Dominus**, que refletiram o contínuo aprimoramento das políticas de controle institucional, da disciplina interna e da desarticulação de estruturas criminosas dentro das unidades prisionais mineiras.

OPERAÇÃO SINAPSE - FORTALECIMENTO DO CONTROLE INSTITUCIONAL

Deflagrada em 11 de dezembro de 2025, a Operação Sinapse configurou-se como uma ação estratégica de caráter preventivo voltada a interromper fluxos ilícitos de comunicação e desarticular lideranças faccionadas no interior dos presídios. Com planejamento baseado em inteligência contínua, a operação mobilizou cerca de mil policiais penais, incluindo equipes especializadas — como o Comando de Operações Penitenciárias (COPE), o Grupo de Intervenção Rápida (GIR), o Grupo de Escolta Tático Prisional (GETAP), o Grupamento de Operações com Cães (GOC) e o Grupamento de Patrulha Aérea (GEPAER) — em unidades distribuídas em mais de uma dezena de municípios mineiros, entre os quais **Patrocínio, Pará de Minas, Formiga, Ribeirão das Neves, Muriaé, Três Corações, Uberlândia, Uberaba, Itajubá e Francisco Sá**.

O principal foco da Sinapse foi **interromper a comunicação e vínculos entre detentos ligados a facções criminosas e a desarticular centros de comando internos**, atuando sobre indivíduos classificados como de alta periculosidade. A operação resultou no remanejamento de dez presos sob rigoroso critério de segurança e na apreensão de diversos materiais ilícitos, incluindo aparelhos celulares, carregadores (elétricos e solares), um smartwatch, microchips de operadoras, armas artesanais e substâncias entorpecentes.

Segundo o então diretor-geral do Depen-MG, Leonardo Badaró, “a Operação Sinapse foi estruturada para cortar conexões criminosas e fortalecer os mecanismos de segurança institucional, reafirmando o comprometimento do Estado com a proteção da sociedade e a defesa da ordem pública”.





2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

OPERAÇÃO DOMINUS – COMBATE AMPLIADO A GRUPOS CRIMINOSOS NO SISTEMA PRISIONAL

Logo após a Sinapse, e como desdobramento de sua estratégia integrada, foi deflagrada em 23 de dezembro de 2025 a Operação Dominus, uma ação de larga escala coordenada pela Polícia Penal de Minas Gerais com apoio das polícias Militar e Civil. Estabelecida como uma resposta robusta ao fortalecimento de grupos criminosos no interior das unidades prisionais, a Dominus atuou simultaneamente em 23 presídios e penitenciárias, abrangendo uma população carcerária superior a 17 mil detentos e mobilizando aproximadamente **1.980 policiais penais**, com emprego de 19 drones para monitoramento e apoio às atividades táticas.

As atividades da Dominus incluíram **buscas minuciosas nas celas, apreensões de materiais ilícitos e transferências estratégicas de presos**, visando romper a comunicação entre lideranças criminosas, desarticular hierarquias emergentes e enfraquecer potenciais núcleos de facções identificados pela inteligência penitenciária em várias regiões do Estado.

Além da atuação interna, a operação contou com ações externas coordenadas em conjunto com as forças de segurança estaduais, reforçando a ocupação de áreas estratégicas e ampliando o espectro de controle social e institucional.







2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

Operação de prisão de indivíduos foragidos vinculados a organizações criminosas

Após levantamentos realizados pelo Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública (Seisp/MG), coordenado pela Agência Central de Inteligência da Sejusp MG, foram identificados indivíduos foragidos do Sistema de Justiça Criminal que possuam vinculação com grupos criminosos organizados.

Os dados foram compilados e difundidos entre as Forças de Segurança Pública em setembro de 2024 e em menos de quatro meses, mais de 300 prisões já haviam sido realizadas em Minas Gerais. A ação culminou, apenas em 2024, com a redução de 55% do número de indivíduos faccionados foragidos.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

Forças de Segurança deflagram operação Escudo contra o tráfico em Belo Horizonte

Em dezembro de 2025, as Forças de Segurança de Minas Gerais deflagraram a Operação Escudo, ação integrada voltada ao enfrentamento ao tráfico de drogas e à desarticulação de grupos criminosos atuantes em aglomerados de Belo Horizonte e municípios da Região Metropolitana. A operação, realizada de forma simultânea em Belo Horizonte, Betim, Contagem e Esmeraldas, resultou no cumprimento de mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, com a prisão de três alvos de alta periculosidade.

A iniciativa decorreu da atuação conjunta dos serviços de inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, que identificaram lideranças criminosas responsáveis pela coordenação de atividades ilícitas em áreas estratégicas da capital. Mais de 200 policiais participaram da ação, incluindo equipes especializadas e apoio aéreo, reforçando o modelo de integração institucional e o compartilhamento de informações como estratégia central para o combate à criminalidade organizada.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.2 Repressão à criminalidade organizada

GRUPO ESPECIAL DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO – GERCO

Com o objetivo de intensificar ações qualificadas de repressão à criminalidade organizada, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) e a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) firmaram cooperação técnica em 2024 para a criação do Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado.

A estratégia prevê a cooperação entre agências de inteligência, unidades investigativas e grupos operacionais das duas instituições para o enfrentamento às ações de facções criminosas e manifestações de grave ameaça à ordem e à segurança pública.

A instituição de um grupo especializado de organismos policiais constitui ferramenta nacional e internacionalmente aceita como efetiva para a contenção da criminalidade.

Dentre as ações exitosas já realizadas pelo Grupo, destacam-se a captura de diversos indivíduos foragidos do sistema de justiça criminal, a prisão de integrantes do Comando Vermelho que haviam fugido de unidades prisionais, além do monitoramento e desarticulação das lideranças criminosas no estado, com foco na prisão, isolamento e asfixiamento financeiro.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.3 Convivência pacífica nas escolas

CULTURA DE PAZ – PROJETO COM VIVER

Lançado em 3 de outubro de 2024, o Projeto COM VIVER é uma iniciativa da Sejusp MG, por meio da Subsecretaria de Integração da Segurança Pública e da Academia Estadual de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e o Ministério Público de Minas Gerais. O projeto tem como objetivo **qualificar os profissionais da educação para atuarem de forma preventiva no enfrentamento à violência nas escolas**, com ênfase em aspectos pedagógicos e na promoção de um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e pacífico.



Inspirado na cultura de paz, o COM VIVER oferece cursos presenciais e a distância que abordam temas fundamentais relacionados à convivência e à segurança no ambiente escolar, como *bullying*, preconceito, comportamento extremo, antissemitismo, neonazismo e justiça restaurativa, entre outros. A estrutura do projeto é dividida em duas etapas complementares. A primeira consiste na formação presencial de pontos focais da área da educação, que são responsáveis por difundir o conhecimento adquirido em suas instituições de ensino. A segunda etapa ocorre por meio de uma plataforma virtual, na qual são disponibilizados conteúdos audiovisuais voltados à promoção da convivência escolar e à prevenção da violência nas escolas, com alcance em todo o estado de Minas Gerais.

Até o momento, **o projeto já capacitou 125 profissionais da educação na modalidade presencial e cerca de 3.000 profissionais inscritos na plataforma de Educação a Distância (EAD)**, o que demonstra o amplo alcance e o expressivo interesse pela iniciativa. Além das instituições educacionais e órgãos governamentais, o COM VIVER conta com a colaboração de importantes instituições de segurança e da sociedade civil, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Federação Israelita de Minas Gerais e o StandWithUs Brasil. O corpo docente do projeto é formado por especialistas de renome, incluindo doutores em educação, psicólogos, promotores de justiça, pesquisadores em relações interpessoais, especialistas em inteligência e profissionais da área da segurança pública.

COM VIVER

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.4 Sistema Estadual de Inteligência

INTELIGÊNCIA INTEGRADA

O Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp - MG), instituído pelo Decreto nº 47.797 de 2019, tem a finalidade de **coordenar e integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no âmbito do estado** e de subsidiar a Sejusp MG e os órgãos de Segurança Pública na tomada de decisões, mediante a produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da segurança pública, sempre respeitando as atividades de inteligência de cada instituição.

A sua composição inicial contava com a coordenação da então Superintendência de Inteligência e Integração da Informação (da antiga Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada a qual foi reestruturada a partir do Decreto nº 48.659 de 2023) e atual AGCI, além da participação das agências centrais de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil de Minas Gerais, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e Polícia Penal de Minas Gerais.

Durante a atual gestão, foram admitidos os ingressos de outras seis instituições, fortalecendo a cooperação entre os diversos organismos de inteligência no estado: Agência Central de Inteligência Socioeducativa (ACIS/SUASE), Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (GSI/TJMG), Gabinete de Segurança e Inteligência do Ministério Público de Minas Gerais (GSI/MPMG), Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (GSI/TJMMG), Superintendência de Inteligência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SINT/SEMAD) e do Gabinete Militar do Governador (GMG).



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Plano de Integridade da Sejusp

DESTAQUE: Assinatura do Plano de Integridade

O Secretário Rogério Greco assinou a 2ª edição do Plano de Integridade da SEJUSP, reforçando o compromisso da secretaria com a promoção de um ambiente institucional ético, transparente e comprometido com os interesses da sociedade mineira.

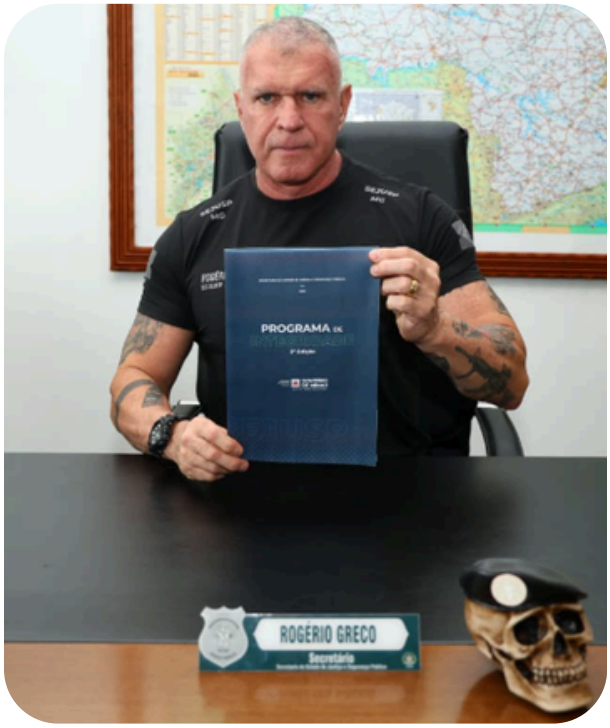
Esse plano vai além do cumprimento de normas e estabelece diretrizes claras para fortalecer a cultura de integridade, melhorar a governança institucional, a gestão de riscos e a prevenção de irregularidades em toda a SEJUSP.

A nova edição do plano teve sua formulação conduzida pela Coordenação de Integridade e Transparência (CINT), unidade administrativa vinculada à Assessoria de Relações Institucionais (ARINS), de forma participativa e com o envolvimento direto dos gestores que compuseram o Comitê de Integridade da SEJUSP. Esse processo permitiu a identificação de vulnerabilidades, riscos e oportunidades de aprimoramento, fortalecendo o alinhamento institucional e a definição de ações estratégicas.

A consolidação das propostas foi subsidiada por Diagnóstico de Integridade previamente realizado, que orientou a definição de prioridades e o direcionamento das medidas previstas.

Ao colocar a integridade como elemento central da gestão, a SEJUSP reforça sua posição como referência estadual na modernização da administração pública, alinhando boas práticas de governança à missão de garantir segurança, justiça e direitos à população mineira. Trata-se de um passo essencial para assegurar políticas públicas mais eficientes, sustentáveis e alinhadas ao interesse público.





Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Plano de Integridade da Sejusp

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA SETORIAL NO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL, PREVENÇÃO DE RISCOS E CONTROLE SOCIAL

As ações de integridade da Controladoria Setorial da SEJUSP tiveram como objetivo promover a integridade institucional como eixo estratégico da gestão, buscando consolidar uma cultura organizacional pautada na ética, na prevenção e na responsabilidade, de modo a apoiar a gestão e qualificar a tomada de decisão. Nesse contexto, foram desenvolvidas iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura de integridade, com destaque para a estruturação e o aprimoramento do Plano de Integridade, por meio da emissão de Planos de Ação de Integridade, da revisão do Plano em atuação conjunta com a Instância Colegiada Mista, da aplicação do Diagnóstico de Integridade na SEJUSP e da elaboração de minuta de Resolução do Comitê de Integridade. As ações também contemplaram a gestão e o monitoramento contínuo do Plano de Integridade por meio do SisPMPI, incluindo a emissão de relatórios de monitoramento, o acompanhamento das etapas do plano e a reavaliação dos procedimentos de acompanhamento.

Adicionalmente, foram promovidas ações de normatização e orientação institucional, voltadas ao fomento da integridade, à prevenção de riscos e ao fortalecimento dos controles internos, mediante a elaboração de normativos, guias, capacitações e o desenvolvimento de projetos institucionais, dos quais destacam-se:

Resoluções:

Resolução SEJUSP nº 232, de 21 de setembro de 2021: instituiu a Instância Colegiada Mista da SEJUSP, responsável pelo monitoramento, revisão e atualização do Plano de Integridade.

Resolução SEJUSP nº 1017, de 22 de dezembro de 2022: dispõe sobre a normatização e padronização de procedimentos institucionais de interação e comportamento dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - SEJUSP com o setor privado.

Resolução SEJUSP nº 1204, de 17 de setembro de 2025: institui a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp.

Consultorias e orientações:

- Nota técnica sobre utilização irregular de veículos oficiais por servidores da Sejusp;
- Consultoria junto à CGE para criar Política de Gestão de Riscos;
- Orientações sobre Boas Condutas do Servidor.

Guias:

- Guia com Orientações para o Teletrabalho;
- Guia Sejusp sobre Segregação de Funções. Guia Rápido Sejusp - Nepotismo;
- Guia Rápido Sejusp - Conflito de Interesses; Guia Rápido Sejusp - Interações Público-Privadas;
- Guia Rápido Sejusp - Recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades;
- Guia Sejusp de Boas Práticas nas Mídias/ Redes Sociais;
- Guia sobre Normas Eleitorais Aplicáveis aos Agentes Públicos da Sejusp - Eleições Municipais 2024;
- Guia Sejusp sobre Medidas de Integridade Institucional nas Exonerações e Desligamentos;
- Guia Sejusp Boas Práticas na Fiscalização.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.5 Plano de Integridade da Sejusp

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA SETORIAL NO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL, PREVENÇÃO DE RISCOS E CONTROLE SOCIAL

Cartilhas:

- Cartilha do Plano de Integridade Sejusp;
- Cartilha Sejusp - Declaração de Bens e Valores;
- Cartilha Tratamento e Tramitação da Denúncia de Assédio Moral na Sejusp.

Guias, cartilhas e orientações

As ações desenvolvidas pelo Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade buscaram fortalecer a transparência, o controle social e a cultura de integridade na SEJUSP. No campo da transparência ativa, passiva e dados abertos, foram promovidas iniciativas voltadas ao acesso à informação, à proteção de dados pessoais e à abertura de dados públicos, incluindo a avaliação da qualidade do atendimento aos pedidos de informação, da transparência ativa no sítio institucional, do fomento à cultura de proteção de dados e do acompanhamento dos projetos de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além da indicação de bases de dados para o Portal de Dados Abertos do Estado de Minas Gerais e da avaliação da publicidade das prestações de contas de entidades privadas.

No âmbito do controle social e da governança participativa, as ações fortaleceram os mecanismos de participação e fiscalização social, tratando o controle social como elemento essencial da governança. Entre as entregas, destacam-se a avaliação do preenchimento de dados no Portal dos Conselhos, a participação no 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos de Políticas Públicas do Poder Executivo, o diagnóstico dos processos de eleição, votação e representação de conselheiros de instituições participativas e a avaliação geral dos mecanismos de participação social.

A comunicação e o engajamento em integridade foram utilizados como ferramentas estratégicas para sensibilizar e engajar servidores e cidadãos, tornando a integridade parte do cotidiano institucional. Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se o Projeto Influencer de Integridade, o Projeto Destaques de Integridade, o Painel de Integridade da SEJUSP, o Projeto Benefícios da Integridade na formação de adolescentes em medida socioeducativa, campanhas de divulgação da cartilha de assédio moral da OGE, oficinas de integridade na Semana de Controle da CGE e a criação do submenu “Integridade” no sítio institucional da SEJUSP.

Além disso, no eixo Educação, Comunicação e Engajamento em Integridade, a SEJUSP consolidou a integridade como valor organizacional, promovendo capacitações, campanhas educativas e projetos de engajamento que ampliam a conscientização e fortalecem a responsabilidade individual. Entre as principais entregas estão o Workshop de Promoção da Integridade, a palestra “Competências para Formulação e Gestão do Programa e do Plano de Integridade”, e a oferta de disciplinas institucionais na plataforma da AESP, incluindo cursos sobre Programas de Integridade, Gestão de Riscos e Declaração de Bens e Valores. Para além dos instrumentos normativos, essas iniciativas reforçam que a integridade se consolida por meio do engajamento das pessoas, promovendo uma atuação alinhada aos valores institucionais.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.6 Plano de Combate à Violência contra a Mulher

No ano de 2025, durante a gestão de Rogério Greco, foi elaborado, em Minas Gerais, o **Plano Estadual de Combate à Violência** contra a Mulher, com vigência de 2025 a 2034, com o objetivo de reduzir as diversas formas de violência contra as mulheres, a partir de uma perspectiva de gênero e da articulação integrada de ações de prevenção, proteção e responsabilização.

O Plano configura-se como um instrumento estratégico de planejamento e gestão das políticas públicas de segurança, sendo sua elaboração e implementação requisito obrigatório para a habilitação do Estado ao recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Essa exigência encontra respaldo na Portaria MJSP nº 737/2024, que estabelece, em seu art. 3º, inciso VIII, que a transferência de recursos do FNSP está condicionada à implementação de um Plano Estadual de Combate à Violência contra a Mulher.

O processo de elaboração foi conduzido de forma integrada e interinstitucional, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), contando com a participação ativa dos órgãos operativos, departamentos e subsecretarias que compõem o sistema de segurança pública de Minas Gerais, a saber: Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Depen/MG), Subsecretaria de Integração da Segurança Pública, por meio da Superintendência do Observatório de Segurança Pública (Suint/Sosp-MG), e Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (Supec/MG).

Estruturado a partir de ações e metas definidas para o período de 2025 a 2034, o Plano orienta-se por uma abordagem integrada, sistêmica e orientada a resultados no enfrentamento da violência contra a mulher, reafirmando o compromisso do Estado de Minas Gerais com a proteção dos direitos das mulheres, o fortalecimento das políticas públicas e a promoção de uma sociedade mais segura, justa e igualitária.



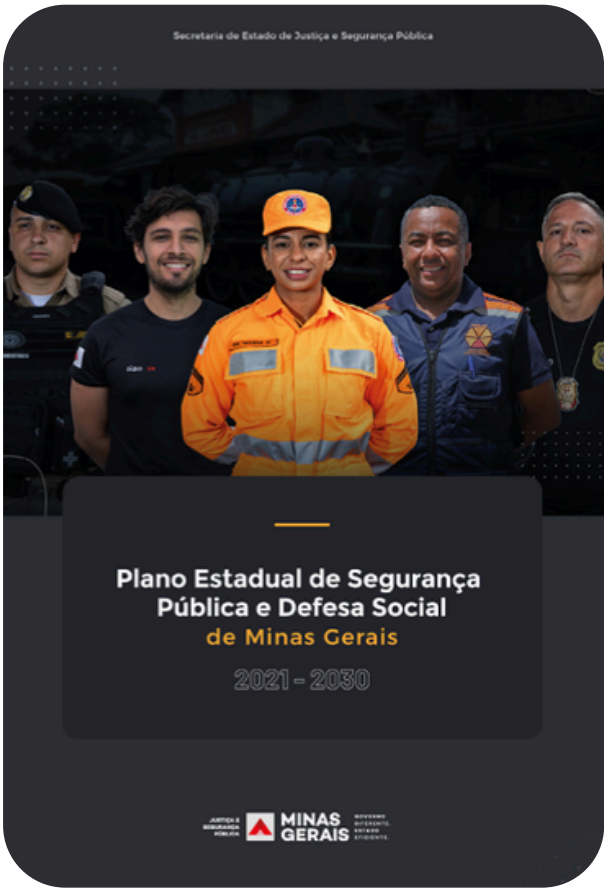
2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.7 Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESP) de Minas Gerais foi construído durante a gestão do Secretário Rogério Greco e se estabelece como o principal instrumento de planejamento estratégico das políticas públicas de segurança e defesa social no Estado, orientando ações coordenadas e integradas entre os diversos órgãos responsáveis pela defesa social.

Concebido em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e com os objetivos da Política e do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) 2021–2030, o PESP contribui para o fortalecimento da governança e para o aprimoramento da gestão da segurança pública, com foco na redução dos índices de criminalidade, no enfrentamento da violência e na ampliação da sensação de segurança da população mineira.

A construção do PESP resultou de um processo articulado de planejamento estratégico, liderado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), que promoveu a integração entre os órgãos operativos, as áreas técnicas e as instâncias de governança da segurança pública estadual. Participaram desse processo a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), além de outras unidades administrativas vinculadas à política de segurança pública. De forma complementar, o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CESPDS-MG) atuou como instância consultiva e de acompanhamento, contribuindo para o fortalecimento do controle social, da transparência e da aderência do Plano às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).



Enquanto instrumento de planejamento governamental de longo prazo, o PESP orienta a atuação do Estado a partir de diretrizes estratégicas, ações e metas para o decênio, promovendo a integração institucional, o monitoramento contínuo e uma abordagem sistêmica orientada a resultados, reafirmando o compromisso de Minas Gerais com o fortalecimento da segurança pública, a eficiência da gestão e a promoção de um ambiente mais seguro para a população mineira.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.8 Plano Estadual Pena Justa - Minas Gerais

Ao longo do período quinquenal, Minas Gerais protagonizou um processo inovador e colaborativo para enfrentar as graves disfunções do sistema prisional, em consonância com o Programa Nacional Pena Justa. Este plano estadual foi concebido para articular ações estruturantes com o objetivo de combater o Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões, promover a dignidade das pessoas privadas de liberdade e reforçar a eficiência e a justiça no ciclo penal.

Comitê de Políticas Penais Implantado:

Após um ciclo de reuniões temáticas e de aprimoramento das propostas, o Comitê consolidou o texto final do Plano Estadual Pena Justa, que foi aprovado formalmente em reunião plenária do Comitê. A versão final resultou de intensos debates e do envolvimento de múltiplas instituições, integrando diretrizes nacionais com os desafios específicos do contexto mineiro.

O documento, refletindo o compromisso institucional com a superação das violências e injustiças do sistema prisional, foi então entregue para assinatura e homologação pelas autoridades competentes. A etapa de entrega incluiu encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apreciação e articulação com o plano nacional, observando os prazos e diretrizes estabelecidos pela ADPF nº 347.

Plano entregue e aprovado

Após um ciclo de reuniões temáticas e de aprimoramento das propostas, o Comitê consolidou o texto final do Plano Estadual Pena Justa, que foi aprovado formalmente em reunião plenária do Comitê. A versão final resultou de intensos debates e do envolvimento de múltiplas instituições, integrando diretrizes nacionais com os desafios específicos do contexto mineiro.

O documento, refletindo o compromisso institucional com a superação das violências e injustiças do sistema prisional, foi então entregue para assinatura e homologação pelas autoridades competentes. A etapa de entrega incluiu encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para apreciação e articulação com o plano nacional, observando os prazos e diretrizes estabelecidos pela ADPF nº 347.

Plano lançado:

No dia 5 de agosto de 2025, o Estado de Minas Gerais realizou a solenidade oficial de lançamento do Plano Estadual "Pena Justa", em cerimônia que contou com a presença do governador do Estado, presidente do TJMG e representantes do TRF6, Ministério Público, Defensoria Pública, forças de segurança e demais parceiros institucionais. O evento, realizado no Palácio Tiradentes da Cidade Administrativa, simbolizou não apenas a apresentação pública do plano, mas o compromisso efetivo do Estado com a transformação do sistema prisional.

O lançamento antecipou o cronograma previsto para cumprimento das metas nacionais e representa um marco na política penitenciária de Minas Gerais, destacando a interlocução entre poderes e a articulação interinstitucional. A iniciativa contempla a modernização da infraestrutura penitenciária, políticas de reintegração social, combate à superlotação e violação de direitos, além de mecanismos permanentes de monitoramento com revisão semestral dos indicadores.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
2.4.9 Parcerias interinstitucionais

ACORDO COM A VALE S.A.
PRESÍDIOS DE LAVRAS E POÇOS DE CALDAS

O Acordo Judicial de Reparação firmado entre o Governo de Minas Gerais, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública de MG e a Vale S.A., homologado em 4 de fevereiro de 2021, constitui um dos mais relevantes instrumentos de reparação socioeconômica e socioambiental já celebrados no país, com valor aproximado de R$ 37,7 bilhões.

O acordo decorre do rompimento da barragem em Brumadinho, em janeiro de 2019, que ocasionou 272 mortes e impactos significativos na bacia do rio Paraopeba e na estrutura socioeconômica do Estado. Parte expressiva dos recursos e obrigações assumidos destina-se à execução de projetos voltados ao fortalecimento do serviço público e à melhoria das condições estruturais da sociedade mineira, abrangendo áreas como mobilidade urbana, segurança hídrica, administração pública e políticas sociais.

No campo da Justiça e Segurança Pública, os efeitos do acordo alcançam diretamente políticas estratégicas vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP), com destaque para investimentos em infraestrutura prisional no Sul do Estado. As obras dos presídios de Lavras e Poços de Caldas exemplificam a materialização dos compromissos assumidos, sendo financiadas com recursos oriundos do acordo, conforme Termo de Compromisso firmado entre o Governo de Minas, o Ministério Público e a Vale S.A., com participação técnica da SEJUSP.

A construção dessas unidades atende à necessidade de modernização do sistema prisional, ampliando vagas e proporcionando condições mais seguras e adequadas para a custódia, a ressocialização das pessoas privadas de liberdade e o trabalho dos servidores, além de permitir a transferência de internos de unidades localizadas em áreas de risco ou com infraestrutura inadequada.

No âmbito administrativo, a relevância dessas obras para a SEJUSP é reforçada pela Portaria nº 26, de 23 de outubro de 2025, que institui comissão técnica responsável pelo recebimento e pela integração dos presídios de Lavras e Poços de Caldas ao sistema prisional estadual, garantindo acompanhamento técnico, logístico e administrativo até sua incorporação ao DEPEN/MG.

Em síntese, o Acordo Judicial de Reparação firmado com a Vale representa um mecanismo essencial para a conversão de obrigações reparatórias em investimentos públicos estruturantes. Para a SEJUSP, traduz-se em avanços concretos na política penitenciária, com fortalecimento da governança, melhoria da infraestrutura e promoção de maior segurança institucional e social.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

O Portfólio de Captação de Emendas Parlamentares é uma ferramenta estratégica desenvolvida para divulgar projetos e facilitar a captação de recursos para a segurança pública em Minas Gerais. Por meio desse material, é possível apresentar de forma clara e acessível as iniciativas que necessitam de financiamento, além de evidenciar o impacto positivo que essas ações podem gerar nas diversas áreas da segurança pública.

Entre 2021 e 2025, foram captados o total de **R$ 46.296.003,94** por meio de emendas parlamentares municipais, estaduais e federais destinadas à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG), alcançando uma média anual de R$ 9.259.200,79 no referido período.

No período de 2021 a 2025, apenas referente às emendas parlamentares estaduais, o montante de recursos captados totalizou **R$ 21.377.233,30**.

Esses recursos têm sido utilizados para **fortalecer diversas áreas da segurança pública**, promovendo impactos positivos tanto na atuação dos profissionais quanto nos beneficiários das políticas de segurança.



Hotsite - Portfólio

R$ 46.296.003,94

total de emendas parlamentares municipais, estaduais e federais captadas no período de 2021 a 2024.

R$ 21.377.233,30

total de emendas parlamentares estaduais captadas no período de 2021 a 2025.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

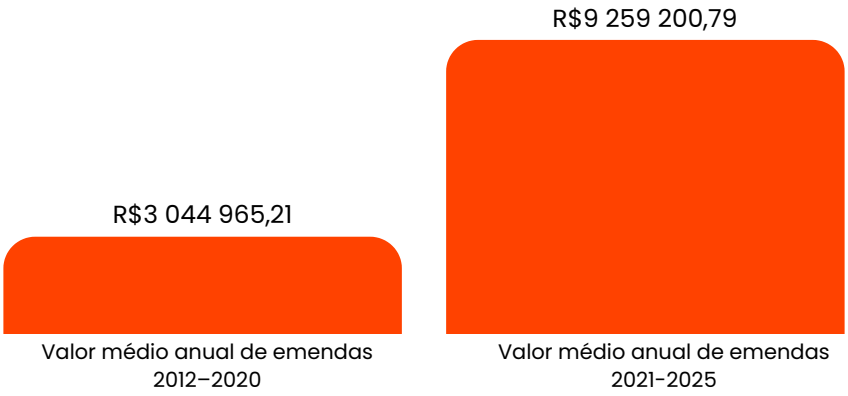
EMENDAS PARLAMENTARES
COMPARATIVO ENTRE OS PERÍODOS DE 2012 A 2020 E 2021 A 2025

No período de 2012 a 2020, abrangendo 9 anos, a média anual das emendas parlamentares indicadas foi de **R$ 3.044.965,21***. Já no quinquênio de 2021 a 2025, ou seja, em 5 anos, **essa média subiu para R$9.259.200,79**, representando um aumento absoluto de R$6.214.235,58.

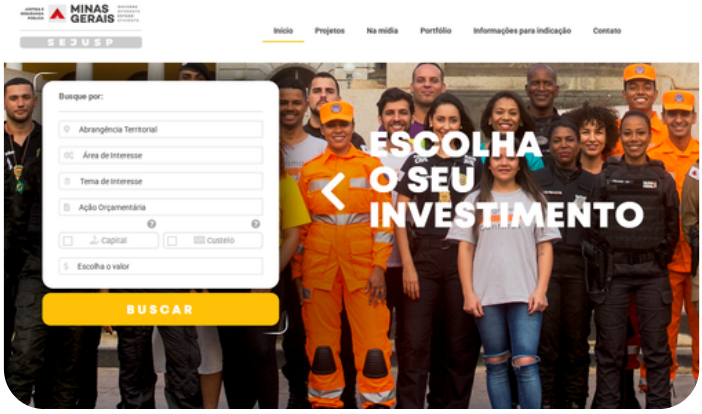
Esse crescimento equivale a um aumento percentual de aproximadamente **204% em relação à média anterior**.

**Valores nominais*

Gráfico 17 – Emendas Parlamentares



O aumento da média de destinação de emendas parlamentares demonstra o inequívoco sucesso do Portfólio e do intenso trabalho da Sejusp MG junto aos deputados. Além disso, fica evidente o desejo dos próprios deputados de investir em projetos bem estruturados, com qualidade comprovada e execução praticamente integral.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da segurança pública em Minas Gerais. Entre as ações viabilizadas, destacam–se:

- **Aprimoramento do Sistema Prisional e material bélico**: investimentos em armamentos modernos, aquisição de veículos e equipamentos para unidades prisionais.
- **Capacitação profissional:** diversos cursos voltados à capacitação de egressos do Sistema Socioeducativo são ofertados, com destaque para os cursos de mecânica de motos e barbearia, que contribuem para a reintegração social e a redução da reincidência criminal.
- **Oficinas do Programa Fica Vivo!:** iniciativas apoiadas por emendas parlamentares têm promovido atividades esportivas e culturais com foco na prevenção da criminalidade entre jovens, destacando–se por histórias inspiradoras de participantes que transformaram suas trajetórias ao ingressar em carreiras esportivas.
- **Modernização Tecnológica:** aquisição de aeronaves remotamente pilotadas (drones) e equipamentos de informática.
- **Modernização do GOC – Grupo de Operações com Cães**: aquisição de viaturas especializadas e aprimoramento das operações com cães treinados, fortalecendo a segurança nas unidades prisionais.









2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

EMENDAS PARLAMENTARES – CATEGORIZAÇÃO DOS PROJETOS CONTEMPLADOS ENTRE 2021–2025

1. Infraestrutura Prisional e Obras

- Implantação de usina fotovoltaica;
- Projeto de captação de águas pluviais;
- Construção de unidade multifuncional composta por salas e parlatórios;
- Reformas e revitalizações de estruturas (pavilhões, presídios, quadras, canis, campo de futebol, centro de treinamento);
- Criação de unidades fabris (concertinas, telas, alambrados e mourões de concreto).

2. Equipamentos e Bens Permanentes

- Eletrodomésticos (geladeiras, fogões, micro–ondas, sanduicheiras, frigobar, bebedouros, ar–condicionado etc.);
- Mobiliário (roupeiros, camas, colchões, mesas, cadeiras);
- Equipamentos eletrônicos (TVs, CFTV, nobreaks, computadores, tablets etc.);
- Kit multimídia;
- Materiais esportivos e instrumentos musicais;
- Equipamentos industriais (cozinha industrial, lavanderia, horta, máquina de costura para fábrica de lençóis);
- Gerador de energia.

3. Veículos

- Viaturas administrativas;
- Caminhonetes humanizadas;
- Viaturas com celas humanizadas;
- Veículos para transporte de cães;
- Veículos de passeio (5 lugares);
- Veículo para transporte de adolescente;
- Vans (mínimo 15 lugares);
- Motos para atender a Guarda Municipal.

4. Armamento e segurança

- Aquisição de glocks, pistolas, espingardas e carabinas;
- Material bélico e projéteis;
- Armamento para Guarda Municipal;
- Kit armamento para RISPs.

5.Telecomunicações e Tecnologia

- Modernização da Infraestrutura de telecomunicação de rádios;
- Modernização das Unidades de Prevenção à Criminalidade por meio de aquisição de veículos e equipamentos de informática;
- Aquisição de equipamentos, periféricos, acessórios e suprimentos de processamento de dados em geral;
- Aeronaves Remotamente Pilotadas;
- Nobreaks;
- Aquisição de câmeras para monitoramento e segurança pública.

6. Capacitação e qualificação

- Cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, público LGBT, servidores etc;
- Atividades de educação e qualificação profissional;
- Oficinas dos programas Fica Vivo!, Selo Prevenção Minas, Mediação de Conflitos;
- Desenvolvimento de projeto–piloto de atendimento psicossocial e de saúde no trabalho para os agentes de segurança socioeducativos;
- Projeto de atendimento psicossocial a servidores.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

EMENDAS PARLAMENTARES

7. Projetos sociais e de prevenção

- Aquisição de insumos e maquinário para o Projeto Liberdade em Ciclos;
- Insumos para fabricação de armários;
- Aquisição de bens permanentes e insumos para Fábrica de Lençóis;
- Projeto Enfrentando Vulnerabilidades;
- Prevenção à criminalidade — Programa Mediação de Conflitos, Selo Prevenção, Fica Vivo!;
- Ações de Prevenção ao uso de drogas nas escolas;
- Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade;
- Horta comunitária;
- Novo Som.

8. Serviços e Materiais de Consumo

- Alimentos, gás, vestuário, higiene e limpeza;
- Materiais de escritório e papelaria;
- Passagens e despesas com locomoção.

9. Bem–estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho

- Kits de conforto para servidores;
- Equipamentos para refeitórios;
- Materiais para o Centro de Apoio Médico Pericial (CAMP);
- Contratação de profissionais multidisciplinares para compor quadro de funcionários da instituição assistencial plurividas;
- Projeto de atendimento psicossocial a servidores.

DESTAQUE DE EMENDAS – 2021





Cinco unidades prisionais receberam 63 armas longas, que irão contribuir para reforçar a segurança de presídios e penitenciárias do Depen–MG. São 28 espingardas calibre 12 modelo military 3.0 rt e 35 carabinas calibre 5.56 modelo ia2, totalizando 63 armas longas. As armas foram adquiridas por meio de verba da emenda parlamentar nº 73, no valor de R$ 248.902,00. As unidades contempladas foram Presídio de Teófilo Otoni, Presídio de Ituiutaba I, Penitenciária de Uberaba I, Presídio de Sete Lagoas e Presídio de Ribeirão das Neves I.

AQUISIÇÃO DE **63** **ARMAS LONGAS** para as Unidades Prisionais, por meio da emenda Parlamentar nº 73

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

FONTES DE RECURSOS

R$ 134.118.026,61

DE RECURSOS DO TESOURO INVESTIDOS

No quinquênio 2021–2025.

FUNDO PENITENCIÁRIO (FUNPEN)

2021: **R$8.251.567,28**
2022: **R$5.364.199,70**
2023: **R$6.407.547,56**
2024: **R$ 6.407.547,56**
2025**: R$ 3.676.987,28**

EMENDAS PARLAMENTARES

2021: **R$ 6.160.991,67**
2022: **R$ 10.858.417,41**
2023: **R$ 18.641.632,55**
2024: **R$ 9.316.997,61**
2025: **R$ 13.149.811,02**

CONVÊNIO ENTRE SEJUSP MG E MJSP PARA INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA

R$ 5.682.757,64

Vigência: 19/12/2022 a 19/12/2024.

Convênio firmado entre a Sejusp MG e o MJSP com o objetivo de estruturar o Sistema Prisional por meio do aparelhamento da Inteligência Penitenciária, bem como capacitar os servidores que atuam na atividade de Inteligência Prisional.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Fundo Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (FESP–MG), financiado por repasses obrigatórios do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), é um instrumento estratégico para o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas de segurança no estado.

A habilitação ao FESP exige a formalização junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apresentação de planos de ação alinhados aos eixos temáticos definidos pela legislação federal.

Entre 2021 e 2025, a Sejusp MG habilitou–se para receber o montante total de R$ 286.006.654,77, incluindo rendimentos já distribuídos.

Após deliberação conjunta com as demais forças de Segurança Pública do estado, procedeu–se à divisão proporcional dos recursos, de modo a contemplar diversas áreas estratégicas da segurança pública.

Coube à Sejusp MG a execução financeira do valor de R$ 67.044.497,97, distribuídos em 27 metas/ações específicas planejadas no âmbito da Secretaria, abrangendo eixos temáticos como Fortalecimento Institucional, Valorização dos Profissionais de Segurança, Segurança nas Escolas, Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Redução de Mortes Violentas Intencionais.

FESP: Valores de repasse 2021-2025

	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Valorização do Profissional de Segurança Pública
2021	R$ 6.992.612,01	R$ 1.444.429,81
2022	R$ 11.406.824,13	R$ 3.080.653,05

	Redução de Mortes Violentas Intencionais	Enfretamento da Violência Contra a Mulher	Melhoria da Qualidade de Vida dos Profissionais da Segurança Pública	Segurança nas Escolas
2023	R$ 7.858.844,90	R$ 497.968,00	R$882.492,38	R$ 2.998.097,85
2024	R$ 9.260,020,55	R$ 583.742,72	R$1.114.248,21	-
2025	R$ 9.115.497,27	R$ 546.841,53	R$ 1.184.779,36	-

Fonte: BI FESP

Até o momento, aproximadamente **57% dos recursos planejados já foram empenhados e 31,89% já foram executados**, viabilizando a aquisição de equipamentos e materiais, bem como a contratação de serviços estratégicos, indispensáveis ao fortalecimento das atividades finalísticas e ao aperfeiçoamento da capacidade de entrega institucional das pastas. Em relação ao último relatório de entregas, esse desempenho representa um avanço de quase 10 (dez) pontos percentuais, evidenciando a evolução do ritmo de execução e o compromisso com a efetividade das ações públicas.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos principais destaques da atual gestão é o conjunto de iniciativas conduzidas pela Superintendência de Integração e Planejamento Operacional (SIPO), que totalizam R$ 18.651.146,86 em investimentos planejados com recursos do FESP-MG.
As ações viabilizaram a reestruturação completa do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), com a atualização do videowall — tecnologia estratégica para o monitoramento em tempo real de ocorrências, eventos críticos e operações conjuntas, fortalecendo a tomada de decisão e a coordenação interinstitucional.

No mesmo sentido, foi estruturado o Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICCM), a partir da aquisição de veículos especiais, soluções de software e hardware, mobiliário, sensores, materiais de segurança e serviços especializados (como internet móvel, engenharia, instalação e treinamento). Essa capacidade amplia a atuação integrada da Sejusp-MG em campo, especialmente em situações emergenciais e no apoio a grandes operações, elevando o nível de prontidão e resposta do Estado.

Além disso, avançou-se na modernização do atendimento de emergências, com a aquisição de equipamentos para o Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) e para o Disque Denúncia Unificado (DDU), incluindo headsets e itens de apoio ao teleatendimento, com impacto direto na qualidade do serviço prestado à população.

No âmbito da prevenção social e do enfrentamento à violência contra a mulher, destaca-se a iniciativa desenvolvida pela Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), com a aquisição de uma Base Móvel destinada ao programa Proteja Minas, realizada com recursos do FESP 2024. A estrutura permitirá o atendimento itinerante a ser realizado pelo Núcleo Estadual do programa, ampliando o alcance territorial da política pública, qualificando o acolhimento e reforçando a presença do Estado junto às mulheres em situação de vulnerabilidade e risco.

As aquisições e contratações com recursos do FESP, de acordo com cada eixo temático, também contemplaram computadores e workstations, kits táticos para contrainteligência, aeronave remotamente pilotada, etilômetros, mobiliário de escritório e refeitório, aparelhos de ar-condicionado, treinamentos, licenças de software e veículos, fortalecendo a infraestrutura e a capacidade operacional das unidades envolvidas.
Esse conjunto de entregas evidencia uma gestão orientada por eficiência, modernização e integração dos sistemas de segurança pública, com foco em ampliar a capacidade de resposta, qualificar a inteligência operacional e assegurar resultados concretos para a sociedade.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

As aquisições e contratações com recursos do Fesp, de acordo com cada eixo temático, ainda incluíram computadores e workstations, Kits Táticos para contrainteligência, aeronave remotamente pilotada, etilômetros, mobiliário de escritório e de refeitório, aparelhos de ar-condicionado, treinamentos, licenças para software e veículos.

Para além disso, a Secretaria potencializou a atividade de inteligência e contrainteligência de segurança pública no estado, com a aquisição de tecnologia avançada, com destaque para videowalls, além de um ambiente mais adequado de trabalho ao servidor.

Essas entregas refletem uma **gestão comprometida com a eficiência, a modernização e a integração dos sistemas de segurança pública**, promovendo maior capacidade de resposta e inteligência operacional.





2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

TERMO Nº 248/2024

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº248/2024 ENTRE EMG, TJMG, MPMG E DPMG

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 248/2024, ao final de 2024, constitui um marco institucional da gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG). Firmado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa Justiça Minas Integrada, o instrumento estabelece uma ação interinstitucional voltada ao enfrentamento do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347.

O termo inaugura uma nova etapa na execução penal, baseada na **integração entre os Poderes, na corresponsabilização institucional e na adoção de soluções estruturantes e sustentáveis**. Seu objeto consiste na cooperação operacional, técnica, logística e financeira para a melhoria do sistema prisional, organizada em seis eixos: enfrentamento da ADPF 347; qualificação da custódia; ampliação das medidas alternativas; redução da superlotação, com a criação de cerca de 5.800 novas vagas; fortalecimento das políticas de prevenção à criminalidade; e consolidação da governança integrada do sistema de justiça criminal.

O acordo prevê um amplo plano de investimentos, incluindo a reforma de 15 unidades prisionais, a construção de novas unidades, a desativação de estruturas inadequadas, a implantação de uma cozinha central em Juiz de Fora, o fortalecimento de programas de prevenção, a estruturação do atendimento à pessoa custodiada em polos regionais e a criação de unidade especializada no enfrentamento à violência doméstica.

O montante estimado é de R$ 1,32 bilhão, sendo R$ 444,5 milhões destinados a investimentos e R$ 877,6 milhões a despesas de custeio, vinculadas ao PPAG, com **execução integral das ações de custeio em 2025** e conclusão dos investimentos até o término da vigência do Termo.

A celebração do acordo consolida o protagonismo da Sejusp MG na articulação de soluções interinstitucionais voltadas à superação de um passivo estrutural histórico do sistema prisional, reafirmando seu papel como indutora de políticas públicas integradas, eficientes e alinhadas à Constituição.

O Termo de Cooperação nº 248/2024 foi posteriormente aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que reconheceu seu mérito, sua aderência às determinações do Supremo Tribunal Federal e sua consonância com as recomendações do próprio TCE-MG para a melhoria do sistema prisional mineiro.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

TERMO Nº 055/2025

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 055/2025 ENTRE TJMG, DPMG , MPMG

No período abrangido por este Relatório Quinquenal, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 055/2025 entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), o Ministério Público de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de fortalecer a atuação integrada no âmbito das políticas de alternativas penais, do atendimento à pessoa custodiada e da atenção às pessoas egressas e pré-egressas do sistema prisional no Estado de Minas Gerais.



O referido instrumento formalizou diretrizes para a cooperação interinstitucional, definindo responsabilidades, fluxos de atuação e mecanismos de articulação entre os partícipes, com vistas à qualificação do atendimento às pessoas apresentadas em audiências de custódia, bem como ao adequado encaminhamento, acompanhamento e monitoramento das medidas determinadas pelo Poder Judiciário. Entre os eixos estruturantes pactuados, destacam-se o fortalecimento do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), a consolidação do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e a ampliação do Programa de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (PrEsp), assegurando atendimento continuado, integrado e alinhado às diretrizes nacionais das políticas penais.



O Acordo de Cooperação Técnica nº 055/2025 contribuiu, ainda, para a padronização de procedimentos, o aprimoramento da comunicação institucional, o fortalecimento da articulação com a rede de proteção social e o monitoramento sistemático das ações desenvolvidas, configurando-se como instrumento estratégico para a governança, a sustentabilidade e a efetividade das políticas públicas ao longo do quinquênio.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

NEGOCIAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP)

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PRISIONAL



A negociação dos Processos Administrativos Punitivos (PAP), no âmbito da Parceria Público-Privada (PPP) Prisional, resultou na celebração de um acordo formalizado na Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos — COMPOR, do Ministério Público de Minas Gerais. O acordo foi firmado por meio do Termo de Autocomposição PD COMPOR nº 83/2022, assinado pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, pelo Advogado-Geral do Estado e pelos representantes da diretoria da GPA, concessionária responsável pela unidade prisional.

Termos Financeiros e Compromissos Acordados — PAP (Processos Administrativos Punitivos)

- Multas — PAP: ficou acordado o pagamento de 30% do valor nominal das multas aplicadas, totalizando R$14.542.913,10, a serem quitados em 120 parcelas mensais, com início em janeiro de 2023, corrigidas monetariamente conforme índice pactuado.
- Ressarcimento ao erário — PAP: a concessionária se comprometeu a ressarcir os cofres públicos no montante de R$912.429,91, em até 24 parcelas mensais, igualmente sujeitas à correção monetária.
- Desistência de ações judiciais: a GPA comprometeu-se a desistir de todas as ações judiciais em curso que estejam relacionadas aos temas abrangidos pelo acordo.
- Revisão do SMDD: foi ainda pactuada a revisão do Sistema de Mensuração de Desempenho (SMDD), com vistas à modernização dos critérios de avaliação contratual e aprimoramento da gestão da PPP prisional.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

MUTIRÕES JURÍDICOS

O Termo de Cooperação Técnica (TCT) entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) visa promover a assistência jurídica integral às pessoas privadas de liberdade no estado. No período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024, foram 32.935 atendimentos de custodiados.

2022 > **4.709** ATENDIMENTOS
realizados em parceria com a Defensoria Pública + 4.397 realizados pela Sejusp MG

2023 > **6.806** ATENDIMENTOS
realizados em parceria com a Defensoria Pública + 2.112 realizados pela Sejusp MG

2024 > **9.315** ATENDIMENTOS
realizados em parceria + 1.757 realizados pela Sejusp MG

2025 > **9.242** ATENDIMENTOS
realizados em parceria com a Defensoria Pública + 776 realizados pela Sejusp MG

ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA A POLICIAIS PENAIS:

Com o objetivo de garantir atendimento gratuito da Defensoria Pública aos Policiais Penais, independentemente de renda, em processos que estes necessitem responder por fatos relacionados ao uso da força letal, no exercício da função.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

Com o município de Congonhas, que tem como objeto a realização da introdução musical de maneira educativa junto aos indivíduos privados de liberdade do Presídio de Congonhas. O intuito é auxiliar no processo de ressocialização e humanização dentro do sistema prisional.



39.114
Atendimentos realizados (2022-2025)

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

DEFENSORIA E PREVENÇÃO

A partir de articulações da Sejusp MG junto à Defensoria foi possível estabelecer a aproximação dos Gestores Sociais das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade com os defensores, estabelecendo um diálogo próximo e uma parceria fortalecida nos territórios de atuação

DESTAQUES

- **2022:** Defensoria Itinerante com atendimento do público das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Montes Claros/MG nas áreas de Família e Criminal.
- **2023:** Mutirão "Meu documento" realizado pela DPMG, que teve como objetivo atender os moradores do Morro do Papagaio em Belo Horizonte/MG para promover a regularização de documento cível.
- **2024:** Primeiro encontro do projeto "A Defensoria vai até você", no Aglomerado da Serra, com esclarecimentos sobre questões familiares, cíveis e criminais, além de informações sobre as vantagens da resolução extrajudicial de conflitos.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS

2021	4.168
2022	4.394
2023	4.743
2024	4.588
TOTAL	17.893





2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

PROCAP

O **Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes** (PROCAP) é uma iniciativa do Governo Federal voltada à qualificação profissional de pessoas privadas de liberdade, por meio da implantação de oficinas e cursos em unidades prisionais e da oferta de atividades que favoreçam a reintegração social e produtiva desses indivíduos. A execução do PROCAP ocorre mediante a celebração de convênios entre o Governo Federal e os estados, permitindo o repasse de recursos e a cooperação técnica para a implantação das ações previstas.

Em Minas Gerais, a formalização desse convênio entre o Governo Federal e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) tem sido fundamental para promover a capacitação de indivíduos privados de liberdade (IPLs).

A parceria viabilizou a criação de oficinas permanentes e a oferta de cursos profissionalizantes que ampliaram as oportunidades de formação e trabalho para os IPLs, contribuindo para sua ressocialização e redução da reincidência criminal, além de fortalecer a política estadual de execução penal com foco na dignidade e na efetividade das ações de reintegração.

Dentre as iniciativas contempladas no período de gestão, destacam-se:

- Oficina de telas, mourões e concertinas, na Penitenciária José Maria Alkimin.
- Oficinas de fabricação de fraldas e absorventes, instaladas nas unidades Penitenciária Professor Aluízio Ignácio de Oliveira, Presídio de Iturama, Presídio de Araxá e Presídio de Perdizes.
- Oficinas de fraldas, absorventes e vestuário íntimo, na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria.

PROCAP	Valor do repasse	Executado
Convênio PROCAP 915227/2021	R$510.000,00	95%
Convênio PROCAP 932131/2022	R$312.573,24	95%
Convênio PROCAP 940579/2023	R$515.821,00	22%

Convênio PROCAP nº 940579/2023 tem vigência até dezembro de 2025.
No período de 2024, não houve repasse de recursos pelo PROCAP.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

VIDEOAUDIÊNCIAS

O Convênio nº 918914/2021, celebrado com o objetivo de viabilizar a estruturação tecnológica necessária à realização de videoaudiências, contou com o repasse de **R$ 3.749.197,49** para a Sejusp MG.
No âmbito deste convênio, foram adquiridos e distribuídos os seguintes equipamentos:

Equipamentos	Quantidade
Notebooks	588
Webcams	294
Câmeras IP	294
Câmeras de segurança tipo dome	294
Caixas de som	588
Fones de ouvido	610
Microfones	735
Total	**3403**

Esses investimentos possibilitam a modernização das unidades atendidas, ampliando a capacidade operacional e garantindo maior eficiência e segurança na realização das videoaudiências.





2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR

No âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da política de atenção integral à saúde dos servidores, destaca-se a celebração de Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Faculdade de Ciências Médicas. Formalizado em maio de 2023, esse acordo tem como objetivo ampliar a assistência à saúde, promovendo a qualificação e a expansão da rede de cuidados e tratamentos oferecidos aos servidores da Sejusp MG.

Além disso, a Secretaria firmou convênios com o Ministério da Justiça voltados à consolidação e ampliação da política de atenção à saúde, para implantação de novos Centros de Atenção Biopsicossocial. O primeiro convênio foi celebrado em 2019, e outros termos foram formalizados nos anos de 2020 e 2022, reforçando o compromisso com a oferta de suporte integral aos profissionais. Também foram destinados recursos do Ministério da Justiça para a realização de campanhas de prevenção de agravos à saúde nos exercícios de 2019, 2020, 2021 e 2023.

Ademais, entre 2021 e 2025, a Sejusp MG promoveu uma série de seminários virtuais e webinários direcionados a gestores e servidores, com o propósito de fortalecer a capacitação e fomentar o compartilhamento de boas práticas voltadas à saúde física e mental. Em 2024, foi firmado convênio junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, vinculado ao projeto Escuta SUSP, para divulgação das ações de atendimento psicológico online aos agentes de segurança pública, que conta com significativa adesão dos policiais penais do estado.



2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.9 Parcerias interinstitucionais

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA

Os Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) consistem em unidades voltadas ao atendimento de pessoas presas em flagrante ou em cumprimento de mandado judicial, apresentadas em audiência de custódia, sendo executados pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

São compostos por equipe multiprofissional responsável pela realização de atendimentos pré e pós-audiência de custódia, com a elaboração de Relatório Informativo sobre Condições Pessoais e Sociais, destinado a subsidiar a decisão judicial, especialmente quanto a situações de vulnerabilidade social ou de saúde, bem como à promoção de encaminhamentos à rede de proteção social.

A qualificação e ampliação do número dos serviços APECs estão previstos no Plano Pena Justa, elaborado pelo CNJ e a União, como resposta ao julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 pelo STF. Em Minas Gerais, o Serviço APEC está em funcionamento em Belo Horizonte (desde 2023), Contagem e Uberlândia (desde 2024).



SELO PREVENÇÃO MINAS

Em 2022, o Programa Selo Prevenção Minas realizou a primeira certificação de municípios que concluíram o ciclo metodológico do Programa.

Alfenas, Patos de Minas, Itabirito e São Gotardo receberam os certificados por terem construído Diagnósticos Municipais de Prevenção à Criminalidade, instituído Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade, desenvolvido Planos Municipais de Prevenção à Criminalidade, dentre outras ações metodológicas do Programa.

2.4 FORTALECIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

2.4.10 Melhorias no indicador de resolubilidade na ouvidoria do sistema Penitenciário e Socioeducativo

A Ouvidoria do Sistema Penitenciário e Socioeducativo tem como finalidade receber, registrar e encaminhar respostas a reclamações, denúncias, elogios, solicitações e sugestões relacionadas às questões penitenciárias e socioeducativas, envolvendo tanto as pessoas privadas de liberdade quanto servidores.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Recebidas	690	172	172	530	444
Encerradas	208	464	243	482	458
Resolubilidade Móvel	23,48%	54,72%	44,23%	53,42%	78,16%

A Controladoria Setorial da Sejusp atua como um dos pontos de resposta, sendo responsável pela apuração e pela responsabilização administrativa decorrentes das manifestações recebidas pelo MG-OUV.

A análise dos resultados entre 2021 e 2025 revela uma evolução significativa nos índices de resolubilidade das demandas oriundas da Ouvidoria. Observa-se avanço relevante a partir de 2022, aperfeiçoamentos estratégicos em 2023 e consolidação em 2024, culminando em 2025 com o melhor desempenho de toda a série histórica. Esse desempenho reflete a maturidade dos mecanismos de governança e controle adotados pela Instituição.

O resultado positivo é fruto da atuação técnica, sistemática e qualificada do Núcleo de Apurações Especiais e Denúncias, setor responsável pela análise e apuração das manifestações. Ao garantir o tratamento adequado das demandas, o núcleo contribui de forma expressiva para o fortalecimento da integridade institucional, a mitigação de riscos, o aprimoramento contínuo dos processos internos e o aumento da confiança da sociedade na Administração Pública. Em última instância, a elevada resolubilidade evidencia a capacidade institucional de oferecer respostas efetivas e qualificadas às demandas apresentadas.



2.5
VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Resumo executivo - Principais ganhos da gestão (2021 - 2025)

Elite Técnica: Conclusão de 89.232 capacitações, com destaque para cursos inéditos de baixa luminosidade (Low Light) com tiro real.

Reconhecimento Financeiro: Instituição da ajuda de custo para alimentação, gerando um impacto positivo imediato de até 23% na remuneração base.

Cuidado Integral: Implementação de 7 Centros Biopsicossociais regionais, realizando mais de 47 mil atendimentos de saúde e apoio ao servidor.

A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO (2021 - 2025)

O desafio herdado (2021)

No início de 2021, o servidor da segurança pública mineira enfrentava lacunas históricas: uma estrutura de saúde mental e ocupacional centralizada na capital, documentos de identidade funcional desatualizados após a extinção de pastas anteriores e um sistema de uniformes sem padronização institucional. Além disso, a capacitação técnica carecia de uma unidade doutrinária que integrasse todas as forças sob uma visão de vanguarda e eficiência operacional.

A estratégia em ação

A gestão colocou a valorização do capital humano como pilar inegociável.

- **AESP MG:** Criou a Academia Estadual de Segurança Pública, que se tornou centro de excelência nacional, capacitando servidores em protocolos críticos como o Atendimento Pré-Hospitalar (MARC-1).
- **Dignidade Funcional:** Iniciou uma força-tarefa que emitiu 47.422 novas identidades funcionais, garantindo o porte de arma e a correta identificação dos policiais penais.
- **Identidade:** Padronizou os uniformes da Polícia Penal e do Sistema Socioeducativo, elevando o profissionalismo e a disciplina organizacional perante a sociedade.
- **Carreira e Fluxo:** A Sejusp MG destravou as promoções e progressões, beneficiando mais de 87 mil servidores ao longo do quinquênio.

O impacto alcançado:

O encerramento de 2025 revela uma força de segurança mais robusta, qualificada e motivada.

- **Rede de Apoio Regional:** O estado expandiu os Centros Biopsicossociais para municípios como Montes Claros, Uberlândia, Ipatinga e Juiz de Fora, aproximando o cuidado à saúde da residência do servidor.
- **Fortalecimento do Efetivo:** Realizou concursos históricos, nomeando quase 5.000 novos policiais penais e 227 agentes socioeducativos.
- **Qualidade de Vida:** Adquiriu kits de conforto (ar-condicionado, geladeira e micro-ondas) para unidades prisionais, humanizando o ambiente de trabalho no dia a dia operacional.

O Resultado Final: A Sejusp MG provou que a segurança pública é feita por pessoas e para pessoas. Ao investir na saúde, na técnica e no bolso do servidor, o Estado de Minas Gerais não apenas valorizou sua tropa, mas garantiu um serviço de proteção mais eficiente, humano e tecnicamente superior para todos os mineiros. **Veja em detalhes, nas próximas páginas, os programas, investimentos e resultados que sustentam essa trajetória de transformação do sistema em Minas Gerais.**

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.1 Capacitação de servidores

COMPROMISSO COM A CAPACITAÇÃO

Instituída formalmente a partir do Decreto Estadual nº48.659, de 28/07/2023, e ligada diretamente ao Secretário, a Academia Estadual de Segurança Pública (AESP) concentra a competência de coordenar, planejar, supervisionar e executar as atividades de formação, capacitação e treinamento contínuo de seus servidores, comprovando como a Sejusp MG prioriza o treinamento e capacitação dos seus servidores. Os cursos e treinamentos oferecidos pela AESP não se restringem apenas aos profissionais da Sejusp MG. A Academia é amplamente reconhecida por qualificar milhares de agentes de outras forças de segurança, tanto de Minas Gerais quanto de diversos estados do país.



MISSÃO

Formar e capacitar profissionais da Segurança Pública no âmbito da Sejusp, desenvolvendo competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o aprimoramento das atividades, visando uma atuação cada vez mais efetiva e em consonância com a ética, legalidade, transparência, eficiência e direitos humanos.



VISÃO

Tornar-se centro de excelência e referência nacional na formação de profissionais da área de segurança pública, a partir de avanços tecnológicos e inovações pedagógicas, sendo reconhecida pela qualidade do ensino e pelos resultados práticos alcançados junto aos profissionais capacitados.



VALORES

Ética. Transparência. Profissionalismo. Comprometimento. Inovação. Qualidade.

AESP Academia Estadual de Segurança Pública

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.1 Capacitação de servidores

UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DESTA GESTÃO É A CAPACITAÇÃO DOS SEUS SERVIDORES

EM **2021** FORAM REALIZADAS	132	CAPACITAÇÕES	COM UM TOTAL DE	21.696
EM **2022** FORAM REALIZADAS	239	CAPACITAÇÕES	COM UM TOTAL DE	13.638
EM **2023** FORAM REALIZADAS	337	CAPACITAÇÕES	COM UM TOTAL DE	13.921
EM **2024** FORAM REALIZADAS	402	CAPACITAÇÕES	COM UM TOTAL DE	13.755
EM **2025** FORAM REALIZADAS	289	CAPACITAÇÕES	COM UM TOTAL DE	26.222

1.399 CAPACITAÇÕES OFERTADAS

89.232 SERVIDORES CAPACITADOS*

*Foram capacitados servidores lotados em outros órgãos além da Sejusp MG e cada servidor pode ter concluído mais de uma capacitação.

CAPACITAÇÕES OPERACIONAIS

- ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR EM COMBATE — PROTOCOLO MARC-1
- GIR CANIL MULTIPLICADOR DE APH EM COMBATE CARABINA DE COMBATE
- PISTOLA DE COMBATE LOW LIGHT — OPERADOR** LOW LIGTH —
- MULTIPLICADOR**

36.746

SERVIDORES CAPACITADOS* NO QUINQUÊNIO 2021-2025

**A Aesp/Sejusp MG é a única instituição pública no país a oferecer esses cursos, integrando instrução avançada com tiro real.

PRINCIPAIS CURSOS E EVENTOS

- I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL Sejusp MG DE ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS SINTÉTICAS;
- SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DE COMBATE — PROTOCOLO MARC1;
- ALINHAMENTO GIR/GETAP TREINAMENTO BODY SCAN CANIL (COCAC) RETENÇÃO E CONTRA RETENÇÃO.

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor

CENTROS BIOPSICOSSOCIAIS

UNIDADE	BELO HORIZONTE		MONTES CLAROS		UBERLÂNDIA		PATOS DE MINAS	
MODALIDADE	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS
QUANTITATIVO	32.718	4.089	1.931	256	3.050	447	2.546	141

UNIDADE	IPATINGA		JUIZ DE FORA		UBERABA	
MODALIDADE	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS	REMOTOS	PRESENCIAIS
QUANTITATIVO	409	47	629	274	694	191

TOTAL
47.422

(*) O Centro Biopsicossocial de Belo Horizonte começou a funcionar em outubro de 2021, seguido pelo Centro Biopsicossocial de Montes Claros, que entrou em operação em junho de 2022. Em janeiro de 2023, iniciou suas atividades o Centro Biopsicossocial de Uberlândia, e, em outubro de 2023, o Centro Biopsicossocial de Patos de Minas passou a funcionar. Já em 2024, o Centro Biopsicossocial de Juiz de Fora começou a operar em janeiro, o de Uberaba em abril e, por fim, o de Ipatinga, em junho do mesmo ano. Em 2025 a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS) atualizou a metodologia de quantificação dos atendimentos.

A partir de setembro de 2021, a Sejusp MG iniciou a entrega de uma das grandes metas dessa gestão. Os Documentos de Identificação Funcional dos profissionais de segurança pública da Sejusp MG, constando o porte de armas para os policiais penais, começou a ser expedido em atualização e substituição aos documentos anteriores das extintas Secretaria de Estado de Administração Prisional e Secretaria de Estado de Segurança Pública. A força-tarefa criada para atender a demanda dos profissionais colocou em dia a expedição e entrega dos documentos, em conformidade com as normativas estabelecidas pelo Decreto Nº48.145, de 1º de março de 2021, publicado em 2 de março de 2021, e pela Resolução Sejusp MG Nº 79, de 10 de março de 2021, com publicação em 11 de março de 2021.

PROGRESSÕES E PROMOÇÕES

MODALIDADE	PROGRESSÕES	PROMOÇÕES	PROBATÓRIO
QUANTITATIVO	35.126	11.779	748

TOTAL
47.653

IDENTIDADE FUNCIONAL

MODALIDADE	DIF DIGITAL	DIF FÍSICO
QUANTITATIVO	20.109	20.048

TOTAL
40.157

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
2.5.2 Centros biopsicossociais e valorização do servidor

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Aquisição de 64 conjuntos de equipamentos conforto. Cada kit é composto por um aparelho de ar-condicionado, uma geladeira, um forno de micro-ondas e um bebedouro. O recurso de R$402,6 mil foi destinado por meio de verba da emenda parlamentar nº 971.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA GOVERNANÇA

Em julho de 2023, o Decreto nº48.659 estabeleceu novas diretrizes para a gestão de pessoas na Sejusp MG, incluindo políticas de desenvolvimento profissional, qualidade de vida no trabalho e prevenção ao assédio moral e sexual.



2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras

TIVEMOS **OS SEGUINTES CONCURSOS PÚBLICOS** ORGANIZADOS NO QUINQUÊNIO

Agente de Segurança Socioeducativo, 270 vagas ofertadas e 270 candidatos nomeados.

Edital publicado no dia 05/08/2022.

Auxiliar Educacional, 211 vagas ofertadas e 360 candidatos nomeados.

Edital publicado no dia 24/12/2021.

Policial Penal, ofertou **2.420 vagas e nomeou 3.405 candidatos**.

Edital elaborado e publicado em 05/08/22.

Policial Penal, ofertou **1.178 vagas.**

SEJUSP Nº 01/2025 publicado em 03/10/2025

PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS

Agente de Segurança Socioeducativo

Edital Sejusp MG nº03/2022, publicado no dia 22/09/2022, com **oferta de 168 vagas**.

Policial Penal

Edital Sejusp MG nº02/2022, publicado no dia 02/08/2022, com oferta de 3.506 vagas.

Profissionais da Área Técnica:

- Edital de Chamamento Público Emergencial nº01/2021, publicado no Diário Oficial do Estado em 29/06/2021, com oferta de 347 vagas.
- Edital de Chamamento Público Emergencial nº02/2020, publicado no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020, com oferta de 101 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado - Sejusp nº 01/2025, publicado em 06/09/2025, com oferta de 20 vagas
- Edital de Processo Seletivo Simplificado - Sejusp nº 02/2025, publicado em 06/09/2025, com oferta de 58 vagas
- Edital de Processo Seletivo Simplificado — Sejusp MG nº 01/2022, publicado no Diário Oficial do Estado em 21/01/2022, com oferta de 49 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado — Sejusp MG nº 04/2022, publicado no dia 27/09/2022, com oferta de 25 vagas: Presídio de Paracatu/Penitenciária Jason Soares Albergaria e três núcleos da DAS.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado — Sejusp MG nº 01/2023, publicado em 07/03/2023, com oferta de 132 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado — Sejusp MG nº 02/2023, publicado em 23/09/2023, com oferta de 09 vagas.
- Edital de Processo Seletivo Simplificado — Sejusp MG nº 01/2024, publicado no dia 07/12/2024, com oferta de 68 vagas.



2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE : Concurso da Polícia Penal

Como parte da estratégia de fortalecimento do sistema prisional mineiro, a gestão da Sejusp, sob a liderança do Secretário Rogério Greco, promoveu, em 2025, a abertura do concurso público para a Polícia Penal de Minas Gerais, com a oferta de 1.178 vagas para o cargo de Policial Penal, ampliando o efetivo e fortalecendo a valorização da carreira no Estado.

O concurso, instituído pelo Edital SEJUSP nº 01/2025, representa um marco na gestão da segurança pública estadual, sendo a segunda grande seleção promovida na atual administração, que já havia resultado na nomeação de quase 5.000 policiais penais — consolidando o compromisso da Sejusp com o fortalecimento da instituição

No discurso institucional, o Secretário Rogério Greco enfatizou que a publicação desse edital representa um passo essencial para consolidar a Polícia Penal mineira como referência nacional, fortalecer a segurança nas unidades prisionais e ampliar a qualidade do serviço prestado à população. Essa visão estratégica também foi reforçada pelo Vice-Governador Mateus Simões, que destacou o esforço da gestão para responder às demandas da carreira e ampliar o efetivo de forma planejada e sustentável.

Adicionalmente, a iniciativa sinaliza a continuidade das políticas públicas de fortalecimento da segurança pública em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que valoriza servidores e amplia as oportunidades de ingresso em carreira estável e com regime estatutário, refletindo a prioridade da Sejusp em promover uma segurança prisional mais eficiente e humana.



Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
2.5.3 Concursos públicos e normatização de carreiras

SAIU NA MÍDIA!

DESTAQUE : Concurso Público Socioeducativo

Em 2025, a Sejusp realizou a posse de 227 novos agentes de segurança socioeducativos, aprovados no concurso regido pelo Edital 01/2022, em solenidade realizada no Auditório JK da Cidade Administrativa em Belo Horizonte. A cerimônia de boas-vindas marcou o ingresso desses profissionais no quadro de servidores destinados a atuar no atendimento e acompanhamento de adolescentes em regime de internação, internação provisória e semiliberdade, reforçando a capacidade de atuação do sistema socioeducativo mineiro

A incorporação dos agentes ao efetivo, que já conta com cerca de 1.200 servidores, representa um reforço à garantia da segurança física, mental e emocional dos adolescentes sob medidas socioeducativas e dos profissionais que atuam nas unidades. Os novos agentes têm o papel de orientar e acompanhar os adolescentes, assegurar o cumprimento das medidas e favorecer a reinserção social.

Além dessa etapa de posse, está previsto que os demais aprovados no concurso, dentro do período de validade do edital, continuem sendo nomeados conforme as possibilidades administrativas e fiscais, ampliando ainda mais o quadro de agentes socioeducativos disponíveis para atuar nas unidades de Minas Gerais.

No contexto mais amplo da gestão de 2021 a 2025, o investimento no sistema socioeducativo também tem incluído recursos significativos para obras, estruturação de atendimento, aquisição de mobiliário e implementação de novas unidades, ampliando oportunidades de acesso ao ensino, oficinas, esporte, lazer e profissionalização para os adolescentes assistidos.

A posse dos novos agentes de segurança socioeducativos reforça a estratégia da Sejusp de fortalecimento contínuo do sistema socioeducativo mineiro, ao investir na ampliação e qualificação do quadro de servidores responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. A iniciativa evidencia o compromisso da gestão com a proteção da sociedade, a garantia de direitos e a promoção de um ambiente mais seguro e estruturado para adolescentes e profissionais, contribuindo para a consolidação de políticas públicas voltadas à prevenção da reincidência e à construção de trajetórias de reinserção social.







Fonte: Sejusp - Clique aqui

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.4 Campanha de Prevenção ao Assédio Moral nas Unidades Prisionais e Socioeducativas

A campanha foi promovida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), em parceria com a Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE). O lançamento ocorreu na cidade de Contagem, com a realização de palestras também em Belo Horizonte, Montes Claros, Uberlândia, Pouso Alegre e Juiz de Fora.

As palestras foram direcionadas aos diretores e gestores das unidades prisionais e socioeducativas, ocorreram nas Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs). O objetivo da iniciativa foi promover a discussão e a conscientização sobre a prevenção do assédio moral nas unidades e nos setores administrativos do DEPEN e da SUASE, especialmente junto aos gestores das unidades da capital e do interior.

Foram convidados aproximadamente 143 setores da Sejusp, entre unidades operacionais e áreas administrativas. Participaram dos eventos 319 servidores ocupantes de cargos de gestão, conforme detalhado por localidade a seguir:

- Belo Horizonte: 163
- Montes Claros: 70
- Uberlândia: 37
- Pouso Alegre: 29
- Juiz de Fora: 20

(SEI 1520.01.0006000/2024-97).

REFERÊNCIAS

Governo de Minas lança campanha contra o assédio moral nas unidades prisionais e socioeducativas, Agência Minas, 2024.Disponível em https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-lanca-campanha-contra-o-assediomoral-nas-unidades-prisionais-e-socioeducativas/Acesso em: 18/09/2024.

Campanha Assédio Moral, Segurança.MG. Disponível em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/a-secretaria/institucional/campanha-assediomoral . Acesso em: 18/09/2024.

Galeria de imagens da Campanha: Disponível clicando aqui.

Governo conclui campanha contra o assédio moral nas unidades prisionais e socioeducativas, Segurança.MG. Disponível em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/noticias/sejusp-app-totalmente-reformuladoaplicativo-ja-esta-disponivel-para-servidores-2 . Acesso em: 18/09/2024.

Segurança Minas, Assédio Moral: tema de todos nós, YouTube, 29/08/2024, Disponível em: Assédio Moral: tema de todos nós - YouTube .

Material utilizado nas palestras da Campanha de Combate ao Assédio Moral. Disponível em: ASSÉDIO MORAL - MATERIAL SEMINÁRIO - Google Drive .

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.5 Identidade institucional: uniforme dos Agentes de Segurança Socioeducativo

O processo de lançamento e regulamentação dos uniformes dos agentes de segurança socioeducativos em Minas Gerais foi conduzido por etapas formais e planejadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), envolvendo a elaboração normativa e a participação institucional.

O **primeiro passo ocorreu em julho de 2021**, quando foi instituída a **Comissão de Uniforme e Identidade Institucional** (Resolução Sejusp MG nº175/2021), incumbida de elaborar a proposta do regulamento que definiria os modelos, características e padrões visuais dos uniformes. Essa comissão teve como objetivo garantir que o novo vestuário atendesse às demandas específicas do trabalho socioeducativo, promovendo segurança, padronização e identidade profissional.

Na sequência, após estudos técnicos e discussão sobre os critérios e especificações, foi publicada a **Resolução Sejusp MG nº 335, de 2 de dezembro de 2021**, que oficializou a regulamentação dos uniformes.

Essa norma estabeleceu os modelos de uso obrigatório, incluindo definições sobre peças, insígnias, cores, formas de identificação e condições gerais de uso.

Posteriormente, em 23 de agosto de 2022, ocorreu a atualização de parte das disposições originais, por meio da Resolução Sejusp MG nº 660/2022, que revisou anexos da resolução anterior com ajustes de detalhes e orientações complementares. Essa atualização reforçou o compromisso da administração com o aperfeiçoamento constante das normas, contemplando aspectos técnicos e demandas identificadas após a regulamentação inicial.

Por fim, configurou-se a obrigatoriedade de uso de camiseta operacional preta contendo identificação profissional e tipo sanguíneo, com prazo estipulado para adequação. Essa determinação reforçou o caráter padronizado e funcional do uniforme como instrumento de organização do serviço, segurança individual e identificação institucional.



Dessa forma, o lançamento do uniforme dos agentes de segurança socioeducativos se consolidou como um processo gradual, fundamentado em estudo técnico, regulamentação clara e aprimoramentos sucessivos, assegurando transparência e qualidade à política de padronização visual da categoria.

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.5 Identidade institucional

A padronização e a adoção de uniformes oficiais para os servidores do sistema penitenciário e do sistema socioeducativo representam medidas de grande importância, que transcendem aspectos meramente estéticos. Essas iniciativas fortalecem a identidade institucional, aprimoram a disciplina organizacional e projetam uma imagem de profissionalismo perante a sociedade.

No âmbito do sistema penitenciário, os uniformes são símbolos que reforçam a autoridade legal do policial penal, tornando a atuação mais segura e coerente com o dever de custódia e execução penal. O uso padronizado das vestimentas contribui para reduzir ambiguidades no ambiente prisional, permitindo que internos, visitantes e demais servidores reconheçam imediatamente a função de cada profissional, o que facilita a comunicação e previne situações de risco. Além disso, o uniforme transmite seriedade e respeito à função pública, fortalecendo a legitimidade do trabalho policial penal e a confiança social no sistema.

No sistema socioeducativo, a adoção de uniformes também exerce papel relevante. Agentes de segurança socioeducativos lidam diariamente com jovens e adolescentes em processo de responsabilização, em ambientes que exigem autoridade equilibrada com o compromisso pedagógico.

A padronização ajuda a estabelecer limites claros, organizando visualmente o ambiente institucional e sinalizando aos jovens e adolescentes que estão sob acompanhamento técnico e especializado. O uniforme, aliado à postura ética, contribui para a promoção de respeito mútuo e para a valorização da figura do servidor como referência de disciplina, orientação e cuidado. Outro aspecto relevante diz respeito à padronização dos materiais e da qualidade do vestuário. Ao estabelecer normas claras sobre os modelos, cores, insígnias e equipamentos, a administração pública garante que todos os servidores disponham de uniforme adequado, confortável e condizente com as exigências operacionais. Essa medida evita desigualdades no provimento de materiais, assegura identidade visual única em todo o território estadual e facilita processos de fiscalização e controle.

Por fim, é importante destacar que a implementação dos uniformes resulta de um processo planejado, que envolveu a escuta das categorias profissionais, a elaboração de regulamentos, etapas de consulta, votação participativa, aquisição transparente e distribuição organizada. Trata-se, portanto, de um feito de gestão pública, que alia legalidade, planejamento e compromisso com a valorização dos servidores, reforçando a credibilidade institucional e a eficiência do serviço prestado à população mineira.



2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.5 Identidade institucional: uniforme dos Policiais Penais

O processo de definição e adoção dos novos uniformes da Polícia Penal de Minas Gerais foi construído a partir de um conjunto de medidas organizadas, que envolveram participação dos servidores, estudos técnicos e procedimentos administrativos conduzidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

A primeira etapa ocorreu em abril de 2021, quando foi aberta uma consulta participativa para que os próprios policiais penais pudessem votar nos modelos de uniforme. A ação teve como objetivo valorizar a escuta da base, promovendo envolvimento direto da categoria na escolha das peças que representariam sua identidade funcional. Esse processo também incluiu agentes de segurança socioeducativos, considerando a necessidade de padronização nos dois sistemas.

A partir do resultado da votação, iniciou-se a fase de regulamentação e planejamento técnico, com definição dos modelos oficiais que comporiam os trajes da Polícia Penal. Os uniformes foram divididos em categorias como operacional, administrativo, de educação física e de gala, cada um com finalidades específicas, alinhados às exigências das atividades desenvolvidas em diferentes contextos da segurança penitenciária.

A formalização dos padrões visuais incluiu também orientações sobre uso adequado, padronização de insígnias, brasões, nomes e identificação funcional, reforçando a imagem institucional da Polícia Penal.

A adoção dos novos uniformes foi efetivada, marcando o início da sua adoção oficial pelos servidores em todo o estado. A medida simbolizou o fortalecimento da identidade da Polícia Penal, recentemente institucionalizada como força autônoma dentro do sistema de segurança pública mineiro.



Todo esse processo evidenciou o compromisso da gestão com a valorização dos servidores, a padronização institucional e a transparência administrativa.

A construção dos novos uniformes da Polícia Penal se consolidou, assim, como **um marco de organização, participação e modernização da política penitenciária em Minas Gerais**.

2.5 VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

2.5.6 Ajuda de custo para servidores

Valorização dos Servidores por Meio da Concessão de **Ajuda de Custo**

No âmbito da valorização profissional e busca por melhoria contínua das condições de trabalho, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) teve papel central na implementação de uma medida inédita de apoio econômico aos integrantes das forças de segurança e aos servidores que atuam nas unidades prisionais, socioeducativas e no Comando de Operações Especiais.

Em março de 2025, o Governo de Minas Gerais, em estreita articulação com a SEJUSP, anunciou a concessão de ajuda de custo para despesas com alimentação, voltada a policiais militares e civis, bombeiros militares, policiais penais e servidores da Secretaria em efetivo exercício. Essa iniciativa representa um avanço significativo no reconhecimento das demandas operacionais e das particularidades do trabalho desenvolvido por esses profissionais, contribuindo diretamente para a sua valorização funcional e melhoria da qualidade de vida.

A ajuda de custo — de natureza indenizatória — foi instituída com pagamento mensal proporcional aos dias trabalhados, tendo início com o valor de R$ 50 por dia, contabilizado na folha de pagamento de abril de 2025. Está prevista, ainda, a inclusão de uma parcela adicional de R$ 25 por dia, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas, o que reforça a cultura de desempenho e desenvolvimento profissional no serviço público.

Segundo estimativas, essa ajuda de custo pode representar uma **valorização imediata de até 23% na remuneração** dos policiais da base das forças de segurança, podendo alcançar até 34% com a inclusão da parcela extra. Essa medida contribuiu para reduzir, de forma concreta, a pressão do custo de vida sobre o salário-base desses profissionais, diminuindo a relação entre custo de vida e remuneração de 75% para 63%

O processo de implementação da ajuda de custo contou com esforço conjunto da SEJUSP na interlocução com as instâncias de gestão e com o Governo do Estado, destacando o compromisso institucional com a promoção de condições de trabalho mais dignas e compatíveis com os desafios enfrentados no cotidiano das atividades operacionais e administrativas.

Essa iniciativa reflete a estratégia da SEJUSP de combinar políticas de reconhecimento profissional com mecanismos de incentivo ao desempenho, alinhando interesses de bem-estar dos servidores com os objetivos institucionais de aumento de eficácia e eficiência no serviço público de segurança.

Impacto positivo imediato de até 23% no salário de servidores da base das Forças de Segurança.





3 RESULTADOS E IMPACTOS CONCRETOS

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

De acordo com os Indicadores de Segurança Pública de Minas Gerais de 2025, divulgados pelo **Observatório de Segurança Pública da Sejusp MG**, o estado de Minas apresentou uma queda significativa de **31,5%** nos **crimes violentos*** em comparação a 2021. O total de ocorrências **caiu de 37.957**, em **2021**, para **25.972**, em **2025**, consolidando a tendência de redução e reforçando a eficácia das estratégias adotadas ao longo dos últimos anos.

2021

Em 2021, Minas Gerais fechou o ano com uma expressiva **redução de 20%** nos crimes violentos em comparação a 2020. Foram 37.957 ocorrências registradas de janeiro a dezembro, contra 47.496 no mesmo período do ano anterior — uma diferença de **9.539 casos**. A tendência de queda é ainda mais impressionante quando analisamos os anos anteriores. Em 2019, o estado contabilizou 70.404 crimes violentos. Já em 2018, esse número foi de 95.882.

Ou seja, comparado aos anos de 2019 e 2021, Minas conseguiu reduzir quase pela metade o índice de criminalidade violenta. Já em relação a 2018, a queda foi ainda mais significativa em comparação a 2021, atingindo 60,4% de redução, o que destaca os avanços na segurança pública e evidencia o impacto positivo das políticas adotadas.

2022

Minas Gerais manteve a tendência de queda nos crimes violentos em 2022. Em comparação com o ano de 2021, o número de crimes violentos caiu de 37.957, em 2021, para 36.938, em 2022. Essa queda representa uma redução de aproximadamente 2,7%, o que equivale a 1.019 ocorrências violentas a menos em todo o estado ao longo do ano.

Em relação a 2020, quando foram registrados 47.369 crimes violentos, a queda comparada a 2022 foi de aproximadamente 22,0%, representando 10.431 ocorrências a menos. Já em relação a 2019, ano em que foram registrados 70.404 casos, a redução foi de cerca de 47,5%, o equivalente a 33.466 ocorrências a menos em todo o estado ao longo do ano.

Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 27/01/2026. Painel Interativo publicado em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

2023

No ano de 2023 foram contabilizados 32.645 casos, representando uma queda de aproximadamente 11,6% em comparação aos 36.938 registrados em 2022. Comparado a 2021, a queda foi de cerca de 14,0%,totalizando 5.312 ocorrências a menos. Em relação a 2020, houve uma redução de aproximadamente 31,1%, o que representa 14.724 ocorrências a menos em 2023.

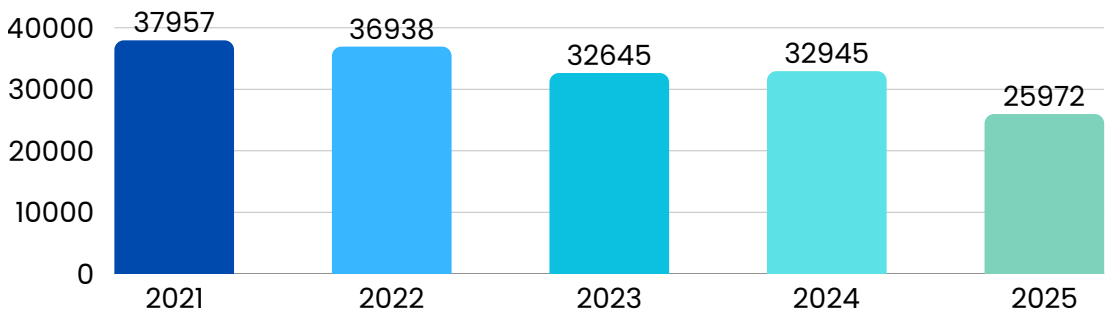
2024

Em 2024, o estado registrou 32.945 ocorrências de crimes violentos, o que representa um leve aumento em relação a 2023, quando o número foi de 32.645 — uma diferença de 300 registros. No entanto, comparado a 2022, quando foram registrados 36.938 crimes, houve uma redução de 3.993 ocorrências, ou seja, uma queda de aproximadamente 10,8%. Já em relação a 2021, com 37.957 ocorrências, o número de crimes violentos em 2024 foi 5.012 a menos, o que resulta em uma diminuição de cerca de 13,2%.

2025

Em 2025, o estado registrou 25.972 ocorrências de crimes violentos, o que representa uma redução expressiva de 11.985 registros em relação a 2021, correspondente a uma queda de aproximadamente 31,6%. Em relação a 2024, quando o número foi de 32.945, observa-se uma diminuição de 6.973 ocorrências. Já na comparação com 2023, ano em que foram contabilizados 32.645 registros, a redução foi de 6.673 casos, o que equivale a uma queda de cerca de 20,4%. Por fim, em relação a 2022, quando foram registrados 36.938 crimes violentos, houve uma diminuição de 10.966 ocorrências, correspondente a uma redução aproximada de 29,7%.

Gráfico 18 - Taxa de crimes violentos | Evolução do quinquênio



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 27/01/2026. Painel Interativo publicado em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS

REGISTRO DE **CRIMES VIOLENTOS***

QUEDA DE **31,5%** nas ocorrências entre 2021 e 2025

Redução de **11.985 ocorrências** em 2025 em relação a 2021

*O indicador de Crimes Violentos é composto pela soma dos registros dos seguintes crimes: estupro consumado, estupro de vulnerável consumado, estupro de vulnerável tentado, estupro tentado, extorsão consumada, extorsão tentada, extorsão mediante sequestro consumado, homicídio tentado, roubo consumado, roubo tentado, sequestro e cárcere privado consumado, sequestro e cárcere privado tentado e homicídio consumado.

REDUÇÃO **DA CRIMINALIDADE**

CRIMES DE **EXPLOSÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS**

REDUÇÃO DE

80% nas ocorrências entre 2021 a 2024

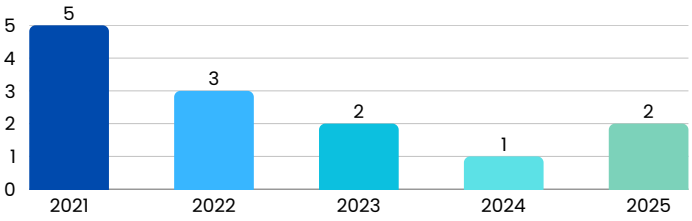
Apenas 1 ocorrência em 2024

REDUÇÃO DE

60% nas ocorrências entre 2021 a 2025

Apenas 2 ocorrências em 2025

Gráfico 19 – Números de crimes de explosão de caixas eletrônicos



Fonte : Informações prestadas pela Subsecretaria de Integração da Segurança Pública (SUINT) em novembro de 2025 (130722142).

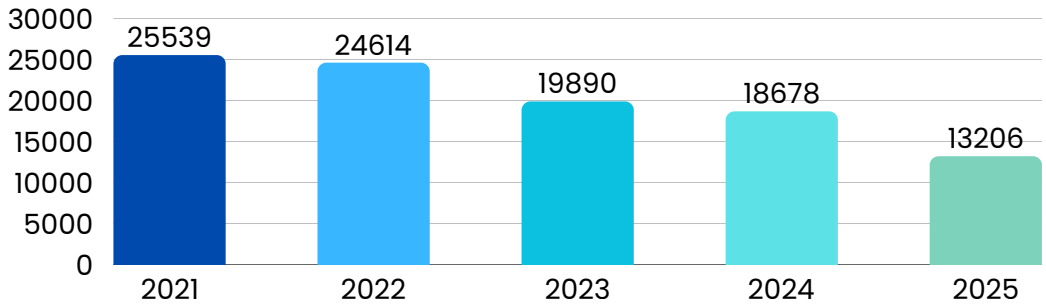


"Isso é resultado do comprometimento das nossas forças de segurança, empenhadas em combater os criminosos e garantir que Minas Gerais permaneça sendo um dos estados mais seguros do Brasil", destacou o vice-governador Mateus Simões.

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

Entre 2021 e 2025, houve uma redução significativa nos **registros de roubo consumado em Minas Gerais**. A queda foi de 12.333 casos, o que representa uma diminuição percentual de aproximadamente **48,2%** no período analisado.

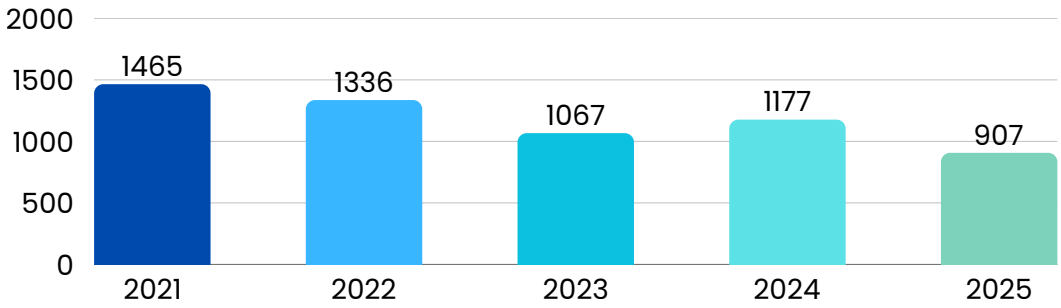
Gráfico 20– Registros de roubo consumado por ano - MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 27/01/2026. Painel Interativo publicado em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

Em relação aos roubos tentados, entre os anos de 2021 e 2025, Minas Gerais apresentou uma redução de 558 casos, o que corresponde a uma **queda de 38% nos registros de roubo tentado**, reforçando a tendência de queda nos indicadores criminais do estado.

Gráfico 21 - Registros de Roubo Tentado por Ano - MG



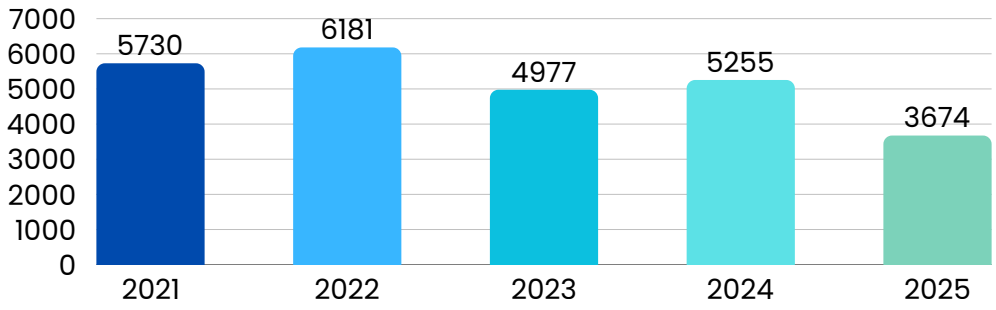
Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 27/01/2026. Painel Interativo publicado em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

MINAS GERAIS – RESULTADOS ALCANÇADOS

No comparativo entre 2021 e 2025, Minas Gerais registrou uma **redução de 2.056 veículos roubados**, equivalente a uma queda de **35,9% no período**.

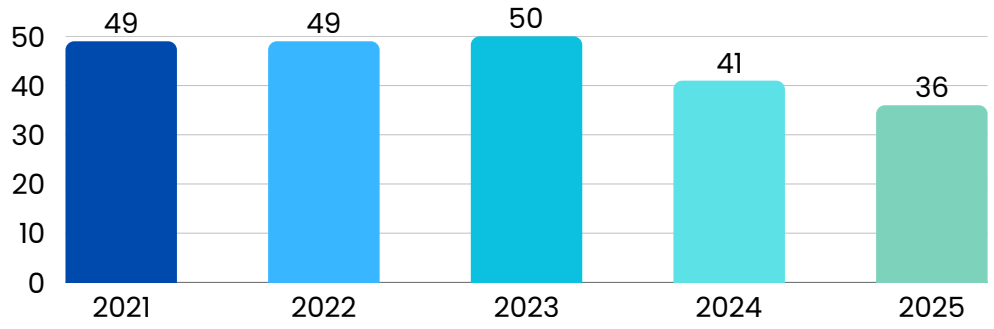
Gráfico 22 – Veículos Roubados por Ano – MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais. Dados extraídos em 27/01/2026. Dados em Tabela Dinâmica publicados em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

Entre 2021 e 2025, Minas Gerais apresentou uma redução de **13** casos em registros de extorsão mediante sequestro consumado, o que corresponde a uma diminuição percentual de aproximadamente **26,5%**.

Gráfico 23 - Extorsão mediante sequestro consumado por ano - MG



Fonte: Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais Dados extraídos em 27/01/2026. Painel Interativo publicado em https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/transparencia/dados-abertos

3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

RESULTADOS ALCANÇADOS – REDUÇÃO DOS HOMICÍDIOS NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIAS DAS UPCs



Em 2021, as áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) registraram uma expressiva **redução de 24,7% nos homicídios**, em comparação com o mesmo período de 2020. Na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos), a diminuição foi de 14,9% no mesmo período.**

No ano seguinte, 2022, a redução dos homicídios nas áreas das UPCs foi de 2% em relação a 2021. Já na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos), a queda foi ainda mais acentuada, alcançando 18,8%**, demonstrando a efetividade das ações voltadas para esse público.

Em 2023, comparado ao ano anterior, houve redução nos homicídios na faixa etária do **Programa Fica Vivo! (12 a 24 anos) nas áreas de abrangência das UPC, desta vez de 9,4%,** reforçando a tendência de queda contínua da violência entre os jovens nessas regiões.

Em 2025, em comparação com 2024, houve redução de **40% nos homicídios entre jovens de 12 a 24 anos nas áreas de abrangência das UPC**, evidenciando a eficácia das ações do Programa Fica Vivo! e seus impactos positivos na segurança da população jovem.



3.1 Redução da criminalidade em Minas Gerais

PROTEJA MINAS

O Proteja Minas constitui uma iniciativa estratégica do Governo de Minas Gerais no âmbito da Política de Prevenção Social à Criminalidade, voltada à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Trata-se de um programa inovador, que fortalece o papel da Política de Prevenção Social à Criminalidade, ampliando a capacidade de resposta do Estado frente a um fenômeno complexo, multicausal e historicamente persistente, em consonância com os compromissos institucionais de promoção dos direitos humanos, da equidade de gênero e da redução da violência contra mulheres e meninas.

Iniciado em 2025, no município de Ubá, território piloto da iniciativa, o Programa já apresenta resultados relevantes. No que se refere aos crimes letais contra mulheres, Ubá registrou redução expressiva nos indicadores de feminicídio, passando do **1º para o 7º lugar no ranking** estadual de taxas no período de um ano de atuação do Proteja Minas, na comparação entre as taxas de 2024 e 2025, considerando municípios com mais de 100 mil habitantes.

Além disso, no mesmo período, observou-se **redução de 5,51% nos registros de violência doméstica** em Ubá. Quanto aos crimes letais e tentados contra mulheres, houve **redução de 33,3%** nos casos de feminicídio consumado e queda ainda mais significativa, de **66,7%, nos casos de feminicídio tentado**, evidenciando o impacto positivo das ações integradas de prevenção, proteção e resposta promovidas pelo Proteja Minas.

O Proteja Minas também vem se destacando pelo atendimento direto às mulheres e pela mobilização comunitária. Desde o inicio desuas atividade foram realizados **130 atendimentos individuais**, tanto no interior da Unidade de Prevenção à Criminalidade quanto em atividades externas, assegurando acolhimento, orientação e encaminhamentos adequados. Ademais, foram desenvolvidas **50 ações coletivas, que alcançaram 1.422 pessoas**, com foco na prevenção da violência de gênero, na sensibilização da comunidade e no fortalecimento das redes locais de proteção, contribuindo para a ampliação do acesso à informação e para a construção de estratégias preventivas no território.



3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

CONFIABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS

A Comissão de Verificação do Sistema de Registro de Eventos de Defesa Social (Reds) foi instituída por meio da Portaria nº08, de 23/04/2021, com a finalidade de verificar entradas no Reds e a redação de 510 registros elaborados na 11ª Região Integrada de Segurança Pública (Risp), posteriormente encaminhados à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para análise.

RESULTADO DA ANÁLISE DE

840 REDS:

Ausência de intencionalidade no erro ou manipulação de estatísticas criminais:

92,6% Natureza principal cadastrada de acordo com os fatos descritos no histórico

7,4% Distribuição homogênea entre as naturezas classificadas



3.1 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

PROGRAMA **PROCURA-SE**

No ano de 2021, foi divulgada a **5ª edição** da lista "Procura-se", um programa da Sejusp MG, coordenado pela Agência Central de Inteligência e em parceria com as demais Forças de Segurança do estado e o Ministério Público, voltado à identificação e captura de foragidos da justiça considerados prioritários. Nesta edição, foram definidos **21 alvos** como foco das ações. Ao final do período, **14 desses alvos haviam sido capturados**, o que representa uma taxa de sucesso de **66,67%**.

Em agosto de 2023, foi lançada a **6ª edição**, na qual foram incluídos 12 criminosos considerados prioritários, todos com mandados de prisão em aberto e histórico de envolvimento em crimes graves, como homicídios, roubos e tráfico de drogas. Ao longo das ações, **10 alvos da lista foram neutralizados** (8 presos e 2 óbitos em confrontos), o que corresponde à **taxa de 83,3%**. Esse resultado reflete a efetividade das ações realizadas e o comprometimento das forças de segurança pública em promover a justiça e a segurança da população.

A seleção dos alvos foi realizada com base em deliberação técnica do Sistema Estadual de Inteligência em Segurança Pública, priorizando indivíduos com maior impacto para a segurança pública. Parte dos foragidos também tem ligação com crimes de alta complexidade, como explosões de caixas eletrônicos e assaltos a instituições bancárias e financeiras.

A atuação integrada dos órgãos de segurança pública — Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, Sistema Socioeducativo, Ministério Público e Tribunal de Justiça — visa não apenas a prisão dos alvos, mas também inibir sua circulação por meio da ampla divulgação dos cartazes físicos e virtuais.

O "Procura-se" reafirma o compromisso do estado com a inteligência, integração e resposta rápida no combate à criminalidade, promovendo maior segurança à população mineira.



Fonte: Procura-se

3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

Entre 2021 e 2025, a Sejusp MG foi reconhecida por diversas iniciativas que aprimoraram a gestão e a eficiência dos serviços públicos. Os principais prêmios e reconhecimentos recebidos no período incluem:

1. Prêmio Inovação 2024 e Selo de Transformação Digital

O serviço Emergência MG, coordenado pela Sejusp MG, foi agraciado com o Prêmio Inovação 2024 e o Selo de Transformação Digital, promovidos pela Prodemge. A plataforma permite o acionamento das forças de segurança via internet, beneficiando milhões de mineiros e promovendo inclusão digital, especialmente para pessoas com deficiência auditiva (fonte: seguranca.mg.gov.br).

2. Prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública

Em novembro de 2024, a Sejusp MG realizou a cerimônia de entrega do Prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública, homenageando 30 profissionais de diversas instituições que contribuíram com ações integradas de segurança pública e prestaram serviços rele-vantes ao estado e à população mineira (fonte: seguranca.mg.gov.br).

3. Prêmio Destaques do Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG) 2024

A Sejusp MG foi reconhecida em várias modalidades do 5º Prêmio Destaques do Controle, promovido pela CGE-MG (fonte: cge.mg.gov.br). Na categoria "Governança e Controle", modalidade "Agente público destaque nas unidades descentralizadas", o servidor Ramon Diego de Carvalho, lotado na Controladoria Setorial da Sejusp MG, foi premiado (fonte: cge.mg.gov.br). Na modalidade "Controlador Destaque", o vencedor foi o Controlador Setorial da Sejusp MG, à época, Dr. Uriel Brandão de Rezende Alvim Segundo (fonte: cge.mg.gov.br). Na modalidade "Trabalho destaque", a iniciativa vencedora foi o "Guia de Boas Práticas nas Mídias/Redes Sociais", desenvolvida no âmbito da Controladoria Setorial da Sejusp MG (fonte: cge.mg.gov.br).

4. Prêmio Destaques da Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG) 2025

Homenagem: A Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública recebeu condecoração honrosa no 6º Prêmio Destaques do Controle, promovido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE). A iniciativa valoriza práticas de excelência no controle interno e na gestão pública. O reconhecimento reflete o empenho, a dedicação e a qualidade do trabalho desenvolvido pela equipe, reafirmando o compromisso com a integridade, a transparência e a melhoria contínua. Agente Público Destaque: Premiado Hudson Otorgantino dos Reis, Coordenador do Núcleo de Correição Administrativa.

O Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade foi indicado ao prêmio pelos seguintes trabalhos: Trabalho Destaque: Relatório Diagnóstico sobre a Avaliação de Riscos para Priorização dos Macroprocessos da Sejusp. Integridade e Transparência: Submenu "Integridade" do sítio institucional da Sejusp. Governança e Controle: Fortalecimento da Atuação Correcional e Gestão Estratégica da Corregedoria

5. Ranking de Competitividade dos estados 2024

Minas Gerais alcançou a 7ª posição no Ranking de Competitividade dos Estados 2024, destacando-se em pilares como Segurança Pública, Eficiência da Máquina Pública e Inovação. A Sejusp MG contribuiu significa-tivamente para esses resultados por meio da redução de crimes violentos e da modernização dos serviços de segurança *(fonte: desenvolvimento.mg.gov.br)*.

3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

O serviço Emergência MG, coordenado pela Sejusp MG, foi **vencedor do Prêmio Inovação 2024 e da terceira edição do Selo de Transformação Digital e Inovação**, promovido pela Prodemge. Atualmente, todos os mais de 20 milhões de habitantes dos 853 municípios do estado já podem contar com o Emergência MG, serviço que permite acionar as Forças de Segurança e enviar fotos, vídeos e a localização.

A Secretaria também se destacou no **7º Prêmio Inova, em 2022, ganhando o primeiro e o segundo lugares na categoria Ideias Inovadores Implementáveis**, com os projetos Família Presente e Liberdade em Ciclos, respectivamente.

Na categoria Iniciativas Implementadas de Sucesso — Inovação em Processos Organizacionais, foi conquistado o **segundo lugar com Módulo de Segurança Interna do e-SEG da PPMG**.

SAIU NA MÍDIA!

Como acessar?

- emergencia.mg.gov.br
- MG App (Play Store e App Store)
- Telegram (@EmergenciaMG)



3.2 RECONHECIMENTO E PREMIAÇÕES

SAIU NA MÍDIA!

RECONHECIMENTO PPP do Prisional

Em 2024, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG) de Minas Gerais recebeu a menção honrosa no Prêmio P3C | PPPs e Concessões, na categoria Melhor Gestão Pública de Projetos. O reconhecimento se deu pelo Acordo de Autocomposição, realizado entre a Sejusp MG/GPA, em relação à PPP Prisional. O Prêmio P3C é o principal evento multissetorial de PPPs e Concessões do País e tem por objetivo reconhecer governos, entidades, empresas, melhores práticas e profissionais atuantes no setor de infraestrutura. A autocomposição representa uma alternativa aos mecanismos tradicionais para resolução de disputas em contratos administrativos. Assim, as partes buscam solução por meio da negociação, mediação e conciliação, com a ajuda de terceiros imparciais.



3.3 RESULTADOS NA SEGURANÇA INTERNA

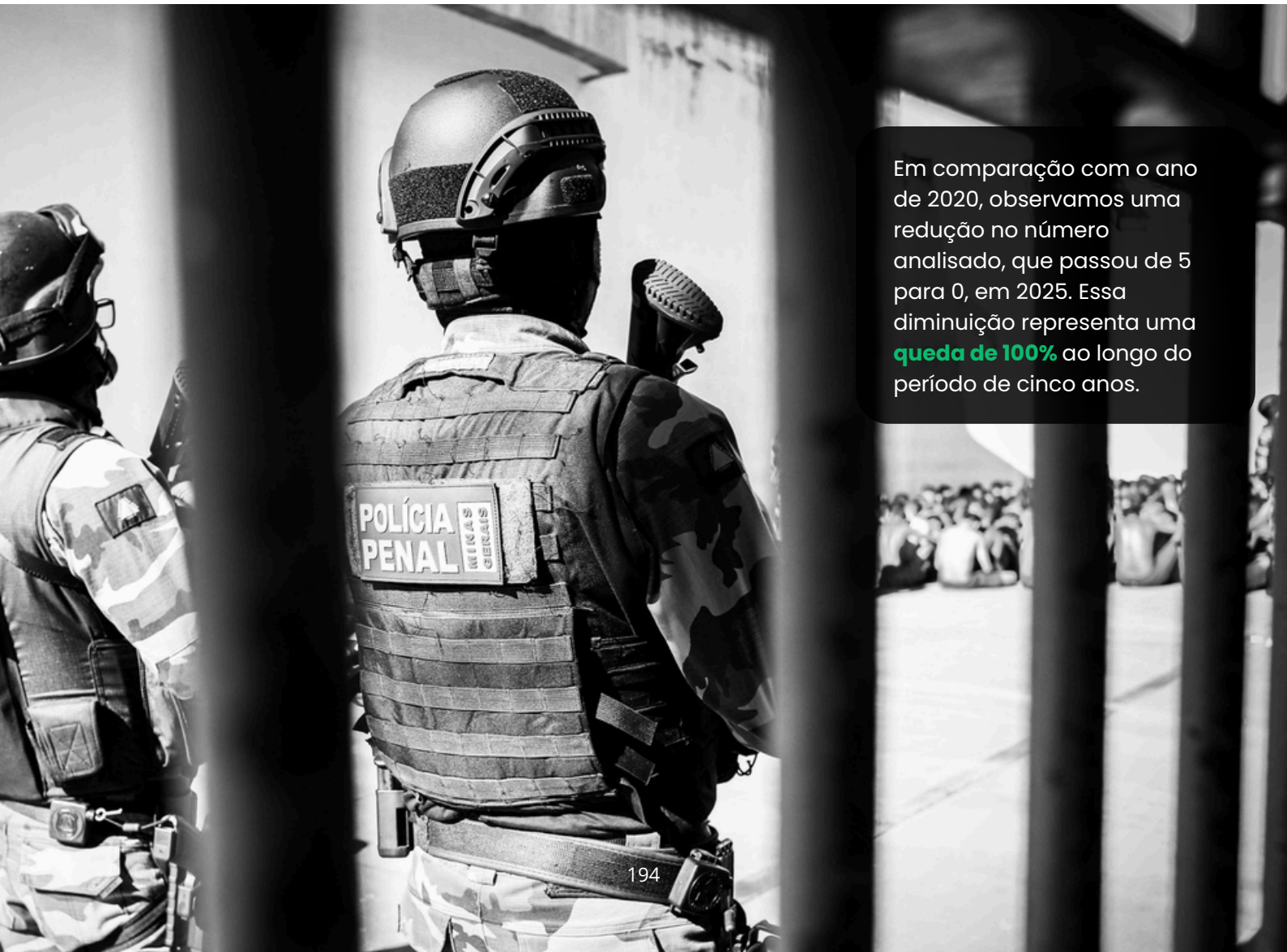
A Segurança das Unidades Prisionais

✓ Minas Gerais não registra **nenhuma rebelião*** desde o ano de 2019.

*Rebelião: evento iniciado como motim em que há perda parcial ou total da área de segurança da Unidade Prisional, havendo ou não reféns.

✓ No ano de 2025, **não foram registrados** eventos relativos a Motins*.

*Motim: evento coletivo de perturbação da rotina da Unidade Prisional, em que há adesão, proporcionalmente à população carcerária, de grande número de presos, bem como dano ao patrimônio público e uso de força desproporcional à rotineira.



Em comparação com o ano de 2020, observamos uma redução no número analisado, que passou de 5 para 0, em 2025. Essa diminuição representa uma **queda de 100%** ao longo do período de cinco anos.

3.3 RESULTADOS NA SEGURANÇA INTERNA

A Segurança das Unidades Prisionais

✓ RETIRADA DOS CIGARROS NAS UNIDADES PRISIONAIS

O protocolo de atuação para a retirada dos cigarros foi cuidadosamente planejado, sendo realizado de forma paulatina, objetivando minimizar eventuais impactos na segurança, bem como respeitando a legislação e os protocolos de saúde. As unidades de pequeno porte e os Centros de Remanejamento (CERESP) deveriam concluir a retirada até 31/07/2024, enquanto as unidades de médio e grande porte tinham o prazo até 31/08/2024.

No que tange aos registros de ocorrências, até a data da retirada total dos cigarros, houve três movimentos isolados de subversão à ordem nas unidades prisionais relacionadas ao consumo de cigarros, os quais foram prontamente contidos e não trouxeram impacto na rotina a nível estadual. Após a remoção completa, não foi registrado nenhum incidente de subversão semelhante, indicando a eficácia da medida em melhorar a segurança nas unidades.

Além das ações relacionadas à retirada dos cigarros, foram implementados projetos educacionais, como a distribuição de panfletos e palestras contra o tabagismo, em diversas unidades prisionais do estado.

Conclui-se que a retirada dos cigarros das unidades prisionais mineiras representa uma conquista tanto para a segurança quanto para a saúde do sistema penitenciário. A mudança foi fundamental para eliminar os riscos de subversões e comportamentos destrutivos relacionados ao tabaco e garantiu que as unidades carcerárias estivessem em conformidade com as leis nacionais e estaduais, além de proporcionar melhorias substanciais na qualidade de vida de todos os envolvidos.



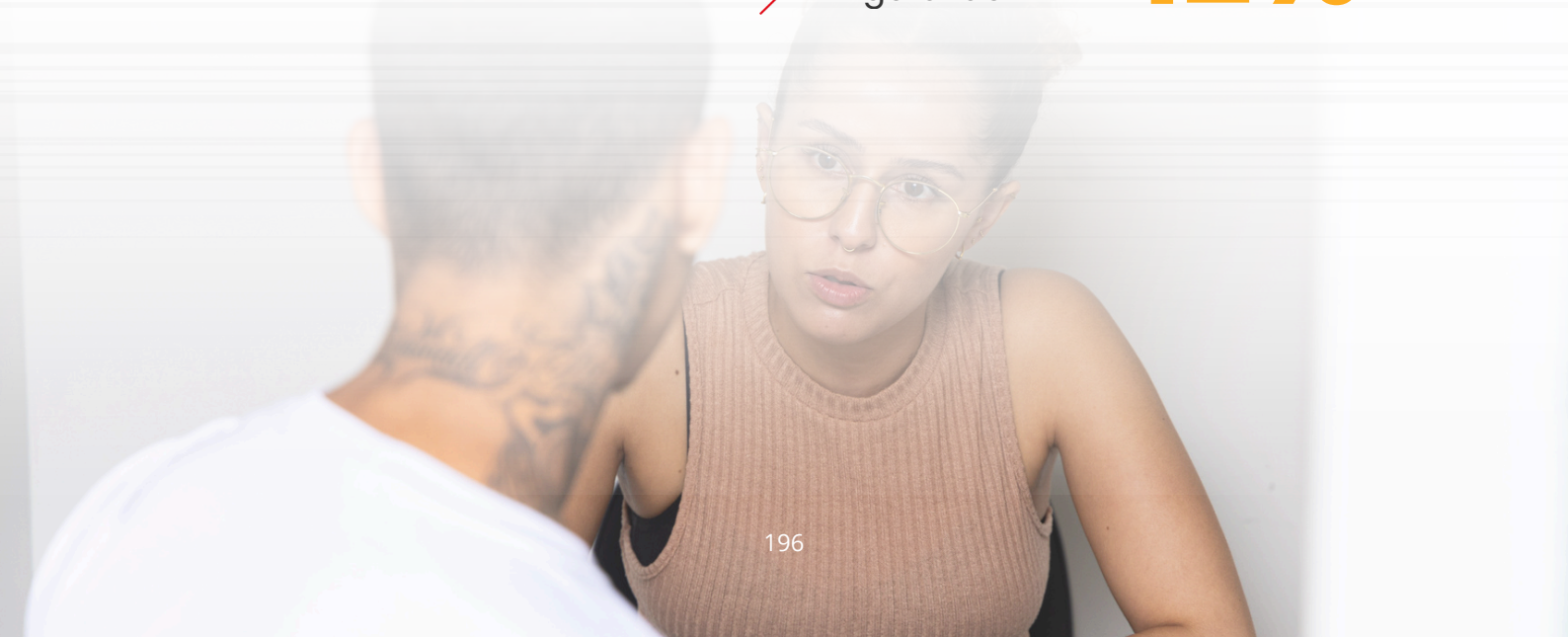
3.4 RESULTADOS SUASEPLAN

No modelo de gestão direta, a Administração Pública é a responsável pela execução integral da medida socioeducativa, estabelecendo as diretrizes metodológicas, o monitoramento e avaliação da execução da medida socio-educativa, garantindo a integralidade dos recursos humanos, insumos e equipamentos necessários ao funcionamento das unidades.

Gestão Direta 2021-2025					
Área	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino	71%	83%	89%	90%	92%
Atendimento e Oficinas de Saúde	76%	73%	77%	84%	86%
Atendimento Técnico	53%	60%	61%	70%	68%
Esporte e Cultura	68%	75%	73%	75%	79%
Profissionalização	45%	44%	57%	63%	53%
Família	69%	76%	78%	74%	74%
Índice PIA	66%	60%	59%	63%	53%
MÉDIA	**64%**	**67%**	**70%**	**74%**	**72%**

***Comparação entre os anos de 2021 e 2025**

Evolução geral de **+12%**



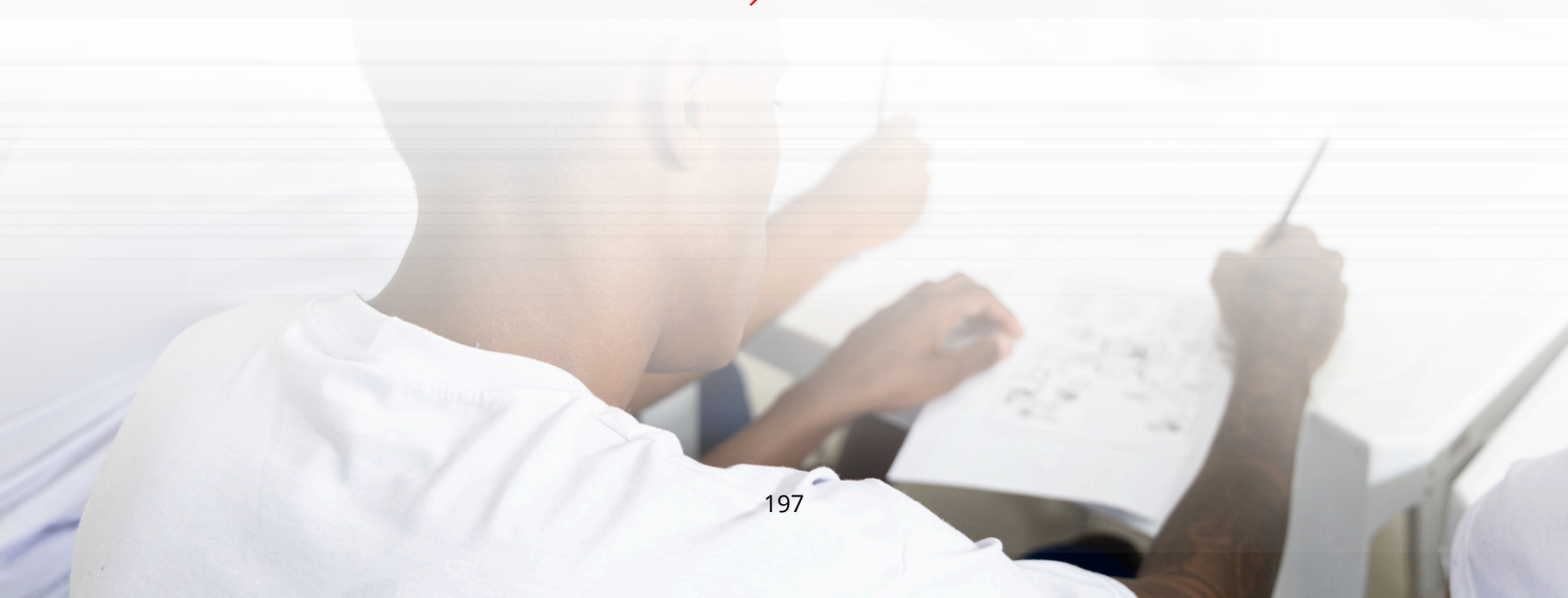
Índices SUASEPlan – Gestão Cogestão

Nesse modelo a gestão é realizada em parceria com entidades privadas sem fins lucrativos, no qual a Administração Pública é a responsável pelas diretrizes metodológicas, pelo monitoramento e pela avaliação da medida socioeducativa, com descentralização da execução para a entidade privada sem finalidade lucrativa. Obs: a cogestão das Casas de Semiliberdade em 2024 migrou do instrumento jurídico Termo de Colaboração para o Contrato de Gestão.

Contrato de Gestão 2021-2025					
Área	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino	81%	90%	94%	95%	91%
Atendimento e Oficinas de	90%	94%	94%	96%	95%
Atendimento Técnico	82%	93%	95%	95%	95%
Esporte e Cultura	77%	92%	94%	95%	96%
Profissionalização	68%	86%	91%	93%	89%
Família	79%	93%	97%	98%	96%
Índice PIA	60%	78%	88%	96%	94%
MÉDIA	**77%**	**89%**	**93%**	**95%**	**94%**

***Comparação entre os anos de 2021 e 2025.**

Evolução geral de **+17%**



3.4 RESULTADOS SUASEPLAN

Com a migração das Casas de Semiliberdade, em 2024, para o Contrato de Gestão, somente permaneceu a Frutal, como o único Termo de Colaboração restante na Suase.

Termo de Colaboração 2021-2025					
Área	2021	2022	2023	2024	2025
Ensino	90%	87%	91%	99%	97%
Atendimento e Oficinas de Saúde	87%	88%	93%	99%	96%
Atendimento Técnico	89%	89%	90%	99%	96%
Esporte e Cultura	86%	90%	92%	99%	98%
Profissionalização	85%	84%	93%	98%	98%
Família	81%	89%	93%	99%	98%
Índice PIA	88%	83%	88%	100%	99%
MÉDIA	**87%**	**87%**	**91%**	**99%**	**97%**

***Comparação entre os anos de 2021 e 2025.**

Evolução geral de **+10%**



3.4 RESULTADOS SUASEPLAN

Entre os anos de 2021 e 2025, foram realizadas **9.694 audiências virtuais** no âmbito do sistema socioeducativo, consolidando o uso da tecnologia como ferramenta de acesso à justiça e celeridade processual.

Durante esse período, todas as Unidades Socioeducativas do estado foram 100% equipadas com infraestrutura adequada para a realização de videoconferências, incluindo recursos de conectividade, equipamentos de áudio e vídeo, e espaços apropriados para garantir a segurança, a privacidade e a dignidade dos jovens e adolescentes em cumprimento de medida.

A ampliação e consolidação das audiências virtuais representam um avanço significativo na modernização do sistema socioeducativo, permitindo maior integração entre o Judiciário e as unidades, otimizando recursos logísticos e promovendo maior eficiência no andamento dos processos.



SEJUSP / Divulgação

AUDIÊNCIAS VIRTUAIS

9.694
AUDIÊNCIAS REALIZADAS
*Entre 2021-2025.

100% das Unidades Socioeducativas foram equipadas com estrutura para realização de videoconferência.

3.5 DISQUE-DENÚNCIA UNIFICADO (DDU)

O Disque Denúncia Unificado de Minas Gerais tem se consolidado como um dos importantes instrumentos de participação cidadã e apoio à segurança pública no estado. Por meio do número **181**, temos garantido à população um canal seguro, anônimo e acessível para denunciar práticas criminosas e colaborar com as forças de segurança de forma responsável e eficaz.

	2021	2022	2023	2024	2025	QUINQUÊNIO
CHAMADAS ATENDIDAS	387.114	303.350	312.379	308.626	309.392	**1.620.861**
DENÚNCIAS GERADAS	68.083	62.815	79.704	79.190	79.930	**369.722**

Os números refletem essa confiança crescente da sociedade no serviço: somente no último quinquênio, entre 2021 e 2025, o DDU atendeu **mais de 1,6 milhão** de chamadas. Foram 387.114 registros em 2021, 303.350 em 2022, 312.379 em 2023, 308.626 em 2024 e 309.392 em 2025. Desse total, resultaram 68.083 denúncias formalmente geradas em 2021, 62.815 em 2022, 79.704 em 2023, 79.190 em 2024 e 79.930 em 2025 — somando no total 369.722 denúncias em cinco anos. Esses dados evidenciam não apenas a estabilidade e a relevância do canal, mas também a confiança da população na ferramenta e a efetividade do seu uso.

veja o histórico do DDU



3.6 CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO E DESPACHO (CIAD)

O Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD) é uma unidade estratégica e inovadora, projetada para **otimizar as operações de segurança e emergência**. Em um único espaço físico e organizacional, o CIAD integra as forças essenciais de proteção e atendimento da nossa sociedade: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Centralizando as comunicações realizadas pelos números de emergência 190, 197 e 193, o CIAD proporciona um atendimento mais ágil e eficiente, garantindo respostas rápidas em momentos de urgência.

A excelência do CIAD é comprovada pelos números: em 2021, foram atendidas 4.089.557 demandas, com um nível de serviço de 94,78%.

Em 2022, o volume de atendimentos aumentou para 4.165.902, elevando o nível de serviço para 96,80%. O crescimento continuou em 2023, com 4.475.507 ligações atendidas e um impressionante índice de 98,06% de satisfação. Finalmente, em 2024, foram registradas 4.206.839 chamadas, mantendo a **consistência e a alta qualidade do serviço**. No total, no quinquênio 2021–2025, o CIAD atendeu **21.248.043 ligações**, com um nível médio de serviço de 96,05%.

Com uma trajetória de crescimento constante, o CIAD se consolida como referência em atendimento rápido, eficaz e de alta qualidade, sempre pronto para proteger e servir a população com o máximo de eficiência.

	2021	2022	2023	2024	2025	QUINQUÊNIO
CHAMADAS ATENDIDAS	4.089.557	4.165.902	4.475.507	4.206.839	4.310.238	**21.248.043**
NÍVEL DE SERVIÇO*	94,78%	96,80%	98,06%	96,57%	94,0%	**96,05%**

*O nível de serviço se refere ao percentual de ligações atendidas em até 10 segundos de aguardo do solicitante.

veja o histórico do CIAD



3.7 CORREIÇÃO DISCIPLINAR E PREVENÇÃO

Processos administrativos: Instaurados x Concluídos

No período de 2021 a 2025, o Núcleo de Correição Administrativa (NUCAD) da Controladoria Setorial (CSET da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) proferiu 6.837 decisões administrativas no total, evidenciando sua capacidade operacional e a consolidação de fluxos decisórios regulares.

DECISÕES POR PROCESSADOS	2021	2022	2023	2024	2025	Total
TOTAL	**550**	**1268**	**1801**	**1545**	**1673**	**6837**

Fonte: Controles internos Apoio Administrativo/NUCAD/CSET/SEJUSP - Publicações no Diário Oficial Minas Gerais.

- No referido quinquênio, foram instaurados 3.279 processos administrativos e concluídos 3.446, ou seja, o número de expedientes encerrados superou o total de instaurações no mesmo período. Isso demonstra o esforço do NUCAD para manter o equilíbrio entre entrada, tramitação e encerramento dos expedientes disciplinares.

Processos Administrativos		
Ano	**Instaurados**	**Concluídos**
2021	653	286
2022	732	632
2023	568	867
2024	462	745
2025	864	916
TOTAL	3.279	3.446

Fonte: Controles internos Apoio Administrativo/NUCAD/CSET/SEJUSP - Publicações no Diário Oficial Minas Gerais.

Processos administrativos concluídos

Conforme o quadro acima em destaque, o ano de 2023 foi o primeiro da série histórica em que foram concluídos mais processos administrativos do que instaurados. A partir de então, nos anos seguintes, manteve-se o mesmo fluxo de expedientes e, consequentemente, o equilíbrio em relação à quantidade de processos existentes no acervo do núcleo.



3.7 CORREIÇÃO DISCIPLINAR E PREVENÇÃO

Orientação, prevenção e presença institucional

No período analisado, foram realizadas 231 ações pedagógicas, distribuídas entre seminários e visitas a unidades prisionais, socioeducativas, e de saúde que acolhem indivíduos privados de liberdade e adolescente em conflito com a leis, sob escoltada de Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos.

Destaques de 2025

No exercício de 2025, destacaram-se as seguintes ações estratégicas desenvolvidas pelo Nucad:

- Projeto Orientações às Unidades Prisionais – 69 servidores capacitados;
- Seminário em Ribeirão das Neves – 172 participantes;
- Ação Comportamento Legal – 63 unidades visitadas e 1.255 agentes orientados.

Observa-se crescimento expressivo a partir de 2023, com intensificação marcante em 2025, quando foram realizadas 151 ações, correspondendo a 65,4% de todas as atividades do quinquênio. Esse dado evidencia mudança estratégica de atuação, com foco na presença correcional, na orientação preventiva e na aproximação com as unidades operacionais do DEPEN e da SUASE.

As ações pedagógicas tiveram uma evolução considerável, refletindo um planejamento estratégico consistente e a priorização das ações de prevenção e orientação correcional.

• 2021–2022: Atuação pontual e concentrada (10 ações/ano).
• 2023–2024: Expansão gradual das atividades (27 e 33 ações).
• 2025: Salto significativo, com aumento de 357% em relação a 2024 e consolidação de um novo patamar operacional.

Defensores dativos

Entre 2022 e 2025, foram realizadas 1.427 atividades de defensoria dativa, assegurando defesa técnica para servidores revéis ou com hipossuficiência técnica e financeira.

Indicadores: 713 audiências / 714 defesas administrativas.

A designação de defensor dativo pela Administração Pública é essencial para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório nos processos administrativos disciplinares. Ao disponibilizar um defensor, a Administração assegura que o servidor processado receba assistência qualificada, contribuindo para a correta instrução do processo, a apresentação adequada de argumentos e provas, e a proteção de seus direitos individuais. Paralelamente, essa medida reforça a credibilidade e a transparência da Administração, evidenciando seu compromisso com a legalidade, a justiça e o respeito aos direitos do servidor.





4
CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

PRÓXIMOS PASSOS E CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

Foram concluídas etapas importantes no cumprimento do Plano Estratégico da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a gestão segue comprometida com a realização das ações planejadas, assegurando a consolidação dos avanços já alcançados.

A atuação no enfrentamento à criminalidade permanece como prioridade junto às ações de prevenção, num trabalho integrado com as forças de segurança do estado e demais entidades da defesa social, com a participação ativa da sociedade civil.

Paralelamente, mantém-se os esforços de ressocialização e recuperação da dignidade da pessoa privada de liberdade. A oferta de ensino formal e atividades socioculturais, além da busca pela ampliação de oportunidades de trabalho, visam sempre a reintegração social.

As iniciativas voltadas à valorização dos servidores, com foco na capacitação e no desenvolvimento contínuo, mantém-se como um dos eixos estratégicos junto ao cuidado com a saúde, atendimentos especializados, proteção contra assédio e campanhas informativas diversas.

A busca por recursos, essenciais para a realização da política de segurança pública, será mantida por meio de diversas iniciativas, com destaque ao portfólio de projetos para captação de recursos de emendas parlamentares.



4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

PRÓXIMOS PASSOS E CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

No Sistema Prisional, os esforços para ampliação do número de vagas e melhoria das já existentes, visando garantir condições adequadas para o cumprimento da pena e preparo para o regresso à vida em sociedade, seguem ininterruptamente. No âmbito do Sistema Socioeducativo, serão adotadas medidas para aumentar os índices de atendimento, assegurando maior efetividade nas ações voltadas aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas.

Os dados apresentados ao longo deste relatório quinquenal demonstram, inequivocamente, o aprimoramento das ações previstas no Plano Estratégico do órgão, evidenciando o compromisso de todos os níveis de gestão com o planejamento. Tais resultados não seriam alcançados com instrumentos estáticos de planejamento, mas, sim, tendo como premissa a adesão e o patrocínio do nível estratégico do órgão e, portanto, sendo fruto de intenso trabalho de monitoramento, cobrança por resultados e auxílio aos diversos níveis de gestão.

Como conclusão, têm-se os excelentes resultados qualitativos e quantitativos nas políticas públicas de competência da Sejusp MG, resultados estes, comprovados por meio deste Relatório Quinquenal 2021-2025.

As perspectivas futuras, ainda, se revelam muito positivas, na medida em que o órgão trilhou caminhos que permitem, frente os acordos e parcerias firmados, a dramática ampliação de recursos, incluindo recursos financeiros, para que haja os investimentos necessários ao aprimo-ramento de políticas basilares da Segurança Pública, o que, com a experiência e a capaci-dade de execução do órgão, calcados no planejamento sólido, consubstanciado no planejamento estratégico, permitirão resultados excepcionais.



5
RESOLUÇÕES



RESOLUÇÕES

Resolução Conjunta 1, de 26/12/2024
Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022. Resolução Conjunta 4, de 09/10/2024 Dispõe sobre a atuação interinstitucional para prevenção á violência escolar.

Resolução Conjunta 4, de 09/10/2024
Dispõe sobre a atuação interinstitucional para prevenção á violência escolar.

Resolução Conjunta 5, de 26/12/2024
Constitui Comissão para o cumprimento das ações educacionais da rede pública estadual dentro das unidades prisionais (convencionais, de custódias alternativas, transitórias, médico penais e de demais classificações) do estado de Minas Gerais.

Resolução 1807, de 04/10/2024
Dispõe sobre a composição dos membros representantes da sociedade civil no colegiado do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead), disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024.

Resolução 1798, de 01/10/2024
Altera a Resolução Sejusp MG nº 1698, de 30 de novembro de 2023, que dispõe sobre a remoção de servidor público do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 1800, de 27/09/2024
Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. Resolução 1666, de 30/08/2024 Designa Encarregadas pelo Tratamento de Dados Pessoais na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução 1666, de 30/08/2024
Designa Encarregadas pelo Tratamento de Dados Pessoais na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Conjunta 10958, de 18/07/2024
Altera a Resolução Conjunta SEPLAG/PMMG/Sejusp MG/PCMG/CBMMG/GMG Nº 10.759, de 05 de junho de 2023, que institui o Comitê de Eficiência das Forças de Segurança no âmbito do Poder Executivo.

Resolução 1411, de 12/07/2024
Estabelece normas para o desenvolvimento de sistemas de informação no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, observando as legislações e boas práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Resolução 1271, de 21/06/2024
institui Grupo de Trabalho visando promover a implementação do disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e do Decreto Estadual nº 48.383, de 18 de março de 2022, que dispõe sobre a aplicação da referida Lei no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.

Portaria 7, de 30/04/2024
Designa servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para vinculação às atividades de integração do estado de Minas Gerais com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP.

Resolução 797, de 18/04/2024
Estabelece o Protocolo de Dimensionamento da Força de Trabalho como metodologia para o planejamento e gestão do quadro de servidores nas Unidades sob responsabilidade do Depen-MG e dá outras providências.

Portaria 6, de 03/04/2024
Institui o Protocolo de Atendimento e Acompanhamento aos Indivíduos Privados de Liberdade do Sistema Prisional de Minas Gerais nos Casos de Comportamento Suicida e dá outras providências.

Portaria 1, de 23/02/2024
Institui a Comissão de Conciliação, designa seus integrantes e o Agente Público de Referência, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Conjunta 2, de 18/12/2023
Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022.

Resolução 1773, de 15/12/2023
Cria o prêmio Mérito da Integração em Segurança Pública, institui o respectivo Conselho de Outorga, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, e dá outras providências.

Resolução 1677, de 28/11/2023
Dispõe sobre o uso de aparelho de "Body Scan" nos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução 1638, de 21/11/2023
Dispõe sobre a utilização do Sistema Painel SUASE como a plataforma de gestão de informações da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE.

Resolução 1624, de 16/11/2023
Dispõe sobre designação dos servidores responsáveis pelo monitoramento, manutenção e restabelecimento da regularidade fiscal, econômico-financeira e administrativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — Sejusp MG, Secretaria de Estado de Segurança Pública — SESP, do Fundo Estadual de Prevenção Fiscalização e Repressão de Entorpecente — FUNPREN, do Fundo Penitenciário Estadual — FUNPEN e do Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil — RFB, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN, Caixa Econômica Federal — CEF e entre outros entes federativos.

RESOLUÇÕES

Resolução 96, de 20/01/2025
Altera a redação do artigo 1º da Resolução SEJUSP nº 1964, de 07 de novembro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros representantes do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead), disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024 e pela Resolução Sejusp Nº 1.807, de 04 de outubro de 2024.

Resolução 154, de 15/01/2025
Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar os acordos de cooperação técnica celebrados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, no âmbito da Diretoria de Formação Educacional, Profissional, Esporte, Cultura e Lazer, da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo, com as organizações da sociedade civil.

Resolução 138, de 14/01/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 50, de 13/01/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº 1733, de 17 de setembro de 2024, para indicar novo membro suplente para composição do Grupo de Trabalho.

Resolução 6, de 02/01/2025
Altera a Resolução SEJUSP Nº 1976, de 12 de novembro de 2024, que dispõe sobre a delegação de competência às Diretorias Regionais do Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP para realização de dispensas de licitação em razão do valor, bem como procedimentos a serem observados nas contratações.

Resolução 306, de 06/03/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº 1733, de 17 de setembro de 2024, para indicar novo membro para composição do Grupo de Trabalho responsável por conduzir, em conjunto com a Diretoria Central de Auditorias em Programas e Gestão de Riscos da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais, a Avaliação Executiva de Programas na Política Pública do programa Associação de Apoio aos Condenados (APAC).

Resolução 300, de 28/02/2025
Altera a redação do artigo 2º da Resolução SEJUSP nº 1272, de 25 de junho de 2024 (SEI 91121684), que instituiu a Comissão Especial para realização de estudos preliminares e consultas técnicas e elaboração de Termo de Referência para contratação de Programa de Pesquisas dirigido à compreensão do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo em Minas Gerais, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

Portaria Conjunta 1, de 28/02/2025
Institui o Comitê de Políticas Penais no Estado de Minas Gerais, nos termos da decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 347 e dá outras providências.

Resolução 299, de 27/02/2025
Constitui a Comissão de Avaliação destinada à análise dos resultados alcançados no Contrato de Gestão nº 11/2024, celebrado em parceria com o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social.

Resolução 293, de 24/02/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº155, de 29 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a ordenação de despesas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, Fundo Estadual de Prevenção Fiscalização e Repressão de Entorpecente, Fundo Estadual de Segurança Pública e Fundo Penitenciário Estadual para o exercício de 2025, tendo em vista o PPAG 2024-2027.

Portaria 8, de 19/02/2025
Constitui comissão para orientar e normatizar a Gestão documental da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 250, de 14/02/2025
Institui a comissão de acompanhamento das polícas de prevenção ao suicídio no âmbito do sistema prisional de Minas Gerais.

Resolução 251, de 12/02/2025
Institui Comissão de Monitoramento e Avaliação destinada a monitorar e avaliar os acordos de cooperação técnica celebrados pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, no âmbito da Superintendência de Humanização do Atendimento, com as organizações da sociedade civil.

Resolução Conjunta 1, de 12/02/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para atuação como ordenador de despesa e responsáveis técnicos junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais - SIAFI/MG e no Portal de Compras MG no âmbito da unidade executora 1300465 do Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais - FPP-MG.

Resolução 178, de 04/02/2025
Delega competência para a prática dos atos no âmbito do sistema Ponto Digital.

Resolução Conjunta 11084, de 31/03/2025
Altera o Anexo II da Resolução Conjunta SEPLAG/SEJUSP nº 10.460, de 22 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a implementação do regime de teletrabalho, a que se refere o Decreto nº 48.275, de 24 de setembro de 2021, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 379, de 26/03/2025
Altera a redação do artigo 1º da Resolução SEJUSP nº 1964, de 07 de novembro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros representantes do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead), disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024 e pela Resolução Sejusp Nº 1.807, de 04 de outubro de 2024.

RESOLUÇÕES

Resolução 366, de 25/03/2025
Constitui a Comissão de Avaliação destinada à análise dos resultados alcançados no Contrato de Gestão nº 10/2023 e Contrato de Gestão nº 13/2024, celebrados com o Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas.

Resolução Conjunta 1, de 20/03/2025
Dispõe sobre alteração na composição dos membros do Conselho Consultivo do Complexo Penal - PPP para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das atribuições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09.

Resolução Conjunta 2, de 18/03/2025
Altera a redação do artigo 2º da Resolução Conjunta SEJUSP/PMMG/PCMG/CBMMG Nº 23, de 15 de setembro de 2023

Resolução 318, de 14/03/2025
Institui Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública composto por representantes de setores estratégicos para conduzir, o levantamento, mapeamento e desenho de todos os macroprocessos do Depen que deverão ser incorporados ao novo sistema SIGPRI v.2.0.

Resolução Conjunta 1, de 14/03/2025
Define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 49.006, de 12 de março de 2025, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

Resolução 317, de 07/03/2025
Altera a redação do artigo 1º da Resolução SEJUSP nº 1964, de 07 de novembro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros representantes do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead),disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024 e pela Resolução Sejusp Nº 1.807, de 04 de outubro de 2024.

Resolução 469, de 16/04/2025
Institui Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para composição do quadro funcional da carreira de Policial Penal.

Resolução 465, de 14/04/2025
Institui força-tarefa para auxiliar na instrução de processos administrativos disciplinares em tramitação no âmbito do Núcleo de Correição Administrativa da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Resolução 443, de 11/04/2025
Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

Resolução Conjunta 6, de 10/04/2025
Delegação de competência a Ordenadores de Despesa, Responsável Técnico e Operadores que atuaram junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI/MG) pela unidade executora 1260.086.

Resolução 432, de 09/04/2025
Dispõe sobre o Regimento Interno e Disciplinar da Academia Estadual de Segurança Pública, estabelecendo normas referentes ao corpo administrativo, ao corpo docente e discente, aos cursos, estágios e demais atividades acadêmicas do órgão.

Resolução 425, de 08/04/2025
Altera a redação do artigo 2º da Resolução SEJUSP nº 1272, de 25 de junho de 2024 (SEI 91121684), que instituiu a Comissão Especial para realização de estudos preliminares e consultas técnicas e elaboração de Termo de Referência para contratação de Programa de Pesquisas dirigido à compreensão do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo em Minas Gerais, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

Resolução Conjunta 11089, de 07/04/2025
Altera a Resolução Conjunta SEPLAG/SEJUSP nº 14 de 20 de junho de 2023.

Resolução 411, de 02/04/2025
Dispõe sobre alteração do prazo de duração do Grupo de trabalho regulamentado pela Resolução SEJUSP nº 2167, de 30 de dezembro de 2024, que institui Grupo de Trabalho para apoio na revisão dos parâmetros que regulamentam o procedimento de análise, aprovação e execução do Parâmetro Anual de Desempenho (PAD).

Resolução Conjunta 5, de 23/05/2025
Dispõe sobre alteração na composição dos membros do Conselho Consultivo do Complexo Penal - PPP para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das atribuições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09, constituída por meio da Resolução Conjunta SEJUSP/OGE/DPMG nº 02, de 27 de fevereiro de 2024.

Resolução 595, de 13/05/2025
Altera a Resolução Sejusp nº 802, de 06 de outubro de 2022, que dispõe sobre o programa de estágios obrigatórios não-remunerados no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP.

Resolução 594, de 13/05/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº 1597, de 07 de novembro de 2023, que institui a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão nº 02/2019 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP e o INSTITUTO ELO, qualificado como Organização Social-OS nos termos da Lei nº 23.081 de 2018, e dá outras providências.

Resolução 575, de 06/05/2025
Constitui a Comissão de Avaliação destinada à análise dos resultados alcançados no Contrato de Gestão nº 08/2021 e Contrato de Gestão nº 09/2023, celebrados com o Instituto Elo

Resolução 533, de 24/04/2025
.Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 532, de 22/04/2025
Constitui Comissão Especial de Licitação para a condução da Concorrência Pública destinada ao Projeto da PPP-Parceria Público Privada do Socioeducativo na modalidade Concessão Administrativa, cujo objeto consistirá na construção, implantação, operação e manutenção de 2 (dois) Centros Socioeducativos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP.

RESOLUÇÕES

Resolução 508, de 22/04/2025
Dispõe sobre a criação de unidades informais no sistema de Ponto Digital para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Conjunta 4, de 22/04/2025
Institui Comissão Especial de acompanhamento para realização de Concurso Público para provimento de cargos da carreira de Policial Penal, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP.

Resolução 470, de 16/04/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 818, de 17/06/2025
Designa os representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) para comporem a Comissão Estadual para Permissão Temporária de Uso de Moradias Funcionais do Programa Habitacional Lares Geraes – Segurança Pública.

Portaria 16, de 17/06/2025
Designa servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para vinculação às atividades de integração do Estado de Minas Gerais com o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – SINESP.

Resolução 810, de 13/06/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 809, de 11/06/2025
Constitui a Comissão de Monitoramento e Avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (SEJUSP), por meio da Subsecretaria de Integração da Segurança Pública (SUINT), com as Organizações da Sociedade Civil -OSC.

Resolução 793, de 11/06/2025
Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Analista Executivo de Defesa Social – ANEDS (nas funções de Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo e Analista Técnico Jurídico para atuação nos seguintes locais: Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor - DAS e Diretoria de Gestão e Monitoramento Eletrônico do Estado de Minas Gerais - DME/MG, situados, respectivamente, nos municípios de Juiz de Fora, Patos de Minas e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Portaria Conjunta 2, de 03/06/2025
Altera a Portaria Conjunta SEJUSP/TJMG/CGJMG/PGJMG/DPMG/OABMG Nº 01, de 28 de fevereiro de 2025 e dá outras providências.

Resolução Conjunta 1, de 15/07/2025
Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de coordenar a elaboração de propostas normativas, procedimentais e tecnológicas voltadas à melhoria da gestão, análise e controle das prestações de contas de instrumentos específicos de transferência de recursos vinculados aos órgãos signatários.

Resolução 910, de 09/07/2025
Regulamenta a concessão e uso de serviço móvel pessoal – SMP – no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp).

Resolução Conjunta 3, de 09/07/2025
Aprova Regimento Interno do Comitê de Políticas Penais em Minas Gerais, aprovado pelo seu Colegiado em reunião plenária realizada aos 11 de junho de 2025.

Resolução 891, de 07/07/2025 (Alteração)
Dispõe sobre a criação da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária e imediata de Médicos da Área de Defesa Social, Analistas Executivos de Defesa Social e Assistentes Executivos de Defesa Social para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos seguintes locais: Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA), Centro de Apoio Médico e Pericial (CAMP) e Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz (HPJJV), situados, respectivamente, nos municípios de São Joaquim de Bicas, Ribeirão das Neves e Barbacena em Minas Gerais

Resolução 884, de 04/07/2025
Altera os artigos 267 a 269 do Regulamento e Normas de Procedimento do Estado de Minas Gerais - ReNP, instituído pela Resolução nº 1618, de 07 de julho de 2016, quanto aos requisitos para ingresso no Grupo de Escolta Tática Prisional - GETAP.

Resolução 869, de 01/07/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 868, de 30/06/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 857, de 25/06/2025
Institui comissão julgadora única para o recebimento e julgamento de propostas em Edital de Seleção Pública voltado à celebração de contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos no âmbito do DEPEN/SEJUSP.

Resolução 836, de 23/06/2025
Institui Grupo de Trabalho para dar continuidade à elaboração da Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

RESOLUÇÕES

Resolução 1176, de 09/09/2025
Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP com as organizações da sociedade civil - OSCs, destinadas às custódias alternativas, quais sejam, Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs e Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, e revoga a RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1377, de 08 de julho de 2024.

Resolução 1138, de 02/09/2025
Padroniza, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), as ações compensatórias de interesse público previstas no artigo 72, §2º, da Lei Federal nº 13.019/2014, regulamentado, no âmbito do Estado de Minas Gerais, pelo art. 85-A do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

Resolução Conjunta 11166, de 28/08/2025
Institui Grupo de Trabalho para as Compras de Medicamentos e de Insumos de Saúde no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

Resolução Conjunta 8, de 27/08/2025
Altera as Resoluções Conjuntas nº 176, de 21 de janeiro de 2013, e nº 04, de 04 de junho de 2018, que definem a articulação territorial entre os órgãos do Sistema de Defesa Social.

Resolução 996, de 08/08/2025
Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, a Comissão de Regulamentação do Uniforme e Identidade Institucional do Agentes de Segurança Socioeducativos de Minas Gerais.

Resolução Conjunta 7, de 05/08/2025
Delega competência para a operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira/SIAFI-MG na Unidade Executora 1450005, Unidade Orçamentária 1451 e Unidade Pedidos/Compras 1451044.

Resolução 967, de 23/07/2025
Altera a redação do artigo 1º da Resolução SEJUSP nº 1964, de 07 de novembro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros representantes do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead),disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024 e pela Resolução Sejusp Nº 1.807, de 04 de outubro de 2024.

Resolução 959, de 18/07/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº 532, de 22 de abril de 2025, que constitui Comissão Especial de Licitação para a condução da Concorrência Pública destinada ao Projeto da PPP-Parceria Público Privada do Socioeducativo na modalidade Concessão Administrativa, cujo objeto consistirá na construção, implantação, operação e manutenção de 2 (dois) Centros Socioeducativos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública-SEJUSP.

Resolução Conjunta 1, de 18/07/2025
Aprova a 4ª Edição do Plano Anticorrupção do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais

Resolução 1293, de 10/10/2025 (Alteração)
Institui a Comissão de Fiscalização do Contrato e a Comissão de Gestão do Contrato para acompanhamento da implantação do Programa de Pesquisas dirigido à compreensão do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo em Minas Gerais, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

Resolução 1273, de 06/10/2025
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para o atendimento de demandas relacionadas aos pedidos de acesso à informação no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp.

Resolução Conjunta 10, de 29/09/2025
Dispõe sobre a criação do Grupo de Intervenção Estratégica de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GIE-VD).

Resolução 1243, de 26/09/2025
Institui os percentuais de análise de relatório de monitoramento, prestação de contas e relatório de execução financeira para as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Resolução 1247, de 25/09/2025
Altera a redação do artigo 1º da Resolução SEJUSP nº 1964, de 07 de novembro de 2024, que dispõe sobre a composição dos membros representantes do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas (Conead), disciplinado pelo Decreto nº 48.907, de 4 de outubro de 2024 e pela Resolução Sejusp Nº 1.807, de 04 de outubro de 2024.

Resolução 1236, de 25/09/2025
Institui Comitê de Integridade destinado a implementar a Política de Integridade na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos termos do Decreto Estadual nº 48.419, de 16 de maio de 2022, que dispõe sobre a Política Mineira de Promoção da Integridade – PMPI.

Resolução 1229, de 24/09/2025
Altera a composição da Comissão de Regulamentação de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE, instituída pela Resolução SEJUSP Nº 996, de 08 de agosto de 2025, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 1213, de 18/09/2025
Retifica a Resolução nº 891, de 04 de julho de 2025.

Resolução 1204, de 17/09/2025
Institui a Política de Gestão de Riscos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp.

Resolução Conjunta 9, de 09/09/2025
Delega competência para a operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira/SIAFI-MG na unidade executora 1450013 – SEJUSP-MG/SEINFRA-MG – unidades orçamentárias 4141 e 1451

RESOLUÇÕES

Portaria 4, de 28/10/2025
Dispõe sobre as diretrizes e parâmetros técnicos para a implantação, funcionamento e monitoramento de Núcleos Especializados nas unidades de privação de liberdade do Sistema Socioeducativo geridas por contratos de gestão firmados entre Organizações Sociais e a Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo.

Resolução 1387, de 24/10/2025
Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas.

Portaria 26, de 23/10/2025
Institui a comissão técnica para recebimento das unidades prisionais de Lavras e Poços de Caldas em observância ao Termo de Compromisso firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, com a interveniência da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 1332, de 23/10/2025
Dispõe sobre a delegação de competência de chefia imediata para fins de Avaliação Especial de Desempenho e Avaliação de Desempenho Individual, referente ao ano de 2025.

Resolução 1331, de 23/10/2025
Dispõe sobre a inclusão de servidores que exercem função gerencial no processo de Avaliação de Desempenho do Gestor Público – ADGP no ano de 2025.

Resolução 1327, de 22/10/2025
Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de escoltas hospitalares realizadas pela Polícia Penal do Estado de Minas Gerais.

Resolução 1316, de 17/10/2025
Institui Comissão Julgadora única, destinada ao recebimento e julgamento das propostas apresentada em Edital de Seleção Pública, com a finalidade de selecionar Entidades Sem Fins Lucrativos para a celebração de Contratos de Gestão junto à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP.

Portaria 25, de 15/10/2025
Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como pontos focais junto à Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN/ MJSP, para apoio ao diagnóstico e ações correlatas no âmbito do Plano Nacional Pena Justa.

Resolução Conjunta 2, de 15/10/2025
Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo a que se refere o Decreto nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020, que regulamenta o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e a Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2022.

Resolução Conjunta 12, de 01/12/2025
Dispõe sobre alteração da Comissão Especial de Acompanhamento de Concursos Públicos para provimento de cargos da carreira de Policial Penal, instituída pela Resolução Conjunta SEJUSP/SEPLAG Nº 04, de 22 de abril de 2025.

Resolução 1427, de 17/11/2025
Constitui Comissão de levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria que são objeto de registro no Ativo e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante (Passivo Exigível a Longo Prazo), bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, do Fundo Penitenciário Estadual, do Fundo Estadual de Segurança Pública, do Fundo Estadual de Saúde, da Secretaria de Estado de Educação, para fins de encerramento do exercício de 2025.

Resolução Conjunta 11, de 14/11/2025
Dispõe sobre alteração na composição dos membros do Conselho Consultivo do Complexo Penal - PPP para o desenvolvimento de trabalhos no âmbito das atribuições estabelecidas no Contrato de Concessão Administrativa nº 336039.54.1338.09.

Resolução 1417, de 10/11/2025
Institui a Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens Apreendidos e Perdidos em Favor da União no âmbito do Estado de Minas Gerais com vistas à implementação das ações para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), e dá outras providências.

Resolução 1388, de 04/11/2025
Dispõe sobre a criação de unidades informais no sistema de Ponto Digital para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução 1376, de 31/10/2025
Institui a Banda de Música da Polícia Penal de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução 1365, de 31/10/2025
Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Portaria 27, de 29/10/2025
Institui a Comissão de Avaliação do Termo de Parceria nº 57/2025, com a finalidade de apoiar a política de promoção do direito dos Indivíduos Privados de Liberdade (IPL) ao acesso à capacitação técnica e formação profissional para o mundo do trabalho.

RESOLUÇÕES

Resolução 1596, de 29/12/2025
Dispõe sobre diretrizes para a oferta de trabalho e define parâmetros para formalização de parcerias no âmbito do sistema prisional de Minas Gerais.

Resolução 1578, de 23/12/2025
Institui o Programa e o Plano de Integridade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp-MG), 2ª edição.

Resolução 1564, de 18/12/2025
Dispõe sobre a criação da Comissão Especial de Acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária e imediata de Médicos da Área de Defesa Social, Analistas Executivos de Defesa Social e Assistentes Executivos de Defesa Social.

Portaria Conjunta 5, de 16/12/2025
Altera a Portaria Conjunta SEJUSP/TJMG/CGJMG/PGJMG/DPMG/ OABMG Nº 01, de 28 de fevereiro de 2025 e dá outras providências.

Portaria 34, de 16/12/2025
Alterar a Portaria SEJUSP nº 10, de 19 de março de 2025.

Resolução 1506, de 10/12/2025
Institui a padronização do armamento de porte leve a ser utilizado pela Polícia Penal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução 1499, de 05/12/2025
Constitui a Comissão de Avaliação destinada à análise dos resultados alcançados no Contrato de Gestão nº 14/2025, celebrado em parceria com o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde - Avante Social.

Resolução 1492, de 04/12/2025
Altera a Resolução SEJUSP nº 632, de 25 de março de 2024, que designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação, Comissão de Contratação, Equipe de Apoio nas licitações, delega atribuições às autoridades competentes para atuarem nos processos de compras da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP, e dá outras providências.

Resolução 1469, de 01/12/2025
Designa servidores para o acompanhamento e fiscalização da execução dos Termos de Colaboração e Fomento celebrados no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (Supod)

Resolução 1468, de 01/12/2025
Dispõe sobre o porte, a equipe de trabalho dos Centros de Reintegração Social (CRSs), geridos pelas Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, institui o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitoramento de vagas nos CRSs e revoga a Resolução SEJUSP nº 468, de 15 de abril de 2025.

RESOLUÇÕES

Resolução 1469, de 24/10/2023
Institui o Núcleo de Orientação Institucional e Solução Pacífica de Conflitos (ÉNÓIS) enquanto Práticas Restaurativas da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE e dá diretrizes quanto a adoção de práticas restaurativas.

Resolução 1463, de 18/10/2023
Dispõe sobre a organização e funcionamento da Câmara Estadual Integrada de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, instituída pelo Decreto nº 44.360, de 24 de julho de 2006.

Portaria 6, de 21/09/2023
Dispõe sobre a composição e fluxos de trabalho da unidade da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente a quem se atribua Ato Infracional – CIA/ BH.

Resolução 1253, de 12/09/2023
Designa fiscais para o acompanhamento e fiscalização da execução dos Termos de Colaboração e Fomento celebrados no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas — SUPOD.

Resolução Conjunta 21, de 02/08/2023
Institui as normas conjuntas e diretrizes para a Escolarização das pessoas privadas de liberdade em atendimento nas Escolas Estaduais inseridas nas unidades prisionais convencionais, de custódias alternativas, as médico-penais e de demais classificações do estado de Minas Gerais conforme legislação vigente.

Resolução 436, de 03/05/2023
Dispõe sobre o funcionamento da oferta de Educação a Distância (EaD) para atendimento às pessoas privadas de liberdade e regulamenta o credenciamento de pessoas jurídicas e instituições de ensino interessadas em qualificar a oferta de Educação a Distância (EaD) no âmbito do Departamento Penitenciário da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Resolução 1253, de 12/09/2023
Designa fiscais para o acompanhamento e fiscalização da execução dos Termos de Colaboração e Fomento celebrados no âmbito da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas — SUPOD.

Resolução 1023, de 08/08/2023 Institui os percentuais de análise de relatório de monitoramento, prestação de contas e relatório de execução financeira para as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

Resolução 737, de 07/06/2023
Designa servidores para atuarem como pregoeiros, membros da equipe de apoio nas licitações da modalidade pregão e delega autoridades competentes para atuarem nos processos de compras da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — Sejusp MG, e dá outras providências.

Resolução 726, de 06/06/2023
Dispõe sobre os objetivos e critérios para distribuição das fraldas e absorventes produzidos nas unidades prisionais por intermédio do Projeto Liberdade em Ciclos.

Resolução Sejusp MG Nº 1017/2022
Dispõe sobre a normatização e padronização de procedimentos institucionais de interação e comportamento dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais — Sejusp MG com o setor privado.

Resolução Sejusp MG Nº 902/2022
Institui o Programa de Serviço Voluntário para o Indivíduo Privado de Liberdade.

Resolução Sejusp MG Nº 737/2022
Regulamenta os procedimentos administrativos referentes a gestão da frota de veículos oficiais pertencentes a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 762/2022
Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo de Credenciamento de Clínicas Psicológicas para realização de Avaliações Psicológicas, que atendam aos Processos Seletivos Simplificados (PSS), Processos Seletivos Internos (PSI) e Concursos Públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), nas cidades Polo pertencentes às 19 Regiões Integradas de Segurança Pública-RISP.

Resolução Sejusp MG Nº 771/2022
Trata da ajuda de custo a ser concedida ao servidor que passar a ter exercício em nova sede, em virtude de transferência, remoção ou designação.

Resolução Sejusp MG Nº 802/2022
Dispõe sobre o programa de estágios obrigatórios, não remunerados no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 803/2022
Altera o Inc. X do Art. 3º da Resolução Sejusp MG nº 735, de 16 de setembro de 2022.

Resolução Conjunta Sejusp MG / PCMG / PMMG / CBMMG Nº 13/2022
Aprova a Doutrina Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais — Deisp/MG, de acordo com as deliberações do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública — Seisp/MG, instituído pelo Decreto Estadual nº 47.797/2019.

Resolução Sejusp MG Nº 360/ 2022
Nova Resolução Instância Colegiada Mista — Plano de Integridade da Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 863/2022
Institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação — PGTIC e dispõe sobre os princípios, diretrizes, papeis e responsabilidades relacionadas à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 790/2022
Altera o inciso IV do art. 6º, inciso IX do art 20, alínea "a" do inciso II do art 25, inciso II, III do Art 28, alínea "d" do inciso III do art. 32, inciso I do art 35, inciso III do art 42 , da Resolução Sejusp MG nº de 256, de 18 de Abril de 2022, bem como inciso II do art 5º e inciso III do art 9 º do anexo da referida resolução que institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP.

Resolução Sejusp MG Nº 571/2022
Dispõe sobre a consecução de serviços de adequação, manutenção, ampliação ou reformas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 587/2022
Dispõe sobre a Comissão de Recebimento de Veículos Automotores no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 713/2022
Regulamenta os procedimentos administrativos referentes a gestão da frota de veículos oficiais pertencentes a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 705/2022
Define critérios e condições para a ocupação e uso, para fins residenciais e a título precário, dos imóveis residenciais localizados dentro da Penitenciária de Ribeirão das Neves I – José Maria Alkimin (Pen-RSN-I-JMA)

Resolução Sejusp MG Nº 735/2022
Dispõe sobre as competências e atribuições das unidades prisionais.

Resolução Sejusp MG Nº 660/2022
Altera disposições dos anexos da Resolução Sejusp MG nº 335, de 02 de dezembro de 2021, que regulamenta os modelos e o uso de uniformes pelo AGSE no âmbito do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 499/2022
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos processos de contratações de bens e serviços, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG_.

Resolução Conjunta SEPLAG / Sejusp MG Nº 10.605/2022
Dispõe sobre o cumprimento da jornada de trabalho e a apuração de frequência dos servidores na Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 532/2022
Revoga o inciso XIV do art 20 da Resolução Sejusp MG nº de 256, de 18 de Abril de 2022, que institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP, revoga a Resolução SEDS nº 1526/2014 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 533/2022
Constitui a comissão de monitoramento e avaliação destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp MG, no âmbito do Departamento Penitenciário, com as organizações da sociedade civil.

Resolução Sejusp MG Nº 539/2022
Dispõe sobre critérios de ingresso, permanência e desligamento de Policiais Penais em exercício no Comando de Operações Especiais – COPE, do Departamento Penitenciário de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 540/2022
Institui a Comissão Técnica de Modernização de Equipamentos de Segurança e Material Bélico no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 541/2022
Dispõe sobre as atribuições do Agente de Segurança Penitenciário Temporário, definição, padronização e regulamentação do uso do uniforme.

Resolução Sejusp MG Nº 554/2022
Dispõe sobre a manutenção de atividades nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais na modalidade virtual, estabelece normas sobre a visitação e entrega de itens de complementação aos indivíduos privados de liberdade, orienta sobre as medidas de prevenção à COVID–19 e dá outras providências.

Portaria Sejusp MG Nº 04/2022
Constitui, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo.

Resolução Sejusp MG Nº 256/2022
Institui o Regulamento de Uniformes do Policial Penal – RUPP, revoga a Resolução SEDS nº 1526/2014 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 257/2022
Altera o §3º do art. 12 da Resolução nº 175, de 21 de março de 2022.

Resolução Sejusp MG Nº 258/2022
Institui o Manual de Marcas da Polícia Penal e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 267/2022
Institui a Comissão Especial Mista de levantamento patrimonial e documental dos bens integrantes ao Contrato de Concessão Administrativa do Complexo de Parceria Público Privada – PPP nº 336039.54.1338.09.

Resolução Sejusp MG Nº 346/2022
Dispõe sobre a manutenção de atividades nas Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais na modalidade virtual, estabelece normas sobre a visitação e entrega de itens de complementação aos indivíduos privados de liberdade, orienta sobre as medidas de prevenção à COVID–19 e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 453/2022
Dispõe sobre a concessão de Ajuda de Custo aos servidores movimentados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Conjunta Sejusp MG / DPMG Nº 12/2022
Dispõe sobre a ordenação de despesa e a designação de responsável técnico para execução dos recursos do fundo penitenciário estadual - FPE no âmbito da Defensoria Pública do estado de Minas Gerais - DPMG.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 498/2022
Institui as Normas e Procedimentos de Segurança do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais - NORPSS, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 59/2022
Designa os representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), para comporem a Comissão Estadual para Permissão Temporária de Uso de Moradias Funcionais do Programa Habitacional Lares Geraes Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 72/2022
Revoga a Resolução Sejusp MG nº 50 de 20 de março de 2020, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 79/2022
Institui Comitê Interno de Teletrabalho, nos termos do art 5º da Resolução conjunta Seplag/Sejusp MG nº 10.460, de 22 de dezembro de 2021

Resolução Conjunta Sejusp MG/ PMMG/ PCMG/CBMMG Nº 01/2022
Institui Grupo de Trabalho para estabelecer normas e diretrizes para concessão de acesso ao Registro de Eventos de Defesa Social às instituições não integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Conjunta Sejusp MG / PMMG / PCMG / CBMMG Nº 02/2022
Altera as Resoluções Conjuntas nº 176, de 21 de janeiro de 2013, e nº 04, de 04 de junho de 2018, que definem a articulação territorial entre os órgãos do Sistema de Defesa Social.

Resolução Sejusp MG Nº 96/2022
Altera a composição da Comissão de Uniforme e Identidade Institucional, para criar o Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE, instituída pela Resolução Sejusp MG Nº 175, de 23 de julho de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 191/2022
Altera a composição da Comissão do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG, conforme Resolução Sejusp MG 260/2020 que instituiu a Comissão Permanente de Uniformes do Depen-MG, alterada pela Resolução Sejusp MG 174, de 18 e março de 2022

Resolução Sejusp MG Nº 233/2022
Dispõe sobre a normatização e padronização de procedimentos institucionais de interação e comportamento dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais - Sejusp MG com o setor privado.

Resolução Conjunta Sejusp MG/PMMG/PCMG/CBMMG Nº 11/2022
Institui o Selo Sisp e define normas e diretrizes para concessão de acesso aos módulos de Registro de Eventos de Defesa Social e de Controle de Atendimento e Despacho às instituições não integrantes do Sistema Integrado de Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 652/2022
Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado - PSS, para contratação temporária e imediata de Médicos de Defesa Social, Analistas Executivos de Defesa Social e Assistentes Executivos de Defesa Social para atendimento à Penitenciária Jason Soares Albergaria, Presídio de Paracatu, Presídio de João Monlevade e Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor/Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 637/2022
Prorroga por 180 dias a vigência das atividades da Comissão de Uniforme e Identidade Institucional instituída para criar, adequar e monitorar a efetivação do Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp MG.

Resolução Sejusp MG Nº 570/2022
Institui Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para composição do Quadro funcional da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo/Sejusp MG.

Resolução Nº 244/2022
Institui normas para a realização de assistência e acompanhamento com foco na saúde do servidor a serem realizadas pelos servidores da Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS) da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG).

Resolução Sejusp MG Nº 107/2022
Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejusp MG, as normas e procedimentos para a descentralização de recursos financeiros para os órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO.

Resolução Sejusp MG Nº 44/2022
Institui grupo de trabalho, com o objetivo de promover a implementação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual nº 48.237, de 22 de Julho de 2021, que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), revogando a Resolução Sejusp MG nº 197/2021.

Resolução Sejusp MG Nº 57/2022
Institui o Programa de Serviço Voluntário para o indivíduo privado de liberdade.

Resolução Sejusp MG/TJMG/MPMG/DPMG/PCMG Nº18/2021
Dispõe sobre a criação e regulamentação da Central de Vagas no Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, disciplinando procedimentos administrativos para o ingresso e a transferência de adolescentes em conflito com a lei nas unidades socioeducativas, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 362/2021
Dispõe sobre alteração na composição dos membros da Comissão Técnica para solução de divergências técnicas existentes na execução do Contrato de Concessão Administrativa nº336039.54.1338.09, para Construção e Gestão de Complexo Penal na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 361/2021
Dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária e imediata de Médicos de Defesa Social e Analistas de Defesa Social para atendimento à Penitenciária Jason Soares Albergaria, Presídio de Paracatu e Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 334/2021
Dispõe sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual e Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, pelos Agentes de Segurança Socioeducativos integrantes do Grupamento de Ações Rápidas – GAR, em eventos de segurança de média e alta complexidade nas Unidades de Privação de Liberdade subordinadas à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 335/2021
Regulamenta os modelos e o uso de uniformes pelo Agente de Segurança Socioeducativo no âmbito do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 326/2021
Constitui Comissão de levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria que são objeto de registro no Ativo e das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante (Passivo Exigível a Longo Prazo), bem como das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, do Fundo Penitenciário Estadual, do Fundo Estadual de Segurança Pública, do Fundo Estadual de Saúde, e do Instituto Estadual de Florestas para fins de encerramento do exercício de 2021.

Resolução Sejusp MG Nº 322/2021
Revoga o artigo 664 do Regulamento e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais, aprovado pela Resolução nº 1618, de 07 de julho de 2016, para dar nova redação ao dispositivo, acrescenta o artigo 664–A, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 284/2021
Altera a Resolução Sejusp MG Nº 79, 10 de março de 2021, que dispõe sobre o modelo, uso e procedimentos para a expedição do Documento de Identificação Funcional dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 251/2021
Dispõe sobre o credenciamento de órgãos da administração pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual do Estado de Minas Gerais interessados em se tornar beneficiários do Projeto "Manutenir", desenvolvido pelo Departamento Penitenciário, que envolve a atuação de presos custodiados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais na realização de serviços administrativos, de limpeza e conservação, manutenção, construção e reparos em instalações.

Resolução Sejusp MG Nº 232/2021
Institui a Instância Colegiada Mista da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais.

Resolução Sejusp MG Nº 228/2021
Dispõe sobre a criação do Grupamento de Ações Rápidas – GAR, do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais, para intervenções em eventos de segurança de média e alta complexidade nas Unidades de Privação de Liberdade subordinadas à Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 221/2021
Dispõe sobre a Agência Central de Inteligência Socioeducativa da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais.

Resolução Sejusp MG Nº 219/2021
Institui os percentuais de análise de relatório de monitoramento, prestação de contas e relatório de execução financeira para as parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG).

Decreto Estadual nº 48.145/2021
Dispõe sobre o Documento de Identificação Funcional expedido pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, publicado em 2º de março.

Resolução Sejusp MG Nº 197/2021
Institui grupo de trabalho, com o objetivo de promover a implementação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e do Decreto Estadual nº 48.237, de 22 de Julho de 2021, que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp MG), revogando a Resolução Sejusp MG nº 165/2021.

Resolução Sejusp MG Nº 175/2021
Institui a Comissão de Uniforme e Identidade Institucional para criar o Regulamento de Uniformes e Identidade Institucional dos Agentes de Segurança Socioeducativos – RUIAGSE no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Resolução Sejusp MG Nº 173/2021
Estabelece diretrizes e normativas para o atendimento e tratamento das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, Queer, Intersexo e Assexual (LGBTQIA+) no âmbito do Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais, e veda toda e qualquer forma de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero da pessoa privada de liberdade, assegurando-se às pessoas em privação de liberdade o respeito à sua liberdade de autodeterminação.

Resolução Sejusp MG Nº 172/2021
Autoriza a execução das atividades nas Unidades Prisionais localizadas em macrorregiões classificadas ou reclassificadas como onda vermelha.

Resolução Sejusp MG Nº 117/2021
Institui Comissão responsável pela elaboração do Termo de Referência para contratação de serviços de monitoração eletrônica de indivíduos por meio de tornozeleira eletrônica.

Resolução Sejusp MG Nº 79/2021
Dispõe sobre o modelo, uso e procedimentos para a expedição do Documento de Identificação Funcional dos agentes públicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES

Resolução Sejusp MG Nº 65/2021
Dispõe sobre a regulamentação da concessão de cautela de arma de fogo de propriedade do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN-MG), pelos servidores da carreira de Agentes de Segurança Penitenciários/Policiais Penais e dá outras providências.

Resolução Sejusp MG Nº 64/2021
Institui e regulamenta o Sistema Integrado de Segurança e Patrulhamento Aéreo – SISPAER, estabelecendo normas para o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas – RPAs.


MAIN HUB for STATISTICS & DATA
INDEX WATCH
PORTFOLIOS
Internal Stock Process Listings
ANALYTICAL TOOLS
OPEN TICKETS

6 ANEXOS

ÍNDICE DE ANEXOS



PORTFÓLIO DE OBRAS DEPEN-MG | PG 221



ATENDIMENTOS CBLOC | PG 265



ATENDIMENTOS DDU | PG 266



ATENDIMENTOS CIAD | PG 267

Fonte: Portfólio de Obras - DEPEN/MG

Ceresp Gameleira | Belo Horizonte



O que foi feito?

Manutenção geral da unidade para garantir estrutura adequada, segurança e condições dignas tanto para servidores quanto para pessoas privadas de liberdade.

R$ 4.890.888,27 | Obra finalizada.











★★★★★

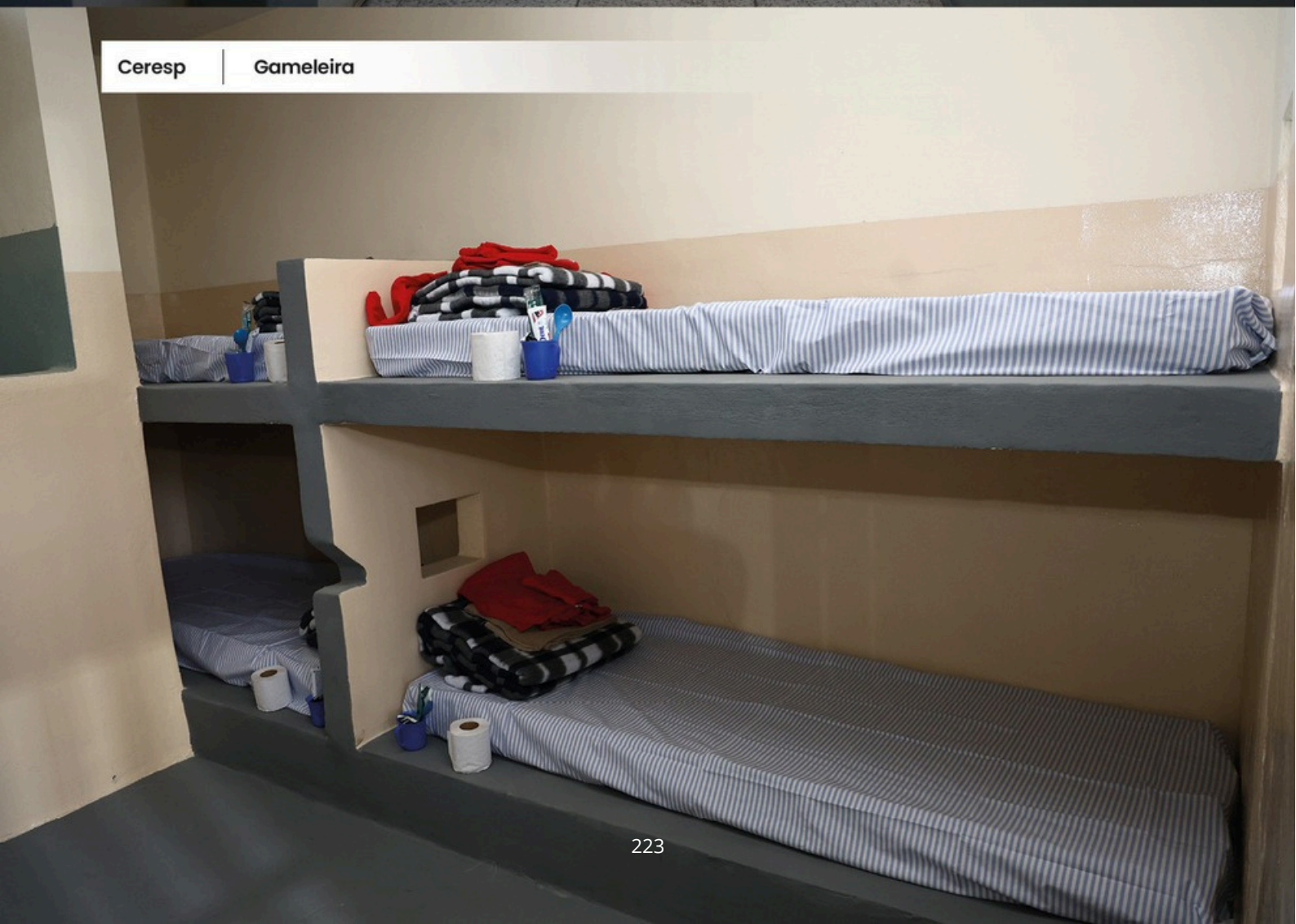
"A reforma do Ceresp Gameleira foi de extrema relevância pois, através desta obra está sendo possível garantir condições mais humana e digna ao indivíduo privado de liberdade, bem como proporcionar aos servidores que aqui laboram um ambiente mais salubre e mais adequado no desempenhar da função. Além da expressiva economia aos cofres públicos, com os novos ajustes de válvulas de descarga e instalação de ventanas de iluminação e de ventilação."

Flávio Sérgio de Rezende > Diretor Geral da Unidade

Ceresp | Gameleira



Ceresp | Gameleira



Penitenciária José Maria Alkimin | Ribeirão das Neves

O que **foi feito**?

Instalações do alambrado e manutenção do espaço do campo de futebol.	R$ 474.407,95	Obra finalizada.
Manutenção geral do prédio administrativo	R$ 2.136.635,77	Obra finalizada.
Execução de reparos preventivos e corretivos na carceragem. Está sendo realizada a manutenção dos telhados e da carceragem de um dos pavilhões. Essa é uma intervenção peculiar, pois o imóvel é tombado e de grande altitude, o que envolve uma grande movimentação de materiais e funcionários.	R$ 10.000.000,00	Obra em andamento.







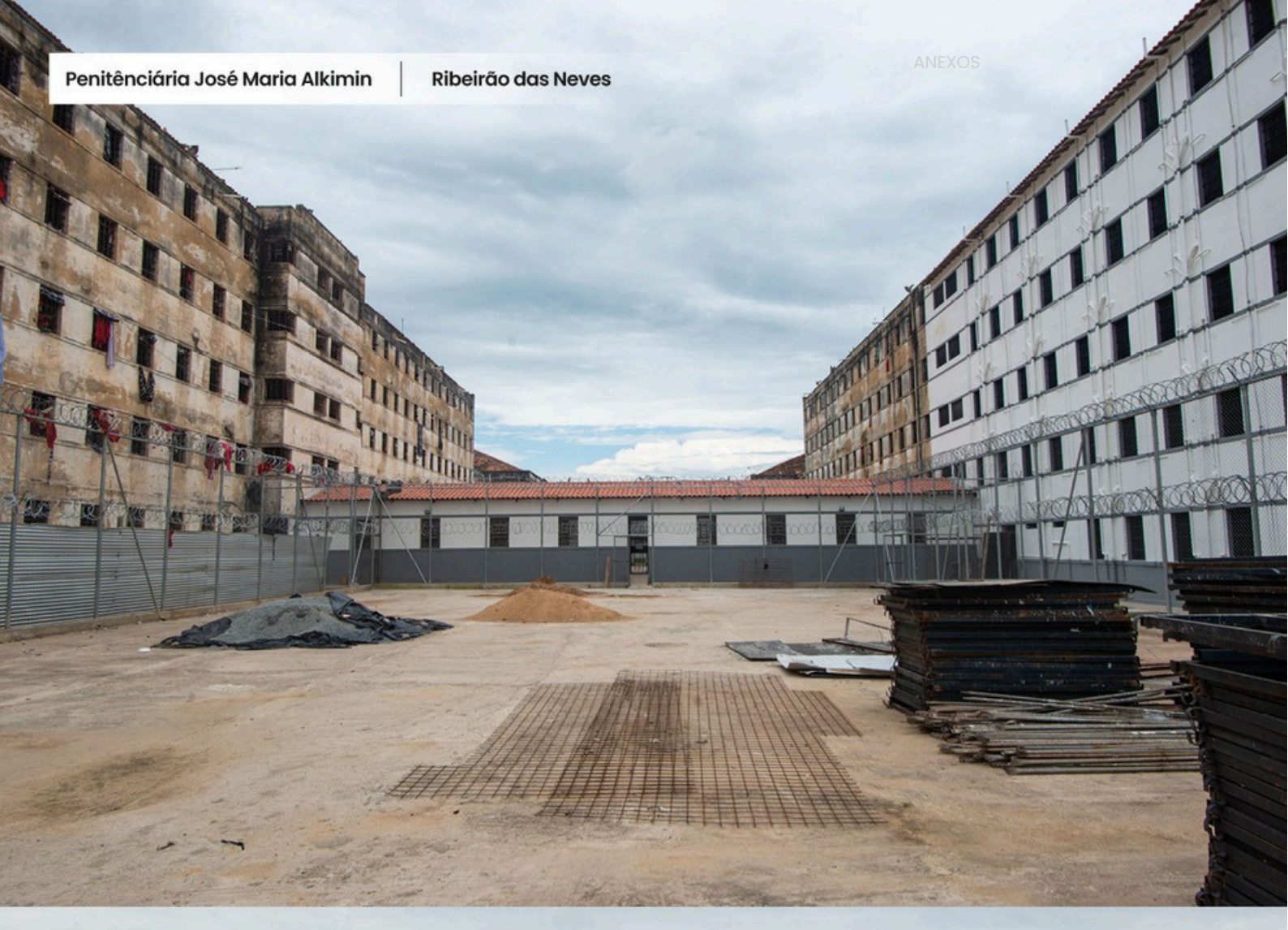




★★★★★

"A reforma da penitenciária José Maria Alkimim é muito importante para a Polícia Penal de Minas Gerais, por ser a unidade prisional mais antiga do estado, além de proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores e dignidade para o cumprimento de pena aos indivíduos privados de liberdade."

Carlos Alexandre Gonçalves de Souza > Diretor Geral da Unidade


Penitênciária José Maria Alkimin | Ribeirão das Neves


Penitênciária José Maria Alkimin | Ribeirão das Neves



O que **foi feito**?

Número de presos trabalhando: 20

Manutenção geral do Pavilhão III e das guaritas para maior seguranca e dignidade para os colaboradores

R$ 3.396.614,64 | Primeira etapa finalizada. **Previsão total: 6.433.877,28**











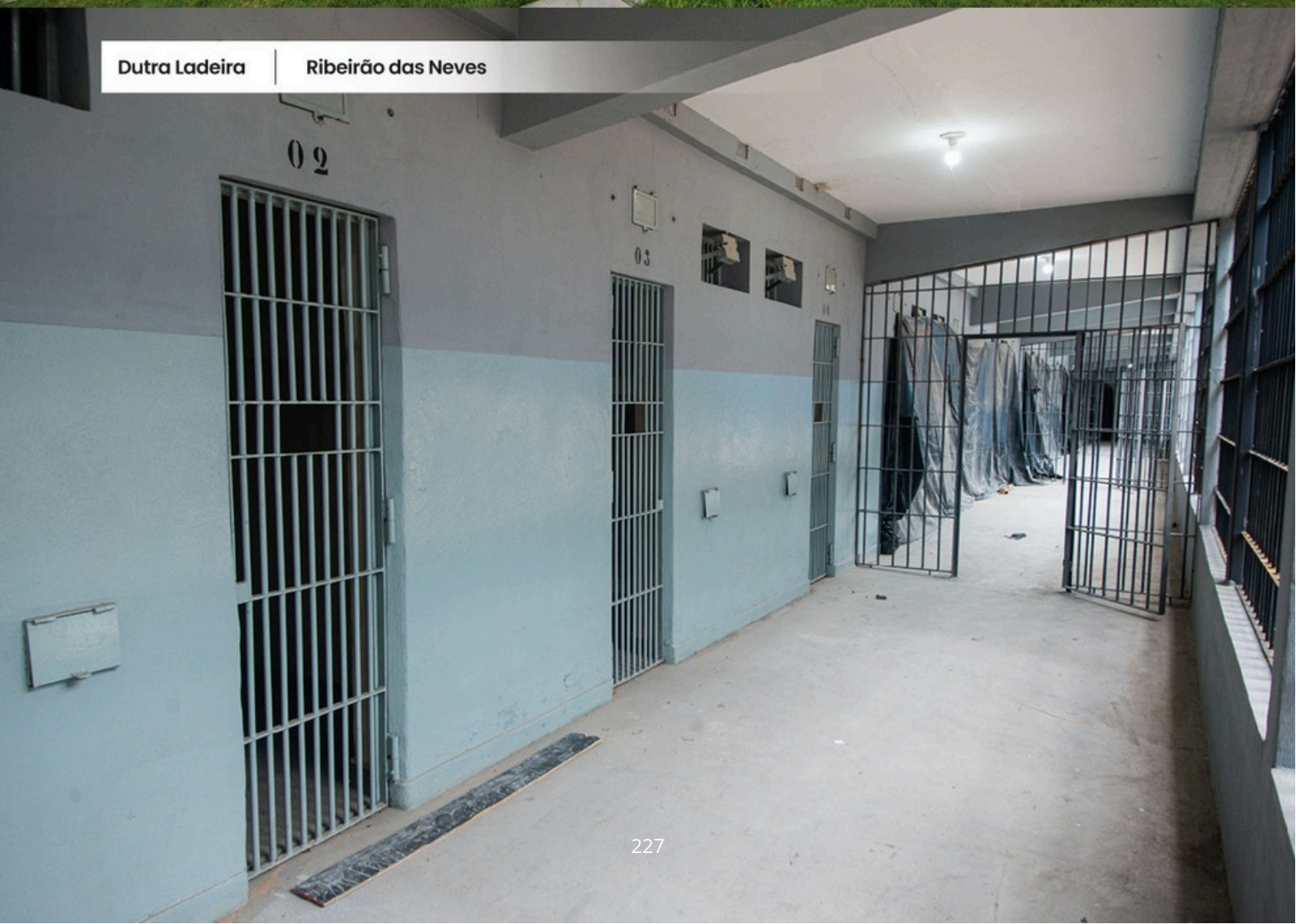
★★★★★

"As obras no sistema prisional são cruciais para garantir um ambiente mais humano, seguro e eficiente. Em suma, investir em obras no sistema prisional é um investimento na segurança pública e na ressocialização dos detentos, com benefícios para toda a sociedade. Na obra realizada nas dependências do Anexo II, Pavilhão III, e também nas guaritas deste Presídio Antônio Dutra Ladeira, utilizamos a mão de obra de uma média de 20 reeducandos, o que reflete, inclusive, na reinserção social do indivíduo pelo trabalho, além da redução de custos para a Administração Pública."

Domingos Aires Silva > Diretor Geral da Unidade



Dutra Ladeira | Ribeirão das Neves



Dutra Ladeira | Ribeirão das Neves

Presídio Floramar | Divinópolis



O que **foi feito**?

Ampliação da unidade para aumentar o número de vagas e trazer mais segurança no manejamento

R$ 9.242.763,86 | Obra finalizada.







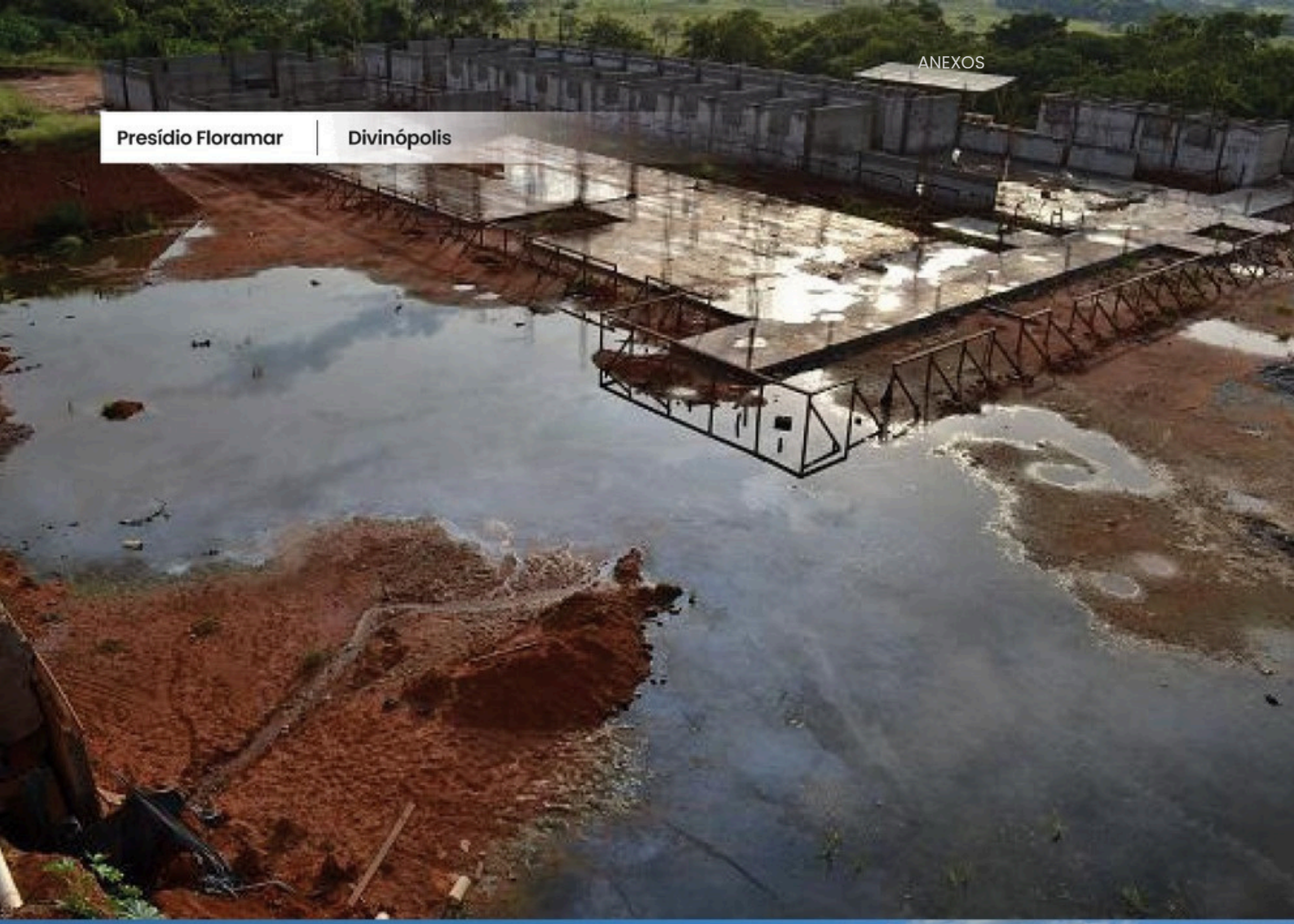


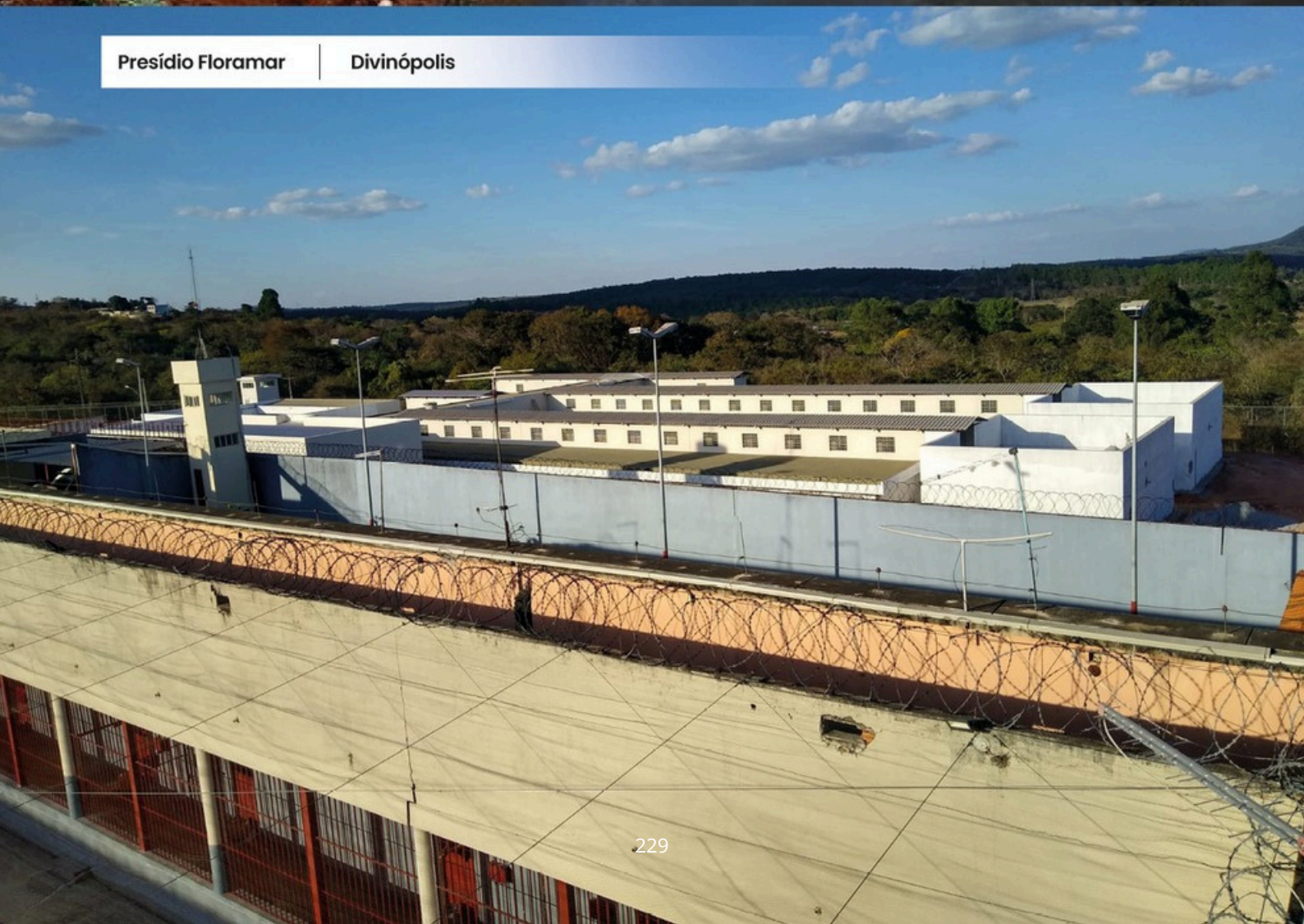


★★★★★

"A ampliação das vagas do Presídio Floramar com a inauguração das obras do anexo trouxeram mais segurança aos Policiais Penais durante a execução dos procedimentos internos e também maior dignidade para os custodiados no cumprimento de suas penas."

Gilberto Eduardo Veloso Alves > Diretor Geral da Unidade


Presídio Floramar | Divinópolis


Presídio Floramar | Divinópolis

Penitenciário Nelson Hungria | Contagem



O que **foi feito**?

Reforma da muralha, passarela e guaritas para maior segurança dos servidores e detentos

R$ 11.947.944,85 | Obra ainda finalizada.







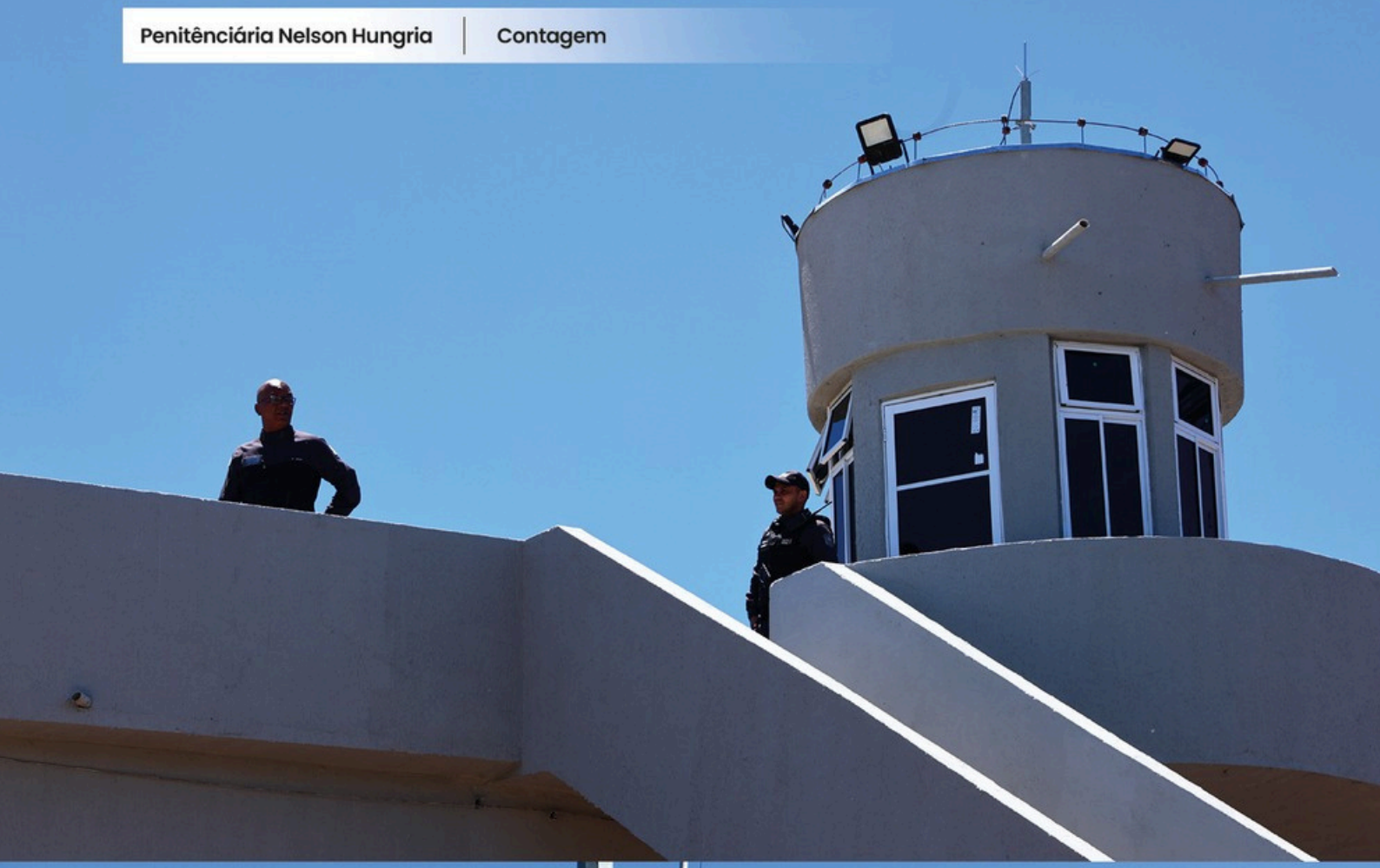


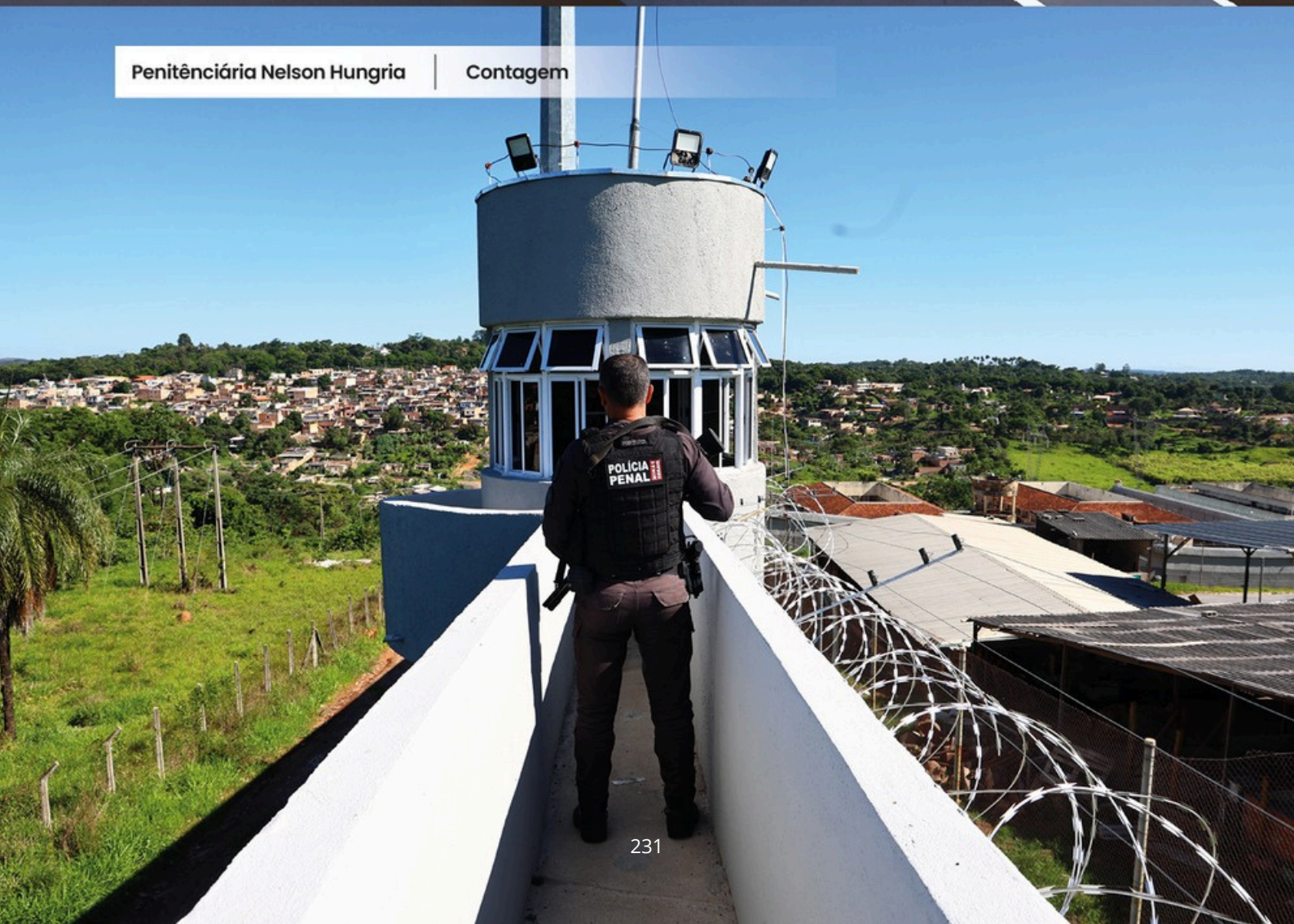


★★★★★

"A reforma foi um marco de dedicação, contando com o trabalho de 20 reeducandos e 80 operários, essenciais para sua realização. Além de melhorar a qualidade de vida dos policiais com um ambiente mais adequado, trouxe avanços na segurança interna e externa, beneficiando toda a sociedade. O sucesso foi fruto do esforço coletivo e do comprometimento das pessoas e instituições envolvidas, mostrando que a união torna sonhos realidade para o bem comum."

Saulo Vinicio de Castro > Diretor Geral da Unidade


Penitênciária Nelson Hungria | Contagem


Penitênciária Nelson Hungria | Contagem
POLÍCIA PENAL

Ceresp | Juiz de Fora



O que **foi feito**?

Manutenção geral da unidade com foco no aumento de 200 novas vagas, além do aumento da reservação de água e adequação para AVCB.

R$ 9.446.604,46 | Obra ainda em andamento. **Previsão total: 12 milhões**







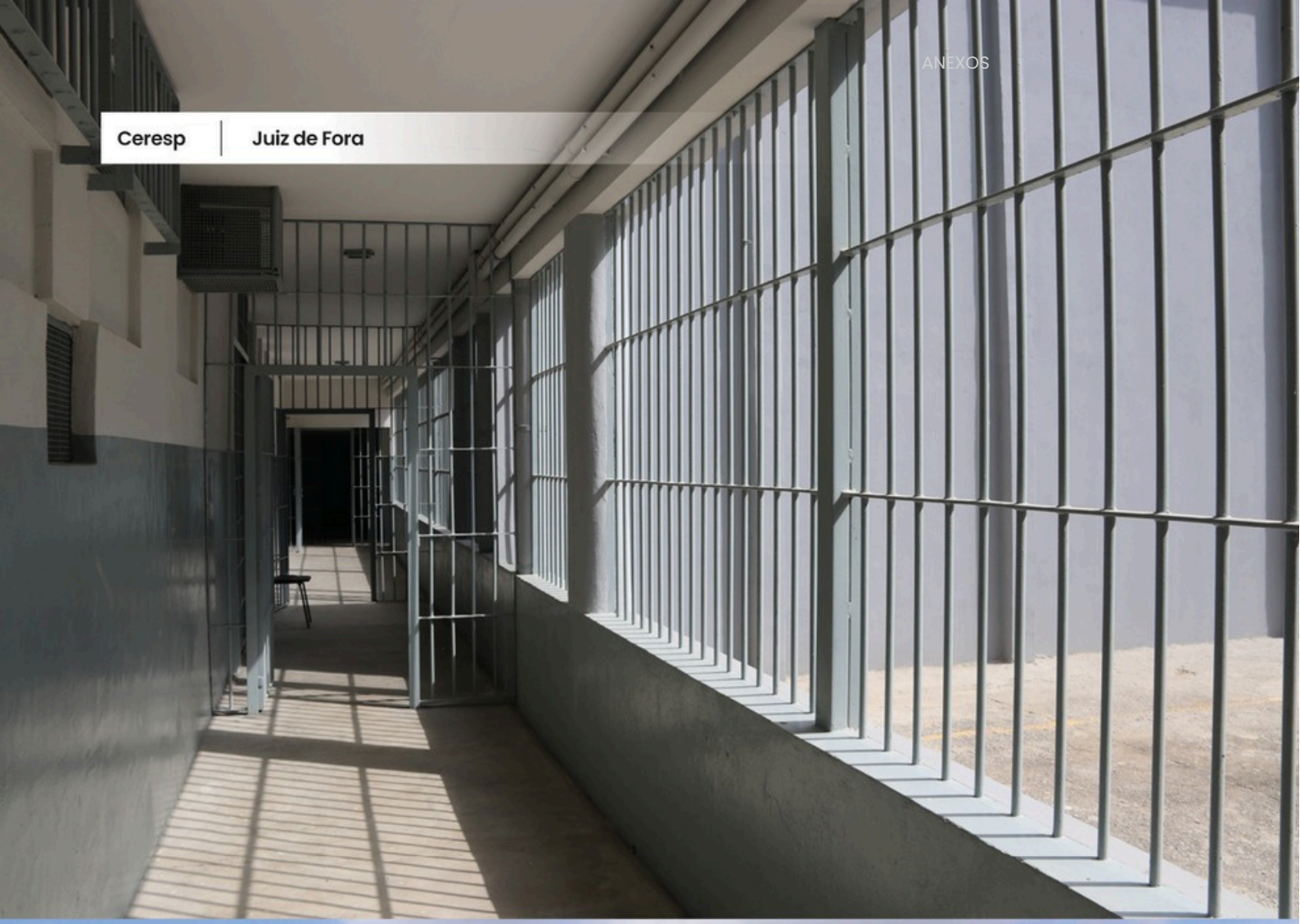


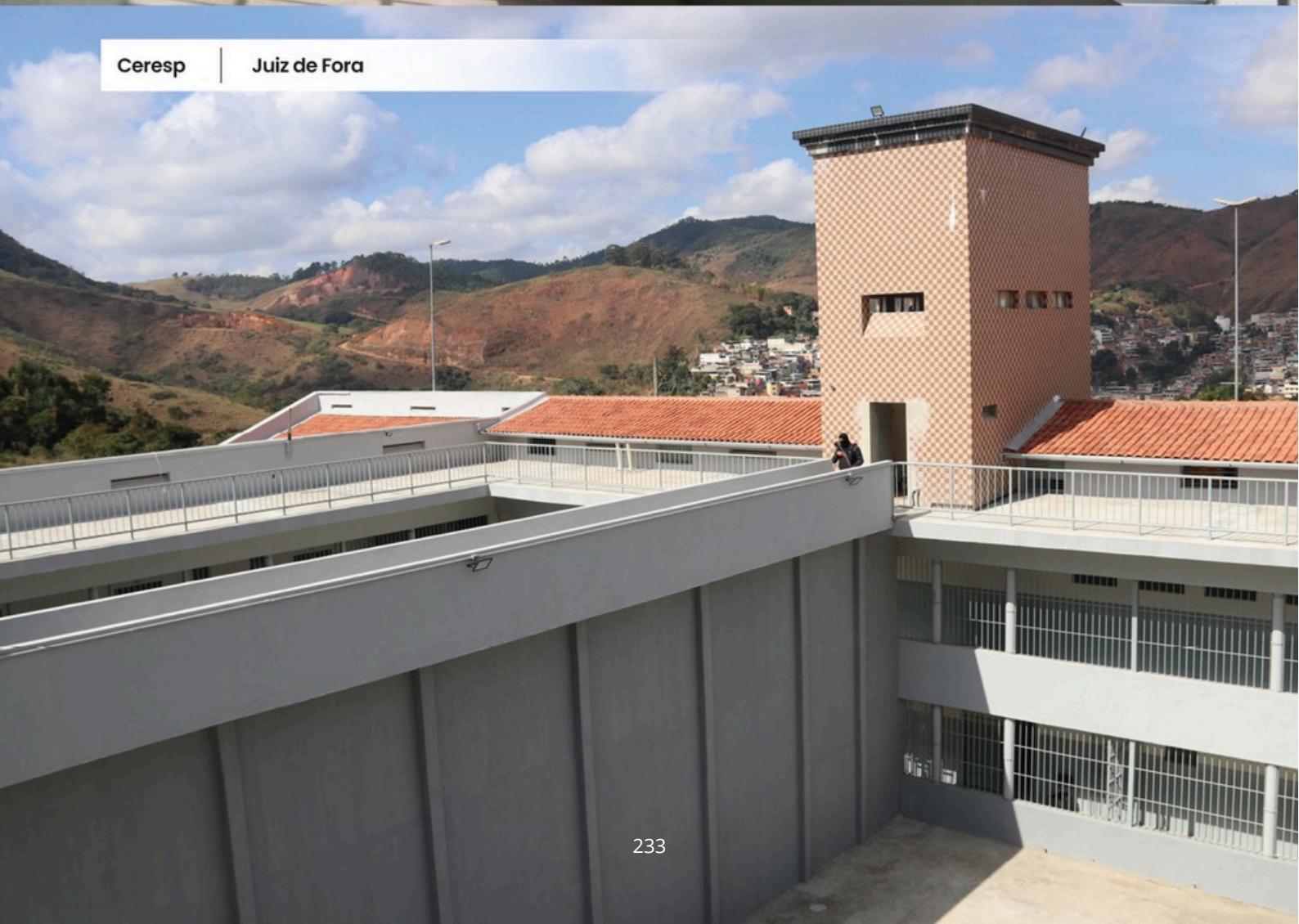


★★★★★

"Ressalto que o corpo diretivo deste Ceresp/Juiz de Fora enfrentou problemas elétricos e de abastecimento de água em tempos passados, mas sabemos a dificuldade de realizar reformas com a 'casa cheia'. Em março de 2021, o deslocamento do talude próximo ao muro desta unidade exigiu sua desocupação total. A Secretaria apraveitou o momento para reestabelecer o talude e realizar obras de ampliação, aumentando a capacidade de 332 para 523 vagas. As obras estão em fase final e são essenciais para a segurança, conforto e bem-estar dos internos, policiais penais e servidores."

Rogério Rodrigues de Oliveira Júnior > Diretor Geral da Unidade


Ceresp
Juiz de Fora


Ceresp
Juiz de Fora

Presídio de Barão de Cocais

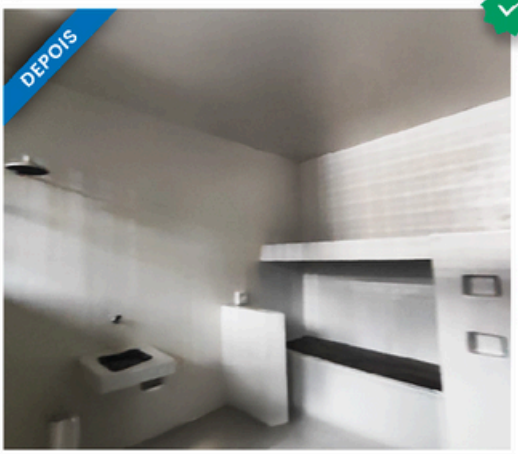


O que foi feito?

Reforma de 30% das celas

R$ 4.000,00 | Obra efetuada com recurso outorgado.









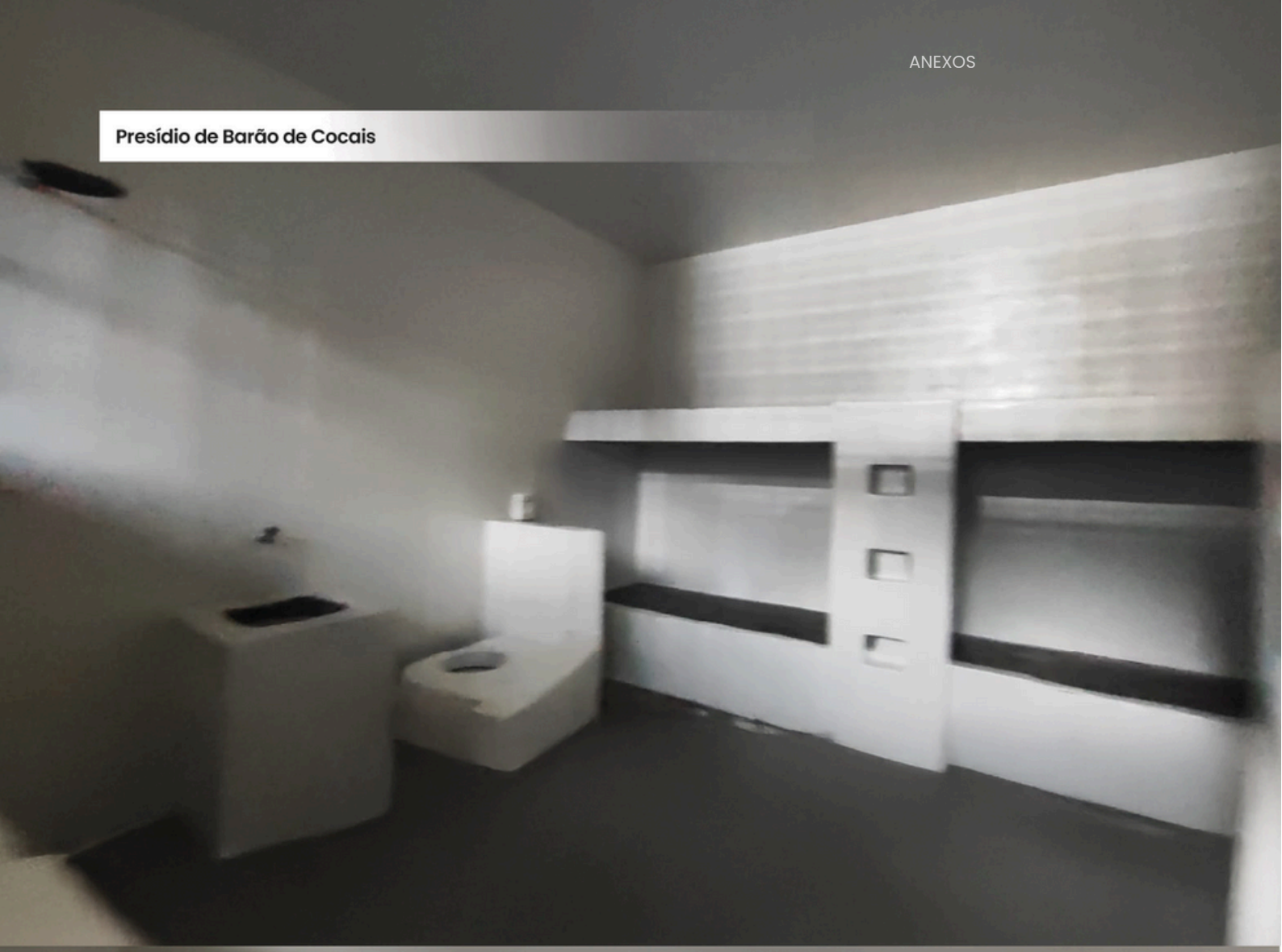


★★★★★

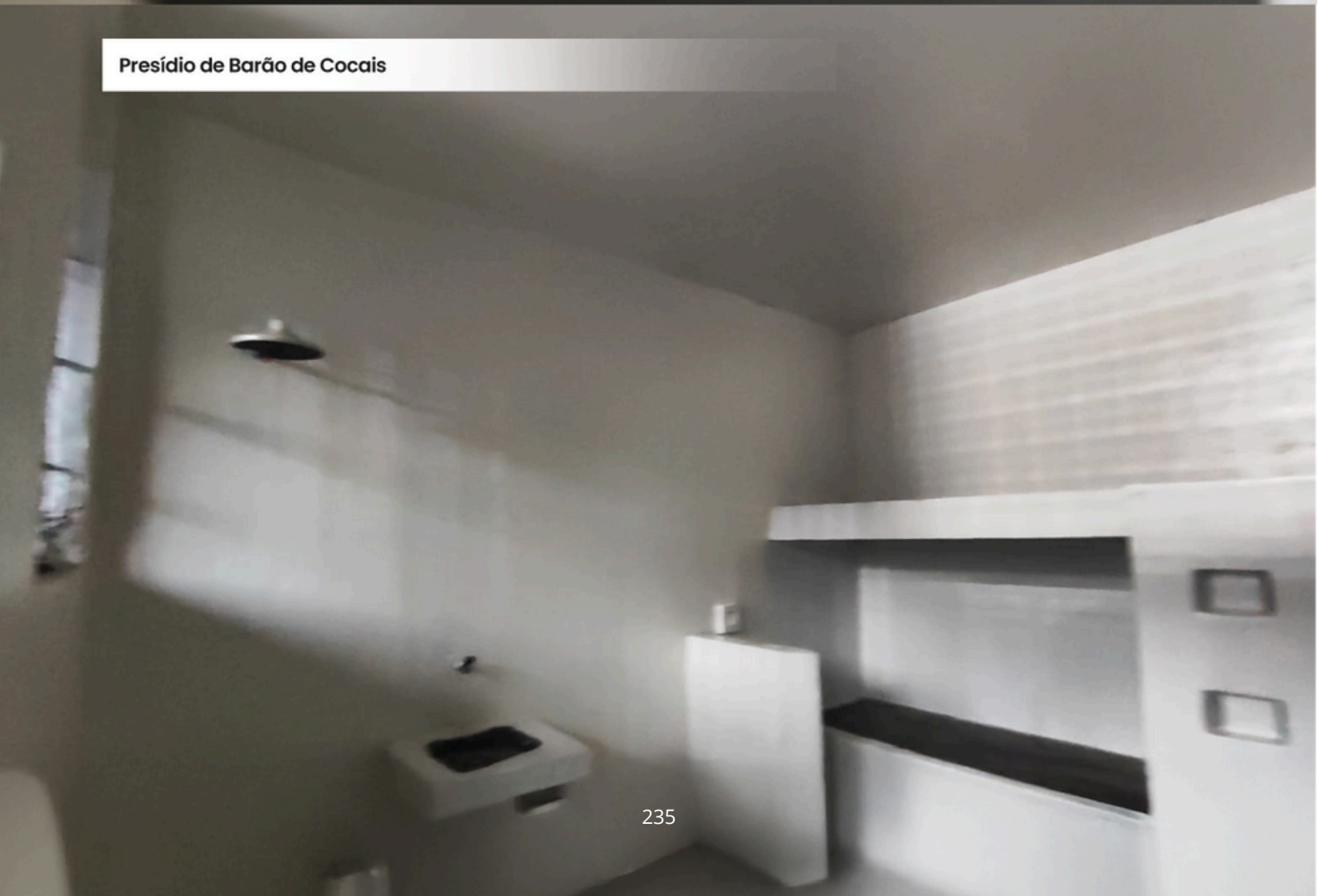
"Em continuidade às reformas no âmbito do Presídio de Barão de Cocais, nos dedicamos à reforma de algumas celas. Ao realizar tais reformas no ambiente da carceragem, além de buscar atender os princípios da dignidade humana, também ampliamos os quesitos de segurança, tornando o ambiente mais iluminado, mais limpo e ampliando nossa capacidade de fiscalização diária. A manutenção das instalações é realizada por meio da gestão de recurso de verba miúda e utilização de mão de obra carcerário por meio da remissão por trabalho."

Euler Charles Santos > Diretor Geral da Unidade

Presídio de Barão de Cocais



Presídio de Barão de Cocais



Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz | Barbacena

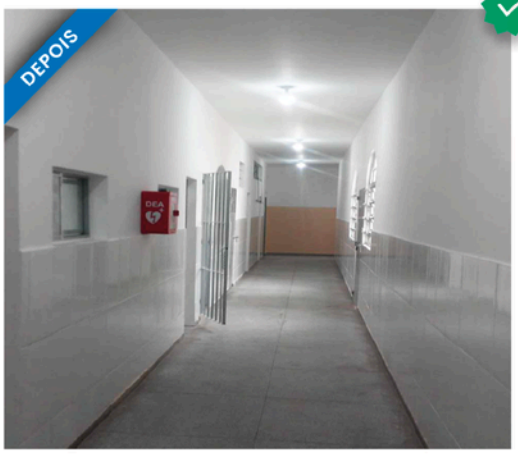


O que **foi feito**?

Foram realizadas obras de infraestrutura, incluindo redes de água, esgoto e iluminação, recuperação de paredes e tetos, revitalização do telhado, reforma dos ambulatórios e restauração da área tombada, respeitando normas de segurança e preservação cultural.

R$ 9.000.000,00 | Obra finalizada.











★★★★★

"As obras realizadas no Hospital Psiquiátrico e Judiciário "Jorge Vaz" foram fundamentais para uma reforma geral que melhorou a estrutura da unidade, garantindo atendimento de excelência aos pacientes e melhores condições de trabalho para os servidores. Acompanhei essa transformação como Diretor Regional da 13ª RISP (2021-2023), sob a liderança do então diretor Felipe Esteves Milício de Souza. Agora, como diretor da unidade, observo o impacto dessas intervenções, que elevaram o hospital a referência nacional no tratamento psiquiátrico."

Weberton Paula Lima > Diretor Geral da Unidade


Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz | Barbacena


Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz | Barbacena

Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo | Carmo do Paranaíba



O que **foi feito**?

Número de presos trabalhando: 06

Revitalização do pavilhão B e melhorias no pavilhão 4

R$ 1.800.000,00 | Obras em andamento.









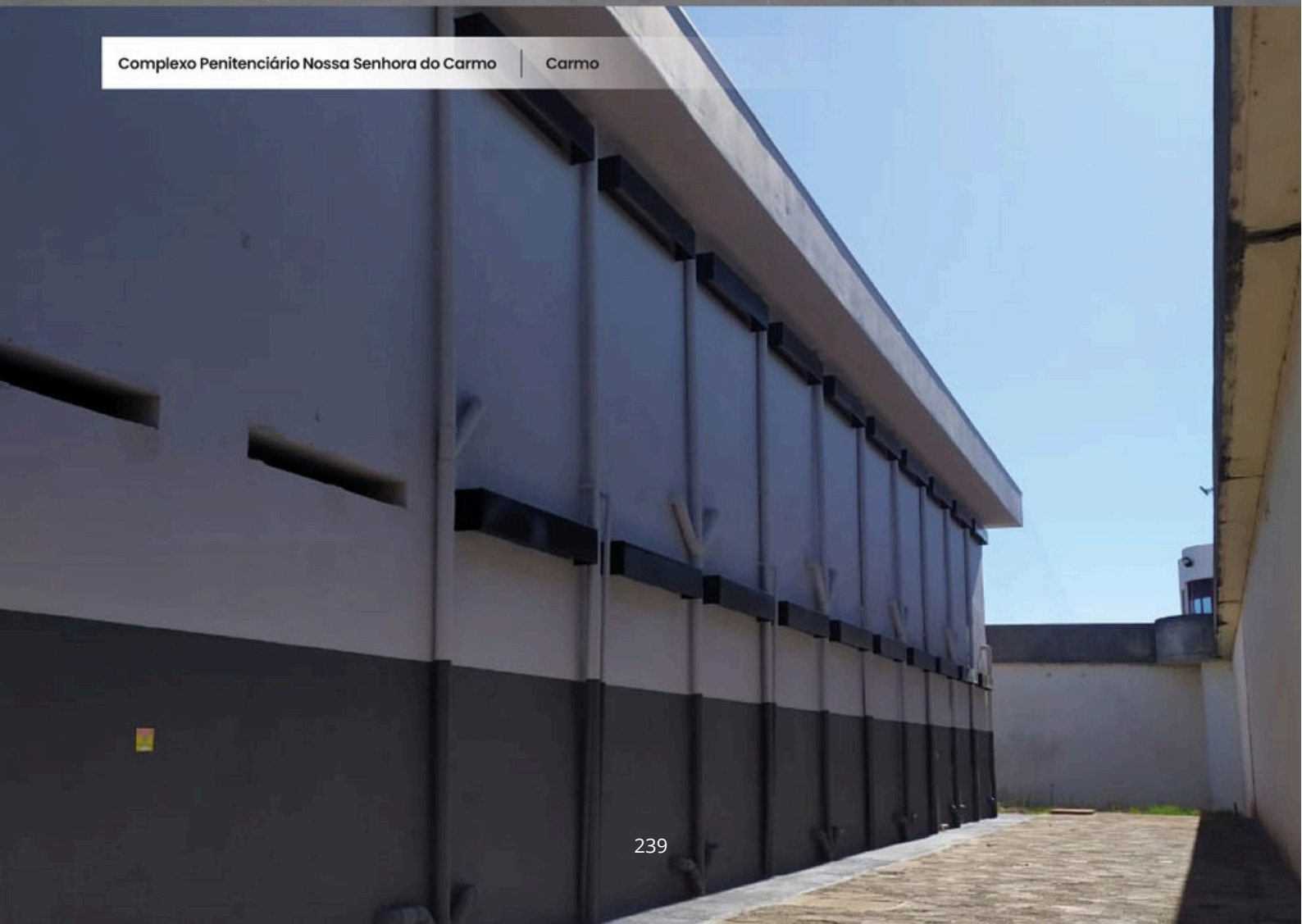


★★★★★

"Estamos realizando reformas nos pavilhões e no perímetro externo desta unidade. As obras começaram no pavilhão B, já finalizado, e seguem para o pavilhão D, em fase final. Também foi instalado um alambrado dentro dos padrões prisionais, circundando todo o perímetro externo. Essas melhorias adequam as carceragens aos padrões exigidos para os custodiados e trazem mais segurança aos servidores. A previsão é que, no início de 2025, as reformas avancem para os pavilhões A e C."

André Rodrigues Salomão > Diretor Geral da Unidade


Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo | Carmo
01 03 05 07 09 11 13 15 17 19 21 23
02 04 06 08 10 12 14 16 18 20 22 24
25 27 29 31 33 35 37 39 41 43 45 47
26 28 30 32 34 36 38 40 42 44 46 48


Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo | Carmo

Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



O que **foi feito**?

Execução de serviços de reparos e manutenções preventivas e corretivas

R$ 986.610,65 | Obra finalizada.









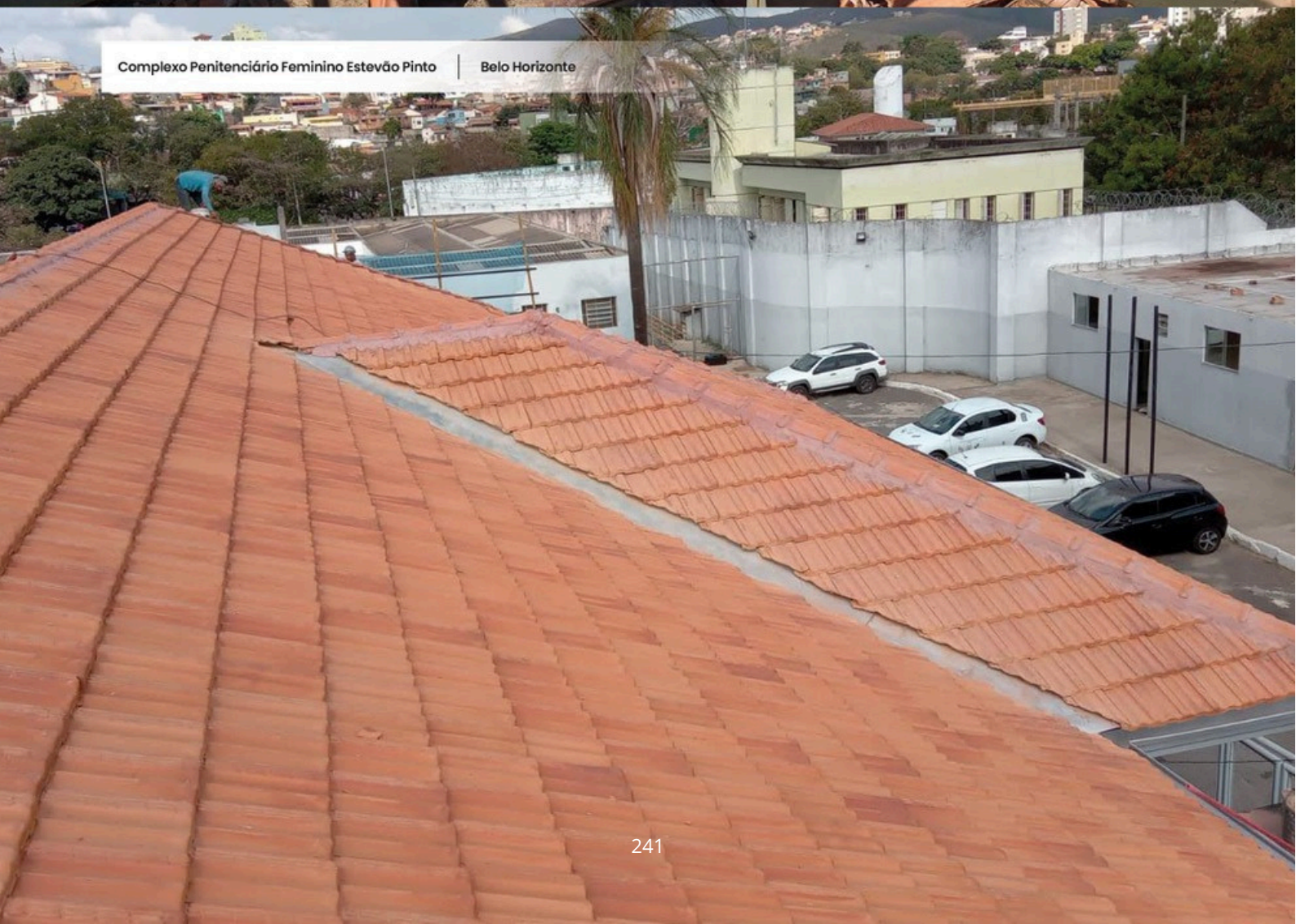


★★★★★

"O retorno do produção da alimentação dentro da Unidade Prisional, trouxe dignidade alimentar para servidores e custodiadas desta Unidade."

Kelly Cristina Nicolau › Diretor Geral da Unidade


Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte


Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte

Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte



O que foi feito?

Manutenções preventivas e corretivas para cozinha, adequação da fábrica de fraldas e outras melhorias

R$ 1.333.612,99 | Obra com 90% de execução.









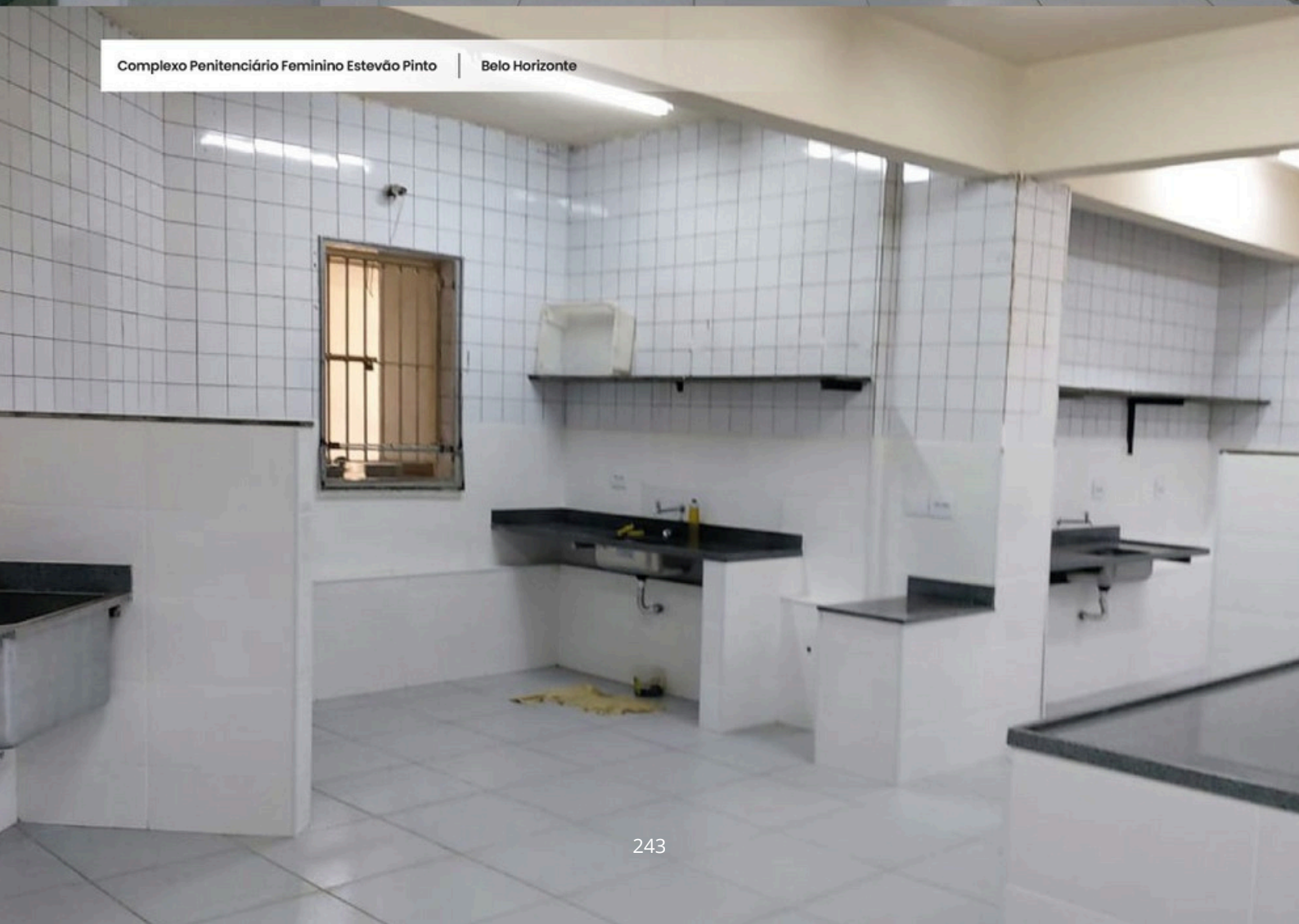


★★★★★

"O retorno do produção da alimentação dentro da Unidade Prisional, trouxe dignidade alimentar para servidores e custodiadas desta Unidade."

Kelly Cristina Nicolau › Diretor Geral da Unidade


Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte


Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto | Belo Horizonte

Penitenciária de Teófilo Otoni



O que **foi feito**?

Manutenção geral na carceragem, instalações elétricas e hidrossanitárias

R$ 1.674.265,37 Obra finalizada.







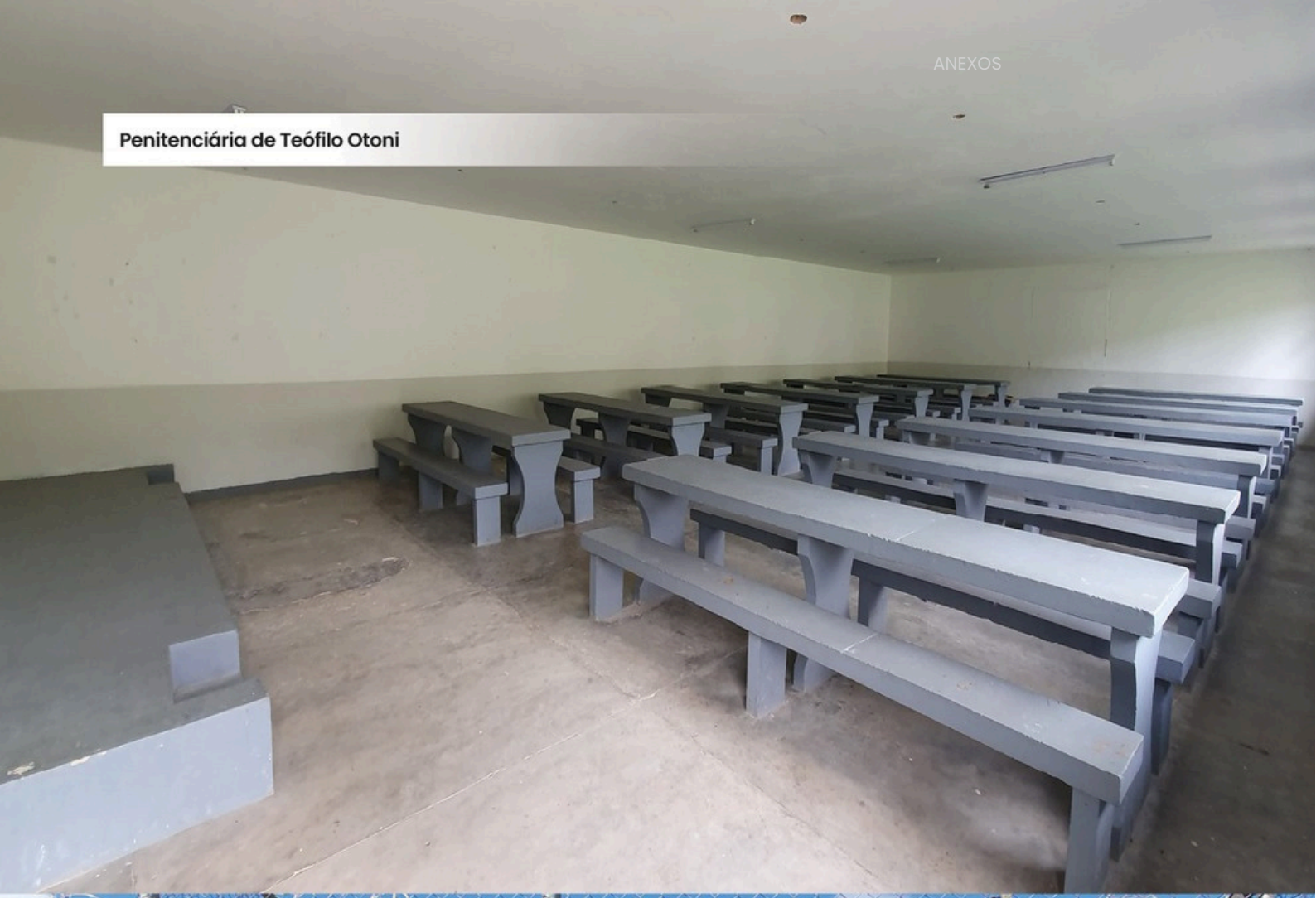




★★★★★

"Por se tratar de uma unidade prisional da década de 80, as obras vieram como um implemento considerável na segurança, já que as estruturas precárias foram submetidas a atualizações estruturais, que trouxeram mais tranquilidade nas rotinas, além do adequado e ideal conforto aos indivíduos privados de liberdade. Teremos outras frentes de melhorias para os próximos meses e seguimos confiantes nas transformações futuras em prol do servidor prisional!"

Heitor de Freitas Cunha > Diretor Geral da Unidade



Penitenciária de Teófilo Otoni



Penitenciária de Teófilo Otoni

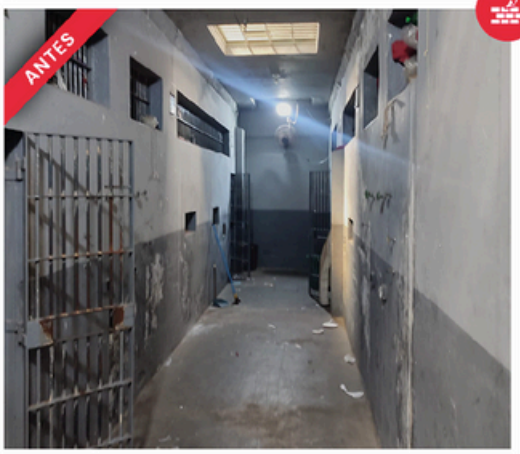
Presídio de João Monlevade



O que foi feito?

Manutenção geral pátio de banho de sol, carceragem e portaria

R$ 1.198.816,15 | Obra finalizada.









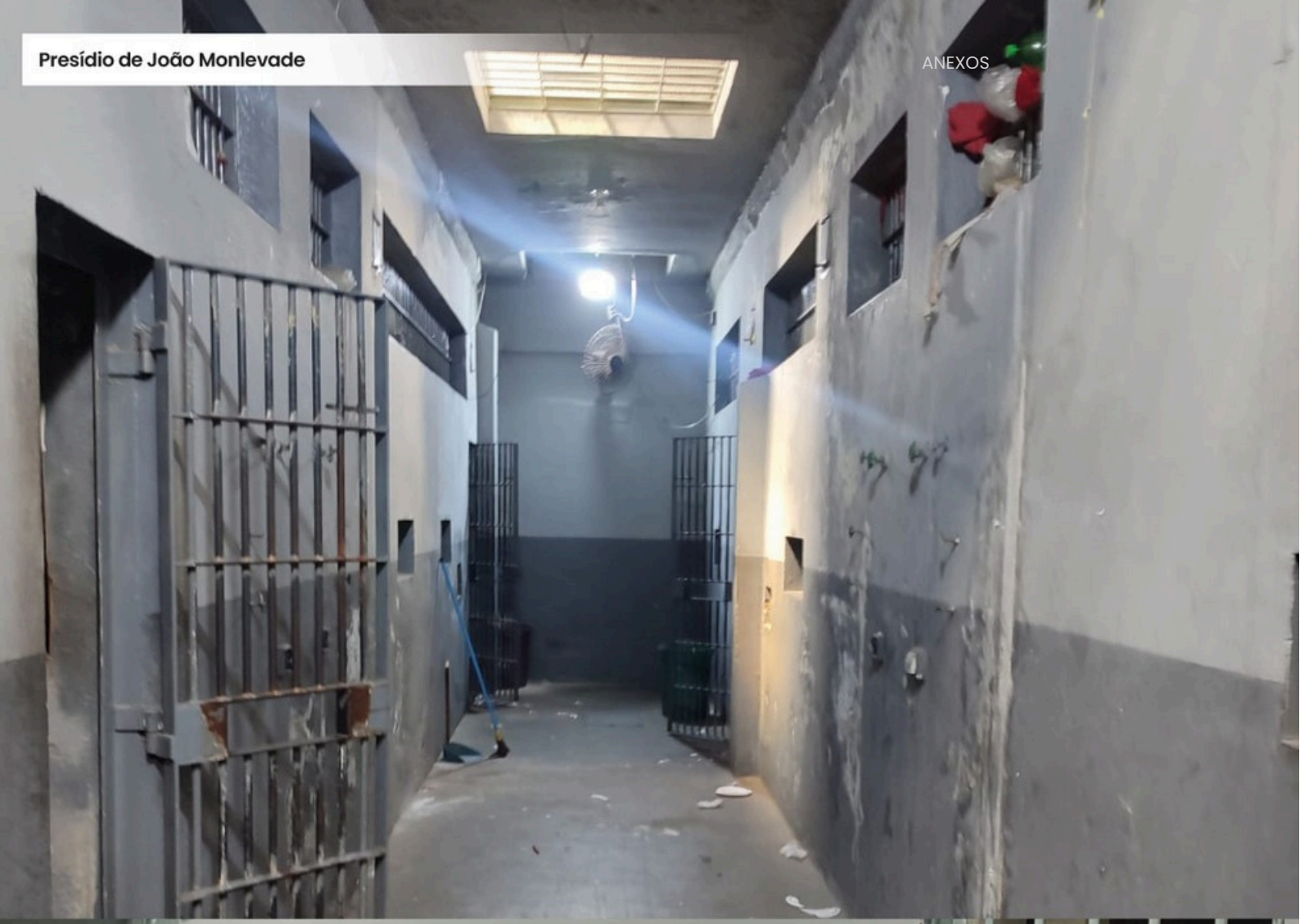


★★★★★

"A reforma na carceragem foi de grande valia, onde trouxe mais dignidade, segurança, e salubridade para IPLs, familiares e servidores. A construção da nova lavanderia bem como a aquisição da máquina industrial para lavagem de roupas era sonho antigo que tornou-se realidade."

Melquíades Moreira França Júnior > Diretor Geral da Unidade

Presídio de João Monlevade



Presídio de João Monlevade



Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires | Juiz de Fora



O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 08

Fundação para reservatório

R$ 195.947,35 | Obra finalizada.









★★★★★

"No dia 16/05/2023, ao assumirmos a Gestão da Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, realizamos um estudo de caso e constatamos que a Unidade, inaugurada em 09/08/2004, necessitava urgentemente de reformas e meios preventivos. Com apoio do DEPEN, Diretor Regional Jefferson de Alcântara, Judiciário, Conselho da Comunidade de Bicas e Policiais Penais, conseguimos realizar o sonho. Separados somos fortes; unidos, insuperáveis. Só tenho que agradecer a DEUS e a todos que acreditaram no nosso trabalho."

Carlos Augusto da Cunha > Diretor Geral da Unidade


Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires | Juiz de Fora


Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires | Juiz de Fora

Penitenciário Professor Aluízio Ignácio de Oliveira | Uberaba



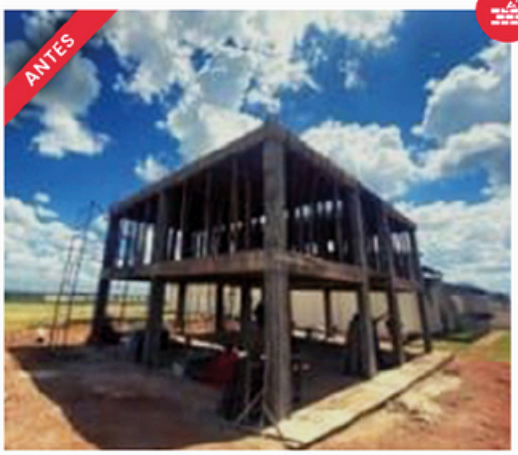
O que **foi feito**?

Revitalização do sistema de abastecimento

R$ 415.883,53 | Obra finalizada.











★★★★★

"A Penitenciária de Uberaba, inaugurada em março de 2006, conta com três pavilhões e uma ala feminina. Em 2010, foi inaugurada a Galeria Anexo, com quatro alas, ampliando a capacidade carcerária. Com o tempo, os reservatórios da galeria apresentaram oxidação e vazamentos, prejudicando o abastecimento de água. Em 2023, foi construído um novo reservatório com oito caixas de 10.000 litros cada, solucionando o problema. Cerca de seis IPLs participaram da obra. Um projeto está em andamento para um novo reservatório, que atenderá os pavilhões, a ala feminina e as áreas administrativas."

Jean Paulo dos Reis > Diretor Geral da Unidade



Penitenciário Professor Aluízio Ignácio de Oliveira | Uberaba



Penitenciário Professor Aluízio Ignácio de Oliveira | Uberaba

Presídio de Vespasiano



O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 10

Revitalização do pavilhão principal, focado na revisão da rede hidráulica, esgoto e elétrica

R$ 1.499.534,84 | Obra finalizada.











★★★★★

"A obra no Presídio de Vespasiano, foi uma grande realização para nós Diretoras, promoveu a dignidade para as PPLs e servidores além de um ambiente mais salubre e adequado para o cumprimento de pena de forma humanizado."

Letícia Rodrigues Oliveira > Diretora Geral da Unidade



Presídio de Vespasiano



Presídio de Vespasiano

Ceresp Betim



O que **foi feito**?

Manutenção da rede elétrica, corredores e carceragem para segurança dos servidores e indivíduos privados de liberdade

R$ 1.481.211,20 | **Primeira etapa finalizada.**











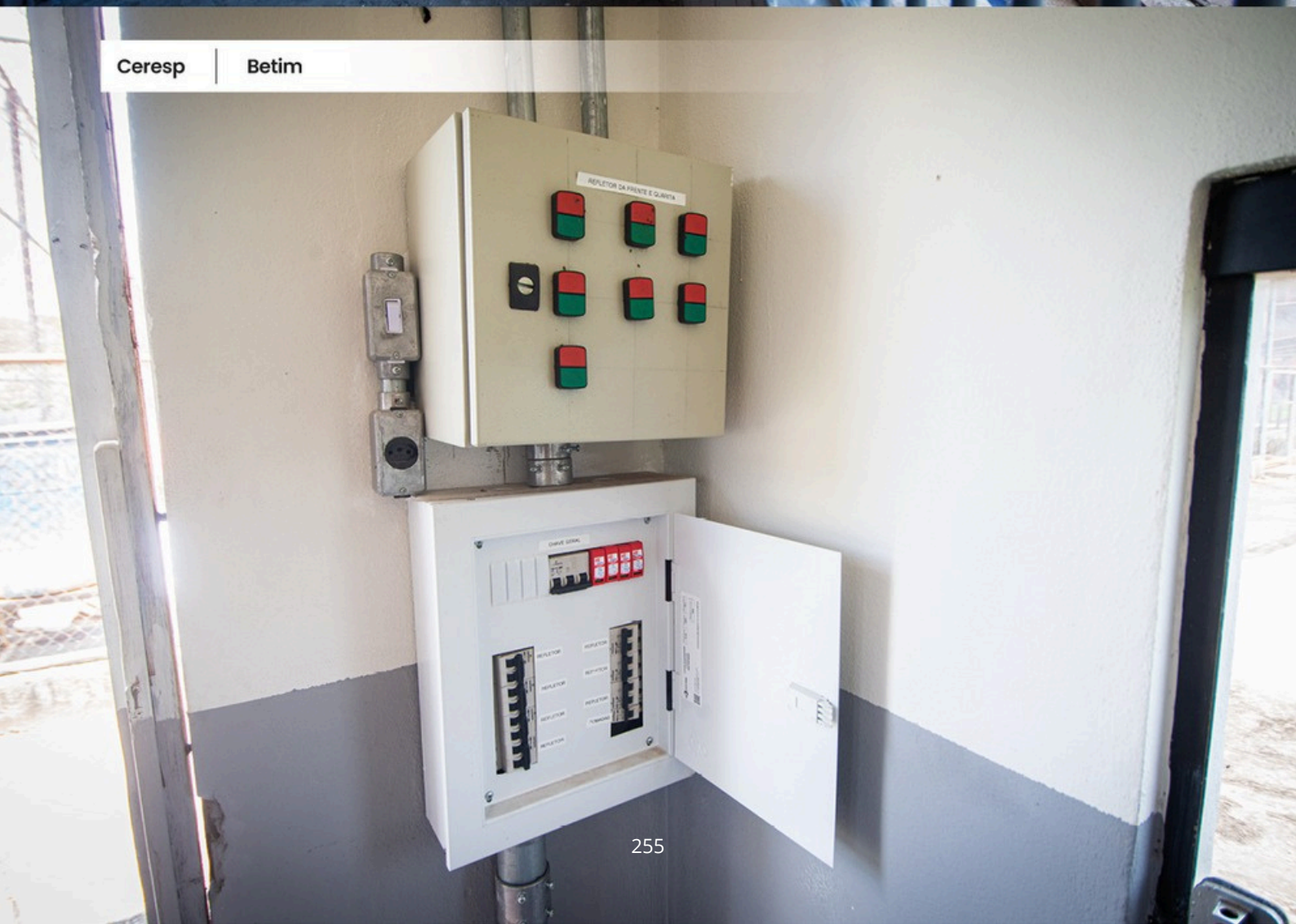
★★★★★

"As obras realizadas no Ceresp Betim, com apoio do Judiciário e Prefeitura, são de suma importância, pois visam a dignidade da pessoa humana, tanto do indivíduo privado de liberdade, quanto do servidor. Importante salientar que conseguimos mais verbas para novas obras, o trabalho continua."

Nilmaier Cordeiro Assunção > Diretor Geral da Unidade



Ceresp | Betim



Ceresp | Betim

Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga | Uberlândia



O que foi feito?

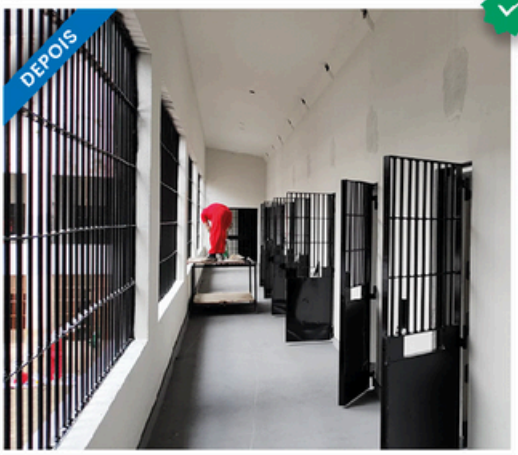
Número de presos trabalhando: 09

Reforma dos pavilhoes 1, 2 e 3, pintura das paredes e grades, nivelamento de piso, substituição de todos os vasos sanitários, reforma das camas, sistema hidráulico, esgoto e retirada de pontos de energia do interior das celas

R$ 703.033,00

Recurso originário de verbas pecuniárias da Vara de Execuções Penais de Uberlândia.









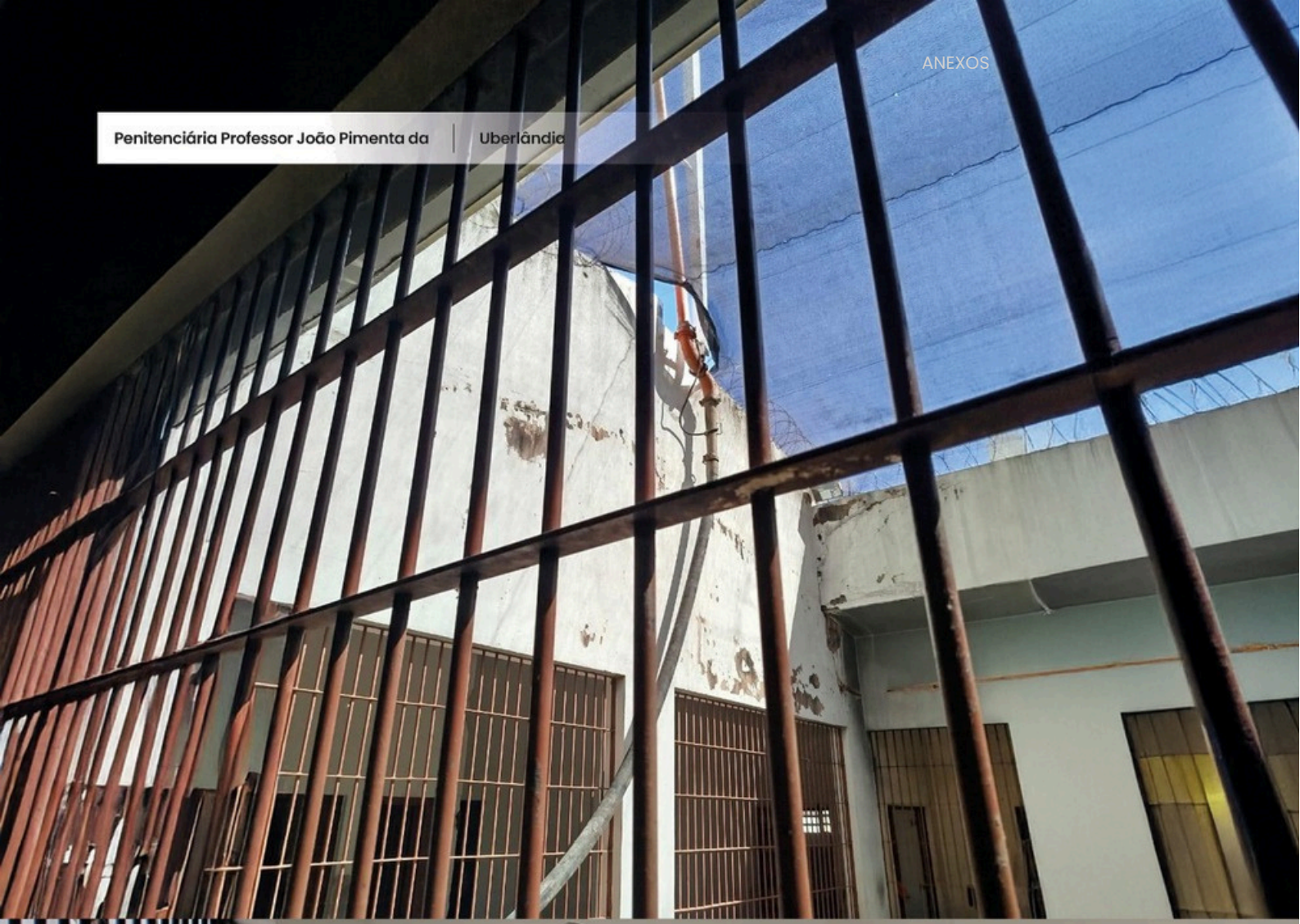


★★★★★

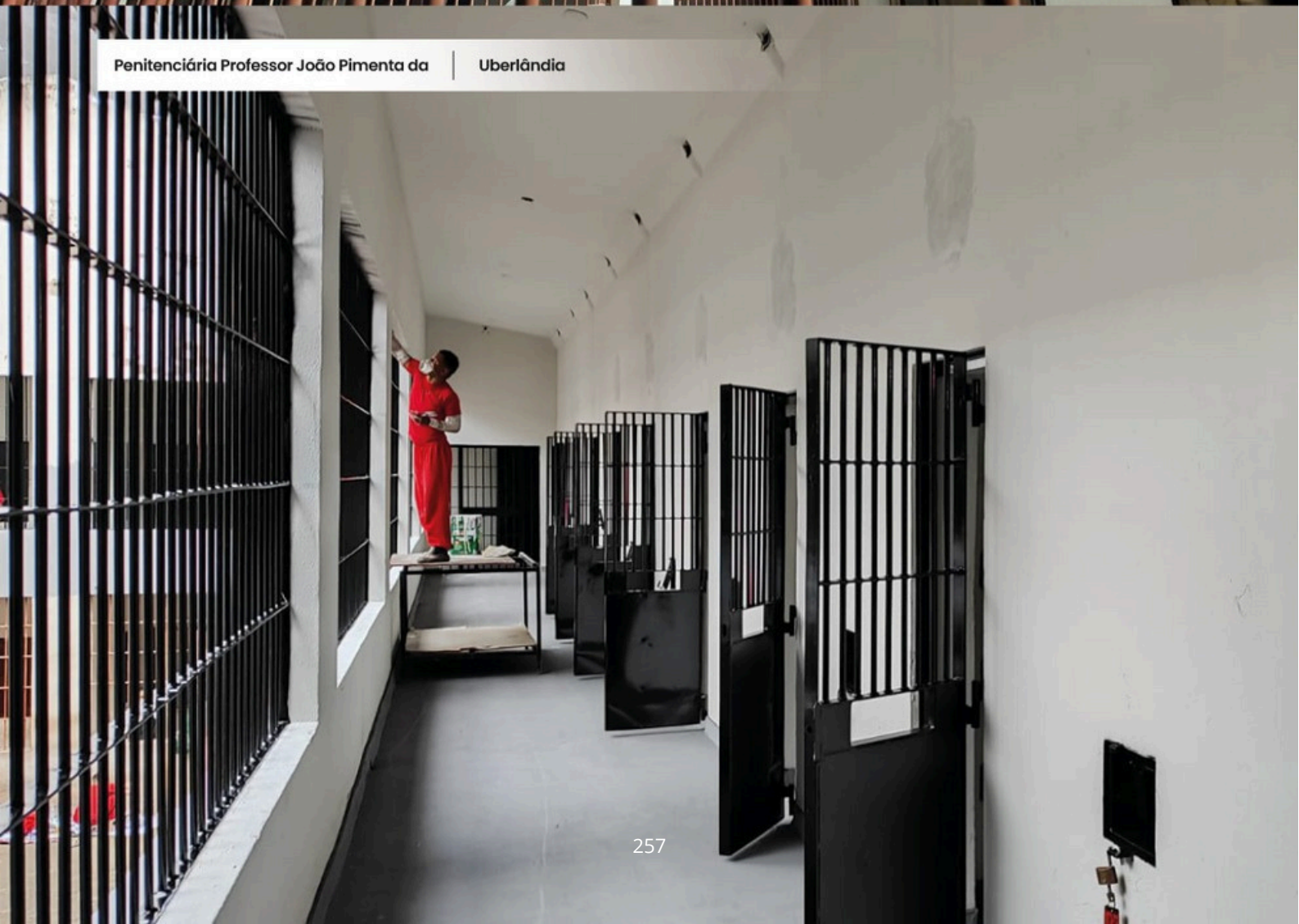
"No dia 5 de dezembro de 2024, foram concluídas as melhorias no piso superior do Pavilhão 01 desta unidade prisional, incluindo instalação de manta impermeável, reformas estruturais nos corredores, substituição de vasos sanitários, reparos nas portas das celas e pintura de grades e paredes. As obras também abrangeram o Pavilhão 03. A próxima etapa será a reforma do Pavilhão 02, finalizando a reestruturação das celas e resolvendo os problemas de infiltração, melhorando as condições físicas da unidade."

Carlos Humberto de Castro > Diretor Geral da Unidade

Penitenciária Professor João Pimenta da | Uberlândia



Penitenciária Professor João Pimenta da | Uberlândia



Presídio de Curvelo



O que foi feito?

Execução de serviços de reparos preventivos e corretivos, instalações, adaptações, recuperação e conservação, a fim de atendimento de demanda para melhorias na infraestrutura.

R$ 2.990.000,00 | Obra finalizada.











★★★★★

"A reforma no Presídio de Curvelo trará mais segurança para a unidade, ampliará o número de vagas e aprimorará as condições de trabalho para os servidores. Serão construídas quatro guaritas, um muro com passadiço nos fundos, além de alojamento e vestiário para os servidores. O núcleo de saúde será adequado, com salas exclusivas para atendimentos médicos e odontológicos, e beliches serão construídos em todas as celas, aumentando o número de vagas e proporcionando melhores condições para o cumprimento da pena."

Geraldo Pereira de Souza Neto > Diretor Geral da Unidade



Presídio de Curvelo



Presídio de Curvelo

Penitenciária Francisco Floriano de Paula | Governador Valadares



O que **foi feito**?

A obra foi iniciada em dezembro de 2023 e visa a melhoria da infraestrutura hídrica da unidade.

R$ 3.969.738,06 | Obra ainda em andamento. **58,4 % de execução.**









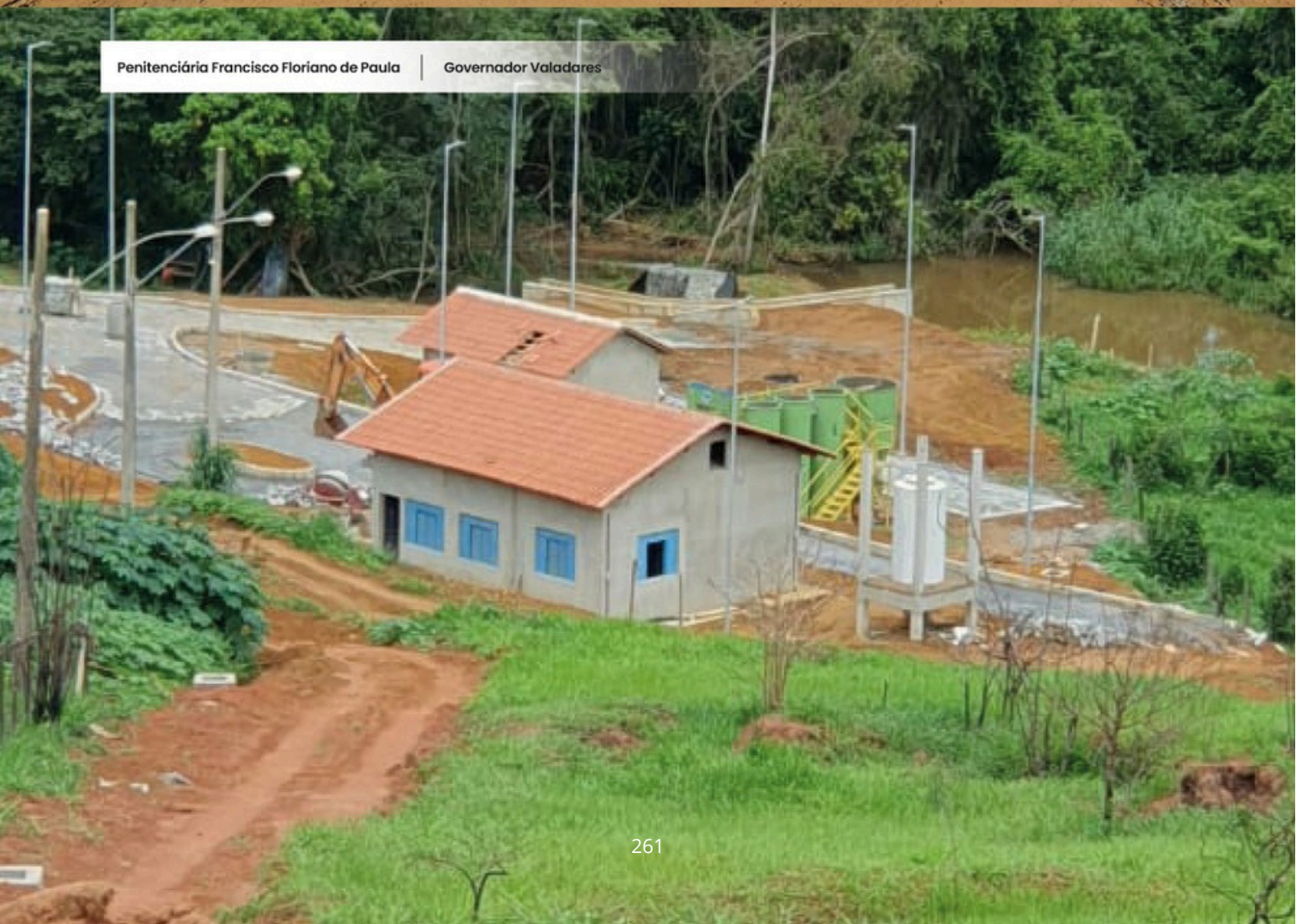


★★★★★

"A falta de água na Penitenciária Francisco Floriano de Paula sempre foi um problema recorrente. Com a captação feita em poços artesianos, a água não é tratada, na maioria das vezes com alto nível de turbidez, gerando várias reclamações dos IPLs e servidores. A construção da estação de tratamento de água (ETA) é uma grande conquista para a unidade, proporcionando água de qualidade e resolvendo definitivamente o problema da falta de água na penitenciária."

Renato de Souza Ferreira > Diretor Geral da Unidade


Penitenciária Francisco Floriano de Paula | Governador Valadares


Penitenciária Francisco Floriano de Paula | Governador Valadares

Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior | Unaí



O que foi feito?

Manutenção e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água da Penitenciária de Unaí.

R$ 500.000,00 | Obra ainda em andamento. **Valor previsto: R$500.000 - 25% de execução**











★★★★★

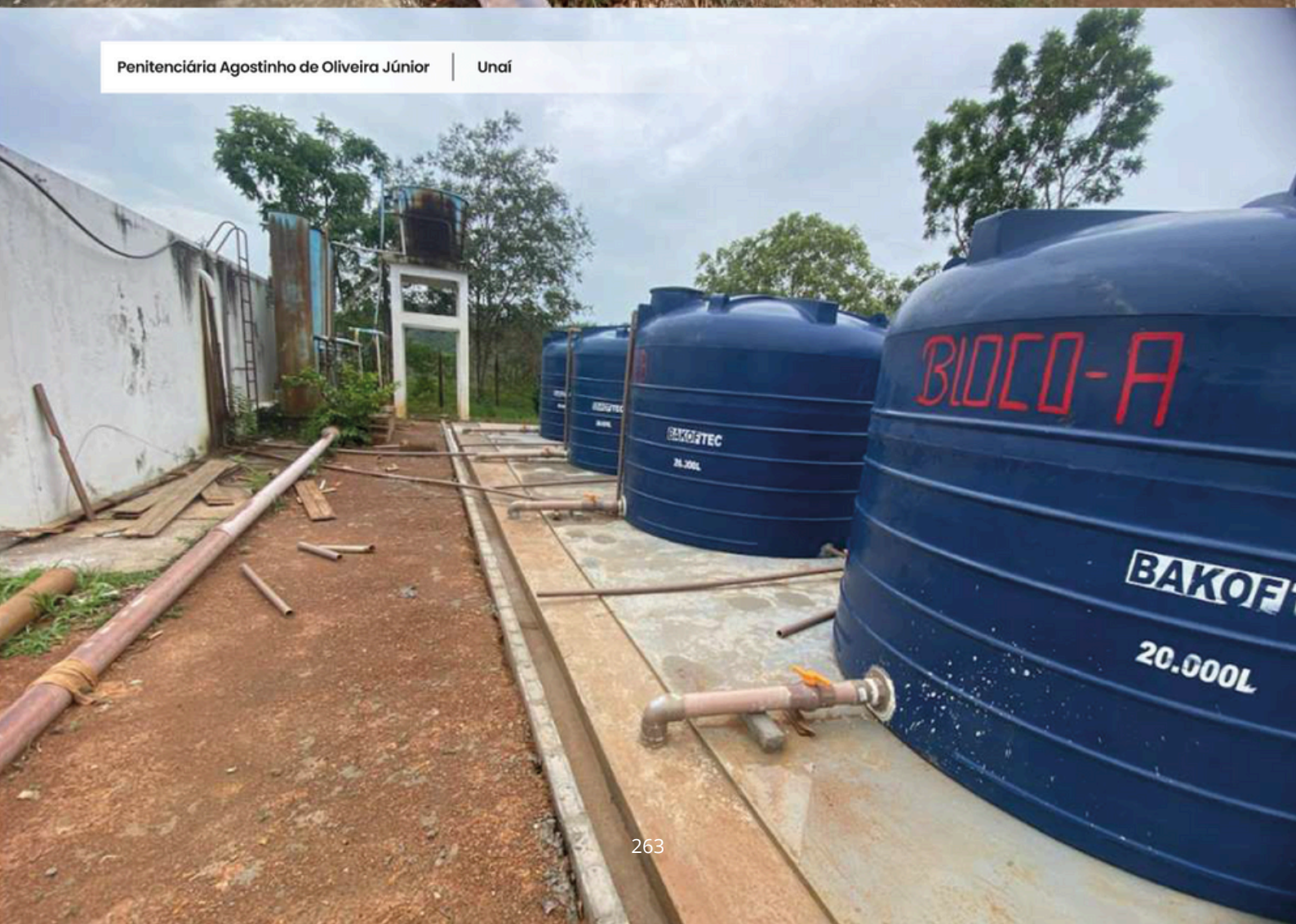
"A unidade foi inaugurada no ano de 1994, nunca passou por uma reforma estrutural de forma significativa. A obra realizada irá mitigar alguns problemas enfrentados em relação ao abastecimento de água, dos presos que estão acautelados no regime fechado."

Paulo Henrique Pereira > Diretor Geral da Unidade

Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior | Unaí



Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior | Unaí



Presídio de Campo Belo



O que foi feito?

Número de presos trabalhando: 17

Manutenção em celas, banheiros, áreas de convivência e sistemas de segurança, para melhorias na infraestrutura do Presídio

R$ 2.990.000,00 | Obra ainda em andamento.











Valceque dos Reis > Diretor Geral da Unidade



Bruno Jorge Pinheiro > Diretor Adjunto

★★★★★

"A reforma do Presídio de Campo Belo é fundamental para a melhoria da estrutura física, como também das condições de higiene e segurança dos indivíduos privados de liberdade. É uma maneira de respeitar os direitos humanos básicos, demonstrando um compromisso com a justiça social e o ser humano. No quesito segurança predial, as melhorias também vão ser consideráveis, pois evitarão o risco de fugas e motins."

Presídio de Campo Belo



Presídio de Campo Belo



CENTRAL DE BLOQUEIO DE CELULARES (CBLOC)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	607	775	682	710	553	610	644	606	911	496	545	692
IB	305	449	354	340	357	350	325	357	533	245	314	253

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS IMEIS BLOQUEADOS

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	797	973	625	574	773	625	531	522	584	508	362	599
IB	254	379	259	258	335	235	203	197	232	284	229	339

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS IMEIS BLOQUEADOS

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	415	606	438	559	523	448	415	359	332	326	331	251
IB	228	386	239	340	331	248	232	251	187	208	213	162

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS IMEIS BLOQUEADOS

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SR	307	413	481	339	311	276	392	382	382	316	316	356
IB	197	255	318	229	187	153	217	182	230	117	172	181

SOLICITAÇÕES RECEBIDAS IMEIS BLOQUEADOS

DISQUE-DENÚNCIA UNIFICADO (DDU)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	25.626	26.716	26.902	26.224	27.158	23.423	25.960	25.941	24.287	25.245	21.893	23.975
DG	5.311	5.719	5.432	5.273	5.262	5.204	5.260	5.622	5.119	5.022	4.673	4.918

CHAMADAS ATENDIDAS DENÚNCIAS GERADAS

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	25.516	24.090	27.708	26.704	25.915	24.284	24.597	24.937	26.604	26.660	27.369	27.995
DG	6.004	5.940	6.862	6.082	6.185	5.972	6.146	7.383	7.091	7.229	7.528	7.282

CHAMADAS ATENDIDAS DENÚNCIAS GERADAS

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	27.252	26.317	27.516	25.269	24.931	22.698	25.040	25.840	27.096	27.120	27.005	22.542
DG	7.476	6.778	6.877	6.754	6.303	5.698	6.167	6.566	7.200	7.061	6.395	5.915

CHAMADAS ATENDIDAS DENÚNCIAS GERADAS

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	24.507	24.249	26.824	26.055	24.479	22.470	23.920	24.719	25.037	26.972	35.352	24.808
DG	6.705	6.766	7.324	6.719	6.832	5.899	6.298	6.449	6.533	7.124	6.778	6.503

CHAMADAS ATENDIDAS DENÚNCIAS GERADAS

CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO E DESPACHO (CIAD)

2022	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	295.290	354.636	393.426	367.870	316.751	353.800	369.782	369.950	330.080	348.937	321.499	343.881
NV	98,49%	96,97%	97,60%	96,91%	95,60%	97,66%	97,55%	96,73%	95,55%	94,64%	97,24%	96,64%

CHAMADAS ATENDIDAS NÍVEL DE SERVIÇO

2023	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	333.489	367.272	438.302	368.890	393.726	375.057	360.183	369.584	360.183	387.889	379.407	341.525
NV	97,88%	97,72%	97,59%	97,65%	99,12%	99,21%	98,34%	98,16%	99,16%	98,31%	98,74%	94,85%

CHAMADAS ATENDIDAS NÍVEL DE SERVIÇO

2024	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	367.805	335.548	382.961	357.343	357.702	322.751	305.820	364.557	378.554	362.293	336.740	334.765
NV	99,16%	99,65%	94,23%	98,04%	98,62%	99,22%	96,06%	94%	93,36%	95,87%	96,46%	94,22%

CHAMADAS ATENDIDAS NÍVEL DE SERVIÇO

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CA	327.638	323.797	361.702	354.609	343.882	333.213	344.489	368.832	381.958	387.023	377.340	405.755
NV	96,9%	96,6%	96,3%	96,4%	96,4%	96,6%	95,2%	93,1%	89,3%	90,3%	93,0%	88,1%

CHAMADAS ATENDIDAS NÍVEL DE SERVIÇO


POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA PENAL



SEJUSP MG

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

RELATÓRIO DE ENTREGAS

seguranca.minas

seguranca.mg.gov.br

SegurancaPublicaMG

SegurancaMinas

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DE MINAS

AQUI O TREM PROSPERA.